

Abril 2018

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

Dw CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-economico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)
13. [Investimentos Chineses em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, O PAÍS, Novo Jornal, Expansão, Economia e Finanças, A República, O Crime, Manchete, Liberdade, Continente, Grandes Notícias e Visão
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No

âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

INDÍCE

1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	7
1.1 Segurança Social está a cumprir o seu objectivo	7
1.2 Sector privado deve assumir as actividades económicas	7
1.3 Governo quer reduzir pobreza para 25 por cento até 2022	8
1.4 “É preocupante a velocidade com que as empresas estão a demitir trabalhadores”	9
2. MICROFINANÇAS	11
2.1 Empreendedorismo na Comunidade promove auto-emprego e reinserção social da população	11
2.2 BPC pode voltar a conceder crédito este mês	13
2.3 Um em cada três kwanzas emprestados pelos bancos angolanos estão em risco	14
2.4 Ministro anuncia atribuição de microcréditos aos jovens	15
2.5 Centro ministra cursos para empreendedorismo	15
2.6 Mais de Kz mil milhões investidos em micro crédito para jovens	16
2.7 Banco Sol introduz serviço de seguros	17
3. MERCADO INFORMAL	18
3.1 Angola e RDC reabrem mercado na fronteira	18
3.2 “Zungueiros” apoiam Internato de meninas	19
3.3 Venda informal de medicamentos tradicionais e um perigo iminente	19
3.4 Dois mil trabalhadores domésticos inscritos no INSS	21
3.5 Empreendedorismo na Comunidade promove auto-emprego e reinserção social da população	21
3.6 O monopólio e a concorrência	24
3.7 Mercados da fronteira leste do país tendem a alargar a base tributaria	25
3.8 Casas de câmbio há mais de quatro meses sem divisas	25
3.9 Quando a opção é viver no lixo	26
3.10 Guiché Único registou mais de 16 mil empresas em 2017	27
3.11 Pode ser condenado até dois anos de prisão	28
3.12 Quando se perde a vida fugindo dos fiscais	28
3.13 Aterro Sanitário “vende” produtos fora do prazo	29
3.14 Zungueiras	31
3.15 INAPEM pede flexibilidade na cobrança dos impostos	31
3.16 Kupapatas de Malanje	32
3.17 Camiões com gasóleo apreendidos no Zaire	32
3.18 Mercado nacional de bens é dos mais rápidos de Africa	33
3.19 Moto-Taxistas obrigados a pagar 45 mil kwanzas para recuperar a motorizada	34
3.20 Autoridades põem ordem na capital	34
3.21 Chuva em Luanda cria oportunidades para novos negócios	35
4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA	38
4.1 O valor cobrado é insuficiente para reabilitar e manter as vias	38
4.2 OGE gasta 88,3 mil milhões	39
4.3 Cada município recebe 544 Milhões	40
4.4 Angola quer renegociar dívida	41
4.5 A consolidação orçamental e a cobrança de impostos	42

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

44

5.1	UNITA quer autarquias em todos municípios	44
5.2	Os cidadãos e as autarquias	44
5.3	Cinco mil funcionários são formados até 2022	45
5.4	Contestação: Municípes manifestam-se contra administrador do Cazenga	45
5.5	Diplomas sobre as autarquias vão em breve a debate público	46
5.6	MPLA assume autarquias como prova de fogo”	47
5.7	Reunião metdológica aborda estratégia comunicacional do MPLA para as Autarquias	48
5.8	Cada município recebe 544 Milhões	48
5.9	Kussumua e Samakuva analisam implementação das autarquias	50
5.10	Cazenga marcha contra o administrador	50
5.11	Executivo cria programa para esclarecer cidadão	51
5.12	Manifestação contra administrador arrasta 500 cidadãos às ruas do cazenga	51
5.13	Sinprof e entidade patropnal sentados amanhã á mesa	52
5.14	Tany Narciso reconhece os problemas do município	53
5.15	Sociedade civil prepara-se para as autarquias	54
5.16	Executivo realiza encontro para esclarece autarquias	55
5.17	Braço juvenil da CASA-CE defende eleições autárquicas justas	56
5.18	Administrações municipais e o início de uma nova era	56
5.19	Autarquias: A fuga para a frente do MPLA	57
5.20	Os administradores letárgicos devem ser exonerados pelo Governador de Luanda	59
5.21	Tany Narciso	59
5.22	Governador ausculta autoridades tradicionais	59
5.23	UNITA envolvida nas autárquicas	60
5.24	As autarquias e os cidadãos	60
5.25	Autarquias alteram a gestão do território	61
5.26	Autarquias fortalecem processo democrático	62
5.27	MPLA esclarece militantes de Chicomba sobre eleições autárquicas	62
5.28	A UNITA insiste na realização da autarquias em todo país	63
5.29	Oposição e Sociedade Civil unem-se contra o MPLA	64
5.30	Oposição mantém preferência por eleições autarquiocas universais	64
5.31	Autarquias são resultado de uma pressão pública	65
5.32	“ MAT e Bornito sabem dos fantasmas e dos milhões desviados	66
5.33	A UNITA acusa o governo angolano de apenas querer criar autarquias em um terço dos municípios	67
5.34	Défice de quadros preocupa Executivo	68
5.35	MPLA exclui autarquias no Cazenga e Quissama	68
5.36	BRINCAR AS AUTARQUIAS	69
5.37	MPLA pede envolvimento de todos nas autarquias	70
5.38	Para distrair os matumbos MPLA brinca as autarquias	71
5.39	Sociedade civil em Malange discute Lei sobre o poder Local e Autarquias	72
5.40	O porta-voz da UNITA, Alcides Sakala, elogiou, ontem, em Luanda, o interesse manifestado pela população da capital do país em saber mais sobre as eleições autárquicas que o país realizará pela primeira vez em 2020	73
5.41	PRS quer autarquias em todos municípios	74
5.42	Governador de Luanda aposta em quadros que tragam soluções	74
5.43	Autarquias é resulatado da pressão pública	75
5.44	Bornito de Sousa reuniu com administração pública	75
5.45	CASA-CE na Huíla preocupada com autarquias	76
5.46	"Estou pronto a dasafios"	76
5.47	Simplicio Garrido “ reúne perfil” para substituir Tany Narciso	76
5.48	UNITA considera “crime” instituir eleições autárquicas de forma gradual	77
5.49	Executivo comprometido com as autarquias	78
5.50	'MPLA' veta exoneração de Tany Narciso	78
5.51	Órgão auxiliar do Presidente da República apreciou ontem o Plano de Desenvolvimento	79
5.52	UNITA espera que Memorando contemple gradualismo funcional	80

5.53	Tany Narciso e os sintomas de Húbris	81
5.54	Deputados da UNITA fiscalizam instituições nos municípios	81
5.55	Ministério realiza debates sobre as autarquias locais	82
5.56	A educação e sensibilização para as autarquias	83

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 84

6.1	Plano Director de Luanda foi entregue ao Ministério	84
6.2	Vários projectos urbanísticos são reactivados	84
6.3	Ana Paula de Carvalho defende aumento da urbanização inclusiva	85
6.4	Bairros do Huambo são requalificados	85
6.5	Filho do Ex-PCA da ENDIAMA acusado de ocupar e vender apartamentos no Zango 0	86
6.6	Nova cidade dá vida ao deserto	87
6.7	Deputados recebem subsídios de rendas, mas vivem em casa própria	87
6.8	Dívida Pública Obras ilegais investigadas na cidade de Benguela	88
6.9	Nova Vida, velhos problemas	89
6.10	“Centralidades não deram respostas às necessidades”	89
6.11	Burlados do caso «Build Angola» inconformados com o silêncio do Presidente da República	92
6.12	Imogestin desmente vendas	93
6.13	Mais casas são erguidas no Cunene	93
6.14	Moradores da Centralidade contra as cobranças injustas	94
6.15	Aldeamento Kikuia no Bengo paralisado há dois anos	94
6.16	Centralidade do Kilomosso recebe inquilinos em Julho	95
6.17	Filho do Ex-PCA da ENDIAMA acusado de ocupar e vender apartamentos no Zango 0	96
6.18	Moradores do “Treme-Treme” recusam-se a ir para o KM44	96
6.19	Urbanização da Marconi pronta para os primeiros inquilinos	98
6.20	Habitação dá primazia a projectos com financiamentos garantidos	98
6.21	Habitação dá primazia a projectos com financiamentos já garantidos	99

7. TERRA 102

7.1	O Governo foi chamado a simplificar entrega dos títulos de propriedades	102
7.2	Ocupação ilegal de terrenos analisada no Governo Provincial	103
7.3	Bairros do Huambo são requalificados	103
7.4	Demolições provocam desfalecimento	104
7.5	Autoridades estão em prontidão para socorrer população afectada	105
7.6	Moradores do “Treme-Treme” recusam-se a ir para o KM44	106
7.7	Governador orienta combate à ocupação ilegal de terrenos	107
7.8	Há que construir mais cadeias	108

8. SERVIÇOS BÁSICOS 109

8.1	Benguela “afoga-se” no lixo da crise	109
8.2	Criada uma estratégia para resolver problemas das inundações no Zango	109
8.3	Lixo invade as barreiras de protecção do rio Dande	110
8.4	Lixo invade as barreiras de protecção do rio Dande	112
8.5	Zaire com mais meios de recolha de resíduos	113
8.6	Disponibilizados meios para a recolha de lixo	113
8.7	Quando a opção é viver no lixo	113
8.8	“Praia Mundial” livre de amontoados de lixo	114
8.9	“Operação Morcego” põe fim a irregularidade	116
8.10	Malária e cólera causam muitas perdas de vida	116
8.11	A redução da malária é possível	117
8.12	Casos de malária no Cunene	117

9. GÉNERO E VIOLENCIA 119

9.1	Segurança Social está a cumprir o seu objectivo	119
9.2	Lei sobre trabalho doméstico vai ser debatida em mesa redonda	119
9.3	África começa a discutir a questão dos direitos e igualdades da mulher	120
9.4	Casos de violação sexual preocupa as autoridades	120
9.5	África começa a discutir a questão dos direitos e igualdades da mulher	121
9.6	Casos de violação sexual preocupa as autoridades	122

10. AMBIENTE 123

10.1	Agricultura prorroga prazo para inspecção de madeira	123
10.2	Criada uma estratégia para resolver problemas das inundações no Zango	124
10.3	Lixo invade as barreiras de protecção do rio Dande	125
10.4	Lixo invade as barreiras de protecção do rio Dande	126
10.5	Chuvas voltam a matar no Lobito	127
10.6	Fiscalização do IDF apreende madeira	127
10.7	Fiscalização do IDF apreende madeira	128
10.8	É melhor prevenir do que remediar!	128
10.9	Governo anuncia intervenção para estancar ravinas	129
10.10	Chuva desaloja famílias na cidade de Cabinda	130
10.11	Chuva no Lobito causa três mortos	130
10.12	De quem é a culpa?	131
10.13	Obstrução dos esgotos causa inundações em Benguela quando chove	131
10.14	Ravina do Zango 4 regista três mortes e moradores pedem intervenção da Administração Municipal	133
10.15	“Praia Mundial” livre de amontoados de lixo	133
10.16	“Operação Morcego” põe fim a irregularidade	135
10.17	Espaços verdes de Luanda tendem a desaparecer	135
10.18	Engenheiros indicam menos custos no combate às ravinas	137
10.19	Governo vai travar ravinas com a plantação de Bambus	137
10.20	Ministério pode confiscar licenças de exploração em posse de madeiros	138
10.21	Inundações dificultam vacinação	139
10.22	Fabricantes de carvão atropelam as normas	139
10.23	Angola reafirma compromisso na defesa do ambiente	140
10.24	Chuva em Luanda cria oportunidades para novos negócios	141

11. MIGRAÇÃO 144

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA 145

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA 147

13.1	China concede 200 vagas de formação intensiva a Angola	147
13.2	China disponibiliza bolsas gratuitas	147
13.3	Detidos chineses e angolanos acusados de homicídio	148
13.4	Chineses detidos por exploração ilegal de ouro	148
13.5	Multinacional chinesa investe na construção e na formação	148
13.6	Novo embaixador na China apresenta cartas figuradas	149
13.7	China vai construir centro de formação no Huambo	150
13.8	China ajuda construção de centro profissional	150

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Segurança Social está a cumprir o seu objectivo

Jornal de ANGOLA

1 De Abril de 2018

Texto: Manuel Moreira

O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) paga, por mês, 13 mil milhões de Kwanzas a 142.548 pensionistas a nível do país, dos quais 35.529 são mulheres.

A informação é do secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social, Manuel Moreira, em entrevista à Angop.

A Segurança Social, disse, está a cumprir o seu objectivo, que é pagar as pensões a todos os trabalhadores e, por via disso, aos seus familiares que, ao longo do percurso da vida laboral, fizeram as devidas contribuições e inscrições. O secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social afirmou que a Segurança Social possui 145.201 empresas ou contribuintes inscritos, controla 1.667.814 segurados e paga pensões a 142.548 pensionistas. Em relação aos contribuintes, existem os sectores público e privado, bem como uma série de empresas de diversos ramos.

Em relação à forma como os pensionistas estão estratificados, o secretário de Estado indicou que existem 99.322 pensionistas do género masculino, 35.529 do género feminino e segurados um milhão 644 homens e 503.877 mulheres. O país possui mais homens trabalhadores do que mulheres.

Os mecanismos de atendimento dos pensionistas ao nível dos bancos não é satisfatório, disse. Falou da parceria existente com o Banco de Poupança e Crédito (BPC), que é público, que, em sua opinião, “não tem feito um bom atendimento conforme a orientação do Titular do Poder Executivo”. Defendeu, por isso, a descentralização desses serviços para outras unidades bancárias existentes no país.

O secretário de Estado sublinhou que de Janeiro a Fevereiro deste ano, 22 mil pessoas fizeram a prova de vida. A pensão por velhice cobre 20 por cento do total das demais existentes. Esclareceu que o

processo tem importância para se poder aferir a existência dos reais beneficiários.

I.2 Sector privado deve assumir as actividades económicas

Jornal Economia e Finanças

6 De Abril de 2018

Texto: Mateus Cavumbo

Angola é um dos países produtores africanos de petróleo que precisa de reformas profundas para alavancar a sua economia, segundo revelam os relatórios das organizações mundiais, no caso do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), este último divulgou recentemente em finais do mês de Março de 2018, o seu relatório sobre "Perspectivas económicas de África para este ano".

Os Países Africanos Produtores de Petróleo, que inclui Angola, África do Sul, Argélia, Benin, Camarões, Congo, RD do Congo, Côte d'Ivoire, Egipto, Gabão, Guiné Equatorial, Líbia, Nigéria e Tchad contribuem com 11 por cento da produção mundial de petróleo. Entre os países, Angola, apesar de ser o segundo maior produtor do crude no continente, tem índices mais baixos de crescimento e as previsões para 2019 lhes são desfavoráveis. As metas de antevisões do BAD apontam para uma incerteza no crescimento económico angolano, cifrando-se em 2,4 por cento, em 2018, e 2,8 em 2019. O BAD vaticina dias difíceis para Angola até ao ano de 2019, devido às debilidades do programa de diversificação económica, que vai atrasar o crescimento, apelando ao Governo angolano a lançar-se aos desafios estruturais persistentes, nomeadamente, fortalecer as instituições, aumentar a produtividade agrícola, melhorar as infra-estruturas que estão inadequadas, recursos humanos com qualificações limitadas (particularmente na gestão de empresas, ciência, tecnologia, construção e fabrico) e sistemas fracos de facilitação do comércio e apoio à exportação.

Indicadores

O Banco Mundial reviu em alta a previsão de crescimento de Angola para 2018 de 1,6 por cento, com uma transição política de sucesso com a possibilidade de reformas que melhorem o ambiente de negócios.

Em Outubro do ano passado, o FMI tinha apresentado as previsões para os países lusófonos africanos e Angola aparecia com uma previsão de crescimento de 1,6 por cento para 2018. No OGE

2018, a agricultura, silvicultura, pescas e caça é-lhe atribuída uma verba de 39,08 mil milhões de kwanzas. As instituições aconselham Angola a não aumentar o nível de endividamento, actualmente acima dos 60 por cento do PIB. Para reverter o quadro, os analistas de Bretton Woods recomendam algumas medidas ao Executivo, com destaque para a consolidação das receitas fiscais não petrolíferas numa média de 0,57 por cento do PIB ao ano, até 2022.

Medidas do Governo

Dos 155 programas inscritos no Plano Intercalar do Governo definido para o período de seis meses (Outubro de 2017 a Março de 2018), somente 80 foram concretizados, representando uma média de 51 por cento, razoável por aquilo que o Executivo desenhou. As tarefas não realizadas do Plano Intercalar vão ser transferidas para o Plano Nacional de Desenvolvimento 2018-2022, que está ainda em elaboração. O Ministério das Finanças teve maior peso nas medidas e acções desenhadas, com 39 tarefas, sendo 27 sob sua alçada directa e 12 repartidas com outros departamentos, maioritariamente pelo Banco Nacional de Angola (BNA), que, no seu conjunto, teve oito tarefas directas e 4 co-participadas indirectamente. Dos 155 programas, 16 foram executadas directamente pelos ministérios. Recentemente, os economistas Laurinda Hoygaard, António Estote e Paulo Ringote consideram fundamental que o Governo olhasse para as questões de reformas com vista a fazer face à situação económica actual Laurinda Hoygaard sugeria que o Governo visse a situação do escoamento de mercadorias e melhoria da circulação rodoviária. Já António Estote, achava que o Governo tivesse em atenção o sector dos Transportes, apesar de ter absorvido nos anos anteriores elevados investimentos e de modo a garantir maior eficiência e eficácia do sector, o Estado deveria celebrar contratos-programa com as empresas do sector. O economista Paulo Ringote em entrevista ao JE defende a necessidade de a actividade do Estado se centrar nas suas funções clássicas, como seja os serviços de defesa nacional, administração da justiça, educação, saúde entre outros e deixar o resto da actividade económica para o sector privado.

I.3 Governo quer reduzir pobreza para 25 por cento até 2022

Jornal Economia e Finanças

13 De Abril de 2018

Texto: Adérito Veloso

O Executivo angolano propõe-se a reduzir a incidência da pobreza de 36,6 para 25,0 por cento que corresponde a cerca de três milhões de cidadãos, dos quais 412.624 em 2018.

Segundo avança um documento do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher a que o JE teve acesso, divulgado recentemente, uma das prioridades do Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza (PIDLCP) é o de contribuir para a aceleração desta iniciativa, sendo que nos municípios onde se justificar, a focalização deverá obedecer ao princípio de absorção de 70 por cento de ex-militares e 30 de membros das comunidades nos projectos.

Uma das prioridades do Pidlcp, revela a fonte, é concluir a reintegração de cerca de 80.537 ex-militares, dos quais 7.873 na província de Luanda, daí a a necessidade da sua inserção efectiva em iniciativas de “inclusão produtiva” que sejam consentâneas com as suas aptidões e vocação, de forma a conferir auto-sustentabilidade e dignidade.

Potenciar as regiões

Convidada a discursar na abertura do seminário provincial de Luanda sobre disseminação e orientação metodológica para a operacionalização do Pidlcp, realizado recentemente, a ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Victória Francisco Correia Conceição, revelou que o programa estão alinhados ao programa que visa tirar milhões de angolanos da situação de vulnerabilidade e de pobreza extrema.

Segundo avançou, os eixos estratégicos que norteiam as intervenções de desenvolvimento local e de combate à pobreza, no âmbito do programa integrado, estão em “alinhamento com o processo de reforço da desconcentração e descentralização administrativa em curso no país, promovendo

mecanismos de transferência de competências dos órgãos centrais aos da administração local do Estado, bem como potenciá-los com meios humanos e soluções técnicas e tecnológicas, tendo em vista a efectivação paulatina das autarquias locais”.

I.4 “É preocupante a velocidade com que as empresas estão a demitir trabalhadores”

Jornal O PAÍS

16 De Abril de 2018

Texto: Iracelma Kaliengue

Manuel Viagem fez um balanço das actividades dos sindicatos nos últimos 3 anos e aborda, ao longo da entrevista, a temática do emprego e desemprego no país e o papel dos sindicatos dentro das organizações.

Qual é o papel da UNTA junto das organizações?

A UNTA é uma entidade de nível superior e congrega no seu seio outras associações de nível intermédio, mais vocacionadas para atender os assuntos na especialidade.

Dentro desta responsabilidade que nos compete, trabalhamos para que o fluxo de informação entre a direcção central e as associadas funcione de forma a influenciar positivamente sobre a relação entre as empresas e os sindicatos.

A UNTA, enquanto central sindical, tem por função representar ao mais alto nível os seus associados junto dos poderes instituídos. Ou seja, os sindicatos é que têm a responsabilidade directa de dar respostas às preocupações do dia-a-dia relacionadas com os trabalhadores dentro das empresas, quer os que fazem parte da administração pública, quer sejam do sistema privado.

Foram já identificadas as principais preocupações?

Neste momento podemos apontar como principais duas: a primeira prende-se com o mau funcionamento da economia nacional.

Explique por favor?

Se há três anos a tendência da economia era de crescimento, nos últimos tempos temos estado a observar uma tendência de redução, isto é, um grande número de empresas têm estado a reduzir as suas estruturas de custos, o que implica redução de custos operacionais e, conseqüentemente, estas reduções refletem-se na diminuição da força de trabalho. Ou

seja, as empresas, para se manterem no mercado, estão a ser obrigadas a demitir trabalhadores.

Disse que existia uma segunda preocupação...

Outra situação está relacionada com um deficiente relacionamento dos órgãos da administração da justiça laboral. Aqui queremos nos referir ao funcionamento da Inspeção Geral do Trabalho e das salas de trabalho.

Confrontamo-nos diariamente com muitas inobservâncias da legislação laboral, ou seja, se por um lado alguns empregadores não mostram grandes disponibilidades para aceitar que os trabalhadores se organizem sindicalmente (podemos aqui afirmar que existem instituições aonde não existe liberdade sindical), por outro, sabemos que as empresas fazem poucos investimentos no domínio daquilo que se pode considerar a saúde e segurança no trabalho.

Por estas e muitas outras razões gostaríamos de ter uma Inspeção Geral do Trabalho mais acutilante, capaz de fazer com que se observe a lei dentro das organizações.

O que tem acontecido é que a inspecção, vezes sem conta não actua na devida altura, e, por via disso, assistimos cada vez mais uma precariedade nas relações laborais.

A UNTA já notificou as entidades sobre estas irregularidades?

Isso fazemo-lo todos os dias. Todos os dias são feitas participações à inspecção Geral do Trabalho. Esta é uma das competências dos sindicatos nos termos da lei sindical.

Os sindicatos têm a obrigação de denunciar todas as contravenções que atentem contra a liberdade sindical

Têm tido respostas?

Pois! O que nos preocupa nos tribunais de trabalho é a morosidade no tratamento dos conflitos laborais que chegam ao seu conhecimento; e isso tem criado demasiados problemas. A liberdade sindical tem que ser garantida pelos órgãos competentes do Estado, no sentido de agirem não de forma reactiva, mas de forma proactiva, fazer com que as pessoas não tenham a tentação de 'violar a lei.

Que leitura faz do mercado de trabalho actual?

É preocupante a velocidade com que as empresas estão a demitir trabalhadores. O mercado de trabalho em Angola está muito dependente dos indicadores que animam a economia.

Podemos dizer que existe por parte do Executivo um esforço no sentido de se criar um ambiente que propicie o fomento do empreendedorismo e novas iniciativas empresárias. Esta é sem dúvidas, uma das alternativas para melhorar o quadro existente, mas não é a única solução.

Temos números do actual quadro de desemprego?

Hoje, a UNTA fala em mais de 100 mil empregos perdidos desde 2014.

Quais são as províncias com o maior índice de desemprego?

Para além de Luanda, as províncias de Benguela, Huíla e Cabinda apresentam-nos números bastante altos. Ou seja, naquelas províncias onde há alguma indústria funcional podemos notar um número maior de desemprego devido à paralisação e diminuição da produção.

Que estimativas sobre o número de desempregos por sectores?

A UNTA estima que no sector da construção civil mais de 30 mil pessoas ficaram desempregadas, já no comércio e serviços mais de 20 mil pessoas foram demitidas, na agricultura estima-se entre cinco a 10 mil postos de trabalho, na indústria transformadora, acima de cinco mil postos de trabalho, hotelaria e restauração, mais de três mil postos de trabalho perdidos.

A construção civil é neste momento o sector com o maior índice de desemprego, porquê?

Precisamos de entender que o maior contratador de empreitadas é o Estado. Durante alguns anos, devido à situação de reconstrução do país, o sector da construção civil e obras públicas empregou mais do que qualquer outro sector. Agora, com as dificuldades nos pagamentos em atraso das empreitadas, as empresas não têm recursos para manter o funcionamento normal, e o despedimento é a saída para muitas se manterem no mercado. E são milhares de jovens a irem para o desemprego.

Será possível mudar este quadro antes de 2019?

O que se tem dito é que a esperança é última coisa a se perder! O Executivo estabeleceu metas para 2018. Prevê-se uma taxa de crescimento na ordem dos 4 %. Se estes indicadores forem cumpridos será caminho andado para que se reponha a estabilidade da economia e, conseqüentemente, a estabilidade das empresas.

O cumprimento na aplicação do decreto que rege os trabalhos domésticos é ainda um problema?

E que problema! Continuamos a encontrar problemas no cumprimento do decreto que estabelece o regime jurídico sobre os trabalhos domésticos. Um dos dilemas que estamos a enfrentar é a fraca adesão a este regime.

O regime estabelece que após a sua publicação os trabalhadores passavam a ter os mesmos direitos que os trabalhadores formais da economia.

Esse incumprimento é por parte dos empregadores?

Sim, porque são os empregadores que devem efectivar o vínculo laboral. O processo começa com a celebração de um contrato de trabalho entre as partes e que depois de assinado é entregue pelo empregador ao Instituto Nacional de Segurança Social (INSS).

Na sua opinião existe algum mecanismo de punição sobre os empregadores?

De princípio... deve haver, porque quando se estabelece uma norma, o desejável é que seja cumprida, sob pena de alguma punição quando não se observa o seu cumprimento. Mas é preciso perceber que a actividade doméstica tem uma particularidade, ela faz-se num ambiente fechado, privado, onde o relacionamento muitas vezes é familiar, o que dificulta o trabalho da inspecção. Por este facto, são os empregados que devem exigir dos patrões e denunciar sempre que sentirem os seus direitos lesados.

2. MICROFINANÇAS

2.1 Empreendedorismo na Comunidade promove auto-emprego e reinserção social da população

Jornal de Angola

5 De Abril de 2018

Texto: Edivaldo Cristóvão

Desde a conquista da paz, em 2002, o Executivo tem implementado em todo o país programas de formação profissional, que já capacitaram milhares de jovens, segundo dados divulgados pelo Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPfSS). Por esta via, a população alvo tem oportunidade de criar o auto-emprego, assegurar a integração sócio produtiva e garantir o seu sustento e o das suas famílias.

O Jornal de Angola apurou que o programa de empreendedorismo capacitou, até final do ano de 2017, mais de 22 mil jovens finalistas do ciclo formativo. A este número, juntam-se cerca de 400 outros beneficiários do projecto voltado para a comunidade, como resultado de 97 acções formativas. As unidades formativas do Sistema Nacional de Formação Profissional capacitaram mais de 12.000 jovens para "Criação do próprio negócio e procura de emprego". No mesmo segmento, quase 700 jovens beneficiaram de crédito, no âmbito da implementação do programa "Empreendedorismo na Comunidade".

Fonte do MAPfSS confirmou ao Jornal de Angola que, ao nível dos Centros Locais de Empreendedorismo e Serviços de Emprego (CLESE), foram capacitados 1.169 alunos. Nos centros tutelados pelo Instituto Nacional de Formação Profissional (INEFOP) foram ministrados 149 cursos, enquanto os Centros privados realizaram 320 acções formativas. Como resultado, o Ciclo Formativo de 2017 beneficiou 44.548 jovens.

Inserido no programa de modernização e desenvolvimento do país, o Sistema Nacional de Formação Profissional visa estimular a criação de emprego. As suas estruturas estão actualmente descentralizadas e disseminadas em 18 serviços provinciais, 31 Centros de Formação Profissional, 14 Centros Integrados de Emprego e Formação Profissional, 35 Centros Móveis e 61 pavilhões de formação em Artes e Ofícios.

Além dos Centros Públicos, o INEFÚP tem registadas 35 instituições de outros organismos estatais e 459 de centros privados. As áreas de formação que mais se destacaram ao longo dos últimos anos são as de Carpintaria, Serralharia, Agricultura, Comércio, Gestor de Pastelaria e Culinária. Por via de um acordo firmado entre o MAPfSS e o Banco Sol, os formandos beneficiam de micro crédito, com valor equivalente entre mil (mínimo) e cinco mil (máximo), sendo a taxa de juro fixada em 1,67 por cento.

Paulo Queta, de 31 anos, formado no CLESE, é um dos contemplados com o micro crédito. Disse à reportagem do Jornal de Angola que vai, agora, expandir seu negócio.

A aposta do jovem no empreendedorismo surgiu por via da criação de gado bovino. Desde criança, ajudava os pais, na fazenda, a cuidar de animais de criação. A actividade despertou-lhe o interesse em abrir um negócio para garantir o seu próprio sustento. Daí surgiu a ideia de inscrever-se no CLESE, onde surgiu a ideia de começar um negócio com os meios disponíveis.

A rotina adquirida a cuidar de suínos levou o jovem a apostar no ramo da pecuária e transformação de produtos derivados do porco. A sua empresa produz chouriço caseiro, febras, farinha, carne salgada, linguiça e morcela. "Consegui montar uma pequena fábrica onde faço este trabalho, com apenas uma máquina para encher, o fumeiro e duas mesas de corte. Falta uma máquina para empacotar. Mas, com o crédito que recebi, vou poder comprá-la e montar outros equipamentos para expandir o negócio", anunciou. Nesta fase do negócio, Paulo Queta consegue vender, pelo menos, dez quilos de chouriço e maior quantidade de carne salgada por dia. Os seus principais clientes são proprietários de bares e restaurantes. Às vezes, faz entregas ao domicílio. O jovem empreendedor garante que, com a compra da máquina, poderá empacotar diariamente 100 quilos de produtos diversos. O alcance desta cifra vai permitir-lhe fazer contratos com os grandes supermercados. A sua empresa tem sete funcionários, mas a tendência é aumentar, de acordo com o volume de trabalho. O salário dos trabalhadores varia entre 27 e 67 mil kwanzas. "Aconselho os jovens a nunca desistirem dos seus sonhos. No princípio, surgem muitas dificuldades, mas é preciso ter coragem para persistir e ter sucesso", encorajou.

Funcionamento dos centros

Para garantir a operacionalidade dos centros de formação, o Executivo prevê assegurar aos formandos incentivos de ordem financeira e técnica, como créditos bonificados, empréstimos e apoio técnico, para que eles possam montar o próprio negócio. Mas as soluções que se previam não tiveram aplicação prática, devido ao grau de destruição em que o país se encontrava; ao nível das infra-estruturas e do tecido empresarial, bem como às limitações do sector financeiro e bancário. Com o cenário de guerra ultrapassado, têm sido criadas soluções alternativas para auto-sustentação das pessoas que vivem nas aldeias, bairros suburbanos e nas áreas periféricas das grandes cidades. O objectivo dos programas é reduzir as dificuldades inerentes à obtenção de rendimentos, por parte dos profissionais de artes e ofícios em todo o país.

Pretende-se ainda, no âmbito do mesmo projecto, elevar a oferta de bens e serviços às comunidades, proporcionando oportunidades de emprego e de formação profissional em contexto real de trabalho, aos jovens e demais grupos vulneráveis. Estudos realizados mostram que 80 por cento das empresas criadas por pessoas com um mínimo de seis meses de estudo (empreendedorismo) mantêm - se em funcionamento' cinco anos após a sua criação.

Na vertente contrária, apenas 40 por cento dos empresários que iniciaram negócios sem nenhum preparo sobreviveram por igual período. Em Luanda, foram criados programas nos centros de empreendedorismo do Kikolo, Cazenga e Viana.

Os programas de financiamento, em regime de micro crédito, têm como grupo alvo jovens provenientes dos centros de formação profissional, institutos públicos ou privados e universidades. São, igualmente, contemplados empreendedores das comunidades que desenvolvem actividades geradoras de rendimento, como carpintarias, serralharias, cantinas, recauchutagens, pastelarias, oficinas de mecânica, alfaiataria etc.

Esperança dos jovens

Na abertura do ciclo formativo de 2018, do Instituto Nacional de Formação Profissional (INEFOP), recentemente, na Huíla, o ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, disse que os jovens constituem o núcleo fundamental da mão-de-obra do país, incentivando-os a apostar no segmento da formação profissional, como ferramenta segura para um futuro próspero.

Manuel Nunes Júnior considerou que só com determinação, disciplina, empenho e visão empreendedora é que se pode obter bons resultados. "Os jovens não devem esquecer que a grande diferença entre os países desenvolvidos e os menos desenvolvidos reside no desnível do conhecimento. Os que possuem maior conhecimento têm mais capacidade de prosperar", disse.

O Ministro de Estado considera que o desenvolvimento e o crescimento económico de Angola pressupõe a intervenção do homem com qualificação científica e tecnológica. Por esta razão, é fundamental o investimento no capital humano. Acrescentou que a promoção de uma cultura científica e tecnológica garante desenvolvimento sustentado das potencialidades e a redução da dependência do exterior.

A formação profissional deve responder aos anseios dos jovens e ser dirigida prioritariamente da economia, atendendo a que o país dispõe de grande extensão de terra arável, recursos hídricos consideráveis e um grande potencial para gerar renda para as famílias e riqueza para o país.

"Exemplo mais evidente é a própria província da Huíla, que possui recursos naturais abundantes", referiu o governante.

Neste ciclo formativo de 2018, estão matriculados cerca de 25 mil e 287 estudantes, nas mais de 149 especialidades que compõem a grelha de cursos do Sistema Nacional de Formação Profissional. Este ano, o programa conta com 1.239 professores, que vão assegurar a formação nos 142 centros tutelados pelo INEFO P. Estima-se que os centros privados que integram o Sistema inscrevem cerca de 30 mil formandos, totalizando assim cerca de 55 mil alunos para o presente ciclo formativo. "Tendo em conta as necessidades do país, consideramos que este número ainda é insuficiente.

Por esta razão, devemos continuar a trabalhar no sentido de não só aumentar a oferta dos centros públicos, como também fazer parcerias com os centros privados. Poderemos partilhar equipamentos, como, por exemplo, os laboratórios e outros meios complementares da aprendizagem, de modo a estimular a oferta formativa nos domínios técnicos, no sector privado. Temos vindo a observar que a oferta de cursos por este sector está confinada a cursos pouco ligados às tecnologias", disse o ministro.

Manuel Nunes Júnior defende a implementação do sistema de certificação profissional para permitir que cidadãos detentores de competências e habilidades

profissionais com- provadas possam obter a carteira profissional.

Continuar acreditar

Cleide Jacinto tem 33 anos e sempre teve queda para o empreendedorismo. Para garantir o sustento, começou o seu negócio com um saco de trigo de 50 quilos e apostou na pastelaria.

Com apenas dez mil kwanzas, a sua incursão pelo empreendedorismo começou. Sempre acreditou no sucesso. Aconselha os jovens a não estarem apenas focados nos financiamentos dos bancos. "O pouco que temos podemos multiplicar. É possível começar e esperar o desenvolvimento do negócio", garantiu.

Para expandir e fortalecer o seu negócio, Cleide procurou o CLESE, onde frequentou o curso de empreendedorismo. Sentiu necessidade de fazer a formação para ter bases mais sólidas do negócio. Por via do curso, conseguiu ter directrizes para abrir uma pastelaria e uma loja de comércio misto e a retalho. O seu rendimento tem sido satisfatório e já conseguiu empregar mais seis pessoas, que ganham, em média, um salário de 25 mil kwanzas.

A nossa interlocutora é também presidente da Associação dos Empreendedores do Lubango pelo CLESE. O núcleo tem obtido bons resultados na missão de auxiliar o empreendedor, desde a constituição da sua empresa até ao acompanhamento na obtenção de financiamento. Segue-se a monitorização do desenvolvimento económico do empreendedor, até à devolução do crédito à banca.

Cleide Jacinto garantiu que as pessoas inscritas na associação têm cumprido com as obrigações relativas à devolução do crédito ao banco. O núcleo conta com 50 associados e 95 por cento destes cumprem-nas sem problemas. Este programa tem mudado a vida de muitas famílias. O actual contexto do país aponta que o sector empresarial público e privado tem como papel fundamental e decisivo a qualificação e valorização da mão-de-obra nacional.

Os investimentos no sector da economia têm sustentado a geração de empregos, com destaque para as áreas da Agricultura, Pescas, Construção Civil e Obras Públicas, Geologia e Minas, Transporte, Comunicações, Indústria, Turismo e prestação de serviços.

Para atender estes programas, desde 1975, foram criados em todo o país 635 centros de formação profissional. A responsabilidade destas instituições era antes assumida pelo Ministério da Educação, mas desde 1995 que as competências passaram a ser atribuídas ao Ministério da Administração Pública,

Trabalho e Segurança Social (MAPTESS), com objectivo de dar respostas à implementação das políticas activas de emprego que têm demonstrado resultados satisfatórios.

A gestão do sistema de formação é feita com base nas regras meto do lógicas da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Com a criação do Instituto Nacional de Formação Profissional (INEFOP), tem sido possível assegurar a execução de políticas relativas à organização do mercado de emprego, bem como a direcção e coordenação do sistema de formação profissional definidas e aprovadas pelo Executivo.

Em relação à formação, houve um incremento dos cursos ajustados à demanda do mercado de trabalho e à dinâmica da evolução tecnológica, passando de 105 a 137 especialidades, o que representa um aumento de 30 por cento.

O Sistema Nacional de Formação Profissional é um instrumento que está sob a gestão do MAPTESS. Os programas de formação estão subdivididos em brigadas que foram criadas para ajudar a combater a delinquência juvenil e impulsionar o empreendedorismo, que dá possibilidade aos jovens de criarem as suas próprias empresas e gerar empregos.

O Centro Localde Empreendedorismo e Serviços de Emprego (CLESE) joga um papel importante, devido aos vários programas que estão a ser implementados para proporcionar ideias para negócios estruturados, abrir empresas e facilitar a colocação dos jovens no mercado de trabalho. As incubadoras de empresa ajudam jovens com dificuldades em encontrar espaço para o início da sua actividade.

2.2 BPC pode voltar a conceder crédito este mês

Jornal O PAIS

6 De Abril de 2018

O maior banco comercial do país retoma a concessão de crédito à empresas e particulares, este mês, ao ser recapitalizado com Kz 180 mil milhões, pelo Estado, através de uma emissão de dívida pública.

A garantia foi dada à imprensa' há um mês, por Alcides Safeca, presidente do Conselho de Administração daquela instituição financeira.

Recorde-se que o banco suspendeu a concessão de crédito há dois anos, devido ao volume de crédito malparado.

Para o presente ano económico, a administração do BPC definiu como prioridade o saneamento da carteira de crédito e a redução dos custos operacionais. Recorde-se que em 2017, o valor da carteira de crédito mal parado que o BPC previa vender à Recredito, no âmbito do plano de recapitalização da instituição financeira, era de Kz 231 mil milhões.

Em Outubro, a anterior administração já garantira que o banco entraria, em 2018, com o processo de saneamento da carteira de crédito mal parado superior a Kz 500 mil milhões.

Com a entrada em "cena" do Estado angolano, o Banco de Poupança e Crédito volta a conceder crédito aos seus clientes. A dívida emitida tem uma maturidade de dez anos e juros de 7,5 % ao ano.

O BPC tem balcões nas 18 províncias de Angola e é o maior banco comercial do país, com 444 balcões de atendimento. A sua criação, em 1991, é precedida por outras instituições que, desde 1956, lhe deram origem.

2.3 Um em cada três kwanzas emprestados pelos bancos angolanos estão em risco

Jornal Expansão

13 De Abril de 2018

Texto: Joaquim José Reis

Um em cada três kwanzas emprestados pelos bancos em Angola são malparados, ou crédito vencido, num valor que já ascende a 1,5 biliões Kz e que não pára de crescer desde que, em 2017, o Banco Nacional de Angola (BNA) começou a aplicar maior rigor na classificação do crédito.

De acordo com o relatório de Indicadores do Sistema Financeiro do BNA, em Fevereiro, o crédito malparado no sector financeiro era equivalente a 31,3% do total do stock de crédito concedido que, segundo o relatório de Estatísticas Monetárias do banco central, era de 4,8 biliões Kz (ver gráfico).

Feitas as contas, o total de mal parado no sistema financeiro é equivalente ao triplo do valor que o Estado já gastou para resgatar o Banco de Poupança e Crédito (BPC), o maior banco do País. Em quatro intervenções do Estado no BPC, em menos de dois anos, saíram dos cofres públicos 568,8 mil milhões Kz, o equivalente a 3.186 milhões USD.

Num relatório de 27 de Março, a Moody's deixava o alerta para o elevado rácio de empréstimos vencidos

da banca angolana, avançando que, em Novembro, era equivalente a 28,5% dos empréstimos em bruto. Na nota direccionada a investidores, a agência de notação financeira sublinha que perspectiva que o crédito malparado em Angola permaneça elevado nos próximos 12 meses. Numa análise à desvalorização cambial operada no País desde Janeiro, a agência de classificação de risco refere que o facto de, nos últimos anos, os importadores serem obrigados muitas vezes a recorrer ao mercado informal para aquisição de divisas “corroeu as margens de lucro” dessas empresas, que deixaram assim de conseguir suportar o pagamento de empréstimos bancários.

“Esperamos uma pressão negativa limitada sobre a qualidade dos activos dos bancos angolanos a partir do novo regime cambial, nos próximos 12 meses. Isso ocorre porque as operações dos mutuários orientados para importações, como os créditos para sectores de manufactura e retalho (29% do total de empréstimos do sistema bancário em Novembro de 2017) e mutuários em moeda estrangeira não garantidos (tomadores de empréstimos em moeda estrangeira que têm receitas em Kwanzas) já haviam sido prejudicadas pelo racionamento de moeda estrangeira pelo BNA”, refere a nota da Moody's.

Associações empresariais de diversos sectores têm alertado, desde o início do ano, para as dificuldades que as pequenas e médias empresas atravessam pelo facto de serem credores do Estado e por não conseguirem aceder a divisas, fundamentais para o desenvolvimento das actividades económicas. Desde a indústria transformadora à hotelaria, construção civil e distribuição muitos dizem-se “perseguidos” pela Administração Geral Tributária (AGT) por não conseguirem cumprir as suas obrigações fiscais quando têm facturas por receber do Estado, algumas delas com vários anos.

Para o economista Alves da Rocha, “o Estado continua a ser um péssimo pagador”, ao mesmo tempo que a “AGT persegue as pequenas e médias empresas”, provocando o encerramento de empresas que não conseguem cumprir as suas obrigações. Quanto ao elevado valor do malparado, Alves da Rocha considera que seria importante o sistema de justiça ser mais actuante, dando como exemplo o BPC. “Nós é que estamos a pagar o malparado do BPC. Neste caso, faltou a justiça e o BNA actuarem. Sabem bem quem é que recebeu empréstimos”, adiantou.

O investigador Fernandes Wanda também aponta o dedo ao BNA, considerando que falhou no seu papel de regulador do sistema financeiro. “Quem controla a banca em Angola? Temos ouvido os empresários reclamar de dificuldades no acesso ao financiamento.

Então quem tem beneficiado do crédito que agora está mal parado?”, questiona, dando de seguida a resposta: “quem controla a banca em Angola infelizmente é quem faz e aprova legislação”.

“Caminhamos para uma crise muito mais grave. Se as empresas continuarem com dificuldades em reembolsar os créditos o Estado vai ter de intervir nos bancos privados, em prejuízo dos contribuintes (isto já começou via Recredit). E a banca não poderá cumprir com o papel que dela se espera num processo de diversificação da economia”, avança.

2.4 Ministro anuncia atribuição de microcréditos aos jovens

O PAÍS

21 De Abril de 2018

O ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Jesus Maiato, anunciou ontem, no Uíge, a atribuição de microcréditos aos jovens que frequentam os cursos de empreendedorismo no Centro Integrado de Empreendedorismo (CLESE) local. “O objectivo é, cada vez, mais incentivar os jovens a serem criativos e capazes de gerar a sua própria renda, ante as dificuldades que ainda existem no mercado de trabalho”, declarou à imprensa, momentos após a sua chegada à cidade do Uíge, no quadro de uma visita de trabalho de três dias à província, para constatar o funcionamento dos serviços de formação profissional e de segurança social. Por outro lado, defendeu a necessidade de um grande trabalho de sensibilização, para que as pessoas saibam a importância que a Segurança Social representa para o futuro dos trabalhadores.

Ademais, segundo a Angop, declarou que o seu pelouro está a reduzir gradualmente o volume de trabalhadores não inscritos na segurança social.

Reconheceu a existência de um leque de empresas, as chamadas rnicro e pequenas empresas, que ainda não abraçaram a cultura jurídica e de protecção social.

O governante considerou positivo o funcionamento dos serviços de formação profissional e da segurança social na província do Uíge.

O ministro deslocou-se ao município de Cangola, a182 quilómetros da cidade do Uíge, com vista a constatar o funcionamento do centro local de formação profissional. Prevê ainda visitas aos centros profissionais do INEFOP, Pavilhões de Artes e Ofícios nas cidades do Uíge e Negage, assim como a inauguração de um centro de formação feminina no

município do Songo, 40 quilómetros a Norte da sede capital da província do Uíge.

À sua chegada, Jesus Maiato foi recebido pelo governador Pinda Simão, com quem abordou o funcionamento desses sectores.

2.5 Centro ministra cursos para empreendedorismo

Jornal de Angola

22 De Abril

Texto: Valter Gomes

Um centro de formação profissional feminino, que vai ministrar cursos de Informática e Culinária, foi inaugurado no município do Songo, província do Uíge.

O centro, denominado Irmãs da Misericórdia, pertence à Igreja Católica, e foi construído e apetrechado com meios informáticos e outros equipamentos técnicos que vão permitir uma formação de qualidade para os jovens.

A cerimónia de inauguração foi orientada pelo ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Jesus Maiato.

A infra -estrutura, de um piso, está situada na sede do município, e foi construída pela Igreja Católica, em parceria com o Ministério da Administração Pública Trabalho e Segurança Social no quadro do Programa nacional de Formação Profissional Feminina

O centro tem a capacidade para albergar mais de 60 jovens, que vão frequentar os cursos de Informática, Culinária' decoração, corte e costura. Possui ainda serviços de lavandaria, secretaria, sala de cozinha e pastelaria, gabinetes e uma capela onde serão transmitidos valores sobre a educação religiosa, moral e cívica.

O centro veio juntar-se a outros dois centros já existentes e que já lançaram ao mercado de trabalho mais de quatro mil jovens formados em diversas áreas, desde a sua criação, em 2014.

O ministro da Administração Pública Trabalho e Segurança Social, Jesus Maiato, que inaugurou a instituição, no quadro da sua visita ao Uíge, pediu aos jovens e a população em geral no sentido de cuidarem da infra-estrutura para que possa servir condignamente na formação da juventude, para se alcançarem os objectivos preconizados.

Jesus Maiato garantiu para este ano a implementação, nos centros de artes e ofícios do município do Songo,

dos cursos de montagem e manutenção de antenas parabólicas, empreendedorismo, mecânica, técnicas de geração de emprego e rendas, para que os jovens saibam como e quando desenvolver o auto emprego.

"Através do programa de micro crédito para a juventude' o MAPTSS vai financiar todos os jovens formados e que apresentarem ao Ministério projectos fiáveis para o desenvolvimento do empreendedorismo e que visam ajudar no bem-estar de muitos", disse.

O programa de formação feminina que o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social leva a cabo desde 2014 já foi implementado nas províncias de Luanda, Cabinda, Cuanza norte, Huambo e Uíge. estas províncias, já foram capacitados 5.616 jovens de ambos os sexos e que têm vindo a mostrar resultados satisfatórios nas várias instituições onde são inseridos.

Depois da abertura da infraestrutura, centenas de jovens aplaudiram e manifestaram-se satisfeitos com a melhoria das condições de formação técnica e profissional, visto que já não será necessário percorrer longas distâncias para frequentar uma formação profissional.

Fernando Jorge, de 20 anos, disse que há muito que esperava pelo arranque dos cursos de Informática e Empreendedorismo na sede do município e sempre viu o sonho adiado, mas com a garantia do ministro vaticina que chegou o momento para concretizar o tão esperado sonho. "Faço pequenos negócios, mas preciso aprimorar as técnicas de empreendedorismo. Mas a abertura deste centro veio dar solução aos nossos problemas", referiu o jovem.

2.6 Mais de Kz mil milhões investidos em micro crédito para jovens

Jornal O PAIS

23 De Abril de 2018

Texto: Domingos Bento

São, no total, mil milhões e quinhentos mil kwanzas que o projecto de micro crédito na comunidade já disponibilizou para financiar e alavancar pequenas iniciativas comerciais em todo o país.

Ao todo, foram 16 mil micro empreendedores que já beneficiaram deste programa desenvolvido pelo Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social em parceria com instituições bancárias, com destaque para o Banco Sol.

De acordo com o coordenador do programa, Manuel Mbangui, cada beneficiário recebeu um valor financeiro que oscila entre Kz 200 e os 500 mil para aplicar em pequenas actividades comerciais dentro da sua comunidade com uma taxa de juros de 1,6%.

Segundo o responsável, desde que em 2008 foi criado, o projecto apresenta uma taxa de sucesso de 4C 76 por cento, facto que tem vindo a motivar as entidades financiadoras do programa, que centra o seu objectivo na independência económica de jovens com ideias criativas e inovadoras nos mais diversos ramos da actividade comercial, desde a prestação de serviços, restauração, comércio, construção civil e outros sectores.

Manuel Mbangui, que falava a OPAÍS à margem do acto de distribuição de micro créditos a cinquenta jovens empreendedores da província do Uíge, disse que a taxa de retorno tem tido sucesso devido aos mecanismos de coordenação e fiscalização que as instituições encarregadas pelo projecto têm levado a cabo. Tal como explicou, antes de receber o financiamento, o beneficiário passa por um processo de formação em matéria de empreendedorismo onde aprende a ter em foco, criar rentabilidade, bem como receber orientações de como se pode expandir e manter o negócio.

Além dos benefícios próprios, os jovens beneficiários são instruídos igualmente a ajudar outras pessoas em situações vulneráveis por via da criação de pequenos postos de trabalho que podem contribuir para melhorar da sua condição social.

Só o número de formandos em matéria de pequenos negócios, Manuel Mbangui deu a conhecer que, actualmente, a fasquia já ultrapassa os 70mil formandos, sendo que grande parte deles aguardam por financiamentos.

"Apesar da crise que o país atravessa, nunca paramos. Temos vindo a implementar as nossas acções sucessivamente porque compreendemos que é desta forma que podemos ajudar e contribuir para a melhoria das condições de vida de muitas famílias", frisou.

É preciso valorizar as ideias

Por seu lado, o ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), Jesus Maíato, disse que o Estado, em parceria com os seus parceiros, tem vindo a capacitar e apoiar, por via de financiamentos e da formação profissional, jovens com ideias e projectos criativos que vêm contribuindo para a redução dos níveis de pobreza e da dependência económica.

A título de exemplo, o governante apontou o programa de micro crédito que, no seu entender, está a ter impactos significativos no seio de muitas comunidades "a nível de todo o país.

Para a continuidade destas acções, o governante defendeu o empenho e a responsabilidade dos beneficiários de forma a tornar o programa extensivo a outras pessoas que aguardam pela mesma oportunidade.

"Se os que estão a receber agora souberem honrar e cumprir com o estabelecido, vamos poder alargar o projecto a outras pessoas que dispõem de ideias brilhantes e carecem apenas de alguém que as possa ajudar. E, para tal, é preciso que haja responsabilidade por parte de quem já recebeu o financiamento", defendeu o ministro durante o acto de entrega de micro créditos aos jovens da província do Uije, avaliados em Kz 11 milhões.

Durante a sua estadia naquela zona norte do país, Jesus Maiato aproveitou para fazer uma visita de constatação às estruturas do MAPTSS distribuídas em vários municípios. No Negage, o ministro visitou e constatou o grau de funcionamento do Pavilhão de Artes e Ofícios, o Instituto de Segurança Social, bem como o Instituto local de formação profissional.

Já no município do Songo, O governante procedeu à inauguração do Centro de Formação Feminino que vai formar, nos próximos tempos.

2.7 Banco Sol introduz serviço de seguros

Jornal de Angola

29 De Abril de 2018

Texto: Madalena José

O Banco Sol lançou na sexta-feira, em Luanda, um serviço de seguros denominado Sol Seguros, com cinco produtos disponíveis no ramo automóvel, viagens, multirrisco, vida e crédito, apurou o Jornal de Angola no local.

O presidente do conselho de administração do Banco Sol, Coutinho Miguel, afirmou que lançamento de Sol Seguros visa contribuir para o desenvolvimento e crescimento do mercado nacional, considerando que "o país clama por respostas que passam pela economia diversificada, assente na estabilidade e inclusão financeira, no mercado monetário e de seguros".

Coutinho Miguel disse que a instituição tomou um rumo de crescimento em várias áreas sociais, para

além da função bancária, com vista a responder aos novos desafios nacionais e internacionais.

Na inauguração, o presidente do conselho da administração da Agência de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG), Aguinaldo Jaime, solicitou que o plano estratégico da Sol Seguros represente "a pedra de toque" para que o sector ganhe credibilidade, confiança e responsabilidade.

"Para o sector ganhar credibilidade, é necessário que, quando haja sinistros, sejam regularizados de forma célere, mas, antes disso, tem de haver, por parte dos operadores, o cumprimento do dever de informação. É preciso que o assegurado saiba que coberturas é que está a contratar", referiu.

Na altura da celebração do seguro, reiterou, é importante que o segurador saiba quais são os riscos que estão incluídos e os que estão excluídos na cobertura da apólice, para que a indústria seja sustentável. Aguinaldo Jaime disse ainda que, apesar do sector estar a crescer, Angola está longe da média da taxa de crescimento dos seguros em África, onde a taxa de penetração ronda os 3,00 por cento, embora o país tenha um dos níveis de exigência mais elevados em termos de capital inicial para constituição de seguradoras, que é de dez milhões de dólares. O desafio do sector, segundo o presidente da ARSEG, é fazer crescer a indústria seguradora para que a taxa de penetração suba para, num primeiro momento, situar-se ao nível da média da taxa em África e se possível ultrapassar. Actualmente, o mercado de seguros angolano conta com 27 operadoras licenciadas, estando 22 em operações efectiva e outras a preparar a entrada no mercado. A Sol Seguros conta com 12 colaboradores e está disponível nos 204 balcões do Banco Sol espalhados nas 18 províncias do país.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Angola e RDC reabrem mercado na fronteira

Jornal de Angola

1 De Abril de 218

Texto: Isidoro Samutula

Os governos de Angola e da República Democrática do Congo reabriram ontem, no posto fronteiriço do Txissanda, o mercado para as trocas comerciais ao longo da fronteira entre a província da Lunda - Norte (Angola) e as províncias do Kassai, Kassai Central, Lualaba e Cuango (RDC).

A cerimónia de reabertura do mercado, encerrado há um ano, devido aos conflitos que se registavam nas províncias da RDC que fazem fronteira com a Lunda-Norte, foi presidida pelos governadores da Lunda-Norte, Ernesto Muangala, e do Kassai, Marc Manyanga Ndambu, e testemunhada pelos secretários de Estado das Relações Exteriores, Domingos Custódio Vieira Lopes, e do Comércio, Amadeu Leitão Nunes, e pelo governador do Kassai Central, Dennis Kambayi.

Com a reabertura dos mercados fronteiriços, pretende-se um comércio mais intenso ao longo da fronteira, com a projecção de lotes para infra-estruturas comerciais no mercado angolano, espaço de estacionamento de viaturas, serviços administrativos bancos e outras instituições públicas, que vão proporcionar as condições necessárias para o comércio mais desenvolvido ao longo da fronteira.

A administração municipal do Chitato, onde se situa o posto fronteiriço do Txissanda, preparou 184 lotes para os feirantes, dos quais 172 já atribuídos, sendo 34 reservados para restaurantes.

As trocas comerciais passam a realizar -se de segunda-feira a sábado, encerrando apenas aos domingos, ao contrário do passado, em que funcionavam apenas duas vezes por semana. Na altura, a sétima região tributária da Administração Geral Tributária arrecadava cerca de 30 milhões de Kwanzas por mês, valores que podem aumentar em função do aumento dos dias das trocas comerciais.

O governador da Lunda-Norte, Ernesto Muangala, disse que a reabertura dos mercados fronteiriços satisfaz os dois povos, que têm a oportunidade para a criação de empregos directos e indirectos, de modo a

contribuírem para o combate à fome e a pobreza nas províncias fronteiriças.

Os empresários de Angola e da RDC, salientou, devem aproveitar esta oportunidade para potenciar os seus negócios e contribuírem para o desenvolvimento das províncias, criando mais postos de trabalho e diminuindo o elevado índice de desemprego que assola a juventude.

A reabertura dos mercados fronteiriços, frisou, visa o cumprimento das orientações dos dois Chefes de Estado, reforçado com o encontro do Kananga na RDC, realizado em Janeiro deste ano, entre os governos da Lunda-Norte (Angola) e das províncias do Kassai, Kassai Central, Lualaba e Cuango (RDC).

O governador do Kassai, Marc Manyanga Ndambu, realçou o reforço dos laços de cooperação entre os dois países, o que demonstra ao mundo que os africanos não precisam de intermediários para resolver os seus problemas.

O governante da RDC destacou a união e a irmandade entre o povo congolês e angolano, fundamentais para as boas relações.

Marc Manyanga Ndambu reafirmou o ambiente de paz na região sob sua jurisdição, garantindo que há livre circulação de pessoas e bens nas províncias da RDC vizinhas com a Lunda-Norte. Por este facto, sublinhou que a reabertura dos mercados fronteiriços é um bom passo para a estabilidade económica e social dos povos das províncias fronteiriças com a Lunda-Norte.

Cerca de 31 mil refugiados da RDC estão instalados em vários centros na província da Lunda Norte. Em Fevereiro, as autoridades da RDC garantiram que estavam a trabalhar na criação de condições para o seu regresso definitivo.

De visita à Lunda - Norte, o governador do Kassai Central, Denis Kambayi, assegurou que os refugiados podem regressar ao país de origem, tendo em conta que “já se vive um clima de paz e estabilidade na região”.

Um mês antes, em Janeiro, os Governos de Angola e da República Democrática do Congo (RDC) acordaram iniciar, em Março, o processo de repatriamento dos cerca de 31 mil refugiados da RDC que se encontram no centro de realojamento no município do Lóvua, na província da Lunda-Norte.

A decisão foi tomada durante o encontro bilateral, de dois dias, realizado entre os governos das províncias congolezas do Kassai Central, Kassai, Lualaba e Cuango e da Lunda - Norte, pela parte angolana.

Mas o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) disse posteriormente que ainda não existiam condições humanitárias e de segurança para o início do processo de repatriamento voluntário dos refugiados congolese que estão na Lunda-Norte.

3.2 “Zungueiros” apoiam Internato de meninas

Jornal de Angola

2 De Abril de 2018

Texto: Manuel Fontoura

A Associação dos Zungueiros Solidários de Angola doou, ontem em Ndalatando, um lote de alimentos, material escolar, produtos de limpeza e higiene pessoal, brinquedos e roupas ao Internato Biata Liduina das Irmãs Salésias de Ndalatando, afecta à Igreja Católica.

O responsável da associação, Yuri Reverendo, disse que o donativo vai ajudar a minimizar as dificuldades do internato. “Os produtos que acabamos de doar vão ajudar a minimizar as carências neste internato por algum tempo. Gostávamos de ofertar mais produtos, mas a conjuntura do país não nos possibilitou”, disse.

Por sua vez, a responsável do centro, Irmã Amélia Mateus, agradeceu o gesto dos Zungueiros Solidários, ressaltando que os bens doados vão colmatar algumas dificuldades que assolam a instituição que dirige.

Amélia Mateus sublinhou que as raparigas que vivem no centro foram para lá crianças, e “hoje, fruto de muita dedicação e esforço da própria congregação e de outros parceiros, elas estão crescidas e precisam cada vez mais de apoios”.

Augusta Eusébio, em nome das meninas acolhidas no internato, elogiou o gesto dos Zungueiros Solidários.

O internato tem 40 meninas, com idades compreendidas entre os 11 e os 19 anos. Além da formação académica as internadas fazem cursos profissionais.

A Associação Zungueiros Solidários de Angola existe há cerca de nove anos.

3.3 Venda informal de medicamentos tradicionais e um perigo iminente

Jornal O PAÍS

02 De Abril de 2018

Texto: Joel Coimbra

Viúva e mãe de três filhos, Débora Natércia comercializa medicamentos tradicionais. É daí que sai o seu sustento. Não cobre todas as despesas de casa, mas as essenciais. Ainda assim, diz que o negócio a ajuda imenso.

Dona “Dé” confessou nunca ter passado por uma formação, mas admitiu que se houvesse oportunidade passaria. “Até porque o conhecimento nunca é demais”, acrescentou.

Conheceu as propriedades dos medicamentos que comercializa, desde criança, através da sua avó materna. Sentada no passeio de uma cantina, com o rosto esbranquiçado pela poeira, dona Dé confessa gostar do que faz. No entanto, lamenta que os seus filhos não lhe queira seguir as pegadas.

“Comecei a vender no antigo Roque Santeiro. O pai deles ainda estava em vida, ele não se implicava comigo por vender esses medicamentos. Pelo contrário, apoiava. Uma vez a minha filha foi vender, chamaram-na de “pequena kimbandeira” e para lá ela nunca mais voltou”, conta.

Como toda e qualquer vendedora ambulante, dona Dé mostrou-se indignada com o trabalho dos fiscais. “Nós não temos paz” disse, “esses fiscais não respeitam, mas não respeitam mesmo. Chegam, bicam as nossas coisas e, às vezes, nos dão com o porrete”.

“Bruxas”, dizem os outros

No mundo da medicina tradicional há diversidade de grupos. Existem os curandeiros, bruxos, “kimbandeiros” (adivinhos), médicos tradicionais e as vendedoras ambulantes.

Quem não conhece essa diversidade pode fazer confusão, por isso, às vezes, acaba “ferindo” quem tem como objecto de trabalho a medicina tradicional.

Dona Dé conta que teve colegas, que foram confundidas e chamadas de bruxas.

“Eu tenho uma amiga que era chamada de bruxa, por vender medicamentos tradicionais. Ela vivia no Calemba 2, tanto que teve de sair de lá porque lhe acusavam de muitas coisas. Quando alguém sonhasse mal, acusavam-na, quando alguém tivesse uma doença que demora muito para curar, também lhe acusavam. Graças a Deus nunca fui chamada de bruxa”, revelou.

“Esses medicamentos são naturais, se ficarem ao sol não fazem mal algum”.

Num ambiente totalmente ensolarado, num dia em que, segundo o INAMEI os barômetros marcavam 28 graus Celsius, os medicamentos eram comercializados sem qualquer tipo de refrigeração. Muita poeira se fazia sentir. Inclusive, passavam pessoas com máscaras para evitarem a inalação do pó.

“Uma vez a minha filha foi vender, chamaram-na de ‘pequena-Kimbandeira’ e para lá nunca mais voltou.

Não havia uma única sombrinha, apenas a parede a que se encostava dona Dé e uma sua colega da labuta dava uma sombra que amenizava os raios solares. A vendedora ambulante insistiu que esses medicamentos não têm problemas se ficarem expostos ao sol. “Aqueles medicamentos da farmácia é que não podem ficar no sol, esses medicamentos são naturais, se ficarem no sol não fazem mal algum”, disse.

Ao lado estava a senhora Clementina, que também comercializa medicamentos tradicionais.

Mulher de 53 anos de idade, também aprendeu o ofício com a sua avó e “confirma” que a exposição ao sol dos medicamentos não tem mal algum.

Os medicamentos, segundo dona Clementina, não têm uma data específica de caducidade.

Dependência de medicamento para relações sexuais

Diogo Manuel (nome fictício) garantiu a O PAÍS que desde muito cedo começou a ter relações sexuais, mas hoje já não tem a potência sexual ideal certa para satisfazer uma mulher, segundo disse.

“Tudo começou quando um amigo meu me disse que para voltar no activo e ser um pouco mais 'feroz' tinha de comprar o 'Jola Miongo' (estimulante sexual)”, contou.

Assim, Diogo procurou por uma senhora que lhe vendeu uma pequena porção e acordaram que, caso a potência sexual voltasse, ele regressaria e compraria a grosso.

“Provei, gostei e nunca mais parei”, disse. Aos 29 anos estava no auge da sua vida sexual. Agora, com 37 anos de idade, diz que se tornou dependente deste remédio e que quando acorda já não fica excitado. Já procurou por outras ajudas, mas sem sucesso.

Riscos de Cirrose Hepática e Barriga de Água

O coordenador nacional para Área do Ensino da Câmara dos Terapeutas Tradicionais, Gabriel Joaquim Viva, afirmou que a maneira como as vendedoras ambulantes conservam os medicamentos tradicionais é errada.

Os danos causados podem variar de acordo com o problema que se pretende tratar. Segundo ele, a conservação e a dosagem desregrada têm consequências diferentes, a dosagem pode provocar a “Barriga de água” ou a Cirrose Hepática (“problema que ocorre no fígado, quando os medicamentos e a sua propriedade fotoquímica não têm força para o metabolismo do organismo desfazer aquilo que nós tomamos”).

Ainda referiu que o fígado é um órgão acessível e é o que filtra os elementos depois distribuídos através do sistema cardiovascular. Quando isso não acontece, pode ocorrer também a “Barriga de Água”, como a nossa população conhece.

Continuando, o terapeuta acrescentou que manter um medicamento exposto ao sol e à poeira não é adequado.

A questão da venda de medicamentos na rua está a ser, nos últimos dias, um problema para o Ministério da Saúde. “Cheguei ontem da província do Namibe, onde encontramos o mesmo problema. É que alguns saem do Congo Democrático e vendem esses produto de forma ambulante”, disse.

O medicamento, para o naturalista, não deve ser adquirido da maneira como se adquire, mas, sim, “deve ser indicado por um profissional que conhece o funcionamento anatómico do indivíduo, que vai avaliar o peso, o que come o que não come, o que já tomou, o que não tomou”.

“Ouso com má orientação, ouso através do sobrinho que comprou e teve êxito e de outros que dizem que 'eu comprei e resultou' não pode nos influenciar. Portanto, a conservação tem sido um problema muito sério. O que se pretende é uniformizar a medicina convencional e a medicina natural”, explicou.

3.4 Dois mil trabalhadores domésticos inscritos no INSS

Jornal O País

4 De Abril de 2018

Texto: Stela Cambamba

O director nacional de Segurança Social, José Manuel Chivala, afirmou, à margem da mesa redonda sobre os direitos dos trabalhadores domésticos, realizada pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, que por agora já foram inscritos em todo o país dois mil e 262 trabalhadores domésticos.

A província de Luanda, por ter maior densidade populacional, lidera com 900 funcionários domésticos inscritos, seguida por Benguela com cerca de 60 e Huíla com 40, tendo as outras localidades registado uma timidez no andamento do processo.

A grande preocupação está relacionada com o cumprimento no pagamento de impostos, uma vez que, daquele número, apenas 40% dos empregadores começaram a pagar o Imposto sobre o Rendimento de Trabalho (IRT). No seu entender, este número é ínfimo, tendo em conta a realidade do país, pelo que acredita ser necessário que se trabalhe muito na divulgação, de modo a se ter dados mais consistentes.

De acordo com Pier Paolo Baladelll, representante do PNUD e coordenador do sistema das Nações Unidas, o trabalho doméstico é o sector que apresenta o nível mais alto de informalidade, por isso, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) recomenda que sejam implementados incentivos e medidas de redução do número de funcionários domésticos na informalidade.

Fez questão de lembrar que Angola é Estado membro da Convenção Contra todas as formas de Discriminação da Mulher, desde 1986, o que a obriga a adoptar medidas que ponham fim aos males que afectam a classe feminina.

Importa frisar que o trabalho doméstico é aquele pelo qual uma pessoa se obriga, mediante retribuição, a prestar a outrem, com carácter regular, sob a direcção e autoridade deste, actividades destinadas à satisfação das necessidades próprias ou específicas de um agregado familiar ou equiparado e dos respectivos membros. Designadamente preparação e confecção de refeições, lavagem e tratamento de roupa, limpeza e arrumação da casa, vigilância e assistência a pessoas idosas, crianças e doentes, execução de serviços de jardinagem, de apoio de transporte familiar e coordenação e supervisão de tarefas mencionadas.

Na ocasião, a secretária de Estado para os direitos humanos e cidadania, Ana Celeste Januário, defendeu que o Executivo Angolano pretende, com a realização de seminários, promover o debate sobre os direitos das trabalhadoras domésticas e a igualdade de género, bem como divulgar o Decreto n.º 155/16, de 9 de Agosto, sobre o trabalho doméstico.

Por fim, fez saber que se está a trabalhar para prevenir o tráfico de seres humanos para exploração laboral, fomentar a parceria e o diálogo com as organizações da sociedade civil, promover a educação em direitos humanos e colher contribuições para melhorar as políticas públicas em sede da protecção das trabalhadoras domésticas.

3.5 Empreendedorismo na Comunidade promove auto-emprego e reinserção social da população

Jornal de Angola

5 De Abril de 2018

Texto: Edivaldo Cristóvão

Desde a conquista da paz, em 2002, o Executivo tem implementado em todo o país programas de formação profissional, que já capacitaram milhares de jovens, segundo dados divulgados pelo Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS). Por esta via, a população alvo tem oportunidade de criar o auto-emprego, assegurar a integração sócio produtiva e garantir o seu sustento e o das suas famílias.

O Jornal de Angola apurou que o programa de empreendedorismo capacitou, até final do ano de 2017, mais de 22 mil jovens finalistas do ciclo formativo. A este número, juntam-se cerca de 400 outros beneficiários do projecto voltado para a comunidade, como resultado de 97 acções formativas. As unidades formativas do Sistema Nacional de Formação Profissional capacitaram mais de 12.000 jovens para "Criação do próprio negócio e procura de emprego". No mesmo segmento, quase 700 jovens beneficiaram de crédito, no âmbito da implementação do programa "Empreendedorismo na Comunidade".

Fonte do MAPTSS confirmou ao Jornal de Angola que, ao nível dos Centros Locais de Empreendedorismo e Serviços de Emprego (CLESE), foram capacitados 1.169 alunos. Nos centros tutelados pelo Instituto Nacional de Formação Profissional (INEFOP) foram ministrados 149 cursos, enquanto os Centros privados realizaram

320 acções formativas. Como resultado, o Ciclo Formativo de 2017 beneficiou 44.548 jovens.

Inserido no programa de modernização e desenvolvimento do país, o Sistema Nacional de Formação Profissional visa estimular a criação de emprego. As suas estruturas estão actualmente descentralizadas e disseminadas em 18 serviços provinciais, 31 Centros de Formação Profissional, 14 Centros Integrados de Emprego e Formação Profissional, 35 Centros Móveis e 61 pavilhões de formação em Artes e Ofícios.

Além dos Centros Públicos, o INEFÚP tem registadas 35 instituições de outros organismos estatais e 459 de centros privados. As áreas de formação que mais se destacaram ao longo dos últimos anos são as de Carpintaria, Serralharia, Agricultura, Comércio, Gestor de Pastelaria e Culinária. Por via de um acordo firmado entre o MAPTSS e o Banco Sol, os formandos beneficiam de micro crédito, com valor equivalente entre mil (mínimo) e cinco mil (máximo), sendo a taxa de juro fixada em 1,67 por cento.

Paulo Queta, de 31 anos, formado no CLESE, é um dos contemplados com o micro crédito. Disse à reportagem do Jornal de Angola que vai, agora, expandir seu negócio.

A aposta do jovem no empreendedorismo surgiu por via da criação de gado bovino. Desde criança, ajudava os pais, na fazenda, a cuidar de animais de criação. A actividade despertou-lhe o interesse em abrir um negócio para garantir o seu próprio sustento. Daí surgiu a ideia de inscrever-se no CLESE, onde aprendeu a começar um negócio com os meios disponíveis.

A rotina adquirida a cuidar de suínos levou o jovem a apostar no ramo da pecuária e transformação de produtos derivados do porco. A sua empresa produz chouriço caseiro, febras, farinha, carne salgada, linguiça e morcela. "Consegui montar uma pequena fábrica onde faço este trabalho, com apenas uma máquina para encher, o fumeiro e duas mesas de corte. Falta uma máquina para empacotar. Mas, com o crédito que recebi, vou poder comprá-la e montar outros equipamentos para expandir o negócio", anunciou. Nesta fase do negócio, Paulo Queta consegue vender, pelo menos, dez quilos de chouriço e maior quantidade de carne salgada por dia. Os seus principais clientes são proprietários de bares e restaurantes. Às vezes, faz entregas ao domicílio. O jovem empreendedor garante que, com a compra da máquina, poderá empacotar diariamente 100 quilos de produtos diversos. O alcance desta cifra vai permitir-lhe fazer contratos com os grandes

supermercados. A sua empresa tem sete funcionários, mas a tendência é aumentar, de acordo com o volume de trabalho. O salário dos trabalhadores varia entre 27 e 67 mil kwanzas. "Aconselho os jovens a nunca desistirem dos seus sonhos. No princípio, surgem muitas dificuldades, mas é preciso ter coragem para persistir e ter sucesso", encorajou.

Funcionamento dos centros

Para garantir a operacionalidade dos centros de formação, o Executivo prevê assegurar aos formandos incentivos de ordem financeira e técnica, como créditos bonificados, empréstimos e apoio técnico, para que eles possam montar o próprio negócio. Mas as soluções que se previam não tiveram aplicação prática, devido ao grau de destruição em que o país se encontrava; ao nível das infra-estruturas e do tecido empresarial, bem como às limitações do sector financeiro e bancário. Com cenário de guerra ultrapassado, têm sido criadas soluções alternativas para auto-sustentação das pessoas que vivem nas aldeias, bairros suburbanos e nas áreas periféricas das grandes cidades. O objectivo dos programas é reduzir as dificuldades inerentes à obtenção de rendimentos, por parte dos profissionais de artes e ofícios em todo o país.

Pretende-se ainda, no âmbito do mesmo projecto, elevar a oferta de bens e serviços às comunidades, proporcionando oportunidades de emprego e de formação profissional em contexto real de trabalho, aos jovens e demais grupos vulneráveis. Estudos realizados mostram que 80 por cento das empresas criadas por pessoas com um mínimo de seis meses de estudo (empreendedorismo) mantêm - se em funcionamento cinco anos após a sua criação.

Na vertente contrária, apenas 40 por cento dos empresários que iniciaram negócios sem nenhum preparo sobreviveram por igual período. Em Luanda, foram criados programas nos centros de empreendedorismo do Kikolo, Cazenga e Viana.

Os programas de financiamento, em regime de micro crédito, têm como grupo alvo jovens provenientes dos centros de formação profissional, institutos públicos ou privados e universidades. São, igualmente, contemplados empreendedores das comunidades que desenvolvem actividades geradoras de rendimento, como carpintarias, serralharias, cantinas, recauchutagens, pastelarias, oficinas de mecânica, alfaiataria etc.

Esperança dos jovens

Na abertura do ciclo formativo de 2018, do Instituto Nacional de Formação Profissional (INEFOP),

recentemente, na Huíla, o ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, disse que os jovens constituem o núcleo fundamental da mão-de-obra do país, incentivando-os a apostar no segmento da formação profissional, como ferramenta segura para um futuro próspero.

Manuel Nunes Júnior considerou que só com determinação, disciplina, empenho e visão empreendedora é que se pode obter bons resultados. "Os jovens não devem esquecer que a grande diferença entre os países desenvolvidos e os menos desenvolvidos reside no desnível do conhecimento. Os que possuem maior conhecimento têm mais capacidade de prosperar", disse.

O Ministro de Estado considera que o desenvolvimento e o crescimento económico de Angola pressupõe a intervenção do homem com qualificação científica e tecnológica. Por esta razão, é fundamental o investimento no capital humano. Acrescentou que a promoção de uma cultura científica e tecnológica garante desenvolvimento sustentado das potencialidades e a redução da dependência do exterior.

A formação profissional deve responder aos anseios dos jovens e ser dirigida prioritariamente da economia, atendendo a que o país dispõe de grande extensão de terra arável, recursos hídricos consideráveis e um grande potencial para gerar renda para as famílias e riqueza para o país.

"Exemplo mais evidente é a própria província da Huíla, que possui recursos naturais abundantes", referiu o governante.

Neste ciclo formativo de 2018, estão matriculados cerca de 25 mil e 287 estudantes, nas mais de 149 especialidades que compõem a grelha de cursos do Sistema Nacional de Formação Profissional. Este ano, o programa conta com 1.239 professores, que vão assegurar a formação nos 142 centros tutelados pelo INEFO P. Estima-se que os centros privados que integram o Sistema inscrevem cerca de 30 mil formandos, totalizando assim cerca de 55 mil alunos para o presente ciclo formativo. "Tendo em conta as necessidades do país, consideramos que este número ainda é insuficiente.

Por esta razão, devemos continuar a trabalhar no sentido de não só aumentar a oferta dos centros públicos, como também fazer parcerias com os centros privados. Poderemos partilhar equipamentos, como, por exemplo, os laboratórios e outros meios complementares da aprendizagem, de modo a estimular a oferta formativa nos domínios técnicos,

no sector privado. Temos vindo a observar que a oferta de cursos por este sector está confinada a cursos pouco ligados às tecnologias", disse o ministro.

Manuel Nunes Júnior defende a implementação do sistema de certificação profissional para permitir que cidadãos detentores de competências e habilidades profissionais comprovadas possam obter a carteira profissional.

Continuar acreditar

Cleide Jacinto tem 33 anos e sempre teve queda para o empreendedorismo. Para garantir o sustento, começou o seu negócio com um saco de trigo de 50 quilos e apostou na pastelaria.

Com apenas dez mil kwanzas, a sua incursão pelo empreendedorismo começou. Sempre acreditou no sucesso. Aconselha os jovens a não estarem apenas focados nos financiamentos dos bancos. "O pouco que temos podemos multiplicar. É possível começar e esperar o desenvolvimento do negócio", garantiu.

Para expandir e fortalecer o seu negócio, Cleide procurou o CLESE, onde frequentou o curso de empreendedorismo. Sentiu necessidade de fazer a formação para ter bases mais sólidas do negócio. Por via do curso, conseguiu ter directrizes para abrir uma pastelaria e uma loja de comércio misto e a retalho. O seu rendimento tem sido satisfatório e já conseguiu empregar mais seis pessoas, que ganham, em média, um salário de 25 mil kwanzas.

A nossa interlocutora é também presidente da Associação dos Empreendedores do Lubango pelo CLESE. O núcleo tem obtido bons resultados na missão de auxiliar o empreendedor, desde a constituição da sua empresa até ao acompanhamento na obtenção de financiamento. Segue-se a monitorização do desenvolvimento económico do empreendedor, até à devolução do crédito à banca.

Cleide Jacinto garantiu que as pessoas inscritas na associação têm cumprido com as obrigações relativas à devolução do crédito ao banco. O núcleo conta com 50 associados e 95 por cento destes cumprem-nas sem problemas. Este programa tem mudado a vida de muitas famílias. O actual contexto do país aponta que o sector empresarial público e privado tem como papel fundamental e decisivo a qualificação e valorização da mão-de-obra nacional.

Os investimentos no sector da economia têm sustentado a geração de empregos, com destaque para as áreas da Agricultura, Pescas, Construção Civil e Obras Públicas, Geologia e Minas, Transporte,

Comunicações, Indústria, Turismo e prestação de serviços.

Para atender estes programas, desde 1975, foram criados em todo o país 635 centros de formação profissional. A responsabilidade destas instituições era antes assumida pelo Ministério da Educação, mas desde 1995 que as competências passaram a ser atribuídas ao Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTESS), com objectivo de dar respostas à implementação das políticas activas de emprego que têm demonstrado resultados satisfatórios.

A gestão do sistema de formação é feita com base nas regras meto do lógicas da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Com a criação do Instituto Nacional de Formação Profissional (INEFOP), tem sido possível assegurar a execução de políticas relativas à organização do mercado de emprego, bem como a direcção e coordenação do sistema de formação profissional definidas e aprovadas pelo Executivo.

Em relação à formação, houve um incremento dos cursos ajustados à demanda do mercado de trabalho e à dinâmica da evolução tecnológica, passando de 105 a 137 especialidades, o que representa um aumento de 30 por cento.

O Sistema Nacional de Formação Profissional é um instrumento que está sob a gestão do MAPTESS. Os programas de formação estão subdivididos em brigadas que foram criadas para ajudar a combater a delinquência juvenil e impulsionar o empreendedorismo, que dá possibilidade aos jovens de criarem as suas próprias empresas e gerar empregos.

O Centro Localde Empreendedorismo e Serviços de Emprego (CLESE) joga um papel importante, devido aos vários programas que estão a ser implementados para proporcionar ideias para negócios estruturados, abrir empresas e facilitar a colocação dos jovens no mercado de trabalho. As incubadoras de empresa ajudam jovens com dificuldades em encontrar espaço para o início da sua actividade.

3.6 O monopólio e a concorrência

Jornal de Angola
6 De Abril de 2018

Angola optou pela economia de mercado, tendo o legislador constituinte atribuído ao Estado a tarefa de estabelecer em leis ordinárias regras reguladoras de actividades económicas, para se evitarem situações que possam prejudicar produtores e consumidores.

O Executivo angolano está, particularmente, empenhado em trabalhar no sentido de se acabar com imperfeições no mercado, promovendo por via de legislação a sã concorrência entre agentes económicos. O Executivo submeteu recentemente ao Parlamento uma proposta de Lei da Concorrência que já foi discutida na generalidade e na especialidade e que, a entrarem vigor, pode contribuir para que as empresas possam concorrer num ambiente de competição com regras bem definidas, sem monopólios ou oligopólios.

Cruz Lima, director-geral do Instituto de Preços e Concorrência, disse que, com a referida proposta de diploma legal, “o Executivo vai introduzir pela primeira vez no ordenamento jurídico um sistema de defesa da concorrência, através de uma lei que integra princípios e regras de sã concorrência”.

Os governantes estão apostados, por exemplo, em acabar com situações de monopólio, porque sabem das suas consequências negativas para a economia, desejando que o mercado esteja em concorrência perfeita, em que existem muitos compradores e muitos vendedores, de forma a que nenhum comprador ou vendedor individual exerça influência sobre o preço.

Quando uma empresa se monopoliza o preço de venda será maior que o preço de mercado em concorrência perfeita e o nível de produção inferior. A empresa monopolística obterá, em geral, maiores lucros que em concorrência perfeita e os consumidores serão prejudicados ao pagar um preço superior e não ter muitas opções de escolha de bens e serviços.

O Executivo pretende que, no quadro da diversificação da economia, haja em Angola um empresariado nacional robusto capaz de se inserir competitivamente no contexto da economia internacional e um ambiente de negócios que atraia o investimento privado estrangeiro e angolano. É do interesse do Estado que haja no país muitas empresas a prestarem bens e serviços, para que não haja possibilidade de se manipular a quantidade disponível de produtos e os preços do mercado. Num mercado de concorrência perfeita, o poder de influir nas condições deste está mais repartido e isso beneficia os consumidores.

3.7 Mercados da fronteira leste do país tendem a alargar a base tributaria

Jornal de Angola

11 De Abril de 2018

Texto: Armando Sapalo

A retoma das transacções comerciais, com a reabertura dos mercados localizados 'nos postos fronteiriços entre a província da Lunda-Norte (Angola) e as de Kassai, Kassai Central, Lualaba e Kwango (República Democrática do Congo), permite alargar para os cofres do Estado a base das receitas provenientes da cobrança de taxas aduaneiras afirmou o director da Sétima Região Tributária, Inácio Mourão.

Em declarações ao *Jornal de Angola*, o director dos serviços regionais tributários que abrangem as províncias da Lunda-Norte, Lunda-Sul e Moxico, disse que a AGT (Administração Geral Tributária) criou condições técnicas e humanas para garantir o controlo da entrada e saída de mercadorias no país, com vista a proporcionar rendimentos fiscais significativos ao 'Tesouro Nacional', até agora dependentes das receitas petrolíferas.

“Em termos de condições técnicas e humanas, a AGT está preparada para responder o desafio, de garantir o controlo de mercadorias ao longo dos mercados fronteiriços da Lunda -Norte com as províncias da RDC, e proporcionar receitas fiscais significativas para o Tesouro Nacional”, afirmou Inácio Mourão.

O director da Sétima Região Tributária disse que o comércio que se realiza ao longo dos mercados fronteiriços da Lunda-Norte, é ainda de pequena intensidade, mas com a nova estratégia em termos de organização estabelecida pelas autoridades locais, os indicadores de arrecadação de receitas são animadores.

Os mercados fronteiriços da Lunda - Norte deixaram de arrecadar receitas em Março do ano passado, com o encerramento temporário dos respectivos postos, devido à tensão étnica e política na região congoleza de Kassai.

Agora, com a reabertura para trocas comerciais, as autoridades angolanas perspectivam o aumento do volume de negócios entre os dois países.

Inácio Mourão disse que os indicadores dos anos anteriores, a nível dos mercados fronteiriços em termos de cobrança mensal, rondavam os 30 milhões

de kwanzas, enquanto no exercício fiscal anual, os rendimentos chegavam a mais de 300 milhões.

Mercado angolano

O director do Gabinete provincial do Comércio, Indústria e Recursos Minerais da Lunda-Norte, Hermelindo Lopes, afirmou que o mercado da fronteira do Chissanda está agora melhor organizado, em relação ao período anterior. Antes, os vendedores angolanos atravessavam a fronteira para comercializarem os seus produtos a partir do mercado do Kamakó, no território da RDC, o que criava enormes constrangimentos, sobretudo, na especulação do valor das taxas aduaneiras.

Hermelindo Lopes explicou que como forma de promover um ambiente saudável de negócios e evitar a concorrência desleal nas transacções comerciais, a parte angolana criou também o seu mercado. “Temos, agora, um mercado angolano no Chissanda e outro do lado congolês, no Kamakó, que permitem que cada venda no seu território e facilite a acção dos serviços aduaneiros de cada país”, referiu.

O responsável disse, que a Administração Municipal do Chitato já loteou 184 espaços para igual número de feirantes, dos quais 34 vão prestar serviços de restauração. Os feirantes angolanos podem vender produtos que interessem aos congolezes e vice-versa “a medida, em que o mercado ganhe desenvoltura - esclareceu Hermelindo Lopes - a Administração Municipal do Chitato cria condições para o surgimento de estabelecimentos comerciais de maior capacidade, principalmente, armazéns”.

Hermenegildo Lopes destacou o contributo do mercado fronteiriço na geração de empregos, a um número considerável de cidadãos de ambos os países. Vendedores, revendedores, estivadores, motoristas e outros, conseguem, a partir do mercado, rendimentos para o sustento de suas famílias.

Hermenegildo Lopes explicou que o mercado fronteiriço do Chissanda, passa a funcionar de segunda-feira a sábado, das 08h00 às 17h00 contra os dois dias por semana do período anterior, quando as permutas ocorriam às quartas-feiras e sábado.

3.8 Casas de câmbio há mais de quatro meses sem divisas

Jornal Visão

13 de Abril de 2018

Para reverter o quadro actual de paralisação das actividades comerciais de venda de divisas, a Associação das Casas de Câmbio de Angola (ACCA)

remeteu uma carta ao governador do Banco Nacional de Angola, José de Lima Massano, onde solicita a liberalização total do preço das notas, podendo desta forma cada empresa praticar a sua tabela com vista a combater o mercado informal.

Por outro lado, autorizar as operações como agentes de correctoras do mercado de capitais e a exercer o serviço postal em todo o país, fazendo também as operações de pagamento de luz e água.

Na mesma carta dirigida ao governador do BNA, a direcção da associação dirigida por Hamilton Macedo pede que seja autorizado às casas de remessas realizar trabalhos de venda de cartões pré-pagos a agentes das empresas de telemóveis. A ACCA quer ainda, no quadro das suas actividades, realizar os serviços de transferência e consultoria a pequenas empresas, importadores e ex-portadores de mercadorias no valor limite de 50 mil dólares.

O proprietário da casa de remessas Sukulider, Victorino Baptista, lamenta o actual quadro, uma vez que se vêm forçados a despedir trabalhadores face à ausência de compra de moeda estrangeira. "Pomos retirados dos leilões há seis meses sem qualquer informação e se a situação persistir seremos obrigados a despedir os nossos funcionários", alertou.

A empresa, que possui um número significativo de trabalhadores, quer explicações sobre a restrição imposta às casas de câmbio pelo BNA, que apenas fornece aos bancos comerciais.

Victorino Baptista ressaltou a importância das casas de câmbio no sistema financeiro de qualquer país, uma vez que apoia na conversão da moeda local em estrangeira e apoia nas transferências ao exterior.

A Sukulider, com representações em vários países, acredita que tem ajudado muitas famílias a ver minimizadas preocupações de saúde e educação. Na sua opinião, o BNA deve criar um mecanismo de avaliação de todas as instituições de câmbio que operam no país por si autorizadas e supervisionar através de relatórios e demonstração de resultados, tomando isso como critério para se alocar divisas.

A casa de câmbio Ribeiro Oliveira está há mais de cinco meses sem alocação de divisas. A sua directora, Stiviandra de Oliveira, considera discriminatória a actual situação, uma vez que só os bancos comerciais têm privilégios nos leilões operados pelo BNA.

Apesar de considerar crítico o défice de divisas no país, acredita ser possível alocar uma parte para as casas de câmbio que operam sob regulação do BNA. "Não se entende como é que as kinguilas têm acesso às divisas, que são comercializadas de forma

especulativa no mercado informal, e nós que apoiamos o sector financeiro estamos sem as notas", lamentou.

A gestora da Ribeiro Oliveira quer do governador do BNA uma medida que permita definir de forma oficial a actividade das casas de câmbio no país.

3.9 Quando a opção é viver no lixo

O PAÍS

13 De Abril de 2018

Texto: Alberto Bambi

Aumenta cada vez mais o número de famílias que, desde 2010, decidiram fazer do antigo aterro sanitário do Lobito, em Benguela, o seu habitat. Problemas de saúde pública e outros são ignorados pelos "moradores do lixo", como são tratados pelo pessoal dos arredores, alegando não terem outra escolha.

Victorina Nassessa, uma das primeiras moradoras do bairro que ganhou o nome de Caimbra, contou que a correria ao referido local começou há oito anos com alguns trabalhadores que controlavam a balança de lixo.

"Como os camiões depositavam o lixo de noite e tinha de ser medido para se determinar o valor a ser pago às empresas de limpeza então, muitas vezes, esses trabalhadores tinham de pernoitar aí", referiu em língua Umbundu, tendo acrescentado que, nessa altura, o local já era frequentado por catadores de lixo.

De acordo com a entrevistada, a zona começou a ganhar mais inquilinos quando a INAR decidiu proceder à compra de garrafas para os seus produtos.

"Foi aí que as pessoas provenientes dos bairros Eléctrica, Alto Bocoio, Lixeira e do vizinho município do Bocoio passaram a constituir casebres no bairro Caimbra", disse Victorina Nassessa.

Questionada se como mãe não lhe preocupava o risco de saúde que as condições da zona oferecem aos moradores, Victorina, que revelou a existência de grávidas de mais de sete meses no bairro, esboçou um sorriso, enquanto respondia, dizendo que ela, os seus e os miúdos dos vizinhos já estavam acostumados a lidar com a situação.

O antigo aterro sanitário já testemunha a construção de casas definitivas, mas quase todas não possuem quarto de banho, pois, de acordo com o senhor João, não adianta construir este compartimento, porque a lixeira já está próxima. Assim, segundo deixou patente, às noites e às madrugadas são os períodos

que os adultos reservam para defecar ao ar livre, ao passo que as crianças podem satisfazer essa necessidade a qualquer hora do dia.

João contou que no princípio das ocupações houve uma tentativa de os tirar daí, mas as necessidades da Administração de ter prestadores de serviço da balança, e da INAR de ter catadores de garrafas, garantiram a extensão do bairro Caimbra. A venda de terrenos que acontece nas imediações do antigo aterro sanitário anima os moradores do lixo a permanecerem no local, sob pretexto de ganharem legalidade das suas propriedades. “Se aqui próximo, estão a vender terrenos, então, nós não estamos ilegais aqui e queremos ver a nossa aventura compensada”, observou João.

Lixo de luxo

Apesar de já não ser frequente o depósito de lixo no bairro Caimbra, não são poucas as vezes em que algumas basculantes traçam este destino. Quando isso acontece, os moradores correm imediatamente ao local do depósito para verem se encontram alguma coisa valiosa. “Nem tudo o que vem aqui é lixo, porque há pessoas que se enganam em deitar alguma coisa”, referiram os moradores, citando ocasiões em que já encontraram dinheiro e objectos de muito valor no meio dos resíduos sólidos.

Água da chuva

Como era de se esperar a água constitui o maior desafio para os aventureiros de Caimbra. Para terem o precioso líquido, os moradores submetem recorrem aos camiões cisternas que passam pela área, uma alternativa que os mesmos dizem não ter sempre sucesso.

Por isso, eles consideram o tempo chuvoso como o período de graça, pois, quando chove, envidam esforço para armazenar água para beber e cozinha, deixando o banho diário para os grandes buracos abertos pelas máquinas das empresas de construção destacadas na Estrada Número 100.

Num desses depósitos, a reportagem de O PAÍS constatou a presença de crianças que tomavam banho, sob o olhar impávido dos progenitores, que alegaram não terem muitas opções.

Carlinhos, o pequeno que comanda e domina as acrobacias durante a natação revelou que, algumas vezes, os mais velhos de Caimbra também se servem do referido charco para os banhos.

3.10 Guiché Único registou mais de 16 mil empresas em 2017

Jornal OPAÍS

15 De Abril de 2018

Miguel Kitari

A crise tem sido aproveitada por muito empreendedores para inovar e criar novas empresas, facto que tem dinamizado ainda mais o trabalho dos técnicos do Guiché Único de Empresas.

O director-geral do Guiché Único, Israel Namby, referiu que “por causa do ritmo de solicitações, só em 2017 foram criadas mais de 16 mil empresas de diversos sectores de actividades.

O responsável avançou ainda que, só este ano, até Fevereiro, foram constituídas 2200 empresas. “Dados em nossa posse indicam que, apesar da crise, o Guiché Único mantém a demanda, uma vez que são constituídas 50 empresas por dia.

Acrescentou que os jovens empreendedores procuram cada vez mais os serviços do Guiché Único, no sentido de agilizar o processo da criação das suas empresas e começar a actuar no mercado nacional de forma legal.

Mais de 19 mil empresas constituídas

Desde a sua criação, o processo de constituição de empresas está mais facilitado. Assim, foram inscritas um total de 19 789 empresas através do balcão do Guiché Único de Empresas. De forma discriminadas, o GUE criou 1796 empresas de comerciantes individuais, 1292 sociedade anónimas, e 16 701 sociedade por quota.

O Guiché Único de Empresa é um serviço público cujo objectivo é facilitar o processo de constituição, alteração ou extinção de empresas e actos afins.

O capital mínimo para a constituição de uma sociedade por Quotas de USD 1.000,00 USD (ou o equivalente em kz) e duas pessoas no mínimo.

E para a constituição de uma sociedade anónima, o capital mínimo deve ser de USD 20.000,00 US, igualmente o equivalente em kz e 5 pessoas no mínimo.

. Entretanto, o Instituto Nacional de Estatística tem registadas, na sua base, mais de 152 mil empresas, de diversos ramos de actividade. Quanto se criam-se

novas, a estatística diz que só em 2016 foram encerradas demasiadas empresas, em todo o país. O número de pessoas que foram para o desemprego decorrente desta situação ainda está por apurar.

3.11 Pode ser condenado até dois anos de prisão

Jornal O PAÍS

15 De Abril de 2018

Texto: Romão Brandão

O jurista Manuel Marinho, em entrevista ao jornal OPAÍS, lamenta o facto de muitas zungueiras passarem por estas situações, não só de ferimentos graves, mas também de casos que levam à morte.

A zungueira está a fazer o seu trabalho, o fiscal também, pelo que este último entende que ela está a cometer uma transgressão administrativa, mas também “deve perceber que a sua actuação deve ser proporcional. Isto é, o fiscal bate com porrete a alguém que nada tem para se defender”, disse.

Há situações em que há um certo exagero da parte dos fiscais, segundo o jurista, pelo que é preciso ter um certo cuidado ao interpelar estas senhoras, e quando a acção do agente dá origem à morte ou danos físicos, deve ser responsabilizado civil ou criminalmente.

Se for numa situação em que agente agiu por falta de perícia, estaríamos perante um homicídio involuntário, por ter havido uma desproporcionalidade de meios por parte do agente, que no Código Penal vai de 1 mês a 2 anos de prisão e multa correspondente.

Agora, naquelas situações em que o agente aborda a zungueira, há um desentendimento e este dispara contra, estamos diante de um homicídio voluntário. Aqui houve intenção de matar, dada a desproporcionalidade de meios (a zungueira está sem arma e agente tem uma).

Explica que, nas situações em que a zungueira é perseguida e acaba morta por atropelamento, está-se perante um crime público e qualquer cidadão pode intentar uma acção contra o fiscal ou o polícia. No âmbito da responsabilidade civil só podem ser os familiares da zungueira a intentar uma acção.

“É preciso dar dignidade a estas pessoas, investir na educação, tanto dos fiscais quanto das zungueiras. Ninguém tem o direito, seja fiscal ou polícia, de bater o outro. O corpo deve ser protegido”, defende.

Os agentes devem utilizar uma certa pedagogia, segundo Manuel Marinho, o que muitas vezes não se tem verificado. Tem havido ofensas corporais quando se pode usar a educação. É necessário esclarecer as zungueiras, porque muitas nem sequer sabem o que é transgressão administrativa por exemplo.

Para finalizar, disse que os juristas estão disponíveis para explicar aos fiscais como agir nestas situações, para que não se viole os direitos fundamentais, como o direito a vida e a protecção, por exemplo.

3.12 Quando se perde a vida fugindo dos fiscais

Jornal O PAÍS

15 De Abril de 2018

Texto: Romão Brandão

Um final triste, de arrepiar, mas que tem levado muita gente a reflectir sobre a forma como os fiscais e/ ou polícias tratam os vendedores ambulantes. Em finais de Dezembro de 2016 morreu uma zungueira, em Viana, nas imediações da Fibrex, na sequência de uma perseguição de agentes da Polícia Nacional.

Vestida de saia feita com pano samakaka, a vendedora de bolachas perto da estrada, em busca do sustento para os filhos, não foi bem-sucedida naquela zunga e perdeu a vida a 28 de Dezembro de 2016, num atropelamento, quando fugia da agressão dos polícias. Sangue no asfalto e pessoas ao seu redor, a zungueira perdeu a vida no local, por traumatismo craniano.

Apesar de, na altura, a Polícia ter desmentido que ela tenha perdido a vida na sequência da perseguição destes, as pessoas que presenciaram o acto disseram o contrário, bem como as vozes que se levantaram nas redes sociais. Dada a repercussão que teve o assunto e a forma como a zungueira perdeu a vida, até hoje este caso é recordado, tanto pelo presidente da Associação de Vendedores Ambulantes de Luanda (AVAL), quanto pelo jurista entrevistados pelo OPAÍS.

Infelizmente, apesar da gravidade do problema, lamenta o presidente da AVAL, José Cassoma, ninguém é responsabilizado e nada acontece com aqueles que provocam a morte de vendedores ambulantes, ou que causam danos graves resultante de uma das suas perseguições.

Só no primeiro trimestre de 2018, a referida associação recebeu telefonemas de um total de 403 zungueiras que viram a sua integridade física violada,

por parte de fiscais e/ou polícias. O número de denúncias, este ano, em comparação com o anterior, é reactivamente mais alto, o que faz a AVAL considerar que este ano é realmente mais violento.

Os municípios de Viana e do Kilamba Kiayi são os que maior número de violação de direitos humanos das zungueiras tem registado, seguidos de Cazenga e Cacuaco. José Cassoma já presenciou muitos casos de violência contra as zungueiras e lembra o caso de um fiscal que recebeu um negócio e a vendedora ambulante acabou apanhando trombose, no Benfica.

“Outra, na zona da RNA, tentou fugir dos fiscais e acabou em baixo de um camião. Em Viana, uma zungueira, durante a fuga na ponte, tropeçou e partiu as pernas. O Governo não quer que se fale destes assuntos, e alguns órgãos de comunicação alinham no mesmo diapasão. “Já estive com os administradores do Cazenga, por exemplo, e Cacuaco, e não há interesse em resolver este problema de forma pacífica”, disse.

Fiscais sem salário aproveitam-se das zungueiras. A associação fez a entrega de várias propostas ao Governo da Província de Luanda, no sentido de tirar a Polícia e os fiscais desta frente de perseguição às mulheres zungueiras, também porque já se estão a organizar, mas nunca obtiveram resposta positiva.

A organização tem a proposta de cada vendedor ter um cartão, poder pagar algum imposto e as administrações indicarem os locais onde possam exercer normalmente a sua função. Para a AVAL os problemas dos vendedores continuam a ser resolvidos apenas na sala da fiscalização, pois em momento algum se criaram políticas sérias a fim de solucioná-los.

Também tem conhecimento de que muitos fiscais que não têm salário aproveitam a apreender os bens das zungueiras para fazer o seu salário. Assim, “muitos são falsos fiscais, uma vez que tornou-se comum fazerem um passe de fiscal no “pau grande”, no Cazenga, e com um colete qualquer andar atrás das zungueiras”, denuncia.

São anomalias que a associação registou e que também preocupam. Há polícias inclusive, que não têm nada para levar para casa e, mesmo sem terem sido orientados, vão à rua e recolhem os alimentos das zungueiras.

Para José Cassoma, é necessário compreender que uma das razões que têm levado as pessoas às ruas, para a zunga, é a falta de emprego, por isso “é desumano criar uma rede de homens para perseguir estas vendedoras”, disse, acrescentando que “nenhum

Governo sério resolve um problema recorrendo ao uso da força”.

Soluções foram apresentadas pela associação para a resolução do problema da venda ambulante em Luanda, como a criação de uma cooperativa dos vendedores, e solicitaram ao supermercado KERO que apadrinhasse a mesma, uma vez que os vendedores ambulantes têm zonas de cultivo, contribuindo assim para a diversificação da economia.

O projecto foi desviado, segundo o presidente da AVAL, e não está a atender aos vendedores ambulantes, tal como inicialmente tinha sido previsto. São contempladas outras pessoas que nada têm a ver, e os que criaram o projecto não são tidos nem achados. Por essa razão, Cassoma acha que é o Governo quem cria os zungueiros e é o próprio quem tenta combatê-los.

3.13 Aterro Sanitário “vende” produtos fora do prazo

Jornal de Angola

16 De Abril de 2018

Texto: Fula Martins

Os trabalhadores da Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda (Elisal) e elementos da Polícia Nacional, afectos à 3ª Unidade de Protecção de Objectivos Estratégicos (UPPOE), estão a ser acusados de comercializar diversos produtos expirados, que, em princípio, deviam ser destruídos no Aterro Sanitário, localizado no bairro dos Mulenvos.

Celeste Domingos, residente há cinco anos no bairro “Ana Paula”, revela que trabalhadores do Aterro Sanitário têm procurado clientes interessados em adquirir produtos que são depositados para destruição, por terem vencido os prazos de validade. Conta que, há alguns dias, por volta das 21 horas, deparou-se com uma motorizada de três rodas, conduzida por agentes da Polícia Nacional, com diversas caixas de frango e carne expirados, para serem comercializados naquele bairro.

“Se tivéssemos uma máquina fotográfica, na altura, tirávamos fotos desses polícias para denunciá-los”, disse a senhora, acrescentando que o negócio geralmente é realizado no período da noite. “De dia, os funcionários fazem os contactos e, de noite, vendem os produtos”, denunciou.

A moradora confirmou que os agentes em causa pertencem à UPPOE, destacados no Aterro

Sanitário. “Os agentes que saíram com a motorizada carregada com mercadoria pertencem a essa unidade”, garantiu.

Augusto Kínguari, outro morador, refutou as acusações segundo as quais os moradores têm invadido o Aterro Sanitário, em busca de produtos alimentares expirados para comercializá-los no mercado paralelo. Segundo o testemunho, são os funcionários do aterro que trazem os produtos cá para fora, para vender aos moradores.

“Funcionários com farda da Elisal aparecem transportados em carrinhas cheias de produtos, como carne, peixe, frangos, fiambre, chouriço, salsichas, queijo e vendem à população”, acusou, confirmando, igualmente, o envolvimento dos agentes da polícia no negócio.

Augusto Kinguari, morador há dois anos, nos Mulenvos, disse que o negócio não é novo, vem de muito tempo.

“O negócio reduziu um pouco, devido à crise, mas já foi mais intenso num passado muito recente”, garantiu. O morador acrescentou que as pessoas hoje têm consciência de que os produtos são impróprios para a saúde. Mas, infelizmente, ainda há aqueles que insistem nesse tipo de negócio”, lamentou.

DOENÇAS

António Katandala, técnico de saúde pública, alerta a população que o consumo de produtos expirados pode causar doenças graves como alergias e intoxicação intestinais que podem levar a morte da pessoa. “É perigoso o consumo de produto que com prazo expirados”, aconselhou.

O profissional de saúde defendeu ser necessário a Polícia Nacional e a Inspeção-Geral do Comércio fiscalizarem o transporte de produtos expirados entre os supermercados e o Aterro Sanitário, para que não sejam desviados para o mercado paralelo. “É durante o trajecto tudo pode acontecer”, disse.

POLICIA NEGA ACUSAÇÕES

O comandante da 3ª Unidade da Polícia de Protecção de Objectivos Estratégicos, superintendente Alberto Gomes, nega as acusações dos moradores. Segundo o oficial superior da Polícia Nacional, as mercadorias são desviadas no trajecto entre os armazéns e o Aterro Sanitário e, depois, vendidas no mercado paralelo, sem o envolvimento dos agentes da corporação. “Os produtos, quando saem dos armazéns, não são escoltados e a Polícia desconhece o que acontece durante o trajecto”, disse o comandante.

Alberto Gomes explicou que não é responsabilidade da Polícia Nacional detectar, na origem, os produtos com tempo de validade vencido ou deteriorado, mas sim dos proprietários das superfícies comerciais.

“A responsabilidade da polícia é garantir que os produtos sejam pesados e destruídos depois de chegarem ao aterro”, explicou.

O superintendente garante que os agentes daquela unidade estão orientados a se absterem dessas práticas e, se forem apanhados a desviar produtos estragados para a comercialização, são submetidos a um processo disciplinar, que pode culminar com a expulsão da corporação.

A autoridade exortou os moradores a se dirigirem àquela unidade para denunciar, caso hajam provas, os agentes envolvidos nesse negócio.

“A população deve denunciar todos aqueles que colocam em perigo a saúde pública”, defendeu, apelando aos responsáveis das empresas envolvidas na segurança do aterro a sensibilizarem os seus efectivos para se absterem dessas práticas.

Além da 3ª Unidade da Polícia de Protecção de Objectivos Estratégicos, existem outros órgãos que garantem a segurança do Aterro Sanitário dos Mulenvos, nomeadamente, a ELISAL e a empresa G4, que protegem a incineradora.

A polícia está no local exactamente para impedir a saída dos produtos destinados à destruição.

VULNERABILIDADE

O perímetro do aterro sanitário dos Mulenvos é de 8 mil metros lineares. É limitado por diversos rios-seco e por uma vasta área acidentada. Quando chove, criam-se ravinas, que contribuem para a destruição dos postos de vedação.

O superintendente Alberto Gomes reconheceu que essas vulnerabilidades têm influenciado no patrulhamento nocturno. Por isso, foi endereçada uma carta ao presidente do Conselho de Administração da Elisal a solicitar a resolução do problema da iluminação pública e da vedação destruída. “A Elisal, na qualidade da gestora do aterro, deve colocar no local, torres de iluminação pública e repor a vedação destruída, para que possamos fazer um patrulhamento mais eficaz no perímetro do Aterro Sanitário”, disse.

O Luanda, Jornal Metropolitano, constatou, no local, que parte da vedação foi destruída pelas chuvas que se abateram, nos últimos tempos, sobre Luanda. Este

cenário contraria informações que apontavam os moradores como autores do roubo da vedação.

3.14 Zungueiras

Jornal OPAÍS

16 De Abril de 2018

Texto: Maria Leite

Caro director

Sei que muito já se falou sobre este assunto, mas acabo de ler a vossa reportagem sobre as zungueiras. Lembro-me de que para disfarçar o assunto, há alguns anos muita gente procurou tirar partido do sofrimento das zungueiras, em artigos nos jornais e em livros, como se a vida de zungueira fosse algo para valorizar, em vez de ser uma preocupação do Governo e uma situação social a extirpar da nossa sociedade.

A zungueira é uma sofredora, E vai continuar a ser uma sofredora porque mesmo que o Estado consiga abrir fábricas e outras actividades, a zungueira já tem filhos para cuidar, já é mãe e pai das crianças, não tem formação profissional, não sabe ler nem escrever na maior parte dos casos, A zungueira é a encarnação da pobreza sobre contra a qual pouco se pode fazer, A não ser que o Estado adopte em Angola medidas sociais que lhe proporcionem um rendimento mínimo para viver.

Espanta-me que haja preocupação com a imagem das cidades, mas não haja com os filhos das zungueiras, que não têm infantários para serem bem educados enquanto a mãe trabalha.

Não pode haver preocupação com a imagem das cidades antes de haver preocupação com a vida das pessoas.

Espanta-me que toda agente se aproveite das zungueiras, desde os fiscais e polícias sem escrúpulos, até aos pintores e escritores que por elas nada fazem.

A zunga é uma realidade social que precisa de ser debatida com urgência pelos poderes e pelas universidades, A única forma de acabar com ela é fazendo com que ela se torne desnecessária, Enquanto for a única possibilidade de vida para os milhões de angolanos que zungam, toda a tentativa de repressão apenas trará conflitos sociais e, infelizmente, histórias como as que li na vossa reportagem.

3.15 INAPEM pede flexibilidade na cobrança dos impostos

Jornal de Angola

18 De Abril de 2018

Texto: Natacha Roberto

O administrador do Instituto Nacional de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (INAPEM), Samora Kitumba, defendeu ontem, em Luanda, a criação de um mecanismo de pagamento de taxas fiscais a longo prazo, como forma de reduzir o número de empresas que declaram falência devido às excessivas multas aplicadas pela Administração Geral Tributária (AGT).

Em declarações ao jornal de Angola, Samora Kitumba informou que algumas empresas são credoras do Estado fruto do trabalho que prestam às instituições públicas e, nesta condição, contraíram dívidas desde 2013. "Muitas empresas têm dívidas com o Estado e é este mesmo Estado, representado pela AGT, que, por outra via, cobra taxas fiscais e aplica multas pesadas às firmas", apontou.

Samora Kitumba citou ainda o caso de falência de muitas empresas prestadoras de serviço que têm como principais clientes empresas do Estado. Na sua opinião, se o objectivo é alavancar a economia com a geração de empregos, a aplicação excessiva e pesada de multas às pequenas e médias empresas, cria um cenário de redução significativa de empregos e contribuintes para a administração fiscal.

"Não é esse cenário que queremos, por isso a instituição fiscal deveria criar um mecanismo de avaliação caso a caso para poder aplicar as taxas. Tudo deve ser feito em função da condição de cada uma das empresas", explicou.

O administrador do INAPEM socorreu -se de dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) para afirmar que 1.600 empresas suspenderam o Número de Identificação Fiscal (NIF) e, deste número, 560 encerraram as suas actividades. Dados ainda do Instituto Nacional de Estatística apontam que 152 mil empresas estão registadas das quais 104 aguardam o início da actividade. "As 104 empresas foram constituídas mas não avançaram as actividades económicas por incapacidade de pagarem créditos e altas taxas de juros", disse.

De um total de 150 mil empresas existentes, cerca de 46 mil estão registadas e aparecem como potenciais contribuintes à economia. Estas, segundo Samora Kitumba, devem merecer a atenção da AGT, caso tenham pagamentos de taxas fiscais em atraso.

Para Samora Kitumba, deve ainda existir um encontro de contas entre as empresas e a AGT para dar a possibilidade de encontrar soluções de pagamento das taxas fiscais aplicadas, evitando assim o número acentuado de empresas falidas. "Se pensarmos numa perspectiva de crescimento e maior contribuição para o Estado, para aquelas que ainda contribuem devia existir maior flexibilidade e um mecanismo de compensação a não asfixia das mesmas", declarou.

Quanto às finanças, Samora Kitumba afirmou que as pequenas e médias empresas possuem tesouraria muito limitada, que vive de recursos adquiridos no quotidiano, por não terem acesso ao crédito, nem Poupanças que lhes permite se manterem no mercado durante muito tempo e de forma independente. Sobre a concentração de maior número de pequenas empresas em Luanda e terem prioridade na aprovação dos projectos, Samora Kitumba disse que o contexto leva as firmas a desenvolverem os negócios na capital, onde estão concentradas as instituições. "Ninguém desenvolve o seu negócio onde existe estradas degradadas e ausência de infra-estruturas adequadas", apontou o administrador do INAPEM.

3.16 Kupapatas de Malanje

Jornal O PAÍS

18 De Abril de 2018

Texto: João Manuel Francisco

Caro director,

Os meus cumprimentos calorosos desde a terra da Palanca Negra Gigante. Muito se falou sobre a manifestação de jovens de Malanje no dia 4 de Abril, o Dia da Paz e da Reconciliação Nacional. Naquele dia, a ideia que se passou foi a de que o povo de Malanje está contra o seu governador provincial.

Mas se é assim, então estamos contra todo o Governo porque o governador só pode gerir o orçamento que lhe é alocado. Naquele dia, na verdade, a maioria dos manifestantes eram jovens kupapatas, os motoqueiros. O governo está a tentar pôr ordem na forma como eles trabalham e até a proteger as suas próprias vidas e das pessoas que les transportam, porque muita gente tem sido vítima de acidentes em que as motas estão envolvidas.

Meus caros, sou um pouco viajado e não vejo noutras partes a desordem que os nossos motoqueiros causam. Mesmo aí em Luanda, todos sabem que os kupapatas andam como suicidas, não respeitam nenhuma regra de trânsito, entram em contramão,

ultrapassam pela direita, não páram nos sinais, não obedecem à ordem dos polícias, ultrapassam toda a gente nas bombas de combustíveis, levam mais duas ou três pessoas numa mota.

E se provocam um acidente, agem logo em grupo. Atacam a outra pessoa, partem o carro. Então, tentar disciplinar esta classe para o bem da sociedade e para o seu próprio bem é errado?

Todos temos de trabalhar em alguma coisa para ganhar o pão, mas com confusão de alguns ficamos todos a perder. Apoio que eles se manifestem se estão a lhes tirar o pão, mas também acho que deviam fazer um exame de consciência e ver onde é que não têm razão. E a forma como se manifestaram, atirando pedras, só prova a confusão que eu disse que eles fazem.

3.17 Camiões com gasóleo apreendidos no Zaire

Jornal de Angola

19 De Abril de 2018

Três camiões-cisternas carregados de gasóleo, que seriam contra bandeados para a República Democrática do Congo, foram apreendidos, no fim de semana, no município do Cuimba, província do Zaire.

Os camiões saíram da província de Luanda para abastecer uma das bombas de combustível da comuna do Buela, município do Cuimba, mas foram desviados com destino à República Democrática do Congo, tendo a acção sido abortada pela Polícia ainda em território nacional.

O combustível, se chegasse à República Democrática do Congo, seria comercializado em bidões de 20 litros, informou o porta-voz da delegação do Ministério do Interior na província do Zaire, Carlos Fidel. Os motoristas dos camiões foram detidos sem documentação que pudessem atestar que o destino do combustível era um posto de combustível do município do Cuimba.

O porta-voz disse estar a Polícia preocupada com o aumento do tráfico de combustível para a República Democrática do Congo, um crime praticado por angolanos em conluio com cidadãos do país vizinho.

Por outro lado, uma viatura Toyota Land Cruiser, furtada na província de Luanda, a 7 deste mês, foi localizada e apreendida na província do Zaire, uma acção policial facilitada por o veículo ter o sistema GPS.

O porta-voz Carlos Fidel informou que a Polícia Nacional está orientada pelo Comando-Geral da corporação a reforçar o combate aos crimes que ocorram ao longo da fronteira do Zaire com a República Democrática do Congo.

3.18 Mercado nacional de bens é dos mais rápidos de Africa

Jornal de Angola

20 De Abril de 2018

Texto: Pedro Peterson

O último relatório do "Doing Business 2018" sobre o mercado concorrential em Angola aponta que o mercado nacional é dos mais rápidos em crescimento no espaço de bens de consumo imediato no continente africano. Tem um rendimento crescente, população jovem, tendo a economia sido afectada pela queda dos preços do petróleo.

O sector informal também tem desempenhado um papel instrumental no processo de crescimento e observa-se uma tendência deste sector a aproximar-se lentamente da quota do mercado informal.

Aliás, com uma população de 28 milhões de cidadãos a crescer 3 por cento ao ano, cerca de 48 abaixo dos 14 anos, e mais 50 abaixo dos 65 anos, o documento acrescenta que os dados demo gráficos são favoráveis para mais investimento de longo prazo nos diversos sectores.

Todos esses factores fazem com que várias empresas multinacionais e não só, vejam o mercado angolano uma oportunidade para a expansão dos negócios.

Por isso, novos retalhistas, como o Candando, entraram no mercado, o Kero e o Shoprite continuam em expansão dentro e fora de Luanda.

Angola tem um grande número de fabricantes em vários sectores e o país está bem servido por uma grande variedade de fornecedores nacionais e regionais, e por vezes estas unidades fazem acordos entre si para dominar o mercado, daí a necessidade de uma lei para travar tais conluios. No caso particular do sector de bebidas, é um dos mais dinâmicos e em crescimento. Atrás do petróleo e do gás natural, este sector pode ser identificado como o segundo sector económico de mais rápido crescimento, depois da pesca continental, que apesar ser um mercado de muita controvérsia, as estatísticas apontam que, durante a última década, o consumo de bebidas alcoólicas e não alcoólicas aumentou substancialmente devido ao rápido crescimento económico e ao aumento do PIB per capita.

O crescimento dos sectores não petrolíferos parece muito promissor para os investidores devido à crescente classe média e ao aumento do consumo de produtos para consumidores internos, como alimentos e bebidas. Muitos intervenientes estão actualmente a aproveitar as oportunidades oferecidas. Nos próximos anos, será esperado mais investimento em bebidas e outras infra-estruturas relacionadas para atender a crescente demanda.

Política de concorrência

Como se sabe, a concorrência leva as empresas a melhorar continuamente a sua eficiência, condição "sine qua non" para uma melhoria constante do nível de vida.

O Tratado de Roma, por exemplo, base de regulação das comunidades europeias, inclui nos seus artigos 85° e 86° as principais normas respeitantes à Lei de Concorrência.

No essencial, o artigo 85° proíbe acordos entre empresas que distorçam a concorrência entre si. Já o artigo 86°, por seu turno, proíbe as empresas dominantes do abuso de uma posição no sentido afectar o comércio entre os estados membros.

Em função disso, a lei de concorrência deve incidir-se nas seguintes vertentes:

Transferência de rendimento (regulação das tarifas alfandegárias e nos subsídios as empresas nacionais), na protecção aos "predadores" (possibilidade de o Estado viabilizar as empresas que não seriam viáveis de outra forma, devido ao comportamento estratégico das rivais estrangeiras).

Deve incidir ainda, na protecção dos sectores estratégicos ou prioritários da economia, nos acordos horizontais (entre empresas do mesmo mercado) e nas relações verticais (entre produtores e comerciantes).

O abuso de posição dominante e as políticas de fusão, assim como a regulação de mercado e de preços deve ser também uma tarefa do Estado para garantir o bom funcionamento dos mercados.

Regular o mercado

Um dos papéis do Estado numa economia é actuar como agente regulador do mercado. Em situação de comércio internacional em que o poder de mercado seja um factor preponderante, o Estado pode assumir um papel como agente estratégico que influencia positivamente no jogo estabelecido entre empresas nacionais e estrangeiras.

No caso de Angola, a maior parte dos nossos mercados não são suficientemente concorrenciais para que se possa considerar o papel estratégico do Estado praticamente relevante, embora existindo algumas excepções, como no sector das Telecomunicações, na importação de combustíveis, na produção do cimento, na compra de diamantes e na produção de bebidas.

O sector das Telecomunicações é por natureza, o mais concorrido a nível das economias do mundo, pois verifica-se maior intervenção do Estado no que toca à regulação de preços, à entrada de novos operadores. Por essa razão, só existem duas operadoras de telefoniamóveis e uma fixa no mercado

3.19 Moto-Taxistas obrigados a pagar 45 mil kwanzas para recuperar a motorizada

Jornal O CRIME

21 De Abril de 2018

Texto: Loide Costa

Segundo alguns visados ouvidos pelo 'O Crime', existe uma guerra declarada pelo Governo da Província contra a actividade de moto-táxi e, para tal, a Polícia local tem vindo a usar a força e o poder que ostenta para sacrificar o ganha-pão de muitos jovens desempregados que se dedicam a esta actividade.

As medidas, segundo apuramos, são inúmeras e drásticas, ferindo os princípios e leis que regem o País, onde se destacam os exorbitantes valores para recuperar as motorizadas, perseguições e atropelamentos de moto-taxistas e seus ocupantes que, muitas vezes, acabam em mortes.

Em 2016, aquando da implementação da medida de coerção da actividade de moto-táxi no centro da cidade, impedindo a circulação de motorizadas sem matrícula e com ocupantes sem capacete no centro da cidade, houve alguma insistência de alguns motoqueiros, tendo aceite a medida e começarem a fazer suas actividades na periferia, mais tarde.

Com o passar do tempo, segundo contam, as pessoas por trás desta medida, viram os benefícios que advêm da apreensão de motorizadas e começaram a apertar o cerco aos moto-taxistas, perseguindo-os até à periferia, com intuito de ganhar rendimentos à custa dos kupapatas.

Quando são apreendidas as motorizadas, os proprietários são obrigados a fazer o depósito de 45

mil em duas contas, sendo numa o valor de 3 mil kwanzas e noutra os restantes 42 mil kwanzas,

Gaspar Firmino, sociólogo local, garante haver uma espécie de negócio no seio dos responsáveis da Polícia em Malanje, que focaram nos kupapatas o centro de suas actividades diárias, deixando para o segundo plano o objectivo por que existem, que passa pela segurança e garantia do bem-estar da população.

O estudioso afirma, ainda, que a proibição coerciva deste serviço tem causado danos severos no seio de várias famílias, que tinham como fonte de subsistência os rendimentos desse trabalho e que garantia a continuidade da formação básica dos filhos.

Note-se que há uma espécie de perseguição aos moto-taxistas, porque mesmo que as motorizadas estejam documentadas e a fazer-se o uso de capacete, a Polícia persegue-os e, em muitos casos, acaba mesmo em tragédias mortais.

"A maior parte dos comandantes nas paradas definem a meta a cumprir - a apreensão das motorizadas -, bem como, os valores recolhidos destas apreensões durante o dia". Acrescenta o sociólogo, considerando ser lamentável este comportamento da Polícia.

Quando interpelados pela população sobre estas práticas, a Polícia alega não ser legislada a actividade de moto-táxi no país, daí a necessidade da sua erradicação.

3.20 Autoridades põem ordem na capital

Jornal 24 horas

26 De Abril de 2018

Cerca de 180 rulotes comerciais instaladas no distrito urbano da Ingombota, em pleno centro da cidade de Luanda, foram removidas nos últimos dias pelas autoridades por falta de licença para o exercício da actividade e obstrução da via pública.

A situação foi confirmada à comunicação social pelo administrador distrital da Ingombota, Hélder Balsa, explicando que resultou da "Operação Morcego II", durante a qual os fiscais detectaram apenas 20 rulotes licenciadas para a actividade comercial. "A operação está em curso, mas dos dados preliminares podemos avançar que identificamos no distrito cerca de 200 rulotes, das quais apenas 20 estão licenciadas. Um quadro que precisamos trabalhar para reverter a situação e melhorar a imagem da cidade", disse.

De acordo com o administrador daquela circunscrição da capital angolana, o combate das transgressões administrativas lidera as acções do sector que dirige, sendo que, a fiscalização aposta no combate de oficinas a céu aberto, recauchutagens ilegais e ainda a venda ambulante.

"Temos ainda a ocupação de espaços da via pública ilegal, com restaurantes e lojas ainda a usarem passeios públicos como sua estrutura. Precisamos melhorar a nossa mobilidade, por ser esta área o coração da cidade de Luanda" sustentou.

Nesse sentido, o administrador acrescentou que têm sido desenvolvidos "vários programas e operações" nesta área do centro de Luanda, sobretudo com "acções pedagógicas". "Nas fases subsequentes não descartamos alguma coercibilidade, em casos de irregularidades recorrentes, para então mantermos o controlo das situações ilegais", justificou ainda.

Com cerca de 380.000 habitantes, o distrito urbano da Ingombota compreende os bairros da Kinanga, Maculusso, Ingombota sede, Patrice Lumumba e Ilha do Cabo, sendo a saúde e a educação uma preocupação igualmente das autoridades locais.

3.21 Chuva em Luanda cria oportunidades para novos negócios

Jornal O PAÍS

30 De Abril de 2018

Texto: Brenda Sambo

Numa altura em que a crise se faz sentir e Luanda regista fortes chuvas, muitos jovens accionaram a criatividade para empreender. OPAÍS rumou ao mercado do Kicolo, localizado no município do Cazenga, onde as pessoas se aproveitam do mau estado das vias de acesso ao mercado, normalmente a lama e a água parada, para fazerem algum dinheiro.

Georgina António deixou de vender cerveja na barraca para alugar botas de borracha a quem deseja entrar no interior do mercado, de forma a facilitar o trânsito. Com este novo negócio chega a facturar mais de nove mil Kwanzas por dia, diferente daquilo que ganhava no seu negócio anterior.

O aluguer de um par de botas custa Kz 200, sendo que, dependendo do dia, a facturação ronda entre os sete mil Kwanzas e os 10 mil Kwanzas. A vendedeira contou ainda que as Terças-feiras e Sábados são os dias em que mais factura, por serem de maior afluência ao mercado.

Georgina gaba-se de estar a ganhar mais no negócio das botas do que nos da bebida, pois, desde Janeiro do presente ano até Março, contabiliza uma facturação de mais de 300.000 mil Kwanzas (trezentos mil Kwanzas).

Para levar as botas, o cliente deixa como garantia o seu calçado, mas, apesar disso, existem algumas pessoas que já não regressam com as botas. Um par de botas de plástico tem o custo avaliado de Kz 1500 a Kz 2000, pelo que, para muitos clientes é preferível furta.

No mesmo mercado, encontramos o jovem Francisco Chatula, vendedor de sacos, que aproveita a ocasião para fazer botas de sacos a quem deseja entrar no interior do mercado. Sempre muito atento e dinâmico, o vendedor fica perto das paragens de táxis para incentivar os clientes a "fitacular" os sacos em forma de bota.

Normalmente Francisco compra as embalagens de sacos num dos armazéns do mercado em causa, no valor de Kz 1.000 (mil Kwanzas). Entretanto, o vendedor cobra Kz 100 só de "fitar" as referidas botas feitas com sacos. Diariamente chega a "fitar" mais de 20 pessoas o que perfaz um lucro de Kz 2.000 (dois mil Kwanzas).

Com o dinheiro que ganha sustenta a sua mãe e paga o colégio (mensalmente Kz 4500) em que frequenta actualmente a 12^a classe.

Água com detergente em pó embalado

Já no interior do mercado, também perto de uma poça de lama, encontrámos Julieta Glória a comercializar água com detergente "omo", em embalagens pequenas. Parece água para beber, mas na verdade a mistura com detergente em pó serve para lavar os pés.

É uma oportunidade de negócio que viu, depois de registar que muita gente que frequentava o mercado, depois das compras tinha os calçados cobertos de lama ou os pés empoeirados. Assim, cada saco com aproximadamente 350ml fica no valor de Kz 10.

Julieta Glória, que habitualmente vendia bolos no mercado, conta que também largou o negócio anterior para vender "água com omo", de modo a aproveitar a época chuvosa e o mau estado do mercado. Cada bidão de 50 litros de água compra-o a Kz 50, do qual consegue fazer diariamente cerca de Kz 750, por bidão.

Enquanto a nossa interlocutora "zunga" água com detergente em pó no interior do mercado, há quem prefira montar duas banheiras com o mesmo produto

fora do mercado, para lavar os pés e escovar os calçados de quem por aquele mercado passe, como é o caso de Teté Domingos.

De acordo com a comerciante, que deixou de vender água mineral e gasosa naquele mercado para lavar pés e calçados, a lavagem custa Kz 50. Teté diariamente atende 20 a 25 pessoas e, dependendo do dia, factura de Kz 1.500 a Kz 2000 (dois mil Kwanzas).

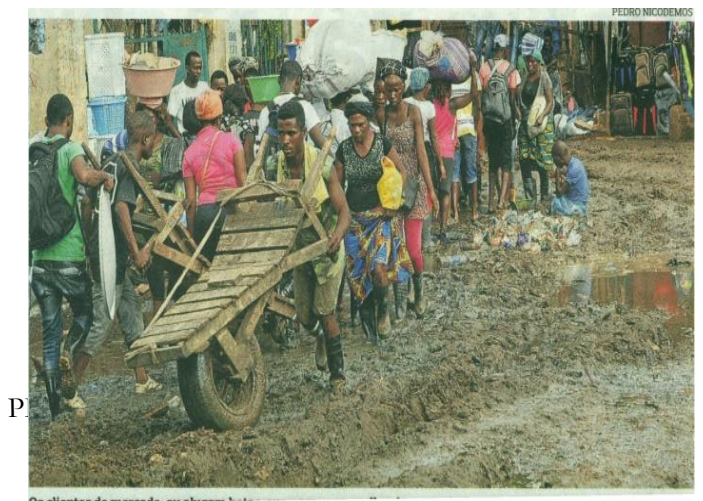
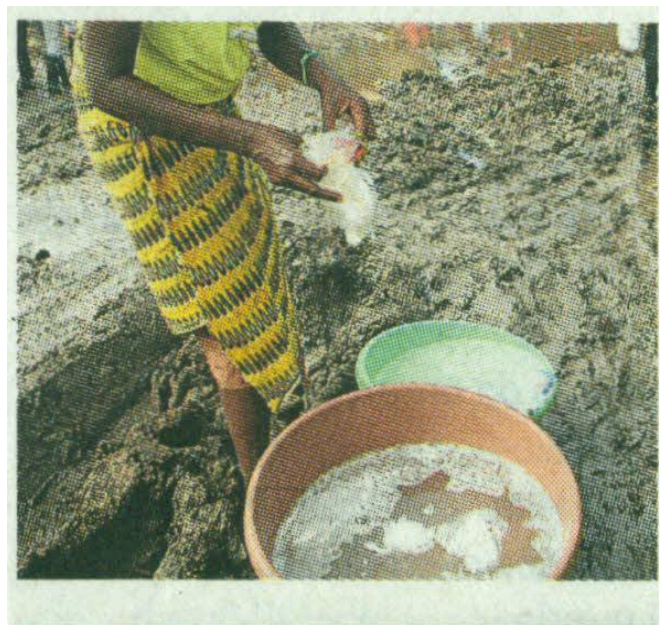
“Estou a fazer o negócio por causa das chuvas e também para ajudar as pessoas que sujam o seu calçado aquando da visita ao mercado”, defende. Quem elogiou a iniciativa das comerciantes foi Celeste Avelino, uma das clientes que lavava os pés na altura em que a nossa reportagem rondava o Kicolo.

“Quando chove fica difícil andar no mercado, por causa da lama e da água, para além do facto de esta lama e água poderem trazer doenças”, disse.

Já no Calemba II, no município de Belas, para finalizar a nossa ronda, encontrámos Jacinto Amaral, de 24 anos, carregador de bagagem em carro de mão, também conhecido como roboteiro, que aproveita a época chuvosa para transportar algumas pessoas no seu carrinho.

O transporte facilita a travessia nas zonas com lamaçal, cobrando Kz 50. O período da manhã tem sido o mais concorrido e, por isso, aproveita o período da tarde, quando tem poucos clientes que queiram atravessar, para trabalhar como carregador de bagagens. Diariamente, transportando pessoas, Jacinto faz cerca de Kz 1.000.

Teté Domingos deixou de vender água e gasosa para lavar pés e escovar calçados

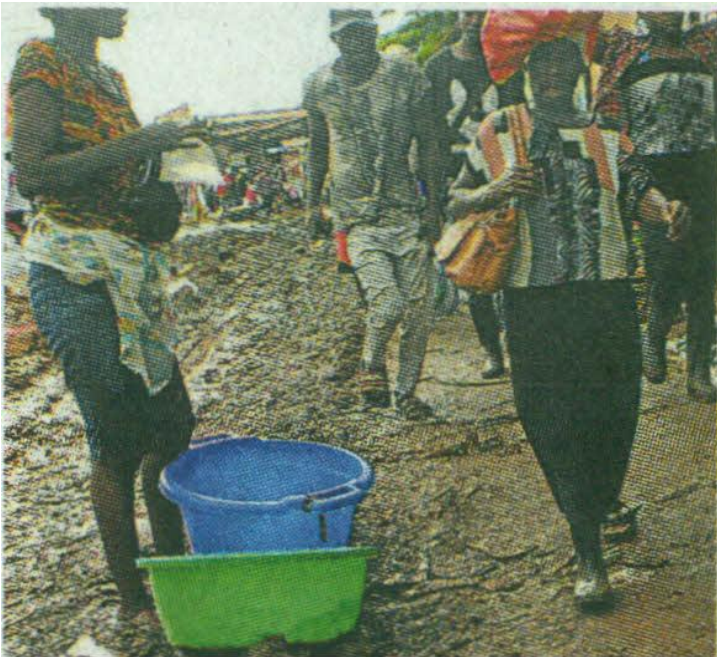


P

De clientes do mercado, por alguns...



Georgina António deixou de vender cerveja na barraca para alugar botas de borracha



4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 O valor cobrado é insuficiente para reabilitar e manter as vias

Jornal de ANGOLA

1 De Abril de 2018

Texto: Nilza Massango

Terminou a 31 de Março a campanha para o pagamento da Taxa de Circulação correspondente ao ano de 2017, que começou a 1 de Janeiro, sem prorrogação. Quem não o fez na chamada fase voluntária, terá mesmo de suportar a cobrança coerciva e, se for interceptado pelo agente da Polícia de Trânsito, será penalizado com mais 105 UCFs, que correspondem a 9.240 kwanzas.

O automobilista João António confessou ao Jornal de Angola que, definitivamente, não vai pagar a taxa de circulação, tendo garantido que nunca pagou por causa do mau estado das estradas da cidade capital, que já danificaram a sua viatura num grande buraco. O cidadão achou injusto pagar uma taxa que não se reflecte na reabilitação, manutenção e conservação das vias.

O coordenador da campanha da Taxa de Circulação de 2017, Edson Martins, da Direcção Técnica e com responsabilidade do cadastro e arrecadação da Administração Geral Tributária (AGT), explicou que a Taxa de Circulação é uma imposição legal e definiu-se, tendo estradas ou não, como um dos instrumentos para financiar a construção, manutenção ou conservação das mesmas.

“O dinheiro da taxa é tão irrisório para cobrir as despesas que as estradas impõem. Por isso, é impossível esperar que se construam estradas e se faça a manutenção com o valor arrecadado. Até porque 40 por cento da receita fiscal é destinado ao Fundo Rodoviário e 60 para os governos provinciais”, disse Edson Martins. O técnico explicou ainda que a entidade responsável pela reabilitação, conservação e manutenção das estradas do país é o Fundo Rodoviário e mesmo que este tivesse acesso ao valor global arrecadado, apenas iria cobrir 0,5 por cento das suas despesas.

Edson Martins referiu que, embora o valor que se arrecada não tenha um impacto directo na manutenção e construção de estradas, os automobilistas têm a obrigação de cumprir com o dever tributário.

Buracos permanentes

Se a Taxa de Circulação se reflecte ou não na manutenção, reabilitação e conservação das estradas, o facto é que existe o problema do mau estado de muitas estradas e ruas da cidade capital. A via que sai da Rádio Ecclésia (bairro São Paulo), Distrito do Sambizanga, até à rua Ndunduma, é um exemplo. A chamada rua Comandante Bula tem um buraco no meio, há quase oito meses, que impossibilita a passagem de viaturas ligeiras.

Sobre esse buraco só transitam camiões. A alternativa dos automobilistas com viaturas ligeiras é o passeio. Para piorar a situação, o buraco inundou de água de esgoto e, bem junto dele, foi depositado um contentor de lixo que, quando repleto, tira o sono dos moradores. A via tem ainda problemas de saneamento básico. Vários estabelecimentos comerciais fecharam as portas, por causa dos esgotos rebentados. Ninguém suporta o mau cheiro.

Algumas ruas da Urbanização Nova Vida também estão com buracos que, por vezes, ficam encharcados. Logo à entrada na Rua 58, por sinal a principal, notam-se os vários buracos na via, que dificultam a condução.

As outras ruas também necessitam de intervenção, pelo menos do tipo “tapa buraco”, já que a reabilitação propriamente dita está longe de acontecer. É muita água que se vê verter dos quintais das moradias para as ruas. O asfalto já não é dos melhores e com a água inimiga que vaza dos quintais todos os dias, o tapete não resiste e, como consequência, os buracos surgem teimosamente e isso se repete por todos os cantos de Luanda e do país adentro.

Valor até agora arrecadado

Segundo dados preliminares, o valor arrecadado com o pagamento da Taxa de Circulação desde 1 de Janeiro até 27 de Março, a nível do país, rondava 1,7 mil milhões de kwanzas e quase 1,4 mil milhões correspondem à arrecadação da província de Luanda.

Dados até aqui registados mostram que desde 2004 há um acentuado absentismo no pagamento da taxa, que corresponde a 60 ou 70 por cento. Edson Martins disse que não se consegue aferir, efectivamente, quantos automobilistas não pagam, mas existe uma base do número de selos emitidos e

os não vendidos que permitem definir esse percentual.

Todos os anos, quando se define a campanha, faz-se uma projecção do valor que se vai arrecadar em função dos selos, quantidade e as respectivas categorias. Para a taxa de 2017 a AGT está com uma projecção de 5,5 mil milhões de kwanzas, com a produção de cerca de 9.662 mil selos.

Na campanha de 2016 foram produzidos cerca de 801 mil selos e a projecção foi de 4,3 mil milhões de kwanzas. Mas a arrecadação efectiva foi de 1,8 mil milhões de kwanzas. Edson Martins notou que Luanda é sempre a que mais arrecada com a venda de selos da Taxa de Circulação. As províncias estão subdivididas em regiões tributárias e Luanda faz parte da Terceira Região Tributária, juntamente com o Bengo.

4.2 OGE gasta 88,3 mil milhões

Jornal Economia e Finanças

6 de Abril de 2018

Texto: Mateus Cavumbo

A contribuições dos empregadores do Estado inscritas no Orçamento Geral do Estado de 2018 para a segurança social estão avaliadas em 88.340.602 mil milhões de kwanzas, representando 0,9 por cento do orçamento geral.

Os empregados das 18 províncias vão contribuir para a reforma com um 33,335 mil milhões de kwanzas. No entanto, as verbas não serão canalizadas todas para o Instituto Nacional da Segurança Social (INSS), sendo unicamente para os empregados civis.

Para os militares, o regime é outro, apesar de o Estado canalizar directamente aos órgãos militares afins, no caso para as Caixas de Segurança Social dos Ministérios da Defesa e do Interior. Para o primeiro, o OGE aloca 18.907 mil milhões de kwanzas e o segundo 20.226 mil milhões de kwanzas. Para os empregados do Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria terá 14,952 milhões de kwanzas (0,72 por cento) de 2.º71.581 para a rubrica por despesa de natureza económica).

Conselho de Ministros

Serviços Militares Ainda inclui os Serviços de Inteligência e Segurança do Estado (3,105 mil milhões de kwanzas), Segurança Militar (41,753 milhões de kwanzas) e Inteligência Externa com 56.462. As instituições estatais (Ministérios, Presidência da República, CNE, Igae, PGR, Conselho

de Ministros) darão à Segurança Social até finais do ano uma verba de 55 mil milhões de kwanzas.

Com excepção dos órgãos militares, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos é o que mais vai contribuir para a segurança social com 1,840 mil milhões de kwanzas, depois vêm as Finanças (1,294) e Relações Exteriores com 1.029, enquanto Luanda é a líder das províncias com 6,039 mil milhões de kwanzas, a seguir vem Benguela e Huambo com 3,222 e 3271 mil milhões de kwanzas, respectivamente:

Esta semana notificou-se que o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) paga, por mês, 13 mil milhões de kwanzas a 142.548 pensionistas a nível do país, dos quais 35.529 são mulheres, segundo informou o secretário de Estado do MAPTSS, Manuel Moreira.

O governante disse em entrevista à Angop que a Segurança Social está a cumprir com o seu objectivo, que é pagar as pensões a todos os trabalhadores e, por via disso, aos seus familiares que, ao longo do percurso da vida laboral, fizeram as devidas contribuições e inscrições.

A Segurança Social possui 145.201 empresas ou contribuintes inscritos, controla 1.667.814 segurados e paga pensões a 142.548 pensionistas. Em relação aos contribuintes, existem os sectores público e privado, bem como uma série de empresas de diversos ramos. Existem 99.322 pensionistas do género masculino, 35.529 do género feminino e segurados, um milhão 644 homens e 503.877 mulheres.

Parceria com BPC

O país possui mais homens trabalhadores do que mulheres. Os mecanismos de atendimento dos pensionistas ao nível dos bancos não é satisfatório, disse. Falou da parceria existente com o Banco de Poupança e Crédito (BPC), que é público, que, em sua opinião, "não tem feito um bom atendimento conforme a orientação do Titular do Poder Executivo". Defendeu, por isso, a descentralização desses serviços para outras unidades bancárias existentes no país. De Janeiro a Fevereiro deste ano, 22 mil pessoas fizeram a prova devida. A pensão por velhice cobre 20 por cento do total das demais existentes. Esclareceu que o processo tem importância para se poder aferir a existência dos reais beneficiários. Despesas com pessoal.

Em relação às despesas com o pessoal nas províncias representa 446,2 mil milhões de kwanzas. Luanda lidera igualmente com uma verba de 83.945 mil

milhões de kwanzas, a seguir Benguela com 48,8 mil milhões de kwanzas. Huambo e Huíla seguem depois com 42 mil milhões de kwanzas cada.

O conjunto dos 42 órgãos do Estado (incluindo a Presidência da República e os Tribunais), que dependem do Orçamento Geral do Estado, os sectores da Defesa e Interior têm o maior volume nas despesas com o pessoal, tendo os dois, uma verba de 1.240-450 triliões de kwanzas, o equivalente a 5.766 mil milhões de dólares (12,80 por cento do valor de 9.685.55°.810.785 do total do OGE 2018).

4.3 Cada município recebe 544 Milhões

Jornal de Angola

7 de Abril de 2018

Texto: Victorino Joaquim

Cada um dos municípios do país vai receber perto de 544 milhões de kwanzas, no âmbito da implementação do "Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza" (PIDLCP) 2018-2022.

Os dados foram avançados ontem, em Luanda, pelo director nacional de Acção Social do Ministério da Acção Social Família e Promoção da Mulher, André Zinga, durante o seminário provincial de disseminação e orientação metodológica do "Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza".

Segundo André Zinga, para os 164 municípios do país vão ser implementados vários projectos, essencialmente no sector da agricultura. Os 544,6 milhões de kwanzas serão disponibilizados anualmente.

A meta do Executivo, disse André Zinga, é baixar o impacto da pobreza actual de 36,6 por cento para 25 por cento em 2022, retirando cerca de três milhões de angolanos da situação de vulnerabilidade e da pobreza extrema, através da implementação do "Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza".

Dos três milhões de angolanos em situação de vulnerabilidade e de pobreza, cerca de 412.624 vão ser retirados da situação em que se encontram ainda este ano, disse o director nacional, acrescentando que uma das prioridades do PIDLCP é concluir a reintegração de cerca de 80.537 ex-militares, uma vez que o PIDLCP foi desenhado também na perspectiva de contribuir para a aceleração desse processo.

Nos municípios onde se justificar, disse André Zinga, a focalização deve obedecer ao princípio da absorção de 70 por cento de ex - militares e 30 por cento de membros das comunidades nos projectos. Os restantes que eventualmente existirem serão enquadrados em outros programas. Segundo André Zinga, no PIDLCP constam ainda acções que permitem a formação profissional e capacitação dos cidadãos, para facilitar o emprego, as acções para o empreendedorismo, o comércio rural, a descentralização de poderes dos administradores, assim como acções de desenvolvimento local, promovendo-se o acesso dos cidadãos aos factores de produção, como terra, capital financeiro e equipamentos.

O acesso à água, energia, saúde, aos cuidados com o meio ambiente, promoção de serviços públicos básicos e transferência social produtiva, também fazem parte das acções: Com relação à terra, André Zinga defende ser necessário que seja atribuída a titularização, para que o beneficiário possa ter acesso ao crédito e outros benefícios, para a redução do êxodo rural.

Grande parte dos projectos deve ser implementada, maioritariamente, nos sectores de agricultura, construção civil e indústria. Para André Zinga, pretende-se que a agricultura familiar seja evoluída para uma agricultura que possa gerar rendimentos e excedentes.

De um modo amplo, o programa pretende privilegiar a inclusão social e direccionar melhor a intervenção ministerial à favor dos cidadãos que, realmente, necessitam do apoio do Estado para reverterem, paulatinamente, a situação de dependência em que se encontram.

Para Luanda, André Zinga defende que seja dada uma atenção diferente, pelas características próprias da província, onde são executadas diferentes actividades e cujo número de habitantes justifica toda a atenção.

O processo visa a promoção dos mecanismos de transferência de competências dos órgãos centrais.

A ministra da Acção Social Família e Promoção da Mulher, Victória da Conceição lembrou que os eixos estratégicos que norteiam as intervenções de desenvolvimento local e de combate à pobreza, no âmbito do programa integrado, estão em alinhamento com o processo de reforço da desconcentração e descentralização administrativa em curso no país.

O processo visa a promoção dos mecanismos de transferência de competências dos órgãos centrais aos

órgãos da administração local do Estado, bem como potenciá-los com meios humanos e soluções técnicas e tecnológicas, tendo em vista a efectivação paulatina das autarquias locais.

A ministra notou que "há consciência da reduzida liquidez financeira que caracteriza o país no geral, que se reflecte igualmente nos municípios, constituindo, por isso, um grande desafio para os administradores a gestão dos recursos que serão disponibilizados pelo Executivo".

Victória da Conceição defende a necessidade da estreita observância das orientações superiores constantes do "Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza", visando a sua efectiva operacionalização junto das administrações municipais em cada região do país.

Na cerimónia, o governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, valorizou o seminário de orientação metodológica do PIDLCP, lançado na província que dirige, por entender que as acções do programa vão servir para capacitar os agentes que intervêm no quotidiano da vida social dos cidadãos.

A meta do Executivo é baixar o impacto da pobreza actual de 36,6, retirando cerca de três milhões de angolanos da situação de vulnerabilidade e da pobreza extrema

O seminário de orientação metodológica do "Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza" está a ser dirigido a membros do Governo, administradores municipais e organizações não governamentais. Promovido pelo Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, o seminário, de carácter provincial, visa dotar os gestores públicos e demais intervenientes de ferramentas para melhor direccionarem as suas acções em prol da população vulnerável.

4.4 Angola quer renegociar dívida

Jornal de Angola
19 De Abril de 2018

Angola está a tentar renegociar a sua dívida externa que no final do ano passado atingiu os 62,8 por cento do Produto Interno Bruto (PIE), revelou em Washington o secretário de Estado para a Economia e Planeamento, Neto Costa.

Citado pela Voz da América, Neto Costa disse que a intenção do Governo angolano é renegociar a "maturidade" das dívidas. Dados mais recentes indicam que desde o início do ano a dívida angolana pode ter atingido já os 67 por cento do PIE.

Neto Costa disse numa conferência de possíveis investidores organizada pelo Banco Mundial e pela Câmara de Comércio Estados Unidos Angola que o rácio do serviço da dívida para o rendimento fiscal do Governo era no final do ano passado de 89,4 por cento.

O secretário de Estado não disse com quem é que o Governo angolano quer renegociar a dívida, mas para já parece estar posta de parte a possibilidade do Fundo Monetário Internacional vir em socorro de Angola com um pacote de financiamento.

As autoridades angolanas pediram um programa de apoio ao FMI mas apenas para coordenação de políticas económicas para ajudar na "implementação do programa do governo de estabilização macro económica".

Os números divulgados revelam que a dívida angolana surge como um dos principais entraves ao desenvolvimento do país e daí a necessidade do seu refinanciamento. Reservas caem um terço

Reservas caem um terço O governador do Banco Nacional de Angola, José de Lima Massano, disse que no ano passado as reservas cambiais angolanas caíram em cerca de um terço.

Neto Costa afirmou, por seu turno, que as reservas cambiais de Angola têm vindo a cair desde 2013, quando estavam avaliadas em cerca de 31 mil milhões de dólares para pouco mais de 13 mil milhões o ano passado.

Estatísticas do Banco Nacional de Angola dizem que desde então essas reservas caíram para pouco mais de 15 mil milhões de dólares o que põe em perigo as contas externas do país. O governador do BNA disse na conferência que Angola precisa de diversificar a sua economia, pois 95 por cento dos seus recursos são provenientes da venda de petróleo. "Para vos dar uma ideia, Angola importa mensalmente 250 milhões de dólares em alimentos", disse Massano, citado pela Voz da América.

Outros 200 milhões de dólares mensais são gastos na importação de produtos petrolíferos refinados enquanto outros 50 milhões de dólares mensais são gastos em estudantes no estrangeiro ou angolanos que vão ao estrangeiro "para tratamento médico". "E tudo isto está dependente do petróleo", disse o governador do banco nacional.

Apesar disso, o ministro das finanças Archer Mangureira fez notar que há maior optimismo entre os compradores da dívida angolana. Mangureira disse estar a decorrer a segunda emissão da dívida pública angolana em moeda externa, os Eurobonds.

“É justo lembrar que os títulos da primeira emissão realizada em 2015 estão a ser transaccionados no mercado secundário com “yields” que denotam a confiança dos investidores”, disse Mangureira.

“As cotações registaram no início deste ano níveis abaixo de 7 por cento face aos 9,5 por cento iniciais”, acrescentou o ministro que reconheceu no entanto que isso pode estar ligado a melhores preços do petróleo.

Contudo, disse acreditar que isso se deve também às iniciativas que o governo angolano está a levar a cabo “para tomar o país mais atractivo ao investimento directo estrangeiro”

4.5 A consolidação orçamental e a cobrança de impostos

Jornal de Angola

24 De Abril de 2018

Texto: José Dinis DUNGO

Nos últimos dias têm subido de tom as vozes que exigem do Estado um novo perdão fiscal ou solicitam a flexibilização da actuação da AGT (Administração Geral Tributária), por haver um risco acentuado de extinção de muitas empresas privadas, agravando ainda mais a grave crise económica que o País vive desde o segundo semestre de 2014.

Angola foi muito afectada pela redução significativa do preço do petróleo no mercado internacional, principal produto de exportação do País e fonte quase exclusiva das divisas necessárias para cobrir as importações. O Estado viu-se numa situação em que ficou impossibilitado de cumprir o compromisso com os seus fornecedores, criando um grande número de pagamentos por regularizar.

Além disso, a economia não petrolífera sofreu um abalo resultante da quebra do sector petrolífero, por efeito de transmissão, pois, muitas empresas de prestação de serviços giravam a volta da produção de petróleo e viram os seus negócios afectados pelos grandes cortes feitos nos custos de produção.

Assim, as empresas em Angola hoje deparam-se com os seguintes desafios:

Escassez de divisas, Aumento exponencial das taxas de inflação, Falta de liquidez, Juros altos, Não pagamento dividas contraídas pelo fornecimento de bens e serviços por parte do Estado, Concorrência desleal e Custos de contexto altíssimos.

Para lidar com a crise, normalmente, os Estados optam por um de dois caminhos: Ou o estímulo à

economia ou à austeridade. O estímulo implica a injeção de capital na economia e o aumento do investimento público e privado, admitindo em algumas variantes a redução das taxas dos impostos ou a expansão dos incentivos fiscais para as empresas. A austeridade significa um corte substancial na despesa pública, conjugado com um objectivo de equilíbrio do Orçamento do Estado, através de uma maior arrecadação de receitas provenientes dos impostos.

No nosso caso, parece haver uma combinação das duas receitas, visto que, por um lado, tem havido muito investimento público em grandes projectos de infra-estruturas e também muitos programas de apoio ao empresariado, envolvendo assistência financeira e concessão de incentivos fiscais, mas também registam-se cortes significativos em algumas rubricas do Orçamento Geral do Estado (OGE).

Infelizmente, com a redução da produção petrolífera causada pela queda dos preços, que levou a um desinvestimento no sector, verificou-se uma diminuição da receita tributária petrolífera, a qual não foi suficientemente compensada pelo aumento da receita tributária não petrolífera, que vem subindo desde o início da implementação do projecto executivo para a reforma tributária, lançado em 2011.

Por conseguinte, Angola foi registando sucessivos défices na execução do Orçamento Geral do Estado, levando, em pouco tempo, a um aumento do endividamento público, em níveis que despertaram o debate sobre a sua sustentabilidade. A verdade é que em 2018 o OGE aloca 52% da despesa para satisfazer o serviço da dívida.

Num quadro como este, qual deve ser o papel da AGT?

A AGT foi criada em 2014, pelo Decreto Presidencial n324/14, de 15 de Dezembro, com a missão de propor e executar a política tributária do Estado, administrar os impostos e controlar a fronteira externa do País e do território aduaneiro nacional, para fins fiscais, económicos e de protecção da sociedade.

O Plano Intercalar, aprovado pelo Decreto Presidencial n° 258/17, de 27 de Outubro, estabeleceu como uma das suas acções o “aumento da robustez das receitas tributárias”, através do aumento das taxas de alguns impostos, a redução das isenções e a preparação da introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

Mais recentemente, foi apresentado o Programa de Estabilização Macroeconómica (PEM), em que as medidas do plano intercalar são retomadas, incluindo

aquelas que se destinam a aumentar a arrecadação tributária não petrolífera.

De igual modo, a Lei do Orçamento Geral do Estado para 2018, no seu art.º 1.º n.º 4, autoriza o Presidente da República, enquanto Titular do Poder Executivo a cobrar os impostos, as taxas e as contribuições especiais. Na mesma Lei, no art.º 16.º, é concedida uma autorização legislativa em matéria fiscal para que o Titular do Poder Executivo possa legislar.

Isto significa que a AGT está incumbida de garantir uma maior eficácia na cobrança de impostos, assegurando um aumento exponencial da receita tributária não petrolífera, tal como preconizado pelas Linhas Gerais da Reforma Tributária, aprovadas pelo Decreto Presidencial n.º 50/11, de 15 de Março.

E não poderia ser diferente, pois, a experiência internacional mostra que em anos de crise é crucial aumentar a receita tributária para equilibrar as contas públicas. São disso exemplo os casos de Portugal, Grécia, Irlanda e Espanha, no período de 2009 à 2016, como se pode ver pelos quadros 1 e 2, abaixo.

Em abono da verdade, devemos reconhecer que a nossa capacidade de endividamento tem limites e se não houver receita tributária para cobrir as despesas inscritas no OGE o Estado pode ficar impossibilitado de prover serviços básicos para os cidadãos, tais como saneamento básico, assistência médica e medicamentosa, vacinação, ensino, segurança pública, iluminação pública, transportes públicos, etc., sem os quais a sobrevivência de muitos cidadãos fica ameaçada.

Hoje, as receitas correntes não são suficientes para cobrir as despesas correntes, como, por exemplo, os salários da Função Pública, sendo necessário recorrer ao crédito público. Ora, os entendidos em economia defendem que os Estados devem apenas recorrer ao financiamento para aplicar em despesas de capital e nunca para despesas correntes.

O Estado moderno é um Estado Fiscal em que, por definição, as despesas são financiadas através da cobrança de impostos. É claro que pode ser discutido o tamanho do Estado e as suas implicações relativamente aos encargos que os cidadãos têm de suportar para o seu financiamento.

Mas, é indubitável a necessidade de pagar impostos para que tenhamos uma sociedade organizada. Actualmente, em África fala-se muito na “mobilização interna de recursos”, isto é, os Estados devem criar condições para o seu funcionamento sem contar com os recursos provenientes de investimento directo estrangeiro ou com empréstimos de credores

internacionais, que podem pôr em causa a sua soberania.

Por isso, num cenário de graves restrições orçamentais, não é avisado conceder um perdão fiscal ou flexibilizar a acção da autoridade tributária. As empresas precisam de receber o dinheiro que o Estado deve pelo fornecimento de bens e serviços, precisam de uma redução das taxas de juro para que possam recorrer ao crédito bancário, é necessário criar um melhor ambiente de negócios, reduzindo a burocracia, a corrupção, a concorrência desleal e os custos de contexto, bem como abrir mais espaço para o sector privado, abraçando definitivamente a economia de mercado, deixando o Estado de ser também um “empresário” que concorre com as empresas, mesmo sem evidências de retorno do investimento. O sistema tributário visa satisfazer as necessidades financeiras do Estado e assegurar a realização da política económica e social do Estado e proceder a uma repartição justa dos rendimentos e da riqueza nacional (art.º 10.º do Código Geral Tributário).

Em conclusão, a missão da AGT é arrecadar a receita prevista no OGE, através da cobrança de impostos, pautando a sua actuação pelos princípios da legalidade, transparência, justiça e prossecução do interesse público.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 UNITA quer autarquias em todos municípios

Jornal de Angola
1 De Abril de 2018

A UNITA defende a implementação das autarquias em todos os municípios e não apenas nalguns municípios, garantiu ontem, no Huambo, o secretário provincial do Huambo, Liberty Chiyaka.

Em conferência de imprensa, que abriu também a campanha provincial de sensibilização dos militantes e da população sobre a importância das autarquias Liberty Chiyaka disse que o seu partido apoia o gradualismo baseado na competência e, por isso, promete ganhar em dois ou três municípios da província.

Liberty Chiyaka, que é também deputado à Assembleia Nacional, reafirmou o compromisso do seu partido de continuar a dar o seu contributo para aprofundar a democracia no país e a consolidação da paz, com a realização periódica das eleições autárquicas.

As autarquias, esclareceu político, são entidades administrativas que prosseguem interesses públicos de uma circunscrição do território nacional, através de órgão próprio dotados ao poder central), dentro dos limites da lei. O secretário da UNITA no Cuanza-Sul, Armando Kakepa, disse no Sumbe que as eleições autárquicas devem decorrer em todos municípios da província, mesmo reconhecendo que algumas localidades não respondem às exigências e desafios do poder local.

Em declarações à imprensa, Armando Kakepa explicou que o seu partido defende a não exclusão dos municípios com menos poder de aquisição de receitas, salientando que para estes o poder central pode surgir como suporte enquanto são criadas as condições para, de forma gradual, proceder-se à transferência de competências.

“O MPLA defende o gradualismo harmonioso. a UNITA discorda receando que o mesmo venha beneficiar apenas os municípios com condições materiais e financeiras”, referiu, explicando que o referido sistema pode pôr em causa o projecto da municipalização dos serviços da administração.

5.2 Os cidadãos e as autarquias

Jornal de Angola
2 De Abril de 2018

As eleições autárquicas podem vir a acontecer em 2020 com diversos municípios a poderem, no âmbito da autonomia local, gerirem e regulamentarem, nos termos da Constituição e da lei, sob sua responsabilidade e nos interesses das populações, os assuntos públicos locais.

A realização no país das eleições autárquicas vai ser sem dúvida um acontecimento relevante, tendo em atenção a repercussões da existência de um poder local com capacidade para resolver problemas das populações, num quadro de descentralização administrativa.

Porque se trata das primeiras eleições autárquicas no nosso país, faz sentido que os cidadãos comecem a perceber o que é de facto o poder local, devendo-se dar toda a informação necessária à sociedade sobre a matéria.

A descentralização administrativa vai, inevitavelmente gerar mudanças na nossa vida política e acelerar o desenvolvimento dos diversos municípios que o nosso vasto território tem. São muitas as vantagens da descentralização administrativa e as experiências de outros países mostram que o poder autárquico é gerador de progresso.

São conhecidos os políticos que, em vários países, dirigiram municípios, no âmbito da autonomia local, antes de chegarem a Chefes de Estado. Esses políticos, no contacto regular com os problemas das populações, puderam conhecê-los bem e actuar no sentido de os resolver com celeridade e socorrendo-se dos meios financeiros de que podiam dispor.

Importa que, pela importância das autarquias num Estado Democrático e de Direito, os partidos políticos fossem todos parte de um processo de divulgação ampla das vantagens do poder local, num país que deseja alcançar a prosperidade.

Temos um extenso território e a existência das autarquias locais pode conduzir-nos a resolver muitos dos nossos problemas. A descentralização administrativa deve ser vista com uma via que nos pode levar a concretizar mais rapidamente uma série de problemas de ordem económica e social.

A dimensão geográfica de Angola justifica que arranquem e sem mais hesitações para o poder autárquico, com vista que as populações possam viver com dignidade. O poder local vai mudar muita coisa que está mal no nosso país. Que os cidadãos

saibam pois, em que medida o poder autárquico é capaz de melhorar as suas vidas.

5.3 Cinco mil funcionários são formados até 2022

O Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado vai formar, até 2022, cerca de 5.000 funcionários das administrações municipais.

O anúncio foi feito ontem pelo ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, no encerramento do curso de gestão municipal de unidades urbanas dirigido a administradores municipais provenientes de diferentes localidades do país e ministrado pelo Instituto de Formação de Administração Local (IFAL), durante 45 dias.

Adão de Almeida afirmou que a Administração Local precisa de mais quadros capazes e preparados para os desafios do presente e do futuro, com a implementação das autarquias, "de modo que, efectivamente, a vida se faça nos municípios".

Sem quadros capazes, sublinhou, não há autarquias eficientes e muito dificilmente o sonho de uma melhor governação local se tornará realidade.

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado anunciou igualmente que a partir deste ano e durante a presente legislatura vai ser adaptado o perfil da formação dos recursos humanos da administração local.

Para a criação das primeiras autarquias locais em 2020, Adão de Almeida disse que será necessário redefinir o modelo e proceder à actualização do registo eleitoral, com vista a garantir que cada cidadão vote no município da sua residência, bem como reestruturar o modelo de organização e gestão das finanças públicas, para garantir a plena realização das 'finanças locais.

"As autarquias locais não só terão orçamento próprio', como terão autonomia financeira", clarificou, informando igualmente que será adaptado o modelo de arrecadação de receita dos municípios, considerando as diferenças e o potencial de cada um.

A estrutura orgânica dos municípios também será reestruturada, para a tornar mais de acordo com o que poderá ser no futuro.

O Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado vai ainda transferir mais

competências para os municípios, para que estejam preparados para exercerem no futuro as suas competências de modo autónomo.

Adão de Almeida disse que o Ministério dará início nos próximos tempos um debate público, para encontrar as melhores soluções para a implementação das autarquias locais conforme a realidade do país.

O Ministério também já começou a receber propostas da sociedade civil sobre o processo de implementação das autarquias locais e já solicitou a diferentes entidades proeminentes da sociedade angolana um parecer sobre a matéria. "Todas as contribuições são bem - vindas. A nossa abertura é total", assegurou.

Para Adão de Almeida, a tarefa de implementação das autarquias locais será a maior reforma da governação local desde a independência nacional. A sua concretização com o êxito desejado, referiu, não é compatível com análises simplistas, nem recomendam abordagens populistas, tendo em conta a seriedade e complexidade da questão.

"O bem que queremos para os nossos municípios e para os nossos munícipes aconselham a não marcarmos passos maiores do que as nossas pernas", disse, para defender que o mais importante do que a velocidade da marcha, é a certeza e a segurança de que o país está no rumo certo.

Os administradores municipais consideraram a formação proveitosa, pelo facto de terem aumentado os seus conhecimentos sobre os vários diplomas legais que regem a administração local, com objectivo de melhorar a gestão e os serviços prestados aos cidadãos.

5.4 Contestação: Municípios manifestam-se contra administrador do Cazenga

Novo jornal

6 De Abril de 2018

Texto: António Gaspar

Moradores do Cazenga marcham, neste sábado, 07, para exigir a demissão do administrador municipal, Victor Nataniel Narciso (Tany Narciso), acusado de má-gestão e outras irregularidades cometidas ao longo do seu consulado de 10 anos. O administrador promete travar a manifestação por via do diálogo com os manifestantes.

A desactivação de escolas, como a Angola e Cuba, hospitais e centros de saúde são apresentados pelos

organizadores da manifestação como sendo também um dos motivos para exigir o afastamento de Tany Narciso, tido pelos munícipes como um administrador "incapaz" de dar solução aos problemas do município, nomeadamente: a falta de saneamento, iluminação pública, criminalidade, estradas esburacadas, e de mortes de cidadãos em valas a céu aberto.

Ligado ao processo 15+2, o activista Nuno Dala, um dos organizadores da manifestação, acusa o administrador Tany Narciso de receber todos os meses a quantia de 1,4 milhão de Kwanzas do cemitério da Mulemba, vulgo 14, sem que se saiba para onde vai esse dinheiro.

Reagindo à manifestação, o administrador do Cazenga, Victor Nataniel Narciso, contactado pelo Novo Jornal, minimizou o facto, considerando falsas as informações que "visam denegrir o seu bom nome". "Oficialmente não tenho o conhecimento desta manifestação, vi pelas redes sociais, muito embora eles tenham dirigido uma carta para mim informando esta intenção", explicou o responsável, acrescentando que encaminhou a referida petição ao governador. "Também já conversei com os organizadores da referida manifestação e pensamos nós que eles vão recuar", disse o governante, que foi desmentido pelos organizadores.

"Tany Narciso arranjou uns míni- activistas da 'xaxa' (falso) para se fazerem passar por organizadores do protesto. Essa reunião foi uma sabotagem e nós vamos sair às ruas no sábado", garantiram os organizadores da manifestação.

"A concentração terá início às 7 horas de sábado e começaremos a marchar às 9 horas até à Administração Municipal", explicou Nuno Dala.

5.5 Diplomas sobre as autarquias vão em breve a debate público

Jornal de Angola

6 De Abril de 2018

Texto: Adelina Inácio

Os diplomas de suporte à implementação das autarquias locais vão, em breve, a debate público, garantiu ontem, em Luanda, o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado.

Adão de Almeida, que falava num encontro com o corpo diplomático acreditado em Angola, adiantou que o Executivo está já a ultimar o processo de preparação do conjunto de diplomas que deverão ser submetidos à discussão pública. Para o ministro, a

ideia é ter o máximo de contribuições e consenso de todos os sectores da sociedade, antes do Executivo apresentar os diplomas à Assembleia Nacional.

O ministro adiantou que se pretende criar um espaço para que todos os cidadãos tenham acesso aos diplomas e todos possam apresentar suas contribuições, para que quando estiverem em apreciação na Assembleia Nacional sejam já com o resultado de uma ampla participação e discussão das diferentes franjas da sociedade. Adão de Almeida lembrou que se trata de uma realidade nova, e o país vai fazer uma grande transformação do modelo de gestão administrativa, numa altura em que nem todos os cidadãos percebem bem o que são as autarquias locais.

Durante o encontro, que teve como objectivo a apresentação da visão do Executivo sobre o Plano Estratégico de Implementação das Autarquias Locais em Angola e colher algumas contribuições dos diplomatas, o ministro afirmou que, com as eleições autárquicas o país vai conhecer a maior reforma da administração pública desde a independência, com o início do processo de descentralização administrativa.

Adão de Almeida voltou a referir que as autarquias vão ser implementadas de modo faseado e vão permitir definir um conjunto de acções e medidas a serem desenvolvidas neste domínio.

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado falou das fases a serem cumpridas até à institucionalização das eleições autárquicas. Na primeira fase, a ser implementada ao longo deste ano e 2019, o Executivo vai começar a reforçar o espaço de intervenção dos 164 municípios do país, atribuindo mais competências, autonomia na gestão pública a nível local, intervenção no processo de arrecadação de receitas a nível local. Adão de Almeida adiantou que as primeiras medidas neste domínio já foram tomadas e estão no início da sua execução, com as primeiras experiências ligadas ao reforço da desconcentração administrativa e diminuição dos órgãos centrais na execução de determinadas tarefas a nível local.

O ministro da Administração do Território garantiu ainda que o processo de implementação das autarquias será antecedido de uma ampla discussão sobre os critérios a serem utilizados para se proceder à selecção do primeiro grupo de municípios, Adão de Almeida afirmou que o processo prevê, entre outras acções, a implementação das autarquias em todos os municípios, mas a sua execução vai ser feita de modo faseado.

5.6 MPLA assume autarquias como prova de fogo”

Jornal de Angola

6 De Abril de 2018

Texto: Josina de Carvalho

O MPLA considera a implementação das autarquias uma “prova de fogo” que o partido tem de enfrentar a partir de agora, disse o secretário do Bureau Político para a Informação.

Norberto Garcia, que falava na abertura da quarta reunião metodológica nacional do Departamento de Informação e Propaganda do Comité Central do MPLA, disse que “não se trata de um fogo que queima, mas de um fogo saudável”.

O objectivo do MPLA, afirmou Norberto Garcia, é vencer as eleições autárquicas no maior número possível de municípios. O secretário do Bureau Político do MPLA para a Informação lembrou que o MPLA defende a implementação das autárquicas em obediência ao princípio do gradualismo, quer na perspectiva territorial, quer na funcional, por ser a solução mais acertada e realista, considerando o estágio de desenvolvimento territorial do país.

O gradualismo territorial, explicou Norberto Garcia, consiste em ser seleccionado um conjunto de municípios com características plurais, urbanos e rurais, do litoral e do interior, uns densamente povoados e outros menos, mais desenvolvidos e outros não, para que se possa retirar uma fotografia mais próxima da realidade.

“Temos muitos desafios pela frente para vencer e sob o lema melhorar o que está bem e corrigir o que está mal”, disse aos militantes do Departamento de Informação e Propaganda do Comité Central, a quem pediu mais ânimo para serem cada vez mais capazes e efectivos nos resultados que almejam.

A reunião metodológica nacional, presidida por Norberto Garcia, teve como objectivo a partilha de ideias e a transmissão de orientações para a melhoria do trabalho de marketing político do MPLA a todos os níveis. Os militantes reflectiram sobre a materialização da estratégia e do plano de acção comunicacional do partido e a forma de disseminação nas redes sociais e nos demais meios de informação tradicionais públicos e privados.

Durante a reunião, foram uniformizados e dinamizados mecanismos de comunicação mais abertos, direccionados a diferentes públicos-alvo, para harmonizar o funcionamento dos departamentos de informação e propaganda dos

comités provinciais do MPLA, em alinhamento com a estrutura central do partido.

O secretário do Bureau Político do MPLA para a Informação disse que todos os dias, senão mesmo a toda a hora, os boatos sucedem-se nas redes sociais e não só, visando o partido e os seus principais dirigentes, em particular o seu Presidente José Eduardo dos Santos, que deixa ao país um legado, uma Angola pacificada e com os seus filhos reconciliados.

A estratégia e o plano de acção comunicacional do MPLA, explicou, foram concebidos para consolidar e aprimorar a qualidade de informação, em termos de orientação política e ideológica, melhorar a utilização das redes sociais, sem descurar a intervenção pontual dos meios de comunicação públicos e privados de carácter não partidário, dinamizar e munir a Direcção do Informação e Propaganda com meios necessários para uma comunicação mais aberta.

O político avançou que a estratégia compreende a organização de feiras, outorga de medalhas, comícios, palestras e encontros de apoio às acções do presidente do partido.

“Vão ser definidos os critérios para a selecção dos primeiros municípios e gradualmente serem criadas autarquias em outros municípios até a conclusão dos 164 municípios”, disse.

O ministro anunciou que vai ser definida uma estratégia para a implementação de alguns diplomas legais essenciais ao funcionamento da administração pública, destacando as Leis sobre Fixação e Alteração de Residência, Toponímia, Comissão de Moradores e a reestruturação do modelo do registo eleitoral. “Deve-se adaptar toda a estrutura da base de dados do registo eleitoral para fazer com que os cidadãos votem rigorosamente nos municípios de sua residência”, sublinhou o ministro. Para o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, “o modelo concebido para o registo eleitoral foi muito voltado para a dinâmica de eleições gerais”. Adão de Almeida defendeu que para os desafios das eleições autárquicas sejam feitas algumas alterações à lei.

Governos sem competênciasO ministro garantiu também que o Executivo vai começar ainda este ano a retirar competências aos Ministérios e governos provinciais, com vista a aumentar as competências das administrações municipais e implementar o Fundo de Equilíbrio Municipal.

O coordenador residente das Nações Unidas e representante do PNUD, Pier Paolo Balladelli, valorizou as explicações do ministro da Administração do Território e Reforma do Estado sobre as autarquias, salientando que as mesmas foram muito esclarecedoras, sobretudo, pelo facto de em todos os municípios ocorrerem eleições autárquicas.

“É um princípio de inclusão que deixa a comunidade das Nações Unidas bastante tranquila”, disse o diplomata, que defende também a discussão sobre as autarquias entre os partidos e os cidadãos. O diplomata defende ainda um processo transparente e consensual entre todos os partidos. Para ele, alguns princípios deviam ser definidos entre a oposição e o Executivo de forma que seja mais fácil gerir o debate com os cidadãos.

Santos Álvaro, embaixador de Moçambique, disse que o seu país tem uma longa história e experiência sobre as autarquias, uma vez que já vai nas quintas eleições autárquicas. O diplomata disse que Moçambique começou a realizar eleições autárquicas em 1998 e o modelo assemelha-se com o que Angola pretende adoptar.

O embaixador esclareceu que as eleições autárquicas em Moçambique começaram com 36 municípios. Depois de 10 anos, a participação passou para 43 e, actualmente, está em 53 municípios. “O modelo que adoptamos em Moçambique é de abordagem e descentralização gradual. Tal como Angola, em Moçambique as eleições autárquicas levam as comunidades dos distritos a resolverem e gerirem, por si sós, os seus próprios problemas”, afirmou.

A embaixadora da Namíbia, Cláudia Grace Uushona, disse que a estratégia de Angola para as autarquias apresentada aos diplomatas é muito complexa. Afirmou, no entanto, que a Namíbia passou por este processo de descentralização, razão pela qual está em condições de partilhar experiências através da cooperação bilateral existente entre os dois Ministérios da Administração do Território.

5.7 Reunião metodológica aborda estratégia comunicacional do MPLA para as Autarquias

Jornal O PAIS

6 De Abril de 2018

Texto: Iracelma Kaliengue

Ernesto Manuel Norberto Garcia, secretário do Departamento de Informação e Propaganda do MPLA, afirmou na sua intervenção que as autarquias representam um desafio.

Considerou, que "a criação das autarquias locais em Angola é um imperativo constitucional e um meio de aplicação do poder local descentralizado. É uma prova de fogo que o partido terá de enfrentar. Garantir a coordenação e delimitar estratégias é o mais importante para o momento", frisou.

Asseverou que "o objectivo é vencer no maior número possível dos municípios que serão indicados para irem a autarquias em 20120, e isso requer muito trabalho e dedicação" declarou

Norberto Garcia referiu que a implantação das autarquias locais deve obedecer aos princípios do gradualismo, quer na perspectiva territorial, como na funcional, por ser a solução mais acertada e realista considerando o estágio de desenvolvimento territorial do país.

Disse, entretanto, que, para que se atinjam os objectivos preconizados é necessário aprimorar a informação em termos de orientação política e ideológica.

O encontro, segundo disse, serviu para partilhar ideias e transmitir orientações para um maior trabalho de marketing político nos vários níveis, isto é, reflectir sobre a materialização da estratégia do plano de acção comunicacional do MPLA, difundir a estratégia para as redes sociais e partilhar a necessidade de aprimorar a consolidação da orientação político-ideológica e a qualidade da informação partidária.

Ressaltou ainda a necessidade de uma maior divulgação nos meios disponíveis, para a que a mensagem do MPLA flua, tanto a nível das redes sociais, como nos meios de comunicação social, e assim evitar-se eventuais "boatos".

5.8 Cada município recebe 544 Milhões

Jornal de Angola

7 de Abril de 2018

Texto: Victorino Joaquim

Cada um dos municípios do país vai receber perto de 544 milhões de kwanzas, no âmbito da implementação do "Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza" (PIDLCP) 2018-2022.

Os dados foram avançados ontem, em Luanda, pelo director nacional de Acção Social do Ministério da Acção Social Família e Promoção da Mulher, André Zinga, durante o seminário provincial de

disseminação e orientação metodológica do "Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza".

Segundo André Zinga, para os 164 municípios do país vão ser implementados vários projectos, essencialmente no sector da agricultura. Os 544,6 milhões de kwanzas serão disponibilizados anualmente.

A meta do Executivo, disse André Zinga, é baixar o impacto da pobreza actual de 36,6 por cento para 25 por cento em 2022, retirando cerca de três milhões de angolanos da situação de vulnerabilidade e da pobreza extrema, através da implementação do "Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza".

Dos três milhões de angolanos em situação de vulnerabilidade e de pobreza, cerca de 412.624 vão ser retirados da situação em que se encontram ainda este ano, disse o director nacional, acrescentando que uma das prioridades do PIDLCP é concluir a reintegração de cerca de 80.537 ex-militares, uma vez que o PIDLCP foi desenhado também na perspectiva de contribuir para a aceleração desse processo.

Nos municípios onde se justificar, disse André Zinga, a focalização deve obedecer ao princípio da absorção de 70 por cento de ex - militares e 30 por cento de membros das comunidades nos projectos. Os restantes que eventualmente existirem serão enquadrados em outros programas. Segundo André Zinga, no PIDLCP constam ainda acções que permitem a formação profissional e capacitação dos cidadãos, para facilitar o emprego, as acções para o empreendedorismo, o comércio rural, a descentralização de poderes dos administradores, assim como acções de desenvolvimento local, promovendo-se o acesso dos cidadãos aos factores de produção, como terra, capital financeiro e equipamentos.

O acesso à água, energia, saúde, aos cuidados com o meio ambiente, promoção de serviços públicos básicos e transferência social produtiva, também fazem parte das acções: Com relação à terra, André Zinga defende ser necessário que seja atribuída a titularização, para que o beneficiário possa ter acesso ao crédito e outros benefícios, para a redução do êxodo rural.

Grande parte dos projectos deve ser implementada, maioritariamente, nos sectores de agricultura, construção civil e indústria. Para André Zinga, pretende-se que a agricultura familiar seja evoluída para uma agricultura que possa gerar rendimentos e excedentes.

De um modo amplo, o programa pretende privilegiar a inclusão social e direccionar melhor a intervenção ministerial à favor dos cidadãos que, realmente, necessitam do apoio do Estado para reverterem, paulatinamente, a situação de dependência em que se encontram.

Para Luanda, André Zinga defende que seja dada uma atenção diferente, pelas características próprias da província, onde são executadas diferentes actividades e cujo número de habitantes justifica toda a atenção.

O processo visa a promoção dos mecanismos de transferência de competências dos órgãos centrais.

A ministra da Acção Social Família e Promoção da Mulher, Victória da Conceição lembrou que os eixos estratégicos que norteiam as intervenções de desenvolvimento local e de combate à pobreza, no âmbito do programa integrado, estão em alinhamento com o processo de reforço da desconcentração e descentralização administrativa em curso no país.

O processo visa a promoção dos mecanismos de transferência de competências dos órgãos centrais aos órgãos da administração local do Estado, bem como potenciá-los com meios humanos e soluções técnicas e tecnológicas, tendo em vista a efectivação paulatina das autarquias locais.

A ministra notou que "há consciência da reduzida liquidez financeira que caracteriza o país no geral, que se reflecte igualmente nos municípios, constituindo, por isso, um grande desafio para os administradores a gestão dos recursos que serão disponibilizados pelo Executivo".

Victória da Conceição defende a necessidade da estreita observância das orientações superiores constantes do "Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à Pobreza", visando a sua efectiva operacionalização junto das administrações municipais em cada região do país.

Na cerimónia, o governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, valorizou o seminário de orientação meto do lógica do PIDLCP, lançado na província que dirige, por entender que as acções do programa vão servir para capacitar os agentes que intervêm no quotidiano da vida social dos cidadãos.

A meta do Executivo é baixar o impacto da pobreza actual de 36,6, retirando cerca de três milhões de angolanos da situação de vulnerabilidade e da pobreza extrema

O seminário de orientação metodológica do "Plano Integrado de Desenvolvimento Local e Combate à

Pobreza" está a ser dirigido a membros do Governo, administradores municipais e organizações não-governamentais. Promovido pelo Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, o seminário, de carácter provincial, visa dotar os gestores públicos e demais intervenientes de ferramentas para melhor direccionarem as suas acções em prol da população vulnerável.

5.9 Kussumua e Samakuva analisam implementação das autarquias

Jornal O País

7 De Abril de 2018

No final do encontro à porta fechada, João Baptista Kussumua mostrou-se à favor da realização das eleições autárquicas dentro do que está consagrado na Constituição, afirmando ser necessário criar-se os mecanismos regulamentares, no sentido de que as mesmas venham a ser realizadas num sistema de gradualismo que deverá ser estudado pelas entidades afins.

Isto, segundo ele, quer dizer que o processo não poderá ser feito de uma só vez, apesar de haver experiências que mostram que este é um mecanismo valioso, mas que tem de ser preparado. Afirmou que o conjunto de normas e regulamento para a implementação das autarquias vão auxiliar os dirigentes e a população a estar melhor preparados para esse acto que vai acontecer pela primeira vez no país.

Por seu turno, o presidente da UNITA reafirmou a intenção de ver as autarquias implementadas em simultâneo em todos os municípios, contrariando, mais uma vez, o gradualismo territorial proposto pelo Governo.

Segundo ele, há que se criar as condições mínimas para que em 2020 a eleição dos autarcas decorra em todos os municípios, respeitando o princípio da igualdade constitucional e universalidade do sufrágio, dando a possibilidade aos munícipes de elegerem os seus representantes. Isaías Samakuva iniciou ontem uma visita à província do Huambo para constatar a funcionalidade das estruturas do seu partido na região.

No cumprimento do seu programa, desloca-se hoje (Sábado) às comunas da Catata, Cuima, no município da Caála, enquanto na Segunda-feira vai visitar as vilas municipais do Chinjenje, Ucuma e Longonjo, regressando à capital do país na Terça - feira.

5.10 Cazenga marcha contra o administrador

Jornal de Angola

8 de Abril de 2018

Texto: José Bule

Um grupo de manifestantes marchou ontem pelas ruas do município do Cazenga, na capital do país, para exigir a demissão do administrador Victor Nataniel Narciso, que está no cargo há mais de 10 anos.

Os manifestantes, maioritariamente jovens que responderam positivamente aos apelos da União de Activistas das 18 Províncias (UA18P), concentraram-se no largo defronte ao edifício onde funciona a Administração Municipal local e exibiram cartazes, com frases "Tany fora já", "Cazenga não é só Tala Hady", "Queremos luz, água, saúde e educação". "Tany Narciso é mau gestor", "Cazenga não é tua empresa".

Tudo isso para reivindicarem o mau funcionamento dos serviços sociais básicos.

O porta-voz da marcha, Viriato da Cruz, afirmou que a população do município está cansada da má gestão do administrador Tany Narciso e, por isso, exige a sua demissão imediata. "Estamos aqui porque estamos insatisfeitos com a má gestão do senhor Tany Narciso. "Muitas ruas do município estão intransitáveis há anos e a administração nunca fez absolutamente nada para inverter o quadro.

No Cazenga quando chove a maioria dos moradores não sai de casa para irem trabalhar. As escolas ficam inundadas e as crianças não estudam", disse.

Uma outra situação apontada pelo porta-voz tem a ver com a paralisação de várias obras sociais, que deviam dar outra imagem ao município. Das obras, destacou a do Hospital Comunal do Hoji Ya Henda e da Escola Angola e Cuba.

Viriato da Cruz, 28 anos, avisou que, enquanto o administrador Tany Narciso permanecer no cargo, as manifestações deverão continuar e serão realizadas pelo menos uma vez por mês, até que seja nomeado um outro.

No final da marcha, os manifestantes agradeceram a postura dos efectivos da Polícia Nacional no asseguramento da marcha. Não houve o registo de incidente

5.11 Executivo cria programa para esclarecer cidadão

Jornal de Angola

8 de Abril de 2018

Texto: Adelina Inácio

O Executivo, através do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, está a preparar um plano de comunicação sobre as autarquias locais, anunciou o ministro Adão de Almeida.

"O Ministério está a preparar um plano de comunicação institucional sobre as autarquias, porque sentimos, hoje, que o cidadão comum ainda não percebeu correctamente que dinâmica o país vai ter", afirmou.

O ministro, que falava quinta-feira durante um encontro com os membros do corpo diplomático, afirmou que a ideia é ter uma plataforma onde todos os cidadãos possam dar a sua contribuição ao pacote legislativo sobre as autarquias.

Para a implementação das autarquias, disse, o Executivo está a preparar as propostas de lei sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias, Tutela Administrativa, Finanças Locais, Transferências das Atribuições das Competências para as Autarquias, Eleições Autárquicas e a Lei sobre os Critérios de selecção dos Municípios para a institucionalização das Autarquias Locais.

O ministro da Administração do Território e Reforma do Estado anunciou, também, a criação da página Web do Ministério e vão estar disponíveis todos os projectos de leis para consulta. "Vai ser criado um endereço electrónico específico para o qual os cidadãos poderão enviar as suas contribuições", informou Adão de Almeida, sublinhando que pretende-se construir um modelo de debate capaz de envolver o máximo possível de cidadãos, ouvir e acolher as diferentes propostas que vierem a ser apresentadas.

A ideia, disse, é ajudar que os cidadãos gradualmente ganhem consciência da nova realidade do país.

"Estamos habituados a um certo modelo. Hoje, é normal que os cidadãos não tenham ainda compreendido o que vai acontecer quando tivermos as autarquias, e temos todo o interesse de divulgar o máximo possível essa nova realidade", sustentou o ministro Adão de Almeida.

Durante o encontro com o corpo diplomático, o ministro Adão de Almeida reafirmou que o

Executivo pretende implementar, de forma gradual, as eleições autárquicas no país.

"A Constituição da República de Angola defende a implementação gradual", sublinhou o ministro Adão de Almeida, para quem a melhor forma de concretizar este princípio é encontrar amostras de funcionamento de autarquias em diferentes cenários. "Deveremos encontrar os mais variados critérios para seleccionaras municípios", disse o ministro.

Adão de Almeida afirmou que os municípios rurais ou menos populosos também vão merecer a atenção durante a selecção. "Não nos vamos prender só aos municípios urbanos. Queremos, também, compreender a experiência de funcionamento de uma autarquia num município eminentemente rural.

Não queremos apenas olhar para os municípios mais populosos, mas perceber a experiência e a dinâmica de funcionamento da autarquia num município menos populoso", disse o ministro da Administração do Território, acrescentando que o objectivo é ter uma amostra inicial e fazer uma experiência.

5.12 Manifestação contra administrador arrasta 500 cidadãos às ruas do cazenga

Jornal O País

8 De Abril de 2018

Texto: Domingos Bento

A manifestação partiu do Tanque do Cazenga à Administração Municipal, local onde, de Segunda a Sexta, Tany Narciso procura trabalhar no sentido de arranjar as melhores soluções para aquele que já foi o município mais populoso de Luanda, Cazenga, que agora perde com Viana. A acção inviabilizou a circulação automóvel e de peões durante largas horas na Rua dos Comandos, o principal troço do município.

Segundo os manifestantes, desde que está no comando do município, há mais de dez anos, Victor Nataniel Narciso "Tany Narciso" não tem feito nada para a melhoria das condições de vida dos munícipes. Por este motivo, a zona continua a enfrentar sérios problemas no que toca ao saneamento básico, segurança pública, Saúde e Educação.

No capítulo da Educação, por exemplo, grande parte das infra-estruturas de ensino encontram-se em condições precárias, como é o caso da Escola Angola e Cuba, localizada na 7ª Avenida, que está encerrada devido ao péssimo estado de degradação. Nas mesmas condições encontram-se as escolas 7024,

Ana Paula, Escola da Padaria e tantos outros estabelecimentos de ensino que deveriam contribuir na absorção de mais estudantes.

Já no sistema de Saúde, as queixas estão relacionadas ao Hospital Municipal, localizado no bairro Kalawenda, onde os munícipes estão permanentemente a reclamar contra o mau atendimento, falta de medicamentos e outras condições precárias que têm contribuído para o aumento das taxas de mortalidade.

As queixas estendem-se ao Hospital dos Cajueiros e aos restantes centros de Saúde que não oferecem as mínimas condições para a melhoria e recuperação da saúde dos pacientes que lá acorrem. A criminalidade tem vindo a aumentar, segundo os manifestantes, dia pós dia, e não há sinais de combate. Exemplo disso é que crescem os números de homicídios, assassinatos, roubos, violações, entre outras situações delituosas que põem em risco a vida dos munícipes.

De acordo com Viriato da Cruz, coordenador da manifestação, foi a pensar em todos esses problemas sociais que o grupo saiu às ruas para exigir a retirada de Nataniel Narciso da administração do Cazenga. No entender do manifestante, Tany Narciso anda mais preocupado em "facturar" as verbas arrecadas nos mercados e feiras e pouco se importa em criar melhores condições para os Cazenguistas. Grande parte das vias do município encontram-se abarrotadas de resíduos, acabando por colocar em perigo a saúde dos munícipes que são constantemente assolados pela malária. "As vias de acesso estão em péssimas condições. Dentre elas destacam-se as estrada da BCA, Rua das Conduatas, 7ª Avenida e a do Hoji Ya Henda", disse.

Tany Narciso é visto por aqueles munícipes mais como um autêntico negociante do que propriamente como administrador. Por isso, as manifestações vão continuar, até que ele seja retirado do município e deixe o lugar para quem tem vontade de trabalhar com e para o povo, segundo Carlos Lupini, outro munícipe. "Não queremos mais esse administrador. Queremos governantes que sintam e vivam os nossos problemas. E enquanto ele não for retirado, vamos sair às ruas todos os meses para forçar, a quem de direito, a tirá-lo daqui", sublinhou.

Houve uma "contra manifestação", que teve início por volta das 9 horas, em que um grupo de kuduristas afectos a um sector de apoio ao administrador, deu a cara para tentar desviar as atenções e os objectivos dos primeiros manifestantes. A ideia fracassou e prontamente os munícipes pediram a retirada do grupo.

No perímetro junto a conhecida Zona do Embondeiro registou-se um pequeno incidente, entre a polícia e os manifestantes, que tentavam impedir o percurso da marcha. A situação gerou um tumulto e desentendimento entre as partes, sem contudo ter havido detenções nem situações mais graves. Os manifestantes continuaram até à Administração do Cazenga, onde permaneceram por muito tempo.

O jornal O PAÍS tentou contactar, via telefone, com o administrador Tany Narciso, mas sem sucesso. Entretanto, em entrevista ao jornal da tarde da TV ZIMBO, o dirigente disse que não vai abandonar nada, porque "aquilo que faço por convicção e com toda entrega, não abandono", defende.

O administrador acrescentou ainda que os munícipes têm toda a liberdade de o fazer, desde que cumpram todos os requisitos, que "eles sabem quais são".

Tany Narciso confirmou que os seus munícipes reclamam essencialmente os problemas de Saúde, que dizem "que temos no Cazenga a pior assistência da cidade de Luanda; falaram sobre a questão da iluminação pública ; a segurança do município e a questão do número de estrangeiros que vivem no nosso município", disse.

5.13 Sinprof e entidade patropnal sentados amanhã á mesa

Jornal de Angola

8 de Abril de 2018

Texto: José Meireles

Representantes dos ministérios da Educação, Administração-Pública Emprego Trabalho e Segurança Social e do SINPROF reúnem -se na manhã de segunda - feira, em Luanda, para a conclusão de um cronograma de actividades, visando à análise dos pontos constantes do caderno reivindicativo, apresentado pelo sindicato dos professores, que anunciou a paralisação das aulas.

A realização desse encontro entre as três entidades é consequência da conclusão a que chegaram na reunião realizada sexta - feira, na qual foi recomendada ao Sindicato dos Professores (SINPROF) a elaboração dos termos de referênda do acordo a subscrever.

Na reunião de sexta-feira, marcada pela intransigência do SINPROF em manter greve convocada para segunda-feira, o representante do Ministério da Educação solicitou ao seu parceiro social um cronograma para a aprovação do Estatuto da Carreira Docente.

Ao SINPROF foi ainda imputada a responsabilidade de elaborar uma tabela indiciária, bem como a incidência financeira, com a participação nas discussões de outras forças sindicais do ramo.

Sexta - feira à tarde, na sede do MAPETSS, o ministro Jesus Maiato, indigitado como coordenadora Comissão de Crise, informou sobre a importância do encontro, tendo aludido que estava mandatado pelo Vice Presidente da República, Bornito de Sousa, no sentido de continuar o diálogo a fim de se ultrapassar a situação da greve anunciada.

Jesus Maiato referiu que a ilicitude da greve não devia ser posta em causa naquele fórum, pois compete ao tribunal de decidir sobre esta matéria, tendo sublinhado que o Executivo pretende dialogar com os parceiros sociais, a fim de se chegar a um consenso relativamente a todas as questões pendentes.

Hermínia do Nascimento, secretária geral e coordenadora da comissão de negociação do SINPROF, informou que a reivindicação é antiga e que no ano passado fizeram duas paralisações, porque tiveram acesso a uma orientação do Presidente da República anuindo o direito ao subsídio de diuturnidade, o que não foi cumprido até à data de hoje, pois beneficiam apenas 10% dos subsídios dos 30% estabelecidos.

Segundo a sindicalista, na sequência das duas paralisações foi elaborado um cronograma de trabalho com o Ministério da Educação, no qual constava, entre outros pontos, a revisão do Estatuto da Carreira Docente e a transição para o quadro definitivo dos professores em regime probatório.

Instado a esgrimir os argumentos de razão, a representante do SINPROF disse que a entidade patronal não cumpriu com os prazos estabelecidos no cronograma previamente aprovado e, por conseguinte, a ausência do Estatuto da Carreira Docente no Plano Intercalar (Outubro de 2017 a Março de 2018).

Hermínia do Nascimento referiu ainda que o Sindicato dos Professores nunca obteve resposta por escrito e os seus representantes não foram recebidos em audiência, pelo que não vê ilegalidade na greve declarada, uma vez que segundo ela, o SINPROF sempre cumpriu a lei.

Respondendo às questões levantadas pela representante do SINPROF, o ministro da Administração Pública Emprego Trabalho e Segurança Social deu a conhecer que as ações do plano intercalar transitaram para o PDN 2018-2022 e que o Executivo, nesta fase, pode ainda inscrever a

aprovação do Estatuto da Carreira Docente, uma vez que o mesmo se encontra na fase de discussão para a sua melhoria.

O coordenador da Comissão de Crise esclareceu ainda que o Ministério da Administração Pública Emprego Trabalho e Segurança Social remeteu ao MED o Estatuto para melhoria de alguns artigos, bem como os índices salariais.

Em seu entender, "era melhor primeiro aprovar o diploma retro mencionado e posteriormente tratar das regras de transição, o que seria mais compensatório para os professores", justificou na ocasião Jesus Maiato.

Quanto à transição de regime probatório para o quadro definitivo, Jesus Maiato considerou um "falso problema", uma vez que a sua efectivação não tem implicância financeira e apelou no sentido de o sindicato colaborar com o MED para a materialização dos casos que ainda se encontram por resolver.

Quanto ao pagamento do subsídio de diuturnidade garantiu que o Ministério das Finanças informou que o sistema está aberto, podendo os pagamentos ser processados a partir do próximo mês de Maio, tendo apelado ao SINPROF no sentido de rever a sua posição levantando a greve anunciada.

Todos os integrantes da comissão negociadora mandatados pelo SINPROF discordaram da petição do ministro, salientando que a posição foi assumida junto dos filiados e que recuar nesse momento seria prejudicial à liderança, tendo reafirmado que esta concertação peca por tardia

5.14 Tany Narciso reconhece os problemas do município

Jornal de Angola

8 de Abril de 2018

Texto: César Esteves

O administrador do município do Cazenga, Tany Narciso, reconheceu haver problemas sociais e outros a nível da circunscrição, mas acusa os jovens promotores da manifestação de desconhcerem até onde vai a responsabilidade da administração local, relativamente a algumas obras.

Falando ao jornal de Angola um dia antes da manifestação, Tany Narciso explicou que das obras abandonadas, umas estão sob a alçada do Governo Provincial de Luanda e outras são da responsabilidade do Governo central. "Há obras que

deviam ter iniciado, mas, infelizmente, isso não aconteceu. "

Segundo o administrador, os jovens que exigem a sua saída, referiu, acham que o município do Cazenga é o que apresenta o pior serviço de saúde a nível da província de Luanda. E é também o que mais receitas financeiras arrecada para os cofres do Estado, contribuição, que infelizmente não se reflecte na vida dos munícipes.

"Não abordamos a questão da manifestação por ser um direito reservado aos cidadãos", disse, para acrescentar que não é a primeira vez que os jovens contactam a administração municipal. "Já foram recebidos por duas e vezes e apresentaram os problemas mais candentes do município", salientou.

"Como administrador, tenho imensas vezes feito referência, nos encontros municipais e não só, ao estado e de abandono em que se encontra a circunscrição, sobretudo no capítulo das obras que se encontram, neste momento, todas suspensas", pelo facto de serem financiadas pela linha de crédito do Brasil, que, entretanto está inoperante, disse.

Acrescentou que no ano passado, Cazenga beneficiou apenas de duas obras públicas e que deviam ser executadas em três anos, no caso de duas escolas.

O administrador garante que não vai abandonar o cargo, pois considera - se um soldado que depende das estruturas centrais.

5.15 Sociedade civil prepara-se para as autarquias

Jornal O PAÍS

10 De Abril de 2018

Texto: Norberto Sateco

As organizações da sociedade civil começaram a ser capacitadas, um pouco por todo o país, sobre matérias ligadas às eleições autárquicas.

Na província do Huambo, o projecto já teve o seu início esta semana, com vista a dotar as organizações sociais de mais informações e facilidade de acesso à legislação existente em matéria de autarquias.

A iniciativa liderada pela Acção de Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) procura abranger as organizações e associações da sociedade civil espalhadas pelos 11 municípios daquela província. Mas, nesta primeira fase, a prioridade recai apenas a dois municípios, designadamente o da Caala e o do Londuimbali.

Segundo fez saber a directora daquela organização não-governamental no Huambo, Maria Lassalet, "existe uma necessidade clara de empoderar as organizações, de modo a que elas possam ter noção das escolhas a serem feitas e a importância deste modelo de governação".

"Se quisermos que os munícipes, ou seja, os futuros autarcas participem neste processo, eles próprios, antes de tudo, têm de dominar toda a informação para uma maior entrega", sublinhou a responsável.

Lassalet acrescentou que o projecto também vai facilitar o acesso a estes grupos, alguns sem notoriedade, aos fóruns de concertação e auscultação a serem realizados pelas autoridades governamentais, com realce para as administrações municipais.

"É ali onde eles poderão intervir; passando a sua ideia de como gostariam de ver o processo decorrer; apontando os municípios que acham que devem merecer prioridades e o seu ponto de vista em relação à questão do gradualismo", referiu Lassalet.

Entretanto, esta iniciativa é aplaudida pelo Observatório Político e Social de Angola (OPSA), que corrobora com a ideia segundo a qual o debate à volta deste assunto deve ser o mais abrangente possível.

Por outro lado, o coordenador da OPSA, Sérgio Calundungo, chama a atenção para a elevada expectativa que vem sendo alimentada em alguns círculos sociais, segundo os quais, as autarquias serão a solução da maior parte dos problemas sociais das comunidades. "As autarquias são apenas um modelo que permitirá a transferência de competências para os municípios e uma maior autonomia nas decisões locais, que podem ou não melhorar a condição de vida dos munícipes", acautelou o coordenador do OPSA, para quem o fundamental é perceber todas as nuances deste processo, de modo a eleger um autarca que venha realmente defender os interesses da comunidade.

"É preciso a população saber escolher bem quem vai dirigir. Porque se não for alguém que defende os interesses da comunidade' dificilmente as autarquias irão resolver os problemas aos quais os municípios andam votados", alertou Calundungo.

Por seu turno, o titular da pasta da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, afirma que o Governo pretende ser o mais inclusivo possível, abrangendo todos os estratos sociais. "Vamos ouvir todas as forças da sociedade, tal como já tivemos a oportunidade de tomar contacto com o parecer do OPSA e que nós subscrevemos a uma

percentagem acima da média", declarou Adão de Almeida.

Nesta altura, estão a ser criadas condições para o debate sobre a transferência de competências aos municípios além da questão que tem provocado acesos debates entre as autoridades e alguns partidos políticos da Oposição, que se refere relação ao quesito do gradualismo, consagrado constitucionalmente.

5.16 Executivo realiza encontro para esclarece autarquias

Jornal de Angola

11 De Abril de 2018

Texto: Josina de Carvalho

O Ministério da Administração do Território e da Reforma do Estado inicia hoje, em Luanda, uma série de encontros para esclarecer o processo de preparação das autarquias locais, marcadas para 2020.

O primeiro encontro acontece hoje com organizações juvenis, na mediateca "Zé Du", em Luanda. O encontro, com as organizações juvenis, é o primeiro de uma série que vão realizar-se em Luanda, e posteriormente nas demais províncias do país, no âmbito da auscultação pública sobre o processo de implementação das autarquias locais.

O próximo encontro está previsto para segunda-feira, com organizações femininas, no Memorial Dr. António Agostinho Neto. No dia 21, o Ministério da Administração do Território e da Reforma do Estado vai auscultar as comissões de moradores de Luanda, no Governo da Província de Luanda, e no dia 26 o encontro vai ser com as entidades eclesásticas, na mediateca 28 de Agosto, localizada no Largo das Escolas.

O Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado reuniu se recentemente com activistas cívicos do Observatório Político Social de Angola (OPSA), que apresentaram um documento com as reflexões sobre a implementação das autarquias locais no país. O OPSA apresentou, igualmente, as suas ideias sobre os critérios de selecção dos municípios, para a implementação das autarquias locais, entre outras questões à volta do assunto, que convergem na generalidade com a posição do Executivo, de acordo com o ministro Adão de Almeida.

"As reflexões são profundas e abordam diferentes perspectivas, que vamos ter em consideração", disse

o ministro no final do encontro, quando fazia uma avaliação do documento apresentado pelo OPSA.

No momento da apresentação pública dos critérios de selecção dos municípios, explicou Adão de Almeida, vai ser dada a conhecer as diferentes visões sobre o assunto, a fim de colherem subsídios dos cidadãos, com ideias coincidentes ou divergentes do Executivo. Definidos os critérios, vai fazer-se a selecção do primeiro grupo de municípios, e mais tarde, dos demais.

Adão de Almeida esclareceu que o processo de selecção, mesmo na lógica da implementação gradual, não é de excluir. "Não há exclusões. Há integração de todos os municípios, em momentos e fases diferentes", disse.

O Ministério da Administração do Território da Reforma do Estado, está a criar um conjunto de instrumentos e adoptar um conjunto de medidas, para que os municípios que não fazem parte do primeiro grupo, consigam uma dinâmica funcional e de desenvolvimento próxima dos que passarão a ter autarquias.

"A visão que temos, e nos termos que estamos a construir o processo, o gradualismo não será um instrumento a favor do aumento de assimetrias. Pelo contrário, é um instrumento que vai colocar todos os municípios a andar a uma velocidade boa e positiva", justificou.

O coordenador do OPSA, Sérgio Calundungo, é a favor do gradualismo, porque entende que não há condições objectivas para que todos os municípios do país, simultaneamente, possam ser uma autarquia, "Mas estou aberto a considerar essa diversidade de opiniões, que se observa também dentro do próprio OPSA", admitiu e alertou ser importante haver abertura suficiente de todos os intervenientes do processo, para que seja encontrado um meio termo.

O OPSA também considera importante gerir bem as expectativas da sociedade, com o apoio dos órgãos de comunicação social, disse, porque de forma inadvertida se está a passar a ideia de que todos os problemas do povo vão ficar resolvidos com as autarquias.

"Temos de ser muito responsáveis na comunicação sobre o processo", recomendou o coordenador do OPSA.

5.17 Braço juvenil da CASA-CE defende eleições autárquicas justas

Jornal O PAÍS

11 De Abril de 2018

Texto: Neusa Filipe

O Secretário-geral da Juventude Patriótica de Angola (JPA), organização juvenil da CASA-CE, Rafael Aguiar, defendeu ontem, em Luanda, a criação de uma Comissão Multisectorial equilibrada, parlamentar, que acompanhe os municípios mais recônditos no âmbito da realização das autarquias locais.

O líder do braço Juvenil da CA-SA-CE falou a OPAIS no âmbito da preparação das actividades alusivas ao mês de Abril, mês em que a Coligação comemora o seu sexto aniversário.

Na ocasião, Rafael Aguiar informou que a questão relacionada com a realização das primeiras eleições autárquicas no país preocupa também os jovens da sua agremiação política.

Defendeu o seu posicionamento relativamente às autarquias locais referindo que as mesmas devem, acima de tudo, propiciar a devolução do poder ao povo, representando a transição da geração da Independência para uma geração totalmente independente.

Relativamente à problemática do gradualismo, o jovem político recorreu à criação de uma Comissão Multisectorial equilibrada a nível parlamentar, a fim de apurar nas zonas mais recônditas as condições materiais e financeiras ali existentes.

“É preciso encontrarmos um consenso para essa problemática do gradualismo. Nós não somos a favor do gradualismo, somos a favor da estipulação de condições prévias para que se saiba o que é realmente necessário para se avançar com as autarquias”, disse.

Caso todos os municípios reúnam as condições exigidas, avançou que devem ser implementadas as autarquias em todos eles, desde que o processo seja verdadeiro, transparente, patriótico e participativo. No que respeita à preparação dos seus membros para este processo, a fonte fez saber que a delegação da JPA por si encabeçada pretende ouvir o ponto de vista dos jovens de todo o país. Para o efeito, serão visitadas duas províncias por mês para que a sua meta seja concretizada.

“Eu estive recentemente na província de Benguela com a delegação da JPA, onde trabalhámos

arduamente com os jovens sobre as autarquias locais. A nossa meta é visitar duas províncias em casa mês para a sensibilização e partilha de conhecimentos”, avançou.

JPA demarca-se do 14 de abril

O dia 14 de Abril é comemorado a nível nacional como o Dia da Juventude Angolana, entretanto, algumas organizações juvenis têm se afastado dessa comemoração com alegações de que a referida data não é ainda consensual, sendo adoptada somente pela JPMLA.

Rafael Aguiar disse que, apesar de cooperar em todas as outras matérias com o Conselho Nacional da Juventude (CNJ), a organização juvenil que dirige não participa nas comemorações da data em causa, alegando que a mesma constitui uma cultura de imposição por parte da JMPLA.

5.18 Administrações municipais e o início de uma nova era

Jornal de Angola

12 de Abril de 2018

As Administrações Municipais têm os dias contados, é dado adquirido e, mesmo quem põereservas à instalação a curto prazo do Poder Autárquico, não vai sentir falta delas, tão mau é o serviço, que, na generalidade, prestam.

O problema, não tenho dúvidas, não se circunscreve a Luanda, estende-se pelo país de uma ponta a outra. E se houver excepções apenas servem para confirmar a regra. Basta ligar o televisor para se verificar isso. Como confirmou há poucos dias uma imagem de um bairro suburbano de Ndalatando mostrado pela TPA. Que mais não é do que amontoado de cubatas. Sem o mínimo de condições de habitabilidade. Dou este exemplo como podia apresentar outros de qualquer província.

A responsabilidade, é bom salientar, não cabe somente às Administrações Municipais. Tem de ser repartida, em certos casos, até em maior percentagem, por Governos Provinciais, espécie em vias de extinção, e pelo Poder Central, orientador das políticas a aplicar em todo o país, embora nem sempre, ressalve-se, nas condições correctas, quando não ignoradas.

Luanda, por todas as razões e mais uma, é a província que mais e maiores problemas regista. O município do Cazenga espelha bem essa situação. Também do que é a inoperância de quem, em primeira instância, tem a responsabilidade de garantir os interesses de

quem lá mora. O que se passa naquela parcela de Luanda é inadmissível.

O poder autárquico vai acabar estes estado de coisas? De forma nenhuma. Há problemas gravíssimos que sé foram encavalitando por não terem sido atalhados quando deviam. Por incompetência, desleixo, egoísmo revelado em todos os aspectos. Da higiene pública, às árvores que ainda restam – por podar, passando pelo mau estado das vias, trânsito rodoviário, falta de segurança de peões, até tudo o que for possível de imaginar como enredo de filme. Que pode ser tragicomédia, terror, sobrenatural. Porque não policial, com "crimes de colarinho branco", que envolvem sempre nepotismo, "complexos de impunidade". Cenários? Depende do enredo? Por isso, podem ser também vivendas em bairros chiques. Logo, em ruas sem buracos, nem lagoas de água da chuva, berços de mosquitos. Mas, com piscinas, jardins de todas as cores, pessoas trajadas à última moda europeia. Todos resguardados de ventanias para não haver perucas voadoras. E carros último modelo à porta.

O Poder Autárquico vai acabar com a bagunça em que se transformou a Luanda do cidadão comum? Jamais, por não ser varinha de condão. Por constituir novidade entre nós pode ser causa de regozijo ou decepção. Depende das perspectivas de cada um. Do que tenho quase a certeza é que maioria dos elementos das actuais Administrações Municipais e Governos Provinciais ou não são candidatos ou se o forem perdem. O voto a nível das autarquias, em todos os países em queas há, obedece cada vez menos à disciplina partidária, cada vez mais à obra feita... Ou deixada por fazer. Até por estas razões, estranho que a maioria deles não tenha já sido substituída. Mas, enfim, felizmente, não sou político, apenas mais um luandense preocupado com a minha cidade tão ignobilmente tratada. Como todos os filhos desta terra, aguardo com alguma ansiedade por esclarecimentos precisos. Feitos por quem saiba da matéria. Jamais por quem queira passar por entendido. Para não nos baralhar ainda mais.

O Poder Autárquico, não me esqueço, é exercido por seres humanos. Com virtudes e defeitos, mulheres e homens honestos, abnegados, entregues à causa pública, mas também por "lobos com pele de cordeiros", impostores, sedentos de protagonismo e de aumentarem as contas bancárias.

5.19 Autarquias: A fuga para a frente do MPLA

Novo Jornal

13 De Abril de 2018

Texto: Nok Nogueira

O novo debate – não tão novo assim quanto era e é esperado pelos angolanos sobre a institucionalização das autarquias no país, levado a cabo pelo executivo nestas últimas semanas, tende a criar uma zona ainda mais cinzenta sobre esta matéria, na medida em que o assunto volta à agenda política nacional com os mesmos vícios de forma com que se discutiu todo o processo eleitoral de 2017 e cujo desfecho até ao ano passado, referimo-nos apenas ao desfecho dos debates, foi desastroso, já que, em nosso entender, houve uma usurpação dantesca e danosa de competências, sem colocarmos de parte que o sistema de registo eleitoral vigente excluiu de modo arbitrário e inconstitucional milhares de angolanos.

Claro que um dos pretextos agora é de que, tratando-se de eleições autárquicas, é preciso reformular o modelo de registo eleitoral, tal como defendeu recentemente o titular do Ministério da Administração e Reforma do Estado, que aponta o actual modelo de registo como estando mais ajustado para as eleições gerais, ou seja, para um espectro eleitoral mais alargado. À vista desarmada, o que defende o governante parece ser um posicionamento mais sóbrio e realista da questão. Mas tudo até aqui não passou disso mesmo, da aparência, e já nos explicamos porquê!

Muitos políticos da situação acreditam estarmos todos inebriados ou hipnotizados, ou ainda deslumbrados, simplesmente com a ideia de que as eleições autárquicas venham a ocorrer, conforme data indicativa, em 2020. Não! A verdade é que há, ou tem havido, toda uma trama nos processos eleitorais que tendem a contrariar a “verdade eleitoral” e esta trama ficou mais evidente em 2017.

Se a ideia de reformular o modelo de registo eleitoral se limitar a pôr um acento tónico mais à direita ou mais à esquerda de todo o espectro legislativo, a nosso ver, já ferido de pequenos/grandes embustes inconstitucionais, não há eleições autárquicas que venham a obedecer ao princípio da transparência.

Vamos ter umas eleições iguais ou ainda piores do que as de 2017, que continuamos a defender como não tendo sido nem justas nem tampouco transparentes.

As eleições autárquicas hão-de impor um nível de organização mais específico que mexe com a própria vida organizativa das administrações municipais, que hão-de saltar da alçada do governo central para uma esfera administrativa autónoma a que o actual regime não está habituado e que dificilmente se vai habituar, não por má-fé, mas porque o poder local imporá uma outra dinâmica e postura do poder central sobre a vida dos municípios e, quando estas forem lideradas por um autarca independente, longe das interferências partidárias, tudo isso vai criar muitos dissabores na relação entre o poder central e o local.

O MPLA há 42 anos quase que decide na vertical o destino do país e é precisamente esta uma das razões que o leva hoje a encontrar e a arranjar artifícios constitucionais para que se não implemente o poder local em toda a extensão do país (ao mesmo tempo). Prefere primeiro tactear o terreno e ver como reage à “partilha de poder”.

Por outro lado, a nível organizativo da administração, poder local há-de exigir a criação de uma série de infra-estruturas que são importantíssimas até para o controlo e gestão do património do município e a sua consequente funcionalidade. Convinha não perder de vista que uma das características das autarquias em regimes democráticos é a eleição directa dos seus órgãos executivos e fiscalizadores (assembleias municipais). Como compreender, por exemplo, que o governo central, que não aceita ser fiscalizado, admita que a nível do poder autárquico esta seja um facto, sobretudo ali onde pensa ser a sua praça eleitoral?!

Se a institucionalização das autarquias e do poder local permite “maior pluralidade e partilha de poder”, isso implica dizer também maior fiscalização. Mas fiscalizar é uma palavra que o MPLA riscou do léxico do exercício poder executivo, quando se foi queixar ao Tribunal Constitucional, alegando que o Parlamento não tinha competências para o fazer!

Decisão (muito bem) acolhida por boa parte dos juízes conselheiros do referido tribunal.

Neste momento, o nível público de debate sobre as autarquias está ainda muito aquém daquilo que seria importante e necessário promover, até com o fito pedagógico. O debate promovido pelo executivo não vai de facto a fundo, limita-se a concentrar as atenções no “princípio do gradualismo”, que não é a parte menos importante da questão, é verdade, mas pode ser entendido como um embuste dilatatório ou

mais um artifício político para protelar, por mais uma década no mínimo, a concentração do poder a nível da administração central.

O executivo limita-se a informar (o verbo é precisamente este e ninguém vai demover disso), de modo antecipado ao país, e particularmente aos seus adversários políticos, que não há condições para arrancar com as eleições autárquicas em toda a extensão do território nacional, inclusivamente já reuniu diplomatas estrangeiros para os “prevenir de como isso vai ser”. A actual configuração da Comissão Nacional Eleitoral responde ou obedece a um modelo partidocrático. Ou seja, é a vontade partidária que determina quem fica, quem manda e quem deve fazer parte deste órgão de administração eleitoral. Como se sentirá um candidato independente perante este quadro?! Ou seja, até que ponto é que delegados junto das várias comissões eleitorais, indicados por partidos políticos, não têm sido alvos dos “ditames” dos partidos que os indicam?!

E mais: este ano já vemos o MAT a tomar a dianteira, com o controlo das rédeas do processo - um pouco a “versão acabada” da postura que manteve em 2017 até acaparar-se de todo o processo de administração eleitoral, sendo ele um órgão executivo. Como é isso?!

Todas estas questões não são discutidas porque não interessam ao regime, por se afigurarem como “obstáculos”, imaginem só, para o exercício do poder político em Angola, e toda esta trama sobre o gradualismo já indicia isso mesmo.

Oxalá os angolanos pudessem visitar todo o processo eleitoral de 2017 para melhor compreender o novelo que se avizinha com as autarquias se não tivermos o cuidado de alterar os vícios de forma e de conteúdo do processo eleitoral.

Falando em vícios de conteúdo, era bom também não perder de vista que o MPLA, perante a necessidade de cumprimento da Lei n.º 36/11 (Lei Orgânica sobre as Eleições Gerais), que lhe retirava boa parte do controlo sobre o processo eleitoral, preferiu fazer aprovar no Parlamento em 2017, com o voto favorável da UNITA e da FNLA, um projecto de resolução que alterou o Plano de Tarefas para a realização das eleições gerais e autárquicas, tendo retirado as propostas de Lei sobre a Organização das Eleições Gerais, a Lei Orgânica do Sistema de Informação e Gestão de Processos Eleitorais e a Lei de Financiamento das Campanhas Eleitorais. E as eleições de 23 de Agosto de 2017 foram o que foram! Portanto, o MPLA não mexe uma peça no tabuleiro do xadrez político no país sem estar um ou dois

passos à frente! E, a manter-se esta tendência, vamos com certeza brincar às autarquias.

5.20 Os administradores letárgicos devem ser exonerados pelo Governador de Luanda

Jornal A República
13 De Abril de 2018
Texto: Redacção

O exercício democrático é feito em desconformes ângulos, sobretudo no que respeita à política enquanto ciência que discorre na execução governativa e na materialização das políticas sócio-económicas. Entrementes, os administradores, sejam eles comunais ou municipais, não fogem à norma política quanto à análise das suas prestações, porém, a falta de cultura de declaração de bens por parte dos administradores leva-nos a esmar que existe um emudecimento por parte desses administradores relativamente a essa nuance analítica e política.

Mas nos encaixemos visceralmente à cogitação assentada, que surge a propósito das inúmeras análises que têm sido discutidas amplamente ao longo desses anos no meio dos cidadãos assim como no seio de diferentes analistas angolanos que interrogam como os administradores, essencialmente da capital do país, têm estado a gerir os valores financeiros cabimentados pelo Estado angolano, que visam dar uma nova imagem aos variadíssimos bairros que constituem as comunas e os municípios de Luanda, pois a boa aplicação de verbas financeiras resulta na eficácia e na produtividade de diferentes infra-estruturas. A palavra letárgicos surge no sentido de que a governação guinde similarmente na transparência e na isenção, quando os administradores arrostando a governação como um benefício colectivo, em detrimento do pessoal, pois os administradores são os representantes do povo num determinado bairro ou município, tendo como desígnio propiciar aos cidadãos uma política que desemboque na esfera vertical da política, caso esse factor indispensável na vida dos cidadãos não advenha estaremos, evidentemente, diante de uma autêntica letargia porque os referidos administradores não têm sido aguçados para pôr cobro às necessidades dos cidadãos, tais como a implementação de diferentes políticas sociais que supram a de falta de água, luz eléctrica, crescimento e desenvolvimento sócio-económico das comunas e dos municípios, etc.

De outro modo, os administradores tornam-se letárgicos quando reiteradamente usam nos seus

discursos uma excessiva prepotência política, tendo apenas uma fantasmagoria partidária, ou seja, que olhem para os cidadãos de forma íntegra, respeitando os seus direitos consagrados na Constituição vigorante, evitando, dessa maneira, que embarquem na manipulação e na musculação política, usando palavras campesinas que desencadeiam no torpor entre os administradores letárgicos e os cidadãos.

5.21 Tany Narciso

Jornal Visão
13 de Abril de 2018

O facto de cerca de 500 de pessoas, a maioria estudantes e activistas de movimentos revolucionários sair à rua e protestar contra a actuação do administrador, Victor Nataniel Narciso, para pedir a sua demissão do cargo de administrador municipal mostra que aquele edil não tem estado a cumprir com o seu papel enquanto gestor do município que em tempos idos já foi considerado um dos mais populosos da cidade de Luanda. É verdade que alguma coisa melhorou, mas também é verdade que muita coisa falta por se fazer e a fazer fé nas denúncias, de facto, o centro de saúde do Hoji-ya-Henda e a maternidade do Asa Branca estão voltados ao abandono. As obras não existem e os locais, um deles transformado em estacionamento e antro de prostituição fazem a vida daquele município andar para trás. A escola Angola e Cuba transformada em escombros e local propício para o cometimento de crimes, qual deles o mais perigoso, e inúmeras ruas intransitáveis com excepção para as próximas à administração são outros cartazes negativos.

5.22 Governador ausculta autoridades tradicionais

Jornal de Angola
14 De Abril de 2018
Texto: Nicolau Vasco

Autoridades tradicionais do município do Cuanhama, na província do Cunene, solicitaram ontem maior intervenção do Governo na melhoria da qualidade de vida das populações nas zonas rurais.

Durante o encontro, com o objectivo de apresentar ao governador Kundi Paihama as principais preocupações das comunidades, o soba da comuna da Môngua, Frederico Ndakalenge, lamentou o mau estado das vias que dão acesso às zonas rurais, tendo solicitado a reabilitação das estradas, para facilitar a circulação de pessoas e bens, assim como o combate ao roubo do gado.

Já o soba da comuna do Nehone, Benjamim Sadifange, apresentou como preocupação o aumento considerável da delinquência na sua área de jurisdição, tendo solicitado aos órgãos competentes no sentido de redobrem esforços no combate a este mal.

Criticou os órgãos de Justiça, pois muitos delinquentes não cumprem as penas correspondentes aos seus actos, sendo muitas vezes soltos, mesmo depois de se ter as provas, ou cumprem apenas alguns dias e voltam a cometer crimes nas mesmas áreas.

O soba da localidade de Oipembe, da comuna de Ondjiva, Emanuel Sanhengange, aplaudiu a realização de mais encontros que permitam ao Governo ter melhores informações sobre as reais necessidades das comunidades' fazendo com que haja maior aproximação entre o Governo e os governados.

O governador disse que os sobas são os responsáveis e mensageiros indispensáveis na identificação e solução dos problemas da população, sendo estes conhecedores das comunidades locais.

Kundi Paihama explicou que, apesar do Governo ter conhecimento, as autoridades tradicionais têm um domínio maior das verdadeiras necessidades das comunidades.

5.23 UNITA envolvida nas autárquicas

Jornal de Angola
14 De Abril de 2018
Texto: Juliana Domingos

O presidente UNITA, Isaías Samakuva, reiterou ontem, no final da sua visita de trabalho de cinco dias à província do Huambo, o compromisso do seu partido com a paz, a reconciliação e a efectivação das eleições autárquicas no país.

Em declarações à imprensa, momentos antes de regressar a Luanda, Samakuva disse ter notado com preocupação a degradação das vias terciárias, nos municípios e comunas, falta de medicamentos nas unidades sanitárias, e de escolas nas aldeias distantes das zonas urbanas.

O líder do maior partido da oposição disse que o seu partido vai continuar a trabalhar unido, na fiscalização das acções do Governo, para que o país caminhe para o progresso, sublinhando que todos os angolanos estão interessados numa Angola diferente, democrática e de direito. Isaías Samakuva considerou “construtivo” o encontro mantido com o governador da província, acrescentando que a UNITA sempre

mostrou interesse em manter a paz, unidade, e a reconciliação entre os angolanos.

O descontentamento manifestado por alguns antigos combatentes, que dizem não conseguir resolver as suas preocupações devido a excessiva burocracia e morosidade na solução dos seus processos, também preocupou o presidente da UNITA, que aproveitou a sua estada no Huambo para apresentar ao governador João Baptista Kussumua várias preocupações políticas, económicas e sociais, no quadro do programa da reconstrução nacional.

5.24 As autarquias e os cidadãos

Jornal de Angola
15 De Abril de 2018
Texto: Victor Carvalho

Nos últimos dias, muito se tem falado e escrito sobre a problemática que envolve o processo que antecede a realização das eleições autárquicas, já aprazadas para o ano de 2020.

O único consenso que neste momento existe em relação a esta matéria, a nível da classe política, é o que se refere à data e à importância do acontecimento. Em tudo o resto existe um natural e compreensível desencontro de opiniões queira sendo gradualmente esbatido até à hora da votação.

No entanto, há um trabalho que começa agora a ser feito e que determinará o sucesso das autárquicas: o debate público inclusivo para melhor esclarecimento da população.

Devido às vicissitudes do país, resultantes das assimetrias regionais que são bem conhecidas, existe por parte da população a tendência para pensar que as eleições autárquicas serão a solução para todos os problemas que estão a viver, quando todos sabemos que assim não será, nem nunca poderia ser.

Aos poucos, as populações estão a alimentar uma onda de expectativa que os políticos agora terão a difícil tarefa de gerir, sabendo-se que quanto mais tarde o comessem a fazer mais difícil seria a sua missão.

Embora estejamos a mais de dois anos da sua realização, é importante que a população tome desde já conhecimento de como tudo se processará para que na hora da decisão do voto o possa exercer com perfeito conhecimento de causa.

Talvez a nível dos peritos e mesmo da classe política, existisse já um domínio mais ou menos perfeito dos

tempos e dos prazos para a implementação de todo um calendário que nos conduzirá, todos esperamos que tranquilamente, até 2020.

Mas é bom, diríamos mesmo fundamental, envolver activamente a população nos meandros de todo esse sistema para que ela se sinta parte activa num processo que lhe vai dizer directamente respeito.

Em política, a gestão de expectativas é a barreira que costuma separar os bons dos maus políticos, aqueles que conhecem o tempo certo de intervir e os que actuam mais em reacção, geralmente tardia, em relação a determinados acontecimentos.

As informações que até agora têm sido disponibilizadas eram herméticas, pouco digeríveis para uma população que vê nas autarquias a luz que a poderá guiar para sair do túnel onde actualmente se encontra.

Quem está do lado de fora de todo o processo ainda tem a percepção de que dois anos talvez não seja tempo suficiente para vencer todas as barreiras que ainda existem para a realização das eleições autárquicas.

Os que assistem ou ouvem os debates sobre a autarquias, protagonizados por representantes de diferentes sensibilidades políticas, ficam ainda com a sensação de que mesmo os peritos estão longe de uma unanimidade sobre o melhor caminho a percorrer para tornar este sonho uma realidade.

O pior que poderia suceder neste processo de eleições autárquicas seria o antecipado aproveitamento político por parte das diferentes formações, quando o objectivo principal deveria ser o envolvimento cada vez maior da população independentemente da sua coloração partidária.

Por isso se saúda a iniciativa de levar o debate ao seio da população, para que esta saiba aquilo que a espera, de modo a não exceder as expectativas que estavam a ser criadas em redor da criação das autarquias como se de uma mezinha mágica se tratasse.

5.25 Autarquias alteram a gestão do território

Jornal de Angola

15 De Abril de 2018

Texto: Victória Quinta

Com a implementação das autarquias locais, o modelo de gestão administrativa do território é alterado de forma substancial, declarou, na cidade do

Huambo, o ministro da Administração do Território Reforma do Estado.

Adão de Almeida, que falava sexta-feira na conferência sobre autarquias, disse que o processo inclui a descentralização administrativa e explicou que o país tem um modelo de gestão administrativa centralizado, onde um único órgão gestor é responsável pela gestão pública.

A nível da estruturação da administração pública, o Estado é uma figura central personificada na figura do Presidente da República, que é o órgão superior da administração pública, esclareceu o ministro, para acrescentar que neste modelo, o Presidente da República é representado pelo governador no território a província, pelo administrador no município, e assim sucessivamente.

“O que se pretende agora é fazer com que o centro tenha menos intervenção nos assuntos locais e as estruturas locais tenham autonomia para a solução dos problemas que afectam os cidadãos”, afirmou Adão de Almeida, para quem a implementação das autarquias se resume em conferir autonomia aos municípios, tendo em conta a orientação da Constituição da República, que prevê um Estado unitário, com desconcentração e descentralização administrativa.

Sobre as diferentes fases do processo de implementação das autarquias, Adão de Almeida disse que primeiro se deve reforçar a desconcentração administrativa, que consiste em atribuir mais sem autarquias. “Na abertura aos municípios o Executivo e os departamentos ministeriais devem começar a diminuir a sua intervenção, para permitir que os municípios comecem a ganhar dinâmica de intervenção para estarem melhor preparados até ao momento das autarquias, e deste modo fazer-se uma transição suave e pacífica”, afirmou o ministro, que acrescentou que a segunda fase vai ser a implementação das autarquias, com a realização de eleições em 2020.

A última fase prevê o processo de extensão das autarquias em 2020, com o primeiro grupo de municípios e, sequencialmente, vão entrando outros municípios para as autarquias.

Manutenção da Paz

Durante a conferência, o general na reforma Francisco Furtado dissertou sobre “O contributo das forças de defesa e segurança na manutenção da paz, reconciliação nacional e soberania”.

O general fez uma incursão histórica sobre o processo da luta pela Independência Nacional, para

realçar o empenho dos jovens durante as três décadas de conflito armado pós- independência para o alcance da paz definitiva, em 2002.

O antigo chefe do Estado Maior General das FAA defendeu “todas as honras” para os heróis da Independência, sobretudo pelo papel que desempenharam para que Angola seja hoje um país livre e digno de respeito no contexto das nações.

Francisco Furtado explicou que o futuro de Angola depende da capacidade da juventude em aprender a pensar e fazer o bem. Apelou aos jovens para o correcto manuseamento das redes sociais, salientando que a internet constitui uma ferramenta importante para pesquisa, elevação de conhecimentos, transmissão e partilha de informações.

O governador do Huambo, João Baptista Kussumua, a ministra da Juventude e Desportos, Paula do Sacramento, o secretário nacional da JMPLA, Sérgio Luther Rescova, representantes de partidos políticos e membros dos órgãos de defesa e segurança participaram na conferência

5.26 Autarquias fortalecem processo democrático

Jornal de Angola

17 De Abril de 2018

O líder da Igreja de Nosso Senhor Jesus Cristo no Mundo (Tocoístas) disse ontem, em Luanda, que as autarquias são importantes para o desenvolvimento e fortalecimento de uma verdadeira democracia em Angola.

D. Afonso Nunes, que falava durante a conferência de imprensa para anunciar o programa das celebrações do 83.º aniversário da Epifania, a ter lugar na vila de Catete, sábado e domingo, explicou que quanto mais se concentra o poder, mais dificuldades há na realização das acções viradas para o desenvolvimento das comunidades.

A desconcentração, frisou, permite que o que pode ser feito em cinco anos, por exemplo, seja aprontado em apenas dois anos.

Para o líder tocoísta, quando as decisões e os investimentos são locais, há, por norma, a capacidade de realização das tarefas de forma eficiente, contrariamente ao que acontece quando as decisões vêm de longe e muitas vezes por responsáveis que nem sequer dominam a realidade da localidade em causa.

O líder tocoísta disse acreditar que com as autarquias muitas dificuldades que as comunidades vivem, tais como a falta de escolas, hospitais, estradas, energia eléctrica, vão ser ultrapassadas.

As prioridades da população, afirmou D. Afonso Nunes, são sobejamente conhecidas e elas circunscrevem-se a coisas básicas como a água potável, energia eléctrica, hospitais e boas estradas que permitam o escoamento de produtos agrícolas para as grandes superfícies comerciais.

"Não se pode pensar que nós, os cristãos, somos simples leitores da Bíblia Sagrada que anunciamos que Cristo virá numa determinada data. Se não olharmos para as dificuldades dos nossos irmãos e nos preocuparmos somente com o céu, estamos a ser mercenários, pois que o pastor deve viver os problemas do seu povo e tem a obrigação de participar na resolução dos mesmos", afirmou D. Afonso Nunes.

5.27 MPLA esclarece militantes de Chicomba sobre eleições autárquicas

Jornal OPAÍS

17 De Abril de 2018

Texto: João Katombela

João Marcelino Tyippinge, que falava às centenas de militantes do Comité Municipal do MPLA em Chicomba, afirmou que as autarquias constituem um "trampolim" para a redução das assimetrias regionais, prevista no seu programa de governação para o período de 2017/2022.

O político avançou que, para se repetir a proeza de 23 de Agosto de 2017, torria-se necessário que todos os militantes do partido dos "camaradas", do topo à base, se envolvam na mobilização.

"Os militantes devem continuar a sensibilizar a população para as tarefas da reconstrução nacional, sensibilizando os nossos militantes para que se engajem efectivamente no cumprimento das tarefas programadas a nível do Executivo. Mas devemos continuar a consolidar as nossas bases, continuarmos a fazer crescer o nosso partido! O trabalho do partido não termina com as eleições, terminam as eleições. Retomamos as nossas actividades político- partidárias porque dentro de mais algum tempo, menos de dois anos, teremos eleições autárquicas, a eleição daqueles que vão dirigir os municípios", elucidou.

Face a esse desafio, o líder dos camaradas na Huíla defendeu a necessidade de os seus membros

continuarem a trabalhar na sua capacitação em matéria de autarquias, bem como na consolidação das suas bases, visando o crescimento do partido.

João Marcelino Typinge apelou ainda à vigilância dos seus militantes, no sentido de fiscalizar as actividades do Governo liderado pelo MPLA, da desconcentração administrativa e financeira em curso no país, que, em seu entender, é um balão de ensaio para as autarquias locais.

"Hoje, os municípios têm mais responsabilidade do que antes, estamos a desconcentrar muitas acções que eram executadas pelo Governo Central e pelos Governos Provinciais! Vamos mandar mobilizar os melhores quadros de cada município da província para que possam assegurar as grandes tarefas."

O aparelho administrativo do município será maior e com maiores competências que a estrutura provincial, aquilo que fazia como governador vai fazer o administrador municipal, aquilo que as direcções provinciais faziam, uma parte também será executada pelos municípios, isso é exactamente um ensaio das autarquias, onde vamos prestar mais atenção aos recursos financeiros para os municípios, incluindo meios humanos fundamentais para executar esse novo programa na nova visão estratégica do Executivo angolano", resumiu.

5.28 A UNITA insiste na realização da autarquias em todo país

Jornal de Angola

18 de Abril de 2018

Texto: Bernardino Manje

O presidente da UNITA considerou ontem, em Luanda, que o gradualismo territorial que se pretende implementar no processo autárquico é uma desculpa para a continuação da centralização da governação e da delapidação do erário.

Isaiás Samakuva, que falava em conferência de imprensa sobre o estado da Nação, afirmou que o seu partido rejeita, "categoricamente", a estratégia do gradualismo territorial e insiste que a implementação das autarquias deve ocorrer em todo o território nacional, para o benefício de todos, "por ser uma imposição constitucional, um dever e uma obrigação imposta ao Estado, e não uma faculdade dos políticos"

Para o líder da UNITA, a implementação do gradualismo geográfico ou territorial, ao invés do funcional, como, segundo ele, manda a Constituição da República, é deliberada e tem em vista o aumento

do poderio do partido no poder em todos os municípios.

"A estratégia do partido-Estado consiste em reforçar, primeiro, os poderes do MPLA em todos os municípios, através da Administração Local do Estado, e só depois proceder à descentralização político-administrativa em alguns deles", acusou Samakuva, para quem esta estratégia é "subversiva e fraudulenta".

O político justificou a suposta subversão afirmando que a estratégia do Executivo condiciona, subtilmente, a observância do princípio da autonomia local e da descentralização política a um alegado reforço da desconcentração administrativa. "O processo de implementação das autarquias locais concretiza os princípios constitucionais da autonomia local, da democracia participativa e da descentralização administrativa, e não o princípio da desconcentração administrativa", disse.

Para Samakuva, o gradualismo defendido pelo Executivo é uma "estratégia do MPLA para utilizar o Estado para tirar vantagens competitivas"

"Sabendo que Angola já não suporta o desgoverno dos seus municípios por órgãos centralizados, o partido-Estado decidiu, no ano passado, reforçar as competências (desconcentradas) do Presidente da República nos municípios para dar a impressão que estava a descentralizar", afirmou.

Tal reforço, disse, foi feito através do Decreto Presidencial n.2 208/17, de 22 de Setembro, que atribui às administrações municipais as mesmas competências que a Constituição já atribui às autarquias locais; e do Decreto Presidencial n.2 40/18, de 9 de Fevereiro, que estabelece o novo regime de financiamento dos órgãos das administrações municipais", sublinhou.

Isaiás Samakuva acusou o Executivo de estar a realizar um processo de "formação selectiva" dos actuais quadros das administrações municipais - "todos ligados ao partido no poder" - para posterior transferência para as autarquias.

Ainda sobre o gradualismo, o presidente da UNITA admitiu que o seu partido defendeu, esta figura, durante o processo de elaboração e aprovação da actual Constituição, mas, disse, trata-se de um gradualismo funcional, e não geográfico ou territorial, como defende agora o Executivo. O maior partido da oposição afirma que deve haver, ao mesmo tempo, autarquias em todos os municípios do país, mas, em alguns, a transferência dos poderes do órgão central para o local pode ser feita de forma gradual.

Isaías Samakuva referiu que o gradualismo geográfico ou territorial pode acirrar ainda mais o sentimento de exclusão e as assimetrias regionais e, eventualmente, criar descontentamentos' que provocam tendências independentistas nos municípios afastados das autarquias. Ao falar sobre as vantagens da criação das autarquias, Samakuva declarou não ter dúvidas que as mesmas vão promover o desenvolvimento dos municípios. Por esta razão, sublinhou, a UNITA preconiza a implementação das autarquias em todos os municípios e ao mesmo tempo.

É neste ambiente de divergências sobre o tipo de gradualismo adoptar que decorre o processo de preparação das eleições autárquicas. A UNITA garante que vai continuar a pressionar as autoridades para a sua posição ser atendida, mas pelo que se depreende das palavras de Samakuva, esta luta pode ser inglória.

"Se o Governo mantiver a sua posição, vamos ter de seguir o que a maioria decidir, com todas as consequências daí advenientes", reconheceu Isaías Samakuva.

5.29 Oposição e Sociedade Civil unem-se contra o MPLA

Jornal Visão

18 De Maio de 2018

Texto: Adalberto Carlos

Segundo o líder do Grupo Parlamentar da CASA-CE, André Mendes de Carvalho, que falava no final de um seminário sobre as autarquias, promovido por essa organização política, reitera que com o gradualismo territorial, só um número ínfimo de municípios vai ter as autarquias em 2020. "Pensamos que em 2020 deverá haver eleições autárquicas em todos os municípios, fazendo-se a transferência das atribuições à medida das capacidades dessas autarquias.

Já UNITA e a sociedade civil defendem que as autarquias locais devem ser implementadas em simultâneo em todo território nacional. O debate realizado na última quarta-feira centrou-se na visão dos partidos políticos com assento parlamentar, tendo as discussões centrado no gradualismo territorial ou funcional.

A representante do maior partido da oposição no evento, Mihaela Webba, disse que o processo das autarquias deve ser implementado em todo território. "A UNITA defende que todos os angolanos devem ser incluídos neste processo autárquico, e o gradualismo que defendemos é aquele que está na

Constituição, que é o funcional. Ou seja, a atribuição gradual das competências e das atribuições da actual administração local do Estado para as autarquias locais": argumentou. Esta ideia é partilhada por membros da sociedade civil. Tal é o caso do professor Nelson Pestana Bonavena entende que o princípio do gradualismo territorial acentua as assimetrias regionais.

"É também uma flagrante injustiça e cria um país às várias velocidades, sendo que os últimos a serem contemplados pelas autarquias viverão essa realidade em 2032; e isso é uma injustiça" considerou. A conferência realizou-se com o objectivo de proporcionar o momento de reflexão e debate sobre os caminhos a seguir para a implementação das autarquias locais. A coligação liderada por Abel Chivukuvuku convidou para conferência prelectores de três países lusófonos: Portugal, Moçambique e Cabo Verde. Cada um trouxe a sua experiência para ajudar os políticos angolanos a compreenderem como a autonomia local.

O Professor Domingos Manuel do Rosário, da Universidade Eduardo Mondlane de Moçambique, descreveu a trajectória do sei em 20 anos de autarquias "Vinte anos adoptamos autarquias a nível da das novas vilas à categoria municípios. Mas em 20 anos só conseguimos 20 municípios; não avançamos temos muitos desafio temos um processo dual de descentralização que até hoje temos muitas zonas: administrativos, distritos e localidades onde o representante dessas comunidades ainda é indicado pelo governo central, no central": afirmou.

5.30 Oposição mantém preferência por eleições autárquicas universais

Jornal O PAÍS

18 De Abril de 2018

Texto: Maria Custódia

Partidos da Oposição, a UNITA, Partido de Renovação Social (PRS), FNLA e a coligação de partidos CASA-CE continuam a manifestar-se unânimes quanto à realização de eleições autárquicas de forma simultânea em todo o país, ao contrário do gradualismo defendido pelo Executivo.

O vice-presidente da CASA -CE, Manuel Fernandes, que falou em exclusivo a OPAÍS, referiu que o gradualismo é uma questão que emana da Constituição da República, mas que é necessário saber se o mesmo deve ser territorial ou funcional.

"No nosso entendimento, o gradualismo deve ser funcional e não geográfico ou territorial", disse. Manuel Fernandes afirmou ainda que a sua coligação é a favor da realização geral das autarquias e não pelo gradualismo.

Para tal, têm estado a preparar os seus quadros para fazer face a este novo desafio.

A UNITA, na voz do seu chefe da bancada parlamentar, Adalberto da Costa Júnior, considera que o gradualismo geográfico fica à margem da Constituição da República.

Adalberto da Costa Júnior entende estar a haver uma "deturpação e interpretação intencional" que está a ser "vendida" pelo Executivo, de modo a continuar a manter o controlo total da governação.

Para o deputado, a visão do Executivo sobre as autarquias representa uma violação aos princípios fundamentais e aos direitos e deveres fundamentais da Constituição da República de Angola.

Quanto ao gradualismo funcional, o parlamentar do Galo Negro concorda com a sua prescrição na lei, baseada na transferência de competências do Poder Central para o Poder Autónomo.

Por seu turno, o secretário-geral do PRS, Rui Malopa Miguel, assegurou que quando apresentaram a proposta aos angolanos sobre o federalismo estavam a querer dizer que tem de haver descentralização do poder, autonomia, independência na administração e na gestão dos fundos que o país vai arrecadando.

O responsável partilha a opinião de que com eleições autárquicas de forma gradual haverá um atraso significativo naquelas províncias onde não serão implementadas as autarquias, e que não estarão a fazer justiça autónoma.

Acrescentou ainda que o país é mesmo, assim como o território, mas haverá angolanos a elegerem os autarcas e outros não, e que deste modo arrisca-se a adiar cada vez mais o desenvolvimento desses municípios.

"O PRS defende que as autarquias sejam implementadas de forma geral e não escalonada", avançou. Rui Malopa adiantou ainda que no próximo mês de Maio, a partir do dia 07, o PRS dará início a um ciclo formativo a nível central sobre as autarquias, com a participação de quadros de todas as províncias, com vista a voltarem a reflectir sobre a temática e formar os seus membros.

O porta-voz da FNLA, Jerónimo Makana, declarou que em caso de realização de autarquias de forma gradual, estar-se-á a dar vanto às simetrias regionais. No seu entender, a situação vai gerar um êxodo populacional descontrolado nos municípios, pois as pessoas vão recorrer àqueles locais que ofereceram melhores condições.

Defende, por isso, que todos os municípios do país sejam contemplados nas autarquias e gradualmente sejam ultrapassadas as dificuldades inerentes ao seu funcionamento autónomo, com os recursos locais e com a intervenção do Estado.

"A FNLA defende que as autarquias sejam realizadas de forma geral. Quanto ao gradualismo como está exposto na Constituição da República, deve ser funcional e não territorial", sublinhou.

Referiu ainda que o Presidente João Lourenço, na sua campanha eleitoral, assumiu o compromisso de eliminar as assimetrias regionais.

Por fim, alerta o Estado no sentido de ter cautela e traçar este projecto com muita calma, de modo a se evitar o êxodo populacional descontrolado e a desproporção populacional.

5.31 Autarquias são resultado de uma pressão pública

Jornal de Angola
19 De Abril de 2018

O líder do grupo parlamentar da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, considera que a realização das eleições autárquicas, que aos poucos vai ganhando espaço na agenda institucional, vem na sequência da pressão pública, depois de sucessivos adiamentos.

Discursando na abertura do segundo seminário metodológico do grupo parlamentar do maior partido da oposição no país, Adalberto da Costa Júnior sublinhou que as eleições autárquicas são uma prioridade na agenda política da UNITA.

Por essa razão, acrescentou o grupo parlamentar teve a iniciativa de apresentar em Fevereiro de 2017, a Lei Orgânica do Poder Local, cuja conjuntura facilitou a sua aprovação por consenso em Maio do mesmo ano.

Adalberto da Costa Júnior disse que as autarquias foram um assunto central da campanha última eleitoral, obrigando mesmo aqueles que não queriam ouvir falar das mesmas, a ter de assumir compromissos públicos, porque o poder local contrabalança "um poder central incompetente e insensível aos direitos dos cidadãos".

O líder do grupo parlamentar referiu que os compromissos da campanha eleitoral, associados à pressão pública, acabaram por impor a marcação de uma reunião do Conselho da República, cujo comunicado final apontou para a realização de eleições locais em 2020.

O responsável da UNITA chamou a atenção para a existência de uma agenda institucional, determinada a vender “gato por lebre” e a trocar o poder autónomo por órgãos desconcentrados do poder central e determinada a confundir autarquias com a municipalização de alguns serviços, procurando evitar a todo o custo a partilha de poderes com a comunidade.

Os últimos esclarecimentos do ministro da Administração do Território sobre a matéria, explicou Adalberto da Costa Júnior, “confirmam que o Executivo está determinado a tudo fazer para não conferir as competências do poder autónomo aos seus eleitos e a recusar a realização das eleições locais em todo o país”.

5.32 “ MAT e Bornito sabem dos fantasmas e dos milhões desviados

Jornal Liberdade

20 De Abril de 2018

Texto: Ana Mendes

Após a audiência, Mário Katapi disse a este semanário que os valores desviados, do processo fraudulento, o MAT e o "vice-Presidente sabem os destinos que deram deixando os autóctones a morrerem com uma miséria extrema.

"Nós informamos aos magistrados a verdade, que as autoridades vivem numa catástrofe de miséria, por causa do exagero de sobas falsos que são os 42.332, que esclarecemos e as exonerações excessivas do sobas, que não seria da responsabilidade do governo porque os mesmos não são administradores, mas sim faz-se por uma sucessão'.

Katapi salientou ainda que os magistrados questionaram quanto é que os sobas ganham na verdade e dis-semos que "O rei de Angola recebe 70.000Kz (setenta mil Kwanzas), mas na realidade recebe 22.000Kz (vinte dois mil Kwanzas), e onde é que fica os quarenta e sete? O Soba recebe 56.000 Kwanzas (Cinquenta e seis mil Kwanzas), e na pratica recebem 18.000Kz onde é que fica o resto? Vamos calcular em todo o país os 42.332, quanto é que fica com eles em termo de dinheiro? É por aí que nós

afirmamos que o MAT e o ex-ministro para nos darem o nosso dinheiro

Se na verdade no cofre do estado sai este dinheiro, não podem vir dizer que estamos a inventar ou crucificar o jornalista que fez o trabalho dele, e nós corno porta-voz das autoridades tradicionais trazemos a tona o sofrimento que os sobas em todo país estão a passar, disse Katapi. Existem listas de sobas ex-onerados e nós mostramos na PGR, e a ideia das autoridades tradicionais é que haja maior solução nos problemas que se arrastam a muitos anos, apesar que o Ministério do Território passou os sobas para o Ministério da Cultura, esperamos que está organização venha trabalhar com o CACATE e com o Forum Angolano das Autoridades Tradicionais, porque nós é que conhecemos os meandros.

Questionamos quem é o queixoso e informaram nos que é o Ministério Público e o que vimos lá é lastimável por que os que trabalham lá estão submetidos numa miséria, vejam que desde as dez horas que começamos a ser ouvidos até dezassete horas nem água havia para eles beberem.

"Os subsídios que os sobas recebem tem atrasado muito, em alguns casos as autoridades tradicionais, em seis meses recebem apenas um mês de salário e em um ano recebem dois meses, portanto o descontentamento é total, e não vejo uma culpa por parte do jornalista que veiculou a informação" disse Mário Katapi.

E o que esperamos deste processo é que o presidente da República venha por mão nisso porque os 42.332 sobas, nunca existiu no país, mesmo no tempo colonial, porque este é um exército e não fazem nada dentro do país.

Nós assumimos o que dissemos ao jornal

O Secretário-geral do CACATE Tiago Katumu, disse à imprensa que a notificação da PGR para declarar no processo em causa serve para intimidar os jornalistas ou as autoridades tradicionais, e nós assumimos o que dissemos ao semanário.

"Segundo o que disse Soba Katapi, há sobas falsos e o próprio vice-presidente enquanto ministro do MAT, reunimos várias vezes para tratarmos deste assunto e a resposta que foi nos dando é que estes sobas na medida que vão morrendo ninguém pode os substituir”.

Katumu disse ainda que a questão dos dinheiros desviados é verdade, este governo tem praticado uma ofensa, como é que é possível que vão pagar mensalmente vinte e dois mil Kwanzas

(22.000Kwanzas), aos reis 18.000Kz para os sobas e os adjuntos dos sobas 15.000Kz mesmo sabendo que têm famílias muito extensas.

Das reuniões que tivemos, fomos informados que este valor a cima citado não condiz com a verdade, mas sim os reis ganham 70.000KZ, os sobas 18000Kz e tanto os adjuntos, e o dinheiro que resta fica onde? Fica com o Ministério da Administração do Território e da Reforma do Estado. Portanto esta prática é que nós não admitimos, e quem nos passou a informação dos dinheiros são mesmo os funcionários da Casa Civil e se quiserem vão lá no Ministério das Finanças para verem as verdadeiras folhas de salários. Nós não estamos contra o vice-Presidente, mas queremos que resolvam os problemas dos sobas, porque esta-mos a morrer e quando isso acontece nem dinheiro para se fazer um funeral condigno as autoridades tradicionais têm.

5.33 A UNITA acusa o governo angolano de apenas querer criar autarquias em um terço dos municípios

Jornal A REPUBLICA
20 De Abril de 2018

A UNIT A, o maior partido da oposição angolana, acusou a deste mês, o Governo de pretender realizar eleições autarquias em menos de um terço dos municípios do país, voltando a exigir que o processo decorra em simultâneo todo o país. A posição foi 'sumida em Luanda, pelo líder da bancada parlamentar a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), durante a abertura o seminário metodológico sobre autarquias, promovido pelo partido e que decorre até terça-feira. "Pretender legislar para realizar eleições locais em menos de um terço dos municípios do país representa a confissão de que não há obra para mostrar ao cidadão, não há benefício de serviços básicos para a maioria das populações, não existem infraestruturas sanitárias na maioria dos municípios do país, apesar da provação de verbas milionárias nos orçamentos": acusou Adalberto da Costa júnior.

Em cima da mesa está a possibilidade de Angola realizar as primeiras eleições autárquicas em 10 países em 2020, mas num modelo gradual, sem abranger; numa primeira fase, todos os mais de 170 municípios do país, como defende o Governo, apoiado pela maioria parlamentar do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). "Por isso a Necessidade de transferir, agora e à pressa, algumas verbas, para depois escolherem menos de 50 municípios, onde se

concentrarão meios e aí tentarem mostrar que se fez alguma coisa. Entretanto, abandonar o grosso dos municípios em áreas rurais do país, deixar a maior superfície geográfica do país fora da administração local e, portanto, sob exclusiva administração central": acusou

O líder parlamentar da UNITA. Para o deputado, com este modelo, "os desvios e os assaltos ao património e ao erário públicos vão continuar, porque ficarão fora do alcance do controlo dos cidadãos":

Acrescenta que o Conselho da República, reunido em março, no seu debate e interpretação do "gradualismo" expressão constante da constituição angolana sobre a implementação das autarquias "foi concordante" de que essa referência é sobre o "gradualismo de competências":

"Portanto, gradualismo na transferência de competências do poder central para o poder autónomo. E o poder autónomo é aquele representativo das comunidades de cidadãos e não os órgãos locais representantes do poder central. Não haja confusão": afirmou Adalberto da Costa júnior,

Acrescenta, por isso, que "em momento algum, a interpretação da Constituição aponta para o gradualismo geográfico": pretensão que classifica como "deturpada e intencional" visão que "está a ser vendida pelo executivo":

"É o modo que alguns ideólogos encontraram para continuarem a manter o controlo total da governação, o poder vertical na mão de um só senhor, que continuará a mandar em tudo e a retardar, por consequência, o desenvolvimento do país e os direitos dos cidadãos": apontou ainda.

O Presidente angolano propôs a 22 de março o ano de 2020 para a realização das primeiras eleições autárquicas em Angola, que deverão ser implementadas faseadamente, ao discursar na abertura da primeira reunião do Conselho da República de Angola.

Na intervenção, João Lourenço referiu que, sendo estas as primeiras eleições autárquicas, devido à extensão territorial de Angola e à inúmera quantidade de municípios, é necessário tempo para a sua conveniente preparação.

Segundo o Presidente, esta preparação visa que "o poder eleito saído delas sirva o propósito para as quais as autarquias serão criadas, a servirem melhor as comunidades e o cidadão":

Acrescentou que será importante fazer uma reflexão sobre •• o melhor momento para a realização das eleições autárquicas, designadamente em que ano e a forma da sua implantação gradual, propondo que comece "por um certo número de municípios a definir, após debate entre partidos políticos com assento parlamentar, na base de uma proposta a ser apresentada pelo executivo.

5.34 Défice de quadros preocupa Executivo

Jornal de Angola

20 de Abril

Texto: Edna Dala

O Executivo está preocupado com o défice de quadros qualificados para responder às exigências do novo modelo de governação autárquica, porque os quadros existentes foram preparados para a administração local do Estado.

De acordo com o director nacional do Poder Local do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, o plano de formação da instituição visa aprimorar estes quadros para o futuro da gestão administrativa local e prepará-los para gerir uma autarquia.

Vadim João disse que os quadros destas administrações devem estar devidamente preparados. "Queremos autarquias e administrações autárquicas com qualidade", salientou. Tudo isso, acrescentou, pressupõe quadros e técnicos capazes, o que requer uma formação especializada virada para a gestão autárquica dos quadros que já existem.

Em declarações ao Jornal de Angola, Vadim João informou que o Executivo continua a trabalhar no pacote legislativo autárquico, que vai definir os critérios exigidos para que um cidadão, partido ou coligação política possa se candidatar para as futuras eleições autárquicas.

O pacote legislativo, disse Vadim João, além de definir o perfil dos candidatos, vai também definir a tutela administrativa, os critérios para a selecção dos municípios, a lei sobre transferências, atribuições e competências sobre as autarquias locais, bem como a Lei das Finanças Locais.

Vadim João, que falava no fim de uma palestra na Universidade Privada de Angola (UPRA) subordinada ao tema "A importância das autarquias para o desenvolvimento local", disse que neste momento os documentos estão em análise e a ser

trabalhados para, em breve, serem remetidos à Assembleia Nacional.

Durante o encontro, o director Nacional do Poder Local do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado disse que "quem diz que em Angola todos os municípios têm condições para acolher as eleições autárquicas está a ser falado o e demagogo e não conhece a realidade dos 164 municípios".

O Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado, disse Vadim João, preferiu optar pela via da precaução, cautela e implementar as autarquias nos municípios onde há efectivamente condições do ponto de vista humano, financeiro, infra-estruturas e outros critérios que serão definidos pelo legislador ordinário.

"Suponhamos que se realizem eleições autárquicas até nos municípios que não tenham condições financeiras e não só, quem é que vai assumir as responsabilidades e despesas das autarquias? É a administração central que vai custear as despesas", disse, para acrescentar: "Isso já não é autarquia mas sim uma extensão do Estado ao nível local".

5.35 MPLA exclui autarquias no Cazenga e Quissama

Jornal Liberdade

20 de Abril de 2018

Texto: Domingos Kinguari

O também presidente da fundação 27 de Maio adianta ainda que, dentre estes municípios, Luanda vai eleger cinco autarcas, «e as restantes serão estudadas pelo Ministério da Administração do Estado e Reforma do Estado (MAT), excluindo Cazenga, Kissama, Icolo e Bengo e Kilamba Kiáxi. Nas províncias serão apenas nos municípios sede, como são os casos de Benguela e do Lobito.

Cabinda apenas a sede, e nenhum município será contemplado. E isto não é a metade dos municípios que compõem os cento e sessenta e quatro conselhos, é uma autêntica violação a Constituição. Mas de dois terços dos angolanos não vão participar nas autarquias de 2020, e esta teoria do MPLA escolher os municípios fere extremamente a Constituição e que diz todos somos iguais perante a lei, e não se pode aceitar que algumas zonas tenha autarquias e outros não», lamenta.

Esclareceu que, os municípios em Luanda vão acolher as autarquias em 2020, é o de Cacucos, Belas, Talatona, Viana e o município de Luanda, que inclui,

Sambizanga, Samba, Rangel, Ingombotas, Maianga e Neves Bendinha, «como o MPLA perdeu as eleições nesta urbe, e não realizando o pleito no Cazenga estas populações vão emigrar no conselho vizinho para votarem a favor do candidato deste partido. Por isso é que estas eleições devem ser em simultâneo e em todos os municípios de Angola», alerta o activista dos direitos humanos.

José Fragoso reprova a teoria do Executivo, em realizar autarquias nos municípios mas desenvolvidos, «isto é uma autêntica falha. Não houve estudo para apresentarem esta manobra do MPLA como temos notado ao longo dos quarenta e dois anos de independência. As autarquias devem incidir nos municípios aonde os populares têm um nível de vida indesejável, e será uma forma de criar desenvolvimento, e emprego para estas populações. Havendo escolha dos municípios fará com que a juventude emigra para outras zonas», disse. Realçou ainda que, «devo dizer que o MPLA é alérgico na realização das autarquias, e também esclarecer aos angolanos que na primeira Constituição da República Popular de Angola já contemplava a autonomia administrativa», refere.

«José Eduardo dos Santos não gosta dos naturais de Catete»

O político recordou que, com a orientação do então ministro da Administração Interna Nito Alves, como previa a Constituição de 1975, no ano seguinte, portanto em 1976, realizou-se as primeiras eleições autárquicas como experiência piloto nos bairros de Luanda que englobava o Rangel, Golfe, Cazenga, bairro Popular, actual Neves Bendinha, Prenda, Sambizanga e o bairro Operário. «Aonde foram constituídas as autarquias, os oportunistas e os bufos que tentaram concorrer foram todos depurados. O cerne do 27 de Maio de 1977, é mesmo estas eleições.

Os eleitos tomaram posse na camara municipal de Luanda, aonde hoje funciona o governador provincial», recordou.

«Depois dos eleitos terem tomado posse, e alguns compatriotas menos esclarecidos diziam que Nito Alves pretendia entregar o poder aos analfabetos e aos pés descalços. Estas eleições foram interrompidas com o 27 de Maio, e hoje se está a falar das autarquias graças aos partidos políticos na oposição, e lembro-me que a quatro anos a UNITA apresentou um projecto destas eleições no parlamento e o MPLA rejeitou simplesmente», disse.

«Um Icolo e Bengo que clama por desenvolvimento foram excluídos sem qualquer critério e violando a Constituição. Se este município tem população,

graças aos nossos irmãos do planalto central, porque naturais de Catete quase que não existe.

Noventa e nove por cento da população que, vive nesta circunscção não são naturais deste município. As crianças de Nganga Nzuzi que dista oito quilómetros do asfalto, nunca viram pão, isto é grave.

Posso afirmar que o MPLA tem inveja dos protagonistas do 4 de Fevereiro de 1961, porque a maior parte destes heróis foram naturais de Icolo e Bengo. Como é que aceita-se que Catete que dista a trinta quilómetro da cidade capital, o ex, presidente nunca esteve nesta zona, e nem no aniversário do primeiro presidente. Isto significa que José Eduardo dos Santos com a sua direcção não gosta do povo de Catete», assegura.

De recordar que estas eleições em termos de lei são da responsabilidade do Conselho Nacional Eleitoral, mas tudo está a ser preparado pelo MAT. Continua na próxima edição.

5.36 BRINCAR AS AUTARQUIAS

Jornal Folha 8

21 De Abril de 2018

O processo de preparação para a prometida concretização de autarquias locais em Angola está em curso curso e poderá estar concluído até 2021 anunciava em 15 de Novembro de 2016 em Luanda o então vice-Presidente de Angola.

Manuel Vicente discursava na abertura do IV Fórum dos Municípios e cidades de Angola, uma organização do Ministério da Administração do Território subordinado ao tema "Finanças Locais como instrumento de Desenvolvimento Económico". Angola ainda não realizou as primeiras eleições autárquicas no país perante as críticas da oposição, face a demora e ausência de datas concretas. É claro que também nesta matéria a Oposição em "lato sensu" julga que Angola é aquilo que não é: um Estado de Direito Democrático.

Sobre o assunto Manuel Vicente afirmou que o executivo aprovou o Plano Nacional Estratégico da Administração e do Território (PLANEAT). que previa o apoio a implementação das autarquias locais no país, através da criação de instrumentos técnicos de apoio, que incluem meios técnicos, humanos e financeiros e a institucionalização das autarquias locais.

Segundo Manuel Vicente, esse programa previa ainda a o enquadramento das autoridades tradicionais no quadro da governação local.

"Deste modo, penso que o financiamento do poder local é urna pedra angular para o verdadeiro poder local autónomo do Estado ou do Governo central", disse Manuel Vicente, sublinhando que o futuro do desenvolvimento de Angola passa também por aquilo que for feito em matéria local, nos domínios económico, social e cultural.

"Na realidade, a descentralização e desconcentração administrativas deverão constituir o elemento fundamental da nossa acção política e administrativa a fim de conseguirmos atingir os patamares do desenvolvimento harmonioso de todo o território nacional". afirmou.

O então vice-Presidente angolano sublinhou que desde a independência a administração centralizada e hierarquizada tem vindo paulatinamente a ser alterada para "uma administração descentralizada e heterogénia"

Paulatinamente, disse muito bem Manuel Vicente. E a esta velocidade paulatina, é provável que daqui a mais uns 30 anos o regime consiga dar aos angolanos o que era esperado ter dado há dezenas de anos. Só por curiosidade recorde-se que, em Setembro de 2016, Cabo Verde realizou as sétimas eleições autárquicas desde 1991.

"Este processo exige que sejam adoptadas medidas de transparência e harmonização de competências, poderes, responsabilidades e recursos do Governo central para as entidades locais que representam os interesses específicos das populações", frisou Manuel Vicente como se tivesse descoberto a pólvora. Acrescentou que o processo de descentralização constitui um aprofundamento da democracia, permitindo que determinadas necessidades colectivas sejam resolvidas de forma mais próxima das populações.

Manuel Vicente admitiu que é necessário os municípios serem dotados "de vida, na verdadeira acepção da palavra", para a solução dos seus problemas e satisfação das necessidades das populações.

"Nesse sentido, temos de alocar recursos adequados e proporcionais aos mesmos, para que os órgãos locais desempenhem com propriedade as suas competências", disse Manuel Vicente

5.37 MPLA pede envolvimento de todos nas autarquias

Jornal de Angola

21 De Abril de 2018

Texto: Garrido Fragoso

O MPLA encara com seriedade a sua participação no processo de implementação das autarquias locais e apela o envolvimento dos militantes, simpatizantes e o povo em geral nas tarefas ligadas à materialização das mesmas.

O compromisso vem expresso no comunicado final da primeira reunião meto do lógica conjunta dos Departamentos para os Assuntos Políticos e Eleitorais, Política Económica, Política Social e Reforma do Estado, Administração Pública e Autarquias Locais do Comité Central, que decorreu ontem, em Luanda.

O programa de apoio à produção nacional e diversificação da economia, a estratégia de trabalho com a oposição política e forças da sociedade civil, a formação política dos militantes e dos cidadãos face aos desafios da política social do MPLA foram os principais temas da reunião' em que participaram quadros do secretariado do Bureau Político, deputados da bancada parlamentar, e quadros seniores do partido.

Orientada pelo secretário do Bureau Político para os Assuntos Políticos e Eleitorais, João Martins, o encontro determinou que a execução das autarquias locais deve obedecer ao princípio do gradualismo, nas perspectivas territorial e funcional, conforme determina a Constituição da República.

Ainda sobre as autarquias locais, os participantes recomendaram aos departamentos do comité central do MPLA a elaboração de cartilhas e outros materiais. Após cerca de cinco horas de discussão dos temas agendados, os militantes defenderam o aprimoramento da estratégia de trabalho com a oposição política e as forças da sociedade civil.

Os esforços empreendidos pela direcção do partido em prol da elevação do nível de vida dos angolanos foram reconhecidos no final da reunião, que recomendou maior celeridade ao processo de diversificação da economia nacional, como forma de suprir a vulnerabilidade da economia das oscilações do preço do petróleo no mercado internacional.

O encontro decidiu ainda que os militantes continuem engajados nas tarefas de apoio à realização das acções do Executivo, no âmbito da execução dos programas de desenvolvimento do país.

Aos comités provinciais do partido foi recomendado que aprimorem estratégias de controlo dos dados estatísticos dos militantes, tendo em conta os desafios políticos e eleitorais.

Em relação a educação política, os participantes à reunião metodológica concordaram aplicar instrumentos criativos e inovadores para atrair mais militantes.

Os participantes reconheceram a importância do Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (PRODESI), na diversificação da economia nacional, bem como a existência de um empresariado nacional forte e competitivo como pilar essencial para a independência económica do país.

5.38 Para distrair os matumbos MPLA brinca as autarquias

Jornal Folha 8

21 de Abril de 2018

A UNITA, o maior partido da oposição angolana, acusou no 15.04 o Governo de pretender realizar eleições autárquicas em menos de um terço dos municípios do país, voltando a exigir que o processo decorra em simultâneo em todo o país. A posição foi assumida em Luanda, pelo líder da bancada parlamentar da UNTT A, durante a abertura do seminário metodológico sobre autarquias, promovido pelo partido.

"Pretender legislar para realizar eleições locais em menos de um terço dos municípios do país representa a confissão de que não há obra para mostrar ao cidadão, não há benefício de serviços básicos para a maioria das populações, não existem infraestruturas sanitárias na maioria dos municípios do país apesar da aprovação de verbas milionárias nos orçamentos". acusou Adalberto da Costa Júnior. Em cima da mesa está a possibilidade de Angola realizar as primeiras eleições autárquicas no país em 2020, mas num modelo gradual, sem abranger, numa primeira fase, todos os mais de 170 municípios do país, como defende o Governo apoiado pela maioria parlamentar do MPLA

"Por isso a necessidade de transferir, agora e a presa, algumas verbas para depois escolherem menos de 50 municípios onde se concentrarão meios e aí tentarem

mostrar que se fez alguma coisa. Entretanto, abandonar o grosso dos municípios em áreas rurais do país deixar a maior superfície geográfica do país fora da administração local e, portanto, sob exclusiva administração central", acusou o líder parlamentar da UNITA

Para o deputado com este modelo, "os desvios e os assaltos ao património e ao erário públicos vão continuar, porque ficarão fora do alcance do controlo dos cidadãos". Acrescenta que o Conselho da República, reunido em Março no seu debate e interpretação do "gradualismo", expressão constante da Constituição angolana sobre a implementação das autarquias "foi concordante" de que essa referência é sobre o "gradualismo de competências".

"Portanto, gradualismo na transferência de competências do poder central para o poder autónomo.

E o poder autónomo é aquele representativo das comunidades de cidadãos e não os órgãos locais representantes do poder central. Não haja confusão", afirmou Adalberto da Costa Júnior. Acrescenta por isso, que em momento algum a interpretação da Constituição aponta para o gradualismo geográfico, pretensão que classifica como "deturpada e intencional" visão que "está a ser vendida pelo executivo".

"É o modo que alguns ideólogos encontraram para continuarem a manter o controlo total da governação, o poder vertical na mão de um só senhor, que continuará a mandar em tudo e a retardar, por consequência, o desenvolvimento do país e os direitos dos cidadãos", apontou ainda.

O Presidente João Lourenço propôs a de Marco o ano de 2020 para a realização das primeiras eleições autárquicas em Angola que deverão ser implementadas faseadamente, ao discursar na abertura da primeira reunião do Conselho da República de Angola.

Na intervenção João Lourenço referiu que, sendo estas as primeiras eleições autárquicas devido a extensão territorial de Angola e a inúmera quantidade de municípios, é necessário tempo para a sua conveniente preparação.

Segundo o Presidente, esta preparação visa que "o poder eleito saído delas sirva o propósito para as quais as autarquias serão criadas, a servirem melhor as comunidades e o cidadão".

Acrescentou que ser importante fazer uma reflexão sobre o melhor momento para a realização das eleições autárquicas, designadamente em que ano e a forma da sua implantação gradual, propondo que

comece "por um certo número de municípios a definir, após debate entre partidos políticos com assento parlamentar", na base de uma proposta a ser apresentada pelo executivo".

5.39 Sociedade civil em Malange discute Lei sobre o poder Local e Autarquias

Jornal de Angola

21 De Abril de 2018

Texto: Miguel José

O activista cívico Paulo Jorge revelou recentemente, na cidade de Malanje, que as autarquias podem contribuir para o desenvolvimento dos municípios, tornar os bens e serviços mais próximos das populações e que os munícipes participem activamente na vida do próprio município, em virtude de as decisões serem executadas nas circunscrições municipais.

Dissertando para uma plateia considerável de cidadãos de vários extractos da sociedade malanjina, o jurista Paulo Jorge aludiu que todas as pessoas interessadas e com conhecimento de causa devem promover espaços no sentido de partilhar com determinados segmentos da sociedade a abordagem do "Poder Local e Autarquias", como forma de a sociedade se prover da ideia de participar no processo. "Nós ainda estamos num cenário em que muitas decisões são tomadas a um outro nível e são executadas nos municípios de forma subjectiva. Também queremos promover, ou contribuir para que em Malanje existam espaços em que as pessoas possam reflectir e debater sobre determinados assuntos, já que para além dos espaços institucionais não existem outros", sublinhou. - Para tal, defendeu que todos os cidadãos devem trabalhar para garantirem a sustentabilidade do processo e as pessoas que têm conhecimento devem partilhar com os que não têm e, sobretudo, a comunicação social deve fazer um trabalho de consciencialização e prestar mais informações sobre as autarquias, não apenas por ser uma abordagem nova, mas, sim, para tornar o processo mais inclusivo.

Dos tópicos abordados, como:

processo de descentralização e desconcentração administrativa; a coabitação da administração central do Estado e as autarquias; a tutela administrativa; tutela de mérito; a dependência da administração local ou central; o financiamento às autarquias, o gradualismo foi o que mais suscitou debate, quanto a sua implementação.

"Compreendemos que é um processo, mas deve existir tempo para que a cobertura seja feita na sua plenitude. Por isso, acho que se deve fazer todo um investimento para que este processo seja implementado em todo país, porque não é confortável alguns municípios se sentirem autónomos e outros não, por muito tempo", exaltou o jurista. Porém, advoga que se for o caso da questão das atribuições e competências serem transferidas de forma gradual, não pode levar muitos anos a concretizar -se.

Necessidade de Divulgação

Em 2020, os angolanos terão pela primeira vez a oportunidade de eleger os órgãos de governação local em consciência e, sobretudo, em liberdade. Avista-se o pulsar de uma conquista para o povo que se traduzirá na participação directa e objectiva da necessidade de transformação das localidades, de poderem nutrir e alcançar a ambição de terem mais e melhores condições de vida para todos, consubstanciados em decisão própria. Mas urge começar a divulgar o pacote legislativo sobre o Poder Local e Autarquias.

À margem do encontro, Lopes Francisco, um dos membros da organização, considerou que o executivo deve dar mais abertura e mobilizar pessoas com competências e conhecimento sobre o conteúdo para passarem a informação aos cidadãos, evitando assim incompreensões no seio da sociedade. Porquanto a percepção das pessoas hoje está virada para a descentralização do poder central e a desconcentração administrativa, ao invés de olharem para as repercussões posteriores que podem surgir, sendo que qualquer processo tem as suas vantagens e desvantagens.

Sendo assim, assegurou que o grupo, vai, doravante, continuar a levar o projecto às comunidades para que os cidadãos tomem conhecimento da sua matéria e conheçam os meandros e os ditames do Poder Local e Autarquias. "Aguardo que todo o 'mundo' tenha conhecimento sobre as autarquias, para saberem como é exercido o Poder Local, quais as atribuições e competências dos autarcas no sentido de tornar as - pessoas melhor preparadas a votar com consciência".

A administradora da comuna de Pungo-a-Ndongo, Maria Teresa Oleque, considerou que para entender o presente e melhor desenhar o futuro há que saber como está a ser engendrada a abordagem sobre o Poder Local e Autarquias, para que os cidadãos se compenetrem e tenham a noção de r como se vai desenrolar o processo. Assim, sugeriu que haja 'mais e mais' encontros, com o propósito de alargar a divulgação nos municípios e, concomitantemente, nas

comunidades, para que a informação circule e os cidadãos tomem conhecimento sobre a reforma do Estado. "Espero que realizações do género sejam frequentes e que todos participem, dada a importância das autarquias e suas vantagens", apelou.

Desafios e a Inclusão Gradual Considerando que as autarquias locais são pessoas colectivas territoriais, servidas do povo, dotadas de órgãos representativos, com atribuições e competências definidas por lei, visando a prossecução de interesses das respectivas populações, a sua institucionalização, em Angola, pressupõe um desafio que deverá engajar o Estado, as instituições e, sobretudo, o povo, que dele almeja o desenvolvimento das suas localidades.

Ora, transformar serviços através do fomento de iniciativas que melhorem a interacção do indivíduo com o poder local, tornam-se os mesmos mais acessíveis e adaptados às necessidades da comunidade; renovar a democracia local através da criação de mecanismos que fomentem a participação dos cidadãos na tomada de decisões, e o poder local seja mais aberto à comunidade, incrementando a sua responsabilização e a sua capacidade de liderar a própria comunidade; promover a capacidade económica local, ao fomentar uma relação directa com os seus munícipes, terá de se equipar e oferecer melhores infra-estruturas tecnológicas, paralelamente, fomentando uma cada vez melhor escolarização dos cidadãos e, obviamente, uma formação técnico-profissional, visando o desenvolvimento de competências e sustentabilidade locais.

Vendo as coisas deste modo, o representante em Malanje da Rede Angolana das Organizações de Serviços de Sida (ANASO), Valdemar Kassombe, é de opinião que o Poder Local só trará vantagens ao desenvolvimento dos municípios na sua integralidade. Pois, no que tange ao processo de implementação, sugeriu que ao contrário dos concidadãos que defendem a sua implantação única e integral em todo território; tendo em conta a realidade objectiva do país, deve ser gradual, em face das carências, no caso da província de Malanje, cujos municípios enfrentam, quer do ponto de vista das infra-estruturas, quanto das vias de acesso e de quadros residentes, capazes de fazerem movimentar a esfera administrativa, social, produtiva, económica e afins. "Se calhar, aplicar isso de uma só vez em todo território parece um pouco difícil. Esse exercício, como sendo experimental, é conveniente que seja aplicado naqueles municípios que reúnem condições, quer a nível dos recursos humanos, como de infra-estruturas, para se perceber até que ponto se pode avançar e assim buscar experiências para implementar em outros municípios", argumentou.

Já o jovem estudante Miguel Diogo protestou que a aludida falta de condições, para que as autarquias não sejam implantadas integralmente em todo território, parece ser um falso problema, porquanto entende que os municípios beneficiam de estatuto igual. "Para mim, todos os municípios são iguais do ponto de vista legal. Logo, isso de não haver condições iguais para que as autarquias sejam implementadas ao mesmo tempo, penso ser um falso problema". Mas, mesmo assim, revelou que a discussão em torno deste tópico, pelo sim ou pelo não, é bem-vinda, porque pressupõe que há uma preocupação, por parte dos agentes políticos, de escolherem a melhor via de desenvolvimento do país e, sobretudo, para o povo.

Portanto, as Autarquias são entes criados por lei específica para executar actividades típicas da Administração Pública, que requeiram um melhor funcionamento na gestão administrativa e financeira, sendo figura indispensável no melhor desempenho das actividades públicas. Por se tratar de parte integrante da Administração Pública Indirecta, a autarquia é uma forma de descentralizar o serviço que foi subtraído da administração centralizada.

5.40 O porta-voz da UNITA, Alcides Sakala, elogiou, ontem, em Luanda, o interesse manifestado pela população da capital do país em saber mais sobre as eleições autárquicas que o país realizará pela primeira vez em 2020

Jornal O PAIS

22 De Abril de 2018

Texto: Neusa Filipe

O político fez declarações a este jornal após uma visita de campo efectuada por um grupo de deputados da bancada parlamentar do seu partido, no âmbito das jornadas mensais, que visam constatar o dia-a-dia das populações e das instituições. Nesta jornada, em que participaram os 51 deputados que formam o Grupo Parlamentar desta segunda força política do país, houve uma interacção positiva com a população, segundo o responsável.

Sakala disse que o povo demonstrou grande interesse sobre as eleições autárquicas que serão realizadas dentro de dois anos.

Com este gesto, o político disse que os cidadãos, independentemente da sua posição política, começam, finalmente, a entender melhor a importância da governação de proximidade. .

Durante a visita, informaram ainda aos munícipes sobre a importância deste processo, o actual consideraram como "um elemento essencial para a resolução dos problemas da comunidade", através dos representantes eleitos nos respectivos municípios.

O porta-voz salientou, por outro lado, que o gradualismo é mais funcional do que territorial, tendo insistido na realização de eleições autárquicas em simultâneo em todo o país, como determina a Constituição da República de Angola (CRA).

Para a realização exitosa deste processo, Alcides Sakala fez um apelo a todos os intervenientes para que participem com civismo, por se tratar de um processo que aprofundará a democracia, a qual considerou como sendo ainda frágil.

O deputado informou que a sua delegação visitou o município de Icolo e Bengo, tendo lamentado o estado em que encontraram as duas únicas escolas situadas naquele município.

Relatou que a escola nº 75 e a escola da Aldeia Solar, ambas não possuem água nem electricidade, situação que preocupa os alunos e os professores.

UNITA elogia programa de formação de quadro do executivo

A aposta do Executivo angolano na formação de quadros, tendo em vista o desenvolvimento do país, foi elogiada esta semana em Ndalatando, província do Cuanza-Norte, pelo secretário da UNITA na região, Fernandes Francisco "Falua",

O dirigente da UNITA reconheceu o empenho do Executivo no sector do ensino quando falava à imprensa, no final da cerimónia de outorga de diplomas de licenciatura a 350 licenciados da Escola Superior Politécnica do Cuanza-Norte (ESPOL). Considerou positivo o programa do Executivo virado para a formação de quadros, apesar de certas carências técnicas, como falta de laboratórios para as aulas práticas e inexistência de incentivos para os docentes.

Disse estar preocupado com a incapacidade do mercado de emprego do país absorver todos os quadros formados no ensino superior,

Após a formação, ressaltou o mais importante é que os formados encontrem emprego, para terem uma vida mais digna e ajudarem o desenvolvimento do país.

5.41 PRS quer autarquias em todos municípios

Jornal de Angola

22 de Abril de 2018

Texto: Azevedo Farial

O Partido de Renovação Social (PRS) no Huambo defende o gradualismo funcional para a realização das eleições autárquicas no país.

De acordo com o secretário provincial do PRS no Huambo, António Soliya Selende, a exemplo dos demais partidos na oposição, o PRS entende que nenhum município deve ser excluído, a pretexto de ter menos poder de arrecadação de receitas.

Para estes municípios, explicou, o poder central pode criar suporte financeiro enquanto são criadas as condições para, de forma gradual, proceder - se a transferência de competências.

De acordo com o secretário provincial do PRS, as autarquias são entidades administrativas que prosseguem os interesses de uma circunscrição do território nacional, através de órgãos próprios, dotados de autonomia (em relação ao poder central), dentro dos limites da lei.

" Com as autarquias teremos muitas vantagens e vão permitir o desenvolvimento de serviços básicos como a Educação, Saúde, energia e água, cultura e ciência, habitação, transportes e comunicações, protecção civil, ambiente e saneamento básico, património, defesa do consumidor, ordenamento do território, polícia municipal, entre outros", realçou o dirigente do PRS.

O político informou que o seu partido leva a cabo um processo de capacitação sobre as autarquias locais, para munir os militantes e quadros do partido de novas ferramentas no âmbito dos próximos desafios.

5.42 Governador de Luanda aposta em quadros que tragam soluções

Jornal de Angola

24 De Abril de 2018

Texto: Alexa Sonhi

O governador provincial de Luanda quer que às experiências trazidas pelos novos quadros sirvam de

ajuda para se ultrapassar os difíceis desafios que a função e situação actual lhes impõem.

Adriano Mendes de Carvalho, que falava ontem, em Luanda no acto de tomada de posse dos novos responsáveis, garantiu tudo fazer no sentido de trabalhar de mãos dadas com os administradores municipais, a fim de auscultar os problemas das populações e agir em conformidade, para se encontrar as melhores soluções dos municípios.

Tomaram posse ontem, no Salão Nobre do Governo Provincial de Luanda, a nova presidente da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, Maria Antónia Nelumba, administradores municipais de Viana, André Soma, do Talatona, Njila Liberte Pires da Conceição de Carvalho e do Icolo e Bengo, Noivito Agostinho Pedro.

O governador provincial, Adriano Mendes de Carvalho, conferiu ainda posse ao administrador do Sambizanga, António Fiel “Didi” e aos novos assessores de gabinetes dos vice-governadores.

O administrador de Viana, André Soma, disse que inicialmente fará um levantamento sobre a real situação do município que, considera ser crítico para, posteriormente, partir para a acção, que consiste em dar solução aos problemas das populações. André Soma espera dar especial atenção aos sectores da Educação, Saúde e saneamento básico.

Em relação às demolições das 30 casas no bairro Kintondo, distrito do Zango, o administrador do município mais populoso de Luanda disse ser esta uma das primeiras situações que a sua direcção vai procurar resolver com a máxima urgência.

“Vamos investigar o que realmente está na base das demolições e, a seu tempo, vamos dar informações sobre o que está na origem desta triste situação”, disse.

5.43 Autarquias é resultado da pressão pública

Jornal 24 Horas
26 de Abril de 2018

O responsável que falava no acto de abertura do II Seminário Metodológico do Grupo Parlamentar sublinhou que a realização de eleições autárquicas e assunção efectiva do poder local, têm tido prioridade na agenda política da UNITA e, “são naturalmente uma prioridade” para o seu grupo parlamentar. Por essa razão, acrescenta, o Grupo Parlamentar da UNITA a iniciativa de apresentar, em Fevereiro de 2017, a Lei Orgânica do Poder Local, cuja conjuntura

(a pré campanha eleitoral) facilitou a sua aprovação, por consenso, em Maio do ano passado. Adalberto Costa Júnior identificou que as autarquias foram um assunto central da campanha eleitoral, obrigando mesmo daqueles que dela não queriam ouvir falar, a ter de assumir compromissos públicos, porque não há cidadão que não olhe para o poder local, com a esperança de ver neste poder complementar e autónomo, um modo de equilibrar um poder central incompetente e insensível aos direitos dos cidadãos, insensível ao seu sofrimento.

“Os compromissos da campanha eleitoral, associados à pressão pública, acabaram por impor a marcação de uma reunião do Conselho da República, cujo comunicado final apontou para a realização de eleições locais em 2020” referiu. Chamou a tenção para existência de uma agenda institucional, determinada a vender “gato por lebre” e a trocar poder autónomo por órgãos desconcentrados do poder central e, intencionalmente, terminada a confundir autarquias com a municipalização de alguns serviços, procurando evitar a todo o custo a partilha de poderes com a comunidade de cidadãos, os verdadeiros depositários do poder local. Os últimos pronunciamentos do Ministro da Administração do Território, sobre a matéria, disse o líder da bancada parlamentar do maior partido da oposição, “confirmam que o Executivo está determinado a tudo fazer, para não conferir as competências do poder autónomo aos seus eleitos e a recusar a realização das eleições locais em todo o país.

5.44 Bornito de Sousa reuniu com administração pública

Jornal de Angola
26 De Abril de 2018

O Vice-Presidente da República Bornito de Sousa, reuniu-se ontem, na Escola Nacional de Administração (ENAD), com os principais responsáveis da Rede de Instituições de Formação da Administração Pública (RIFAP).

De acordo com uma nota do Gabinete do Vice-Presidente da República, a reunião, a que participou também o ministro da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social, Jesus Maiato, teve como principal objectivo lançar as bases do projecto de criação de um centro de excelência para formação de quadros da função pública, no quadro do programa de reforma e modernização da Administração Pública.

Criada em Março do ano passado por Decreto Presidencial a RIFAP rege-se por regulamento

próprio e congrega instituições de formação da administração pública tais como a Escola Nacional de Administração (ENAD), o Instituto de Formação para a Administração Local (IFAL), o Instituto de Formação das Finanças (I FORFIP), o Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), a Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), o Instituto Nacional de Formação de Quadros da Educação (INFQE) e o Instituto Nacional de Estudos Judiciários (INEJ).

Podem ainda integrar a Rede de Instituições de Formação da Administração Pública outras instituições de formação para a administração pública, estabelecendo o seu regulamento que a mesma tem, entre outras atribuições, promover a cooperação, o diálogo e o uso partilhado de recursos materiais e imateriais de formação entre os seus membros, bem como identificar necessidades, redundâncias e oportunidades de formação da Administração Pública.

Fazem ainda parte do leque de atribuições da referida instituição, estabelecer uma plataforma electrónica que assegure a comunicação, a gestão partilhada das acções de formação e a oferta de cursos. Colabora, também, com os organismos da administração Pública na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas e acções estratégicas no domínio da formação dos funcionários públicos.

5.45 CASA-CE na Huíla preocupada com autarquias

Jornal 24 Horas
26 De Abril de 2018

O Secretariado Executivo Provincial da Huíla da CASA-CE realizou um seminário dirigido aos seus quadros e militantes naquela província, sobre a necessidade e importância da implementação das eleições autárquicas.

O referido seminário foi ministrado pelo cientista político, Dr. Nelson Pestana Bonavena, que a dado passo da sua intervenção, referiu-se à "necessidade de se continuar a consciencializar os cidadãos locais em torno da importância e premente necessidade de implementação das eleições autárquicas"

O também membro da Direcção da Coligação, disse ainda que sendo as autarquias um assunto de interesse nacional, todas as franjas sociais devem estar envolvidas no processo que as tornarão num facto. "Aliás, sondagens indicam que é de interesse de todos os cidadãos, tanto afectos à sociedade civil como às forças políticas que se implementem as

autarquias em todo o território nacional": reforçou. Sobre o gradualismo, o Dr. Bonavena foi peremptório em dizer que "o modelo constitucionalmente consagrado pelo Artigo 242 é o 'funcional', terido de seguida dito que o gradualismo geográfico proposto pelo MPLA, além de inconstitucional, atenta contra mais de dez princípios constitucionais"

O Secretariado Executivo Provincial aproveitou o momento para agradecer a todos os companheiros que directa ou indirectamente contribuíram para que a actividade fosse coroada de êxitos.

5.46 "Estou pronto a dasafios"

Jornal 24 Horas
26 de abril de 2018

O Cazenga é, para o activista social e "flygth load master sénior", Simplício Garrido, o seu "pulmão e coração", desde 1963, ano em que nasceu, até aos dias de hoje, pelo que é com muita "tristeza" que assiste à degradação das condições sociais do município, situação que o obriga a juntar a sua voz à onda de protesto contra a actual administração.

Em breve contacto com o Jornal 24 Horas, via chat, sobre a preferência de algumas pessoas que querem vê-lo a assumir a administração do Cazenga, Simplício Garrido afirma que "estou pronto a desafios" em nome do Cazenga, embora reconhece que "as coisas não dependem da vontade dos munícipes", mas sim, em última instância, do governador de Luanda. As críticas, disse, que tem feito à administração de Tany Narciso, está longe dessa pretensão, ou seja, de assumir o cargo, porque, assegura, "é assunto que desconheço de estar a ser sondado para administrar o Cazenga" mas sim de quem está preocupado com o rumo do município, pelo que um convite a qualquer personalidade do município para estas funções é "desafio que exige sentido de Estado e patriotismo", com o povo a ser o factor prioritário das acções.

5.47 Simplício Garrido " reúne perfil" para substituir Tany Narciso

Jornal 24 Horas
26 de Abril de 2018

"O cidadão Simplício Garrido, no quadro de um 'balão de ensaio", de apresentação de candidatura para as eleições autárquicas, é uma individualidade que conta com enorme carácter moral e cívico para assumir a edilidade do Cazenga, porque é uma pessoa que sente, conhece está por dentro das dificuldades

que enfrentamos no dia-a-dia, perante o olhar de incapacidade da actual administração”, afirmam.

O Cazenga, defendem, pela sua dimensão histórica não pode continuar a servir de "acomodação dos amigos" que, mesmo sem se identificarem com a sua realidade, "procuram apenas servirem-se": esquecendo-se, acrescentam, da principal função de um servidor, esperando que a escolha do substituto de Tany Narciso seja feita à base de "auscultação aos munícipes, como forma de se evitar 'desastres' como os que estamos a viver" com a actual administração.

"O governador de Luanda deve auscultar os munícipes, através do conselho de concertação social, em relação ao substituto do administrador. Se a auscultação for o critério de escolha, é certo que o nome de Simplício Garrido será indicado. É alguém com uma forte intervenção social aqui no Cazenga e que se relaciona muito bem com os munícipes. Será um ganho para todos nós”, aventaram.

Nos últimos tempos, o consulado de Nataniel Narciso, que está há mais de 10 anos à frente dos destinos do Cazenga, tem sido marcado por forte contestação social, com maior realce para a manifestação realizada por um grupo de jovens pedindo a sua demissão imediata, porque consideram ser uma "administração danosa" e mais "preocupada com os negócios" do que com os problemas do município, afirmando de estar mesmo "fora do prazo" para mostrar alguma mais-valia.

"É lamentável que o Cazenga, passados todos estes anos, desde que aqui chegou, em 2008, continue a ser visto como município de marginais e sem importância. Aqui vive gente honrada e trabalhadora. Mesmo com muitas dificuldades sonham. Daqui saíram brilhantes filhos da pátria. Por isso, achamos que merecemos um administrador à altura, comprometida com estes valores e com as causas que auguramos pela melhoria das condições do município":

O administrador Tany Narciso, numa espécie de "branqueamento de imagens" conforme disseram alguns moradores, tem procurado, ultimamente, passar a ideia de que será possível debelar muitas das deficiências da sua administração, mas, criticam, "já é tarde para este tipo de discurso de 'nós temos espaços verdes, no Cazenga respira-se ar puro e que há segurança no município": porque é "tudo falácia, de quem gosta muito do poder e não quer largar, por considerar o município como sua propriedade":

"O ciclo político é, agora, outro. Esta coisa de perpetuação no poder não pode continuar. O Tany Narciso pode ficar mais um mês ou um ano no cargo,

mas um dado é verdade: não vai acrescentar mais nada ao Cazenga. Está expirado. É só capricho político e falta de vergonha que o segura, mas isso, um dia, pode sair caro ao partido MPLA, por não ouvir o povo, com a realização das eleições autárquicas à porta, alertaram.

5.48 UNITA considera “crime” instituir eleições autárquicas de forma gradual

Jornal OPAÍS

26 De Abril de 2018

Texto: Constantino Eduardo

O político fez estas declarações à saída de uma audiência que lhe foi concedida pelo administrador municipal de Benguela, Carlos Guardado.

Aos jornalistas; disse que entende que a realização das eleições autárquicas em simultâneo é a melhor forma de se acabar com as assimetrias regionais, ao contrário do gradualismo que defende o Governo.

“Nós temos uma diferença extraordinária com o MPLA em relação à nossa visão quanto às autarquias”, revelou, reforçando que “fazer autarquias em 35 ou 40 municípios no país é um crime”.

Justificou que uma eventual realização de autarquias de forma gradual poderá acentuar as diferenças entre as primeiras e as outras que se seguirão.

Defendeu que “quanto mais tarde demorar a realização de eleições autárquicas no país, mais dramas e sofrimentos causar-se-á ao povo”.

Adalberto Júnior está em Benguela à frente de um grupo de deputados do seu partido, cuja visita insere-se nas jornadas mensais que visam auscultar a população sobre as suas prementes necessidades.

Apontou o sector da Saúde como sendo o mais contestado pela população, por oferecer serviços aquém das suas expectativas, traduzidas na falta de medicamentos nos hospitais e de pessoal médico especializado.

Repatriamento de capitais Sobre este assunto, explicou à imprensa que a proposta apresentada pelo seu partido visa resgatar o dinheiro saído ilegalmente do país e regularizar o património do cidadão.

O político da UNITA criticou a alegada falta de execução do Orçamento Geral do Estado (OGE) ao nível das províncias, apesar de ter sido já aprovado pela Assembleia Nacional.

Afirmou que com a entrada em função do novo Executivo, chefiado pelo Presidente da República, João Lourenço, havia uma luz no “fundo do túnel” para melhorar a governação, mas, segundo ele, nos últimos dias a situação parece regredir.

5.49 Executivo comprometido com as autarquias

Jornal de Angola
27 Abril 2018

Angola está a dar passos concretos para a realização das eleições autárquicas, anunciadas para 2020. Trata-se da primeira experiência do género, razão pela qual há uma grande expectativa à volta do processo.

Ao apreciar ontem o memorando sobre a estratégia de implementação das Autarquias Locais, o Governo demonstrou, mais uma vez, que está seriamente engajado neste processo.

O memorando é um documento que apresenta um conjunto de opções políticas relativas às eleições autárquicas.

Tanto quanto se sabe, o processo consignado para a realização das autarquias, deve decorrer em três fases distintas, sendo a primeira dedicada ao reforço da desconcentração administrativa, a segunda à implementação do primeiro grupo de autárquicas e a terceira ao aumento gradual do número de autarquias e reforço das suas competências.

As eleições autárquicas não são uma varinha mágica que vão resolver todos os problemas das comunidades, mas constituem um momento de festa e uma oportunidade para os cidadãos poderem escolher os que acham estar em melhores condições para satisfazer os seus anseios.

Uma das questões que ainda divide o Governo e algumas forças da oposição tem a ver com o gradualismo ou não das eleições autárquicas. Enquanto o Executivo defende o gradualismo, a UNITA e outras formações políticas assumem posição contrária. Um debate amplo deve ser feito à volta do assunto para a criação de consensos, na perspectiva de que as eleições sirvam, de facto, o propósito para as quais serão criadas, que é o de servir melhor o cidadão e as comunidades.

As eleições vão ser antecedidas da aprovação de um conjunto de instrumentos jurídicos, como a Lei de Organização e Funcionamento das Autarquias, a Lei sobre Competência das Autarquias, a Lei sobre as Finanças Locais e a Lei sobre a Tutela Administrativa.

5.50 'MPLA' veta exoneração de Tany Narciso

Jornal Visão
27 de Abril de 2018

A sobrevivência política do administrador do Cazenga, Victor Nataniel Narciso, "Tany Narciso" na mais recente remodelação efectuada a nível do governo provincial de Luanda está a ser justificada como sendo reflexo de um veto por parte do Secretariado do Bureau Político do MPLA, órgão no qual o governador Adriano Mendes de Carvalho havia submetido as suas propostas para apreciação.

No cargo desde 2008, "Tany Narciso" é um dos veteranos administradores bastante contestado pelos munícipes da sua área de jurisdição, e ao mesmo tempo um "cabo eleitoral" com quem o Presidente do MPLA, José Eduardo dos Santos, denota ter alguma afinidade, "Tany" é concunhado do general Nito Teixeira, o ex- director do gabinete de JES, na sede do MPLA.

Em 2011, o então governador de Luanda, José Maria feraz havia assinado um despacho de exoneração actual administrador do Cazenga, mas logo a seguir viu-se contrariado/desautoriza pelo gabinete presidencial considerou como desfavorável a sua deliberação a nível da rotação que tencionava avançar

Devido à gestão de Tany Narciso, o Club- K chegou a ser objecto de avaliação negativa por parte do sector municipal do SINSE, num relatório elaborado por um operativo. Era acusado de ter desinteligências com o seu então adjunto João Adão à quem ha retirado competências.

Os populares também acusavam - no de ter usado o parque de estacionamento do complexo Marco Histórico Cazenga para proveito pessoal, a data gerido por brasileiros por si contratados igualmente acusado de ter confiado a uma empresa sua, a gestão do restaurante localizado no mesmo complexo.

Quando assumiu a gestão do município do Cazenga, havia cerca de 100 funcionários repartidos nas administrações comunais e delegações municipais, Em Abril de 2010, foi detectado que o numero passou para 360 elementos que funcionavam em regime colaboração levantando suspeitas de que alguns deles pudessem ser funcionários "fantasmas"

5.51 Órgão auxiliar do Presidente da República apreciou ontem o Plano de Desenvolvimento

Jornal de Angola

27 De Abril de 2018

Texto: João Dias

O Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado apresentou, ao Conselho de Ministros, um Memorando sobre a Estratégia de Implementação das Autarquias Locais, que tem um conjunto de opções políticas relativas à sua implementação, que deve decorrer em três fases distintas.

O documento, apresentado na quarta sessão ordinária do Conselho de Ministros, orientada pelo Presidente da República, João Lourenço, tem a primeira fase dedicada ao reforço da desconcentração administrativa, a segunda à implementação do primeiro grupo de autarquias locais e a terceira fase ao aumento gradual do número de autarquias locais e reforço das suas competências.

Em declarações à imprensa, o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, lembrou que o Plano Estratégico de Implementação das Autarquias Locais, um dos eixos do Plano de Desenvolvimento Nacional, pretende alcançar a descentralização e a criação de autarquias e explicou que já está em curso o momento preparatório que deve prolongar-se até 2020, altura em que começa a institucionalização das autarquias propriamente ditas.

Para esta primeira fase, disse, aos municípios deverão ser atribuídas mais competências e reforço do seu espaço de intervenção, já que “a criação da autonomia local é um processo que não deve ser feito do dia para a noite. Deve ser feito por partes. Essa fase visa começar a fazer o caminho atribuindo mais responsabilidades aos municípios e diminuindo o espaço de intervenção do Estado e dos governos provinciais”. Relativamente à adequação do registo eleitoral, disse que a mesma está na sua fase final, reafirmando que vai ser o mesmo que foi utilizado nas eleições de 2017, não estando previsto um novo registo eleitoral de cidadãos angolanos. “O registo que temos é recente e os cidadãos são (praticamente) os mesmos”, justificou.

Adão de Almeida disse também que o fundamental nesse processo vai ser conformar a dimensão residência dos munícipes e assegurar que em cada município haja apenas votação dos cidadãos do município. O ministro garantiu que se vai retomar o

processo de registo eleitoral já de acordo com a nova visão.

O ministro falou também da segunda fase, que inicia em 2020, altura em que se vai fazer a institucionalização das autarquias na lógica da orientação constitudonal, que prevê o gradualismo. Entre Junho e Julho, informou, vai se fazer uma produção legislativa e uma programação que leve a que estes diplomas estejam disponíveis para os cidadãos, permitindo que estes apresentem as suas contribuições.

No processo de discussão pública, disse, vão estar sobre a mesa seis diplomas legais, designadamente sobre a Organização e Funcionamento das Autarquias Locais, sobre a Tutela Administrativa, sobre as Eleições Autárquicas, sobre uma definição de critérios sobre os municípios que podem ser, num primeiro momento, objecto da implantação de Autarquias Locais e a Lei sobre Finanças Locais.

Em resposta à UNITA que continua a defender a implantação das autarquias em todos os 164 municípios ao mesmo tempo sem olhar para o princípio do gradualismo, Adão de Almeida disse que a base para a criação das autarquias é constitucional e que não se podem criar soluções que sejam distanciadas da orientação da Constituição.

O ministro assegurou que se está a desenhar um processo capaz de levar a autonomia aos 164 municípios, sublinhando que este processo de atribuir autonomia é um pouco como o processo de educar os filhos. “Quando os pais geram um filho, este vai crescendo e o desejo dos pais é que o filho chegue a uma altura em que seja autónomo e saia de casa dos pais e vá fazer a sua vida sozinho. Mas, para tal, é preciso que tenha condições para andar sozinho. A autonomia no fundo é isso”, explicou.

Usando este exemplo, Adão de Almeida adiantou que “os municípios vão sair da tutela do Estado e do espaço em que estão a intervir e a desenvolver tarefas e vão andar sozinhos”. Na sua perspectiva, é preciso fazer toda esta caminhada de modo gradual e responsável e com potencial de sucesso considerável, porque, lembrou, não há no país uma tradição neste sentido.

Aprovado PDN 2018-2022

O Conselho de Ministros aprovou o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018- 2022, documento que constitui o segundo instrumento de planeamento de médio prazo, na sequência do PND 2013-2017, e que no âmbito da Estratégia de Longo Prazo “Angola 2025”, orientará as acções do Executivo no sentido

da implementação de um conjunto de políticas que garantam a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida das famílias angolanas.

O plano pretende promover a desconcentração e a descentralização territorial, e a criação de condições que dinamizem a competitividade territorial, o estímulo da cidadania e da participação das populações na vida democrática do país, a valorização da capacidade empreendedora e da inovação, bem como a criação de emprego.

Ao falar do PD 2018-2022, o ministro da Economia e Planeamento, Pedro Luís da Fonseca, disse que este instrumento vai permitir que o país eleve o seu índice de Desenvolvimento Humano para 0,60. Em 2000, este índice rondava os 0,39 e no ano passado 0,53.

“Sendo um indicador compósito, para ele convergem um conjunto de medidas, designadamente no domínio económico e social, onde se pode destacar os resultados nos domínios da Saúde e da Educação. Para o ciclo económico e social a que o Executivo se propõe, pretende-se passar de 0,53 para 0,60, o que permite que seja país de rendimento médio”, disse.

Em termos de meta no domínio económico, o Plano prevê um nível de crescimento de 5,5 por cento, para o qual concorrerá o sector não petrolífero, onde pontificam os sectores da agricultura, construção, indústria transformadora, pescas e o sector de serviços.

Para o sector social, o plano prevê que no fim do período se verifique alguma elevação do peso do orçamento destinado aos sectores da saúde, que deve passar de 8 por cento para 15 por cento, e a educação de 12 por cento para 20 por cento de receitas. “É este o peso que se pretende dar ao sector da saúde e educação que vão garantir o bem-estar da população e permitir que o Desenvolvimento Humano ocorra”, disse.

Relativamente ao Plano Intercalar, cuja intenção é remeter o país para a estabilidade e devolver a confiança aos investidores, Pedro Luís da Fonseca disse que foi implementado satisfatoriamente. O Plano Intercalar foi implementado entre Outubro do ano passado e Março do ano em curso.

5.52 UNITA espera que Memorando contemple gradualismo funcional

Jornal de Angola

27 De Abril de 2018

Texto: Bernardino Manje

Dirigentes da UNITA reagiram à apreciação, ontem, pelo Conselho de Ministros, do Memorando sobre a Estratégia de Implementação das Autarquias.

Em declarações ao Jornal de Angola, Navita Ngolo, segunda vice-presidente do grupo parlamentar da UNITA, concordou que a aprovação, pelo Executivo, do Memorando sobre a Estratégia de Implementação das Autarquias é mais um passo para a implantação das autarquias. A deputada sublinhou, no entanto, que o seu partido espera que o referido memorando não tenha sido elaborado com base no que o Executivo pretende, que é a criação das autarquias tendo em conta o gradualismo territorial ou geográfico, ao invés do funcional.

“Defendemos que este assunto (do gradualismo) deve ser debatido a nível da sociedade civil. Por isso, os deputados do grupo parlamentar da UNITA estão, neste momento, a fazer visitas aos municípios do interior do país para constatarem a realidade de cada um deles”, disse a deputada, para quem as eleições autárquicas têm de ser realizadas em todos os municípios do país, como, segundo ela, estabelece a Constituição da República.

Faltam condições

No entanto, há quem, como o general Abílio Camalata Numa, membro da direcção da UNITA, que é mais radical, considera que não há, ainda, condições para a criação das autarquias. “Não temos condições!”, afirmou, ao Jornal de Angola, o antigo deputado, criticando os países africanos, entre os quais Angola, de plagiarem realidades de Estados já desenvolvidos.

“As estruturas da maior parte dos municípios estão completamente desmanteladas. Há estradas secundárias e terciárias que quase já não existem. Não há água canalizada nem energia eléctrica”, notou o político, para mais adiante questionar: “é com isso que queremos transferir o poder para a administração local? Mas que tipo de poder?”.

Numa deu como exemplo a cidade do Huambo, onde, segundo ele, não existe ainda um empresariado consolidado. “Que descentralização queremos?”, voltou a questionar Camalata Numa, para quem, “ao invés de se estar a copiar o que os outros fazem (criação de autarquias), devíamos ainda sentar à mesma mesa e ver bem o que queremos”.

Na óptica do general, contrariamente ao que muitos apregoam, nas actuais condições as autarquias não vão resolver problema algum em Angola. “O Estado está desmantelado e a Constituição da República tem apenas oito anos de vigência”, lembrou.

Camalata Numa não respondeu directamente à pergunta sobre qual seria o horizonte temporal para a criação das autarquias em Angola, afirmando apenas que ainda têm de se resolver os principais problemas do cidadão. “Temos de descentralizar o poder económico para que existam mais empresários. De contrário, estaríamos a pôr a carroça à frente dos bois”, concluiu.

5.53 Tany Narciso e os sintomas de Húbris

Jornal Folha 8

28 de Abril de 2018

Texto: Nvunda Tonet

No dia 07 de Abril cerca de 500 cidadãos angolanos em pleno gozo dos seus direitos cívicos manifestaram-se a cem metros da Administração Municipal do Cazenga para exigir a exoneração ou, por honra própria, a auto-demissão do ainda administrador municipal da circunscrição Victor Nataniel Narciso, conhecido nas lides políticas e ideológicas por "Tany Narciso".

O activista e investigador Nuno Álvaro Dala denunciou nas redes sociais, como parte da sua investigação em curso e que será brevemente divulgada em relatório. Comportamentos persuasivos de Tany Narciso "tenho provas documentais e materiais sobre a rede de negócios ilegais que montou no "município. Aqui vai um pequeno exemplo: as multas de estacionamento são depositadas na conta de uma das filhas de Tany Narciso." denunciou o activista.

Infelizmente e tal como disse Tany Narciso, não é cultura os administradores municipais pedirem demissão. António Cabanga diz: “ os nossos governantes não conseguem sair com honra. O poder entrou-lhes nas entranhas e confundem tudo e com a agravante de serem extremamente arrogantes. Há situações em que os mesmos pensam que estão a fazer alguma favor aos municípios.

Resumindo, os gestores públicos deviam ter em conta noções de cidadania, responsabilidade cívica, transparência e prestação de contas no exercício da sua função executiva. Os cargos públicos não devem ser entendidos como algo eterno. O recomendado é que os cargos sejam exercidos sobre determinado tempo(quatro anos por exemplo) e após esse período a pessoa regresse a sua profissão anterior com toda a dignidade e honra com a missão de ter desempenhado o seu papel com zelo e justiça.

5.54 Deputados da UNITA fiscalizam instituições nos municípios

Jornal de Angola

29 De Abril de 2018

Texto: José Chaves e Isidoro Samutula

Um grupo de deputados da UNITA visita os municípios do Andulo e da Nharea na província do Bié, com o objectivo de auscultar as dificuldades que as instituições públicas locais atravessam.

Nos dois municípios, os parlamentares do maior partido na oposição fiscalizam instituições públicas e alguns projectos sociais que estão a ser executados nas duas localidades. Os deputados desdobraram-se, também, em contactos com membros da sociedade civil, autoridades tradicionais, entidades religiosas e organizações sociais para constatar os seus problemas.

Os parlamentares da UNITA aproveitaram a ocasião para exortar os cidadãos da região do centro do país a participarem nas eleições autárquicas, previstas para 2020.

Em declarações à imprensa, Manuel Savihemba, deputado pelo círculo provincial do Bié, disse que estas deslocações visam melhorar os mecanismos de acompanhamento e a coordenação dos actores intervenientes no processo de desenvolvimento sócio-económico do país.

Manuel Savihemba considera que aos poucos a questão das autarquias ganha espaço na agenda institucional como um acto sério. Apelou, por isso, o envolvimento no processo.

Na província da Lunda-Norte os parlamentares da UNITA avaliam o funcionamento dos sectores da Saúde e Educação e mantiveram contactos com a população no âmbito da promoção da empatia entre o poder legislativo e os cidadãos. O grupo composto por Domingos Oliveira, Francisco Kakoma e Joaquim Nafóia, vai permanecer sete dias na província, percorrendo todos os municípios e

efectuar visitas de constatação a vários empreendimentos sociais.

O coordenador do grupo, Domingos Oliveira, disse que vão auscultar a população sobre os primeiros meses de governação do novo Executivo.

5.55 Ministério realiza debates sobre as autarquias locais

Jornal de Angola

29 De Abril de 2018

Texto: Edna Dala e Bernardino Manje

O Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado realiza entre os meses de Junho e Julho um ciclo de debates públicos sobre as autarquias, onde os principais instrumentos normativos que vão reger o processo serão disponibilizados para que cada cidadão possa contribuir com propostas ou sugestões.

Adão de Almeida, que falava no final de uma palestra sobre o Plano Estratégico de Implementação das Autarquias, acrescentou que, além dos debates, os cidadãos poderão apresentar as suas propostas fisicamente ao Ministério ou por via electrónica, através de um correio que brevemente é disponibilizado ao público.

Durante a palestra, dirigida aos órgãos da administração local do Estado, o ministro esclareceu que ainda não foram seleccionados os municípios que vão participar das autarquias. Adão de Almeida disse que neste momento decorre o processo de preparação da proposta de lei sobre os critérios de selecção dos municípios e só depois o Parlamento deve discuti-la e aprová-la.

O ministro reafirmou que, nos termos da Constituição, em regra as autarquias devem ser realizadas a nível municipal na lógica da implementação faseada, devendo ser seleccionados os municípios com os critérios que vão ser definidos depois pela Assembleia Nacional.

Lembrou que a Constituição também permite que existam autarquias infra-municipais e ao nível supra-municipal. Com isto, Adão de Almeida espera que o debate que vai ocorrer ajude a encontrar uma solução para estas questões. O ministro reconheceu que a profundidade da reforma que se assiste hoje no país permite concluir que estar-se-á perante a maior reforma da administração local e até de toda administração pública em geral, desde a existência de Angola como Estado.

Adão de Almeida lembrou que o país tem o percurso de um Estado com uma carga crescente de descentralização, fruto daquilo que é o seu processo histórico. “Houve no país um momento em que a administração do Estado esteve apenas em um terço de todo território nacional e todos esses elementos motivaram a um agigantamento do Estado e uma centralização considerável que nos levou até aqui, permitindo essa reforma profunda”, lembrou.

O ministro não teve dúvida ao afirmar que “alterar vários parâmetros, desde o modo como a governação pública é feita hoje, como a função pública está organizada e a introdução de um modelo completamente diferente, é mesmo uma grande reforma que vamos ter que fazer”.

Durante o encontro foi visível o interesse e o envolvimento dos participantes. Foram levantadas várias questões e apresentadas sugestões, dentre as quais a realização de autarquias regionais e não municipais.

Adão de Almeida disse que o Objectivo do exercício foi de transmitir às pessoas sobre o processo das autarquias, tendo em conta que é uma realidade nova no país e muitos ainda não compreenderam.

Gradualismo

A CASA-CE considera que a apreciação, pelo Conselho de Ministros, na quinta - feira, do Memorando sobre a Estratégia de Implementação das Autarquias não é algo de extraordinário se se tiver em atenção que, dia após dia, devem ser dados passos no processo de criação de condições para a implantação das autarquias.

Em declarações ao Jornal de Angola, o deputado da coligação Manuel Fernandes disse que a grande questão que se levanta é o gradualismo defendido pelo Executivo. A CASA-CE, na voz do seu deputado, reafirmou que as eleições autárquicas devem ser realizadas em todos os municípios. Manuel Fernandes rejeitou a posição do Executivo, segundo a qual as autarquias devem ser implantadas de forma gradual dando prioridade aos municípios que estejam em melhores condições.

“O gradualismo previsto na Constituição da República é o funcional e não o territorial ou geográfico”, afirmou o deputado, ao interpretar o artigo 242º da Lei Magna.

O nº2 2 da referida norma estabelece que “os órgãos competentes do Estado determinam por lei a oportunidade da sua criação, o alargamento gradual das suas atribuições o doseamento da sua tutela de

mérito e a transitoriedade entre a administração local do Estado e as autarquias locais”.

5.56 A educação e sensibilização para as autarquias

Jornal de Angola

30 De Abril de 2018

Mais do que a redução do debate sobre as autarquias ao gradualismo, ao não gradualismo, ao gradualismo funcional e ou ao geográfico, é fundamental que se dê a conhecer o que são as eleições locais, o que elas visam, o que se espera das populações e o que estas podem esperar de todo o processo.

Os actores políticos parecem mais preocupados em discutir questões de natureza jurídica e política, não raras vezes resvalando até para preocupações semânticas, quando o essencial tende a ser relegado para segundo plano. Não que seja menos importante levantar tais questões, numa altura em que importa aclarar muitos aspectos, para que a realização das primeiras eleições autárquicas sejam exemplares, transparentes, justas e democráticas. Estamos completamente de acordo que os actores políticos precisam de esgrimir todos os seus argumentos, limar todas as arestas e partir para um processo em que todas as partes se revejam.

Porém, é mais importante que os principais destinatários das eleições autárquicas, as populações e muito particularmente os eleitores das circunscrições territoriais, que passarão a ser localidades auto-suficientes, saibam e entendam sobre o poder local. É preciso acautelar eventuais tendências para se promover a perspectiva das eleições locais sob a bandeira do regionalismo, da exclusão ou, igualmente preocupante, de se vender a ideia de que, com as autarquias, resolvem-se todos os problemas locais.

As populações precisam de entender que as eleições locais visam, essencialmente, transferir o poder administrativo e financeiro central às colectividades locais, eleitas pelas populações, para melhor gerirmos interesses próprios das respectivas populações. Urge informar, educar e sensibilizar as populações, numa altura em que se está a “cozinhar” a legislação sobre as autarquias sobre o “modus vivendi” e o “modus operandi” da vida, política e economia a nível local.

Vale a pena passar a ideia de que as eleições autárquicas não são um fim em si mesmo, por via das quais as comunidades verão os seus problemas resolvidos de todo, mas um processo através do qual constará, na agenda dos candidatos a autarca, propostas de solução para os desafios. A natureza

regular das suas eleições, com a apresentação de vários candidatos e numerosas sugestões para resolver problemas da água, energia, segurança pública, apenas para mencionar estes, vai permitir que as populações escolham as melhores propostas.

Por isso, é recomendável que os actores políticos percam menos tempo com discussões relativas a um pressuposto que está inclusive previsto na Constituição, o do gradualismo na realização das eleições autárquicas, a favor da educação e sensibilização das populações para entenderem mais sobre o poder local. As populações de localidades longínquas do país, algumas com dificuldades inclusive de informação e aos meios de comunicação, precisam de saber mais sobre um processo em que as mesmas serão chamadas a participar

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Plano Director de Luanda foi entregue ao Ministério

Jornal de Angola
6 De Abril de 2018

O Presidente da República, João Lourenço, transferiu para o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação a coordenação do Plano Director Geral Metropolitano de Luanda, para desenvolver, em 15 anos, a nova capital.

De acordo com o despacho presidencial 37 /18, de 2 de Abril citado ontem pela Lusa, o Titular do Poder Executivo coloca a ministra Ana Paula de Carvalho a coordenar a implementação deste plano de milhares de milhões de euros, coadjuvada pelo governador da província de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho.

Define ainda a possibilidade de criação de um grupo de trabalho, constituído por técnicos especializados e apoiado tecnicamente pela empresa responsável pela elaboração do Plano Director Geral de Luanda, bem como a apresentação de relatórios trimestrais ao ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República.

O Plano Director Geral Metropolitano de Luanda é um projecto desenvolvido pela Urbinvest, de Isabel dos Santos. Trata-se de um “instrumento de planeamento que integra o mapa e ordenamento do crescimento e das transformações a realizar na província de Luanda, de modo a assegurar que futuros investimentos públicos e privados estejam em consonância com um crescimento sustentável.

O plano vai dotar a província de Luanda de mais infra-estruturas técnicas e de equipamentos, escolas, unidades hospitalares, parques comunitários e outros, preservando o ambiente e o património cultural, bem como o seu carácter urbano e identidade.

Na versão apresentada em 2015, o Plano Director Geral Metropolitano de Luanda, projectando a capital do país para 12,9 milhões de habitantes em 2030, previa o início da implementação em 2016 e a construção de 13 novos hospitais e 1.500 escolas.

O plano foi inicialmente aprovado em 2015 em reunião do Conselho de Coordenação Estratégica da Província de Luanda, orientada pelo então Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

Representa “uma resposta de forma integrada às necessidades de gestão urbana” e pretende “conferir em particular à cidade de Luanda condições de sustentabilidade ambiental, habitacional, de mobilidade e de crescimento social e económico”, referiu então o Governo.

O Plano Director Geral Metropolitano de Luanda não aponta custos para o investimento, mas prevê que só o município de Viana - o mais industrializado do país - atinja dentro de 15 anos os 3,1 milhões de habitantes. O documento de 2015 fazia o diagnóstico da situação na província, estimando que 80 por cento da população - de 6, 5 milhões de habitantes, um quarto de todo o país - vive em musseques (bairros pobres suburbanos).

Nesta área, o plano, designado de “Luanda 2030 - Cidade inovadora”, prevê realojamento e reabilitação de várias zonas da capital, nomeadamente nas classificadas de “prioridade muito alta”, por riscos de vida eminente ou indução, entre outros problemas.

Este plano de intervenção prevê obras em 446 quilómetros de estradas primárias e 676 quilómetros de vias secundárias. Envolve igualmente um sistema de comboio suburbano com 210 quilómetros e 142 quilómetros de corredor para trânsito exclusivo de transportes públicos.

“As poupanças de tempo projectadas nas viagens de carro podem representar o equivalente a dois por cento do PIB [Produto Interno Bruto] de Luanda em 2030”, lê-se no relatório do plano.

6.2 Vários projectos urbanísticos são reactivados

Jornal de Angola
7 De Abril de 2018

Pelo menos dez planos urbanísticos interrompidos na província do Cunene, desde 2014, serão reactivados, gradualmente, a partir do corrente ano até 2022, disse, em Ondjiva, o director local do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente.

Cirilo Namolo Mwaulange, que falava à Angop sobre o programa do governo de requalificação urbanística da província, sublinhou que entre os planos urbanísticos a serem reactivados constam os de ondjiva, Ekuma, Calueque, naulila, Santa-Clara, Okapanda, Cahama, Omuwongo, oshomukuyo e Xangongo .

É intenção do governo dar maior atenção a cada plano urbanístico, para melhor reordenar o território o urbanismo a nível dos seis municípios da província,

garantir melhores condições e habitabilidade, zonas com os serviços integrados e infra-estruturas", sublinhou.

O responsável informou que neste momento estão a recorrer acções de levantamento técnico dos referidos planos urbanísticos, de modo a serem identificados os avanços de cada plano e em seguida dar a sua continuidade.

Os planos urbanísticos têm como objectivo garantir aproveitamento das reservas fundiárias e outras áreas, em como propiciar aos habitantes serviços sociais básicos, padrões de vida aceitáveis, pois definem as zonas residenciais, administrativas e a instalação de outros serviços.

6.3 Ana Paula de Carvalho defende aumento da urbanização inclusiva

Jornal de Angola

15 De Abril de 2018

Texto: Jaqueline Figueiredo

O aumento da urbanização inclusiva e sustentável, para reduzir o elevado número de pessoas afectadas por calamidades naturais consta dos objectivos da nova Agenda Urbana, disse no Soyo a ministra do Ordenamento do Território e Habitação.

Ana Paula de Carvalho, que discursava na abertura do I Conselho Consultivo Alargado do seu pelouro, que decorre na cidade do Soyo, província do Zaire, disse que o foco das discussões deve centrar-se nos grandes projectos urbanos e habitacionais em todo o país como garante para o aumento da urbanização inclusiva e sustentável para todos, segundo objectivos alinhados na nova Agenda Urbana.

A nova agenda prevê proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros e sustentáveis, reduzir o número de pessoas afectadas por calamidades, melhorar a qualidade e sustentabilidade ambiental, proporcionar o acesso universal aos espaços públicos, seguros e inclusivos.

O crescimento demográfico das cidades, sobretudo as capitais, disse Ana Paula de Carvalho, influenciado, quer por tractores de atracção das cidades quer pelo êxodo rural, provoca problemas graves e específicos na gestão do espaço urbano e requer solução integrada, global e coordenada que passa por instrumentos de gestão territorial cada vez mais inclusivos.

A cerimónia de abertura do encontro, que decorre até hoje sob o lema "Urbanização como factor de

inclusão social", foi presidida pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Frederico Cardoso.

Os debates foram divididos em dois painéis, com diversos temas, nomeadamente "Mecanismos para a organização da gestão fundiária em Angola", "Auto construção dirigida, estratégia e operacionalização", "Processo de infra-estruturação/Regeneração urbana", "Processo de gestão e alienação do património habitacional do Estado" e "Combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do território".

Constam das discussões temas como "Paradigma para a elaboração dos Planos Directores Municipais e das Cartas de Risco Municipais", "Mobilidade e acessibilidades", Modernização da rede geodésica nacional", "A inspecção face aos desafios no sector" e "Sistema de informação para gestão fundiária".

A ministra Ana Paula de Carvalho explicou que a inclusão social pressupõe um conjunto de acções que garantam a participação de todos na sociedade, sem distinção da sua ascendência, sexo, etnia, cor, deficiência, língua, local de nascimento ou religião. Segundo Ana Paula de Carvalho, as actividades do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação devem assentar nos grandes projectos urbanos e habitacionais em todo país, como garante do aumento da urbanização inclusiva e sustentável para todos.

O governador provincial do Zaire, Joanes André, solicitou ao Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, a concretizar as duas centralidades propostas há vários anos nas cidades de Mbanza Kongo e Soyo. "Estamos satisfeitos com o programa das 200 residências sociais nos municípios de Mbanza Kongo e Soyo. Pediram-me para transmitir que, a par dos 200 fogos, que sejam concretizadas as centralidades projectadas há muito para estas regiões", sublinhou Ana Paula de Carvalho.

6.4 Bairros do Huambo são requalificados

Jornal de Angola

21 De Abril de 2018

Texto: Mário Clemente

Os bairros do Sassonde 1,2 e 3, Bom Pastor, Cacilhas e Santa Iria, do município sede do Huambo, começam a ser requalificados a partir do próximo mês de Maio.

O director provincial das Obras Públicas, Henriques Lazaro Capessa, disse que, numa primeira fase, o projecto vai abranger apenas alguns bairros e artérias seleccionados pela administração do município.

"Neste momento, estamos apenas condicionados pelas chuvas, senão já teríamos dado início aos trabalhos, visto que essas áreas são as mais críticas", disse.

A direcção das Obras Públicas vai intervir também na requalificação das vias terciárias e a remoção do tapete asfáltico degradado em algumas áreas do casco urbano, bem como a abertura de valas de drenagem nas áreas consideradas críticas.

"Vamos fazer também a reciclagem dos principais eixos da cidade do Huambo, visto que, em alguns sítios, terá que se fazer a remoção do pavimento, por isso vai ser necessário requalificar a estrada que liga o aeroporto Albano Machado, centralidade do Lossambo e junto à Igreja Adventista, na rua Bié, onde se vai fazer uma requalificação profunda", frisou.

Os moradores mostraram-se satisfeitos com o projecto, afirmando que vai facilitar o trânsito nas zonas urbanas e periféricas da cidade.

Frederico José, um dos moradores do Bairro Sassonde, disse que os familiares dificilmente o visitam porque o bairro se encontra em mau estado e piora sempre que chove muito.

6.5 Filho do Ex-PCA da ENDIAMA acusado de ocupar e vender apartamentos no Zango 0

Jornal O CRIME

21 De Abril de 2018

Texto: Loide Costa

Segundo os pretensos proprietários legais dos apartamentos, depois de terem pago a primeira prestação, que corresponde a 1 milhão e duzentos mil kwanzas, a Sonip fez a entrega das chaves, bem como os documentos que legalizavam a venda dos imóveis em sistema de renda resolúvel.

Para a surpresa de todos, quando se preparavam para instalarem-se nos apartamentos, encontraram os imóveis já ocupados e estes alegam ter comprado ao filho de Carlos Sumbula e arrendado a outras pessoas ligadas ao regime.

Os proprietários recorreram à Sonip para buscar explicações sobre a situação e esta encaminhou o

caso para a Procuradoria Geral da República para a reposição da legalidade.

Em anonimato, um funcionário público, que adquiriu um apartamento T3 nesta centralidade, admite que a PGR, no município de Viana, tinha o caso sob controlo e deteve alguns moradores ilegais, mas, passado algum tempo, o PGR, ao nível central, ordenou o cancelamento do caso e a soltura dos detidos.

A outra - também desesperada quanto ao pronunciamento da PGR - alega que o caso foi abafado por se tratar de pessoas conhecidas no aparelho do Estado e do partido no poder, porque, segundo ela, além do filho de Carlos Sumbula, há outros' nomes ocultados pela PGR

Disse que diante disso, a Sonip não encontrou soluções para os compradores legais, volvidos dois anos, pelo que diz não poder fazer nada, senão aguardar a decisão da PGR

Os mesmos dizem estar numa situação de desespero, porque a PGR, até aqui, não dá qualquer satisfação quanto à situação, e os apartamentos começam já a apresentar estado de degradação.

Eles pedem a resolução do problema o mais breve possível, para que não volte a acontecer incidentes já registados em tempos, envolvendo proprietários legais e ocupantes, num cenário de justiça por mãos próprias.

O antigo vice-presidente da República, Manuel Vicente, o antigo chefe da Casa Militar do ex-PR, Manuel Hélder Vieira 'Kopelipa', e "outros grandes do MPLA" têm prédios na centralidade que também foram ocupados, mas retiraram os ocupantes com rapidez.

"O que nos espanta é que na mesma centralidade existem prédios do ex-vice-presidente da República, Manuel Vicente, e outros tubarões do MPLA, que também foram ocupados, mas os ocupantes foram retirados dos apartamentos com urgência e, hoje, os prédios encontram-se vazios e com segurança armados" disseram.

Nesta situação, segundo apurou 'O Crime', encontram-se mais de 100 cidadãos com o contrato e chave em mão, mas com as casas ocupadas.

Os proprietários apelam às autoridades competentes a repor, o mais breve possível, a legalidade dos factos, pois estão aflitos, uma vez que muitos tiveram de vender bens pessoais para fazer o pagamento dos 1 milhão e duzentos mil kwanzas, para se verem livres das casas de renda.

Outro facto que chama atenção neste caso é que a maior parte dos apartamentos estará em renda, porque assim esses ocupantes quiseram, revertendo assim os valores para si.

6.6 Nova cidade dá vida ao deserto

Jornal de Angola

1 De Abril de 2018

Texto: Ferraz Neto

Em pleno ambiente árido, numa zona tranquila de Moçamedes, é possível usufruirmos de um dos mais emblemáticos projectos habitacionais construídos em Angola, depois da independência a centralidade da Praia Amélia. Nem mesmo o deserto impediu que a acção humana pudesse transformar o local. Antes local inóspito, hoje a centralidade da Praia Amélia tornou-se num lugar aprazível do roteiro turístico da cidade de Moçamedes.

Desembarcámos na cidade de Moçamedes à noite, num dos voos da nossa companhia de bandeira, a TAAG. No trajecto, com alguma distância entre o aeroporto Welwitschia Mirabilis e o centro da cidade, somos surpreendidos por milhares de luzes que mostram uma cidade em desenvolvimento.

Moçamedes, a capital da “Terra da Felicidade”, como os seus habitantes fazem questão de elucidar, contrariamente a Luanda, é uma cidade limpa e com um clima ameno no período nocturno e quente durante o dia, na época de verão. Pequena e acolhedora, Moçamedes ganhou dois grandes projectos habitacionais que dão vida ao antigo casco urbano, a saber, as centralidades da Praia Amélia e 5 de Abril. Mas é a centralidade da Praia Amélia que desperta maior atenção.

A caminho da centralidade

O trajecto para a centralidade da Praia Amélia dá-nos a possibilidade de passar por uma das principais artérias e avistar os edifícios mais emblemáticos da cidade. Referimo-nos à marginal de Moçamedes, Porto do Namibe e a Academia de Pescas e Ciências do Mar. O arranque das obras da centralidade da Praia Amélia teve início no dia 23 de Março de 2012. É uma cidade pitoresca e com um verde impressionante. Dentro dela, ficamos sem a impressão de que estamos em pleno deserto.

O projecto inclui as infra-estruturas internas necessárias para o funcionamento pleno da centralidade, com realce para a rede viária, a rede eléctrica e de iluminação pública e a rede de águas,

tanto para consumo como para drenagem de águas residuais e pluviais.

Jardins-de-infância, escolas primárias, secundárias e áreas de lazer fazem parte do projecto habitacional, sendo que foram também reservados espaços para a futura construção de equipamentos e edifícios para prestação de serviços comerciais, e outros, essenciais ao cidadão.

Nesta primeira fase foram entregues 530 habitações para a população interessada em viver nesta centralidade, sendo na maioria jovens com idade até aos 35 anos. Os pagamentos mensais são de 38 mil kwanzas para apartamentos e 45 mil para vivendas geminadas.

Verdadeiros heróis

À caça incessante pela verdade e impressionados com a magnitude do projecto, fomos em busca dos verdadeiros heróis do projecto

6.7 Deputados recebem subsídios de rendas, mas vivem em casa própria

Jornal Expansão

6 De Abril de 2018

Os 220 deputados da Assembleia Nacional (AN) vão receber, em média, 255 Mil Kz mensais de subsídio de renda em 2018, apesar de a maioria viver em casa própria em Luanda, apurou o Expansão.

Ao contrário da maioria das 'mordomias' dos deputados, que sofreram cortes significativos no orçamento da AN para 2018, a dotação orçamental para subsídio de renda até foi aumentada, passando de 565,2 milhões Kz em 2017 para 668,3 milhões, um aumento de 18%. Contas feitas, os deputados vão receber uma média de 255 mil Kz mensais em subsídio de renda.

O presidente da AN, Fernando da Piedade dos Santos "Nandó" receberá mais que os restantes deputados, cerca de 358 mil Kz mensais, apesar de possuir um vasto património de imóveis em Luanda.

Subsídio que é pago sem necessidade de apresentar qualquer comprovativo. 'De quase uma dezena de deputados consultados pelo Expansão, todos confirmaram nunca ter apresentado recibo de arrendamento, uma vez que nunca lhes foi exigido. E a maior parte também confirmou viver em casa própria na capital do País.

O Expansão contactou os líderes das bancadas parlamentares, mas apenas o da FNLA, Lucas Ngonda, aceitou falar. "Em qualquer parte do mundo o deputado tem um estatuto próprio e a renda de casa está prevista na lei, e a lei, quando foi aprovada, não especificou que o deputado que tem casa própria não tem direito a subsídio e que devia apresentar o comprovativo de arrendamento. Simplesmente, o que se pretende com isto é dar aos deputados as condições materiais mais correctas para podertrabalhar", afirmou Ngonda.

Em declarações ao Expansão, um jurista, que solicitou o anonimato, considera, no entanto, que o pagamento de subsídios de renda "sem prova de arrendamento representa uma prática ilegal", defendendo que a Assembleia deve rever a situação e que a Procuradoria-Geral da República deve averiguar o assunto.

Elisa Rangel, advogada e docente universitária, considera que, da forma como está a ser "atribuído, este benefício assemelha-se mais a "mordomia" do que propriamente a uma ajuda de custo. "Aqueles que recebem esse tipo de subsídio e realmente não pagam renda, apenas por uma questão moral e ética deveriam renunciar a ele", defendeu. Subsídio de renda à parte, os deputados estão obrigados a 'apertar o cinto'.

Se, no ano passado, o orçamento da Assembleia destinou 483 milhões Kz para seguro de viagens e das viaturas protocolares, em 2018 os deputados vão deixar de usufruir dessas regalias. Os benefícios com a saúde também sofreram cortes. A assistência médica sofreu uma redução de 62,8% para 354,4 mil milhões Kz, o suplemento de saúde diminuiu 36,8% para 354,4 mil milhões e as verbas destinadas a check-up desceram 25% para 99,5 mil milhões. Com um corte de 58% no bónus de Natal, os deputados deixam de receber 1,3 milhões Kz para 553 mil Kz em 2018.

Durante o exercício económico de 2018 os deputados deixam de ter direito a um subsídio de manutenção de residência, para, por exemplo, fazer obras nas suas casas. No ano passado esta 'mordomia' contemplou 646 milhões Kz. Vão deixar de receber 420 milhões Kz que em 2017 foram destinados à manutenção das viaturas protocolares Lexus, acrescidos de 6 milhões Kz para outro tipo de viaturas protocolares, cuja marca não foi especificada. Ou seja, a partir deste ano, a manutenção das viaturas protocolares deverá ficar a cargo dos próprios deputados.

Já os 96 deputados provinciais perdem 96% da verba destinada a subsídios de deslocação. Se em 2017 a

verba executada para esta mordomia foi de 502,2 milhões Kz, este ano passa a 18,2 milhões. Contas feitas, os deputados eleitos nos Círculos provinciais deixam de receber 438 Kz mensais em subsídio de deslocação para 15,8 mil Kz.

A perda de 'mordomias' por parte dos deputados já tinha sido 'anunciada' com a aprovação do Orçamento Geral do Estado para 2018, que previa a suspensão e restrição de direitos e regalias a titulares de cargos públicos em geral, como a redução para dois do número de empregados domésticos, bem como o 'downgrade' das classes dos bilhetes de viagem de primeira classe para classe executiva, entre outras.

Em termos globais, o orçamento da AN para 2018, prevê despesas de 31.191 milhões Kz, ligeiramente acima dos 31.168 milhões Kz gastos em 2017.

6.8 Dívida Pública Obras ilegais investigadas na cidade de Benguela

Novo jornal

6 De Abril de 2018

Com a dívida pública na ordem do dia, foi detectada a cifra de 25 por cento correspondente a serviços fraudulentos na província de Benguela. A direcção de Inspeção de Finanças alertou para a existência de milhares de obras sob inquérito devido a suspeitas de ilegalidades.

Segundo noticiou a Voz da América esta semana, o Governo local não pagará as dívidas sem contratos, conforme deixou claro o governador Rui Falcão, e que os culpados serão responsabilizados judicialmente.

Ao todo são 150 as obras na mira da Inspeção de Finanças, de onde o processo avançará para o Mini'stério Público, que será confrontado com vários cenários, realçando-se o pagamento feito às empresas que não prestaram qualquer serviço.

Há também casos de obras abandonadas, embora com algum investimento do Estado, porque, de acordo com o construtor Osvaldo Santos, que ajuda a perceber as razões, o tráfico de influências dominou os negócios nos últimos anos.

"Aqui em Benguela taparam-nos os olhos e ... nós como empresa ficamos três anos sem uma obra. Tal como muitas outras, deixámos de ir a concursos públicos. Quem distribuía as obras eram os

governadores", explica Santos, que fala em "relutância por parte do Executivo".

Outro empresário, Pedro Ngala, por sinal funcionário do Governo, diz que não caiu na cilada porque já estava à espera de uma situação como esta.

"Sabíamos que as coisas não eram feitas mediante o que é legal. Por isso não caímos nesta armadilha, haverá consequências", alertou.

6.9 Nova Vida, velhos problemas

Jornal O PAÍS

9 De Abril de 2018

Texto: Olímpio Pio

Caro director do jornal O PAÍS,

Saudações para si e para todos os jornalistas da vossa equipa.

Quando surgiu, por ser um dos primeiros projectos habitacionais com qualidade desde a independência, a urbanização Projecto Nova Vida era qualquer coisa de especial, era um privilégio morar aqui, mesmo com casas com cobertura metálica e que obrigam a ter o ar-condicionado permanentemente ligado, por causa do calor. Mas isto do calor até já se sabe que plantando árvores nos quintais já se pode aliviar.

Era um projecto bom. Aliás, nalguns sítios começa já a ter aspecto de bairro. Ei explico: bairro como os bairros antigos de Luanda, onde as pessoas se conhecem e partilham alguns hábitos, apesar de o Nova Vida ainda ser um dormitório, por que tem poucos serviços no seu interior.

Contudo, acho que com o tempo estas coisas amadurecem, todos os bairros passam por este processo antes de terem a sua própria identidade.

Mas o Nova Vida tem um problema que identifica Luanda toda, até Talatona, a tal zona de luxo. Falo dos buracos nas vias. Quase já não há uma só rua sem buracos.

Hoje já é difícil circular pelo Nova Vida, parece a estrada que vai de Luanda até Benguela. São demasiados buracos. Algumas ruas já são crónicas, outras, passa-se por elas num dia e está tudo bem, e no dia seguinte já está esburacada.

O pior é que há buracos que estão a crescer e nada se faz. Parece que é mesmo sina dos angolanos conviver com ruas esburacadas. É uma vergonha.

6.10 “Centralidades não deram respostas às necessidades”

Jornal Economia e Finanças

13 De Abril de 2018

Texto: Mateus Cavumbo

Rafael Aguiar anunciou que vai abandonar no decurso deste ano, a organização juvenil da CASA-CE, para se dedicar à academia e outros projectos pessoais, deixando para atrás, os 31 anos inclinados a acções de desenvolvimento da juventude em Angola. Em entrevista ao Jornal de Economia & Finanças, a propósito do Dia Nacional da Juventude, a assinalar amanhã em todo o país, o também activista e investigador disse que o sonho dos jovens angolanos já anda adiado há bastante tempo. Acusa o Governo de não dar resposta eficaz e eficiente às preocupações prementes que permitam à Assembleia Nacional fiscalizar a execução do OGE e operar os mecanismos de monitorização da execução do Plano de Desenvolvimento da Juventude.

O Plano Nacional de Desenvolvimento da Juventude toma-se de facto um instrumento de inclusão social e de promoção da democracia participativa dos jovens?

Um plano nacional não vale apenas pelo seu conteúdo, mas sobretudo pela sua operacionalização. Enquanto plano no papel, teve a contribuição de uma franja significativa da elite juvenil. Nesta dimensão, houve a inclusão de alguns e não participação de outros como, por exemplo, os revús. Quanto à sua execução, mantém a exclusão da grande maioria dos jovens que não fazem parte da elite da JMPLA, sobretudo no acesso ao crédito e outros bens sociais.

Acha que os grandes desígnios perseguidos pelas entidades nacionais têm facilitado a inserção dos jovens no mercado de trabalho e melhorado a sua qualidade de vida?

Sabe que temos dificuldades de acesso a dados estatísticos sobre os indicadores sociais. Todavia, os últimos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), de organismos internacionais credíveis e de alguns centros de estudo e jornais vocacionados à pesquisa em questões económicas, indicam que a taxa de desemprego aumentou, além do poder de compra dos poucos jovens que têm rendimento financeiro, tornando mais difícil a vida, ou seja, o acesso a cuidados médicos e medicamentosos em quantidade e qualidade continuam deficitários. Apesar de ter aumentado a população estudantil, nos últimos cinco anos, os jovens que estão fora do sistema de ensino involuntariamente estão a aumentar a cada ano; as casas das centralidades são uma gota no oceano face à necessidade dos jovens. Em suma, a vida dos

jovens, empregados e desempregados, a cada ano, é mais difícil em relação ao ano anterior.

Os instrumentos e mecanismos desenhados pelo Governo têm dado resposta rápida e eficaz às preocupações da juventude?

Seria bom dizer o contrário, mas infelizmente não! Porque os principais problemas dos jovens, como o desemprego, habitação, acesso à escola e ao ensino de qualidade, oportunidade de obtenção de crédito para gerarem, eles mesmos emprego, não têm sido resolvidos a Governo não quer ser ajudado a dar resposta eficaz e eficiente às preocupações, porque não permite à Assembleia Nacional fiscalizar a execução do OGE e tornou inoperante os mecanismos de monitorização da execução do Plano de Desenvolvimento da Juventude.

Até que ponto o Fórum Nacional da Juventude foi uma verdadeira demonstração de maturidade por parte dos jovens angolanos?

Neste fórum, houve de facto convivência na diferença e isso foi positivo e deve ser encorajado. Todavia, o referido fórum, sinceramente, não superou as verdadeiras diferenças que separam a juventude angolana, nomeadamente: a partidarização das instituições públicas, mormente, o associativismo juvenil estudantil, o Dia da Juventude angolana, a inclusão social, a intolerância política, apesar de ter baixado de intensidade em algumas zonas e noutras não, as desigualdades sociais e as assimetrias regionais. Deveríamos transformar este fórum num ponto de partida ou referência para irmos mais longe.

Parece que o slogan do ex-presidente da República de Angola “o futuro está nas vossas mãos e contamos convosco!” lançado em 2013 toma-se numa miragem?

Não é de todo uma miragem, pois, se de um lado, não se pode ter futuro nas mãos e administrá-lo sem meios para o efeito, do outro, os jovens devem tomar iniciativas criativas e empreendedoras que lhes permitam apropriarem-se do presente para conduzirem as suas vidas hoje, só assim terão o futuro nas mãos. Contrariamente ao que os mais velhos de todas as latitudes dizem, na verdade, o futuro é e será sempre o presente bem construído. O futuro não cai do céu, constrói-se no presente e os jovens têm uma palavra a dizer, apoiando-se na experiência dos mais velhos que devem abrir alas para os jovens passarem, hoje e não amanhã, senão não haverá futuro!

A juventude angolana ainda enfrenta vários desafios. Acha que falta oportunidades ou as políticas juvenis

não vão de encontro com as expectativas dos visados?

Nós participamos na elaboração de políticas e de documentos jurídicos. Se a solução dos problemas de Angola dependesse de bons documentos políticos, administrativos e jurídicos, com a devida ressalva, à constituição atípica e ao OGE irrealista, Angola seria um paraíso. Como a solução dos problemas depende sobretudo da capacidade, rigor e moral na execução de políticas públicas, então entende-se porque Angola vai-se tornando, dia-a-dia num pesadelo para os seus filhos, não obstante o ar fresco que o novo Executivo quer imprimir, pois, são todos farinha do mesmo saco.

Dá-se a impressão de que a experiência e a capacidade económica da banca e dos grupos empresariais devem contribuir para uma melhor orientação das prioridades, da escolha dos sectores económicos e dos projectos de investimento dos agentes económicos e dos jovens?

Penso que sim, mas acabe-se primeiro com a forte promiscuidade dos mercados económico, político e cívico. Esta situação dos principais actores do mercado político serem os mesmos do mercado económico, retira a racionalidade, visão, vocação e agilidade socioeconómica para investimento e desenvolvimento do país, porque quando uma mesma pessoa ou partido político é que aprova a lei sobre o negócio que é dele, em caso de conflito, quem dita a sentença também é ele e não levará o país a lugar nenhum.

Que políticas devem ser traçadas para potenciar os jovens nessa fase de crise económica e financeira que o país atravessa?

Deve-se ter em conta medidas de natureza estrutural e funcional. Primeiro, nesta fase, deve-se acelerar uma reforma do Estado que corresponda com a nova Angola, priorizando de forma séria, responsável e patriótica, as autarquias locais. É uma oportunidade de as próprias comunidades assumirem os destinos das suas vidas e dos problemas das suas comunidades e como um momento de transição do poder da geração da Independência para a nova geração. Em segundo lugar, deve haver coragem, apesar da necessidade de atender o nosso passivo comum criado pelas guerras colonial e civil e pelos vícios da governação, investir na saúde, educação, na hotelaria e turismo e na indústria. Em terceiro lugar, é urgente libertar a criatividade, empreendedorismo, arrojo e a ambição positiva dos angolanos, despartidarizando as instituições, as mentes e apostar no mérito. Posteriormente, deve-se aplicar medidas de carácter funcional.

Até que ponto o auto-emprego e empreendedorismo juvenil têm ajudado no desenvolvimento das capacidades intelectuais dos jovens?

O empreendedorismo que não deve continuar apenas como uma “moda discursiva” tal como a “diversificação económica” ajuda alguns jovens a expandirem e cultivarem mais conhecimento e experiência. Para a maioria dos jovens, o auto-emprego tem sido uma aventura que gera pesadelos, em função da falta de apoio estrutural, sobretudo em relação a crédito bancário e monitorização da execução dos projectos. As autoridades, para uns não querem saber se os projectos vão bem ou mal e para outros, só estão preocupados em punir fracassos. Todavia, o auto-emprego deve ser encorajado e apoiado pelo Estado, com prémios, para os mais capazes.

Registos indicam que em Angola mais de 100 mil jovens foram atirados para o desemprego desde 2014. Quer comentar?

Não faltam políticas públicas para o efeito, pois elas existem. Falta a mudança de regime e cultura governativa. Como o tempo é o grande mestre, os efeitos nas mentes dos angolanos, serão sentidos com uma mudança de Presidente, embora com mesmo partido indica que se houver mudança de regime, o país desenvolve.

O Projovem foi um fracasso ou acha que deve ser melhorado?

Para pessoas como nós, que enveredamos pela objectividade, é difícil dizer se há fracasso ou não. A verdade é que não há relatórios regulares e credíveis e não há monitorização da execução das políticas públicas em Angola. Tenho dúvidas de que os principais protagonistas do Projovem saibam em que estado está este plano. Antes de ser melhorado ou não, deveria fazer-se um diagnóstico profundo, real, sério e científico de todos os anos virados para a juventude, apurar o seu estado, corrigir e melhorar o que for necessário, tal como a ministra da Juventude e Desportos está a fazer, mal ou bem, em relação ao sector dos Desportos.

Que opinião tem de jovens nomeados para funções de responsabilidade no Estado e no Governo. Na sua óptica, têm correspondido às expectativas criadas?

É um grande desafio quer a nível de partidos políticos, do Governo e de outras instituições, pois recebo reclamações de que os jovens que merecem oportunidades nem sempre têm estado à altura das expectativas. Eu costumo dizer aos jovens, de todas as latitudes político-partidárias, e partidários que

quando recebem uma oportunidade de exercer um cargo de relevo, recebem uma chave que abre ou fecha oportunidade de promoção social de muitos outros jovens. É assim que eu desempenho as minhas missões e tarefas quer na política, na academia, quer na sociedade. Há muitos jovens responsáveis exemplares, quer no Governo, nos partidos políticos, no empresariado e nas Forças Armadas.

Até ao momento, registam-se mais jovens a desencaminhar recursos do Estado, como por exemplo o ex-administrador da AGT e existem mais processos em curso. O que tem a comentar?

Em quase todas as organizações há tendência de se acusar e mediatizar os supostos erros dos jovens, antes mesmo de se ter certeza, e quando se observa que os jovens não erraram não há um pedido de desculpas. Falo de experiência própria. Há jovens que querem seguir a moda de alguns mais velhos em Angola de roubarem o dinheiro do Estado, de negociarem debaixo da mesa a divisão de dinheiros e favores para benefício pessoal e familiar e esquecem que quando se trata dos mais velhos tudo termina em conversas embaixo da mesa. Está errado. Deve-se mediatizar e levar a sério todos os casos de imoralidade, corrupção e violência perpetrados quer por jovens como por mais velhos.

Como encara os jovens gestores públicos que delapidam o Estado, caso do ex-governador do BNA e do ex-presidente do Fundo Soberano de Angola?

Olha, as pessoas têm receio de dizer a verdade, quando alguém cai nas supostas malhas do dopping. O Walter Filipe é meu amigo, trabalhamos juntos, na década de 90, em alguns projectos sociais muito antes de ser governador do BNA. Se se confirmar o que oiço, direi que ele mudou muito. Era, porque há muito não falamos, um jovem católico bem educado, rigoroso e com conduta moral acima da média. O ex-presidente do Fundo Soberano não conheço pessoalmente. Considero, além do suposto erro deles, que não foram ajudados a levarem a cabo bem as suas responsabilidades. Num país onde a maioria dos mais velhos rouba impunemente, colocar jovens à frente de instituições financeiras tão importantes sem monitorização e ajuda permanente é também um erro! Quantos milhões já foram roubados antes destes? Onde está a responsabilidade dos mais velhos nisso tudo? Ninguém quer saber! Defendemos tratamento igual para todos. Além das sanções segundo a lei que apoiamos, que haja também um prémio a jovens com bom exemplo, com um estímulo significativo para contrapor esta tendência.

Como apreciou a peleja entre o actual PCA da Sonangol e a empresária Isabel dos Santos ex-gestora,

por sinal jovem, sobre a gestão da maior empresa do Estado?

A variável chave aqui não é a idade cronológica das pessoas. Se fosse eu a substituir a engenheira Isabel dos Santos na Sonangol, depois de tomar as pastas iria fazer um diagnóstico prévio. Se encontrasse irregularidades, chamaria a senhora Isabel dos Santos lhe poria ao corrente e informaria que vou encaminhar a situação às instituições afins e eu me concentraria na tarefa de reedificar a Sonangol e pó-la ao serviço do desenvolvimento da Nação. O mesmo recomendaria à engenharia Isabel dos Santos quando assumiu a Sonangol. Caberia aos órgãos afins divulgarem os factos depois de apurados. Em Angola está a ocorrer uma crise de racionalidade e de coerência: a mesma coisa quando se faz a um aplaude-se e quando se faz a outra pessoa reprova-se, inclusive entre a massa crítica, intelectual e estudiosa. Não deve haver dois pesos e duas medidas neste capítulo.

O CNJ tem aconselhado os jovens a investirem nas suas competências e tornarem-se bons profissionais para que possam merecer a confiança das entidades empregadoras. Não acha que os jovens são atirados à sua sorte?

O CNJ tem alguma vontade de ajudar os jovens, mas não tem apoio do Executivo e não dispõe de meios. Por isso é, tal como quase todas as organizações juvenis “pregador no deserto”. Só este facto reforça a ideia do abandono dos jovens. Para o Executivo, os únicos jovens são apenas a elite da JMPLA. Só estes merecem estar no Conselho da República, nas direcções das escolas, hospitais e outras instituições públicas. Na verdade, os jovens foram e continuam a ser, no essencial, apenas carne de canhão, lenha para fogueira, luvas de boxe. Na hora da colheita e distribuição que foi ganho com suor, não são tidos nem achados.

Defende igualmente que a nova Lei Geral de Trabalho não protege efectivamente o emprego jovem em virtude de se tratar de uma população com necessidades específicas que, além de precisar consolidar experiências e conhecimento, vive uma fase de superação sobre os seus limites e sonhos?

Anova Lei de trabalho consolidou o tipo de sociedade que se quer em Angola: capitalista exploradora, até a exaustão da massa trabalhadora, jovem ou não. Esta Lei deu demasiado poder à entidade empregadora, no dia a dia laboral e sobretudo em casos de conflito laboral. Por exemplo, à luz da actual Lei Geral de Trabalho, se o empregador quiser despedir um trabalhador que ficou uma semana doente em casa, pode fazê-lo, a coberto da lei. Há outras cláusulas que

indicam claramente a promiscuidade de que . já falei entre o mercado político, judicial e económico, pois, parece que aquela lei foi elaborada apenas pela entidade empregadora. Os apelos das centrais sindicais, incluindo a UNTA, foram completamente ignorados. Se não houver antecipação da acção do Executivo, resta-nos esperar pelas manifestações que ela vai gerar para haver sensatez! De forma. gera I, precisamos de mudança de cultura governativa, através da mudança de actores governantes!

Muito obrigado pela oportunidade e encorajo esta nova postura da Edições Novembro em que inclui o Jornal de Angola e o Jornal de Economia & Finanças. Que Deus abençoe Angola e os angolanos.

6.11 Burlados do caso «Build Angola» inconformados com o silêncio do Presidente da República

Novo Jornal

13 De Abril de 2018

Texto: Dulcineia Lufua

Cidadãos que viram burladas as suas moradias, alegadamente pela construtora brasileira Build Angola, aguardam por uma resposta do Presidente da República, João Lourenço, para uma possível intervenção no caso que remonta a quase uma década e envolve cerca de dois mil cidadãos angolanos.

No mês de Fevereiro, os lesados escreveram ao Presidente da República solicitando uma intervenção «superior», “porém o silêncio continua a ser resposta” para o desalento dos cidadãos, que, apesar de não usufruírem das moradias, garantem que continuam a pagar os empréstimos contraídos nos bancos para a aquisição da casa própria, num total de 540 habitações.

As vítimas desejam ser ouvidas pelo chefe de Estado, a quem solicitam uma audiência para o esclarecimento da “gigantesca burla”, orçada em mais de 400 milhões de dólares, resultantes do adiantamento para a aquisição da casa própria, no âmbito do projecto Bem-Morar.

Segundo apurou o Novo Jornal de fontes ligadas à Comissão Instaladora dos lesados, várias outras cartas foram remetidas à Assembleia Nacional, Provedoria de Justiça, ao Governo da Província de Luanda e à Direcção Nacional de Investigação e Acção Penal (DNIAP) da Procuradoria-Geral da República (PGR), mas sem sucesso.

“No início, algumas pessoas foram ouvidas na DNIAP, mas o possesso de auscultação parou sem

sabermos o porquê. Esperávamos que a instituição desse sequência ao assunto, mas, infelizmente, já lá passam oito anos e a DNIAP não diz nada”, contaram os lesados.

Os cidadãos que revelam terem investido toda a sua poupança no sonho da casa própria vivem agora “verdadeiros pesadelos”, entre os quais a desestruturação familiar, provocados pela “mega burla”. “Continuamos a pagar os empréstimos que contraímos com as instituições bancárias para pagar os imóveis de que nunca chegaremos a tomar posse. Fruto dessa mega burla, muitas famílias ficaram desestruturadas e outras passaram a viver em casas de renda”, lamentaram os interlocutores, que falam mesmo em mortes de confrades por conta da situação.

“Perdemos entes queridos, que, desgostosos com a situação, apanharam trombose e morreram, outros ficaram incapacitados para sempre. Alguns estão traumatizados e vivem stressados como se fossem loucos, uma maioria tornou-se alcoólatra. O grande objectivo era somente comprar residências para melhorar a nossa condição de habitabilidade e realizar o sonho da casa própria, mas infelizmente os gatunos destruíram as nossas vidas”, lamentaram as vítimas.

6.12 Imogestin desmente vendas

Jornal Economia e Finanças
13 De Abril de 2018

A Imogestin informou ser falso o documento posto a circular nas redes sociais sobre o início de vendas de casas na centralidade do Lobito, província de Benguela, por esta imobiliária.

De acordo com uma nota enviada esta semana à Angop, é falso o suposto documento nº 061/18, alegadamente emitido pela Imogestin e que tem o logótipo da empresa, assim como o carimbo usado nesta instituição.

Tal documento indica que o início de venda de casas decorreria de 01 a 10 de Abril deste ano, “O documento em referência é falso, pelo que desmentimos categoricamente o início das vendas ou qualquer outro projecto habitacional do Estado sob nossa gestão”, lê-se na nota oficial da imobiliária.

A Imogestin refere que a comercialização de habitações dos projectos habitacionais do Estado na venda livre ao público é feita por intermédio do seu portal de candidaturas (www.imocandidaturas.co.ao).

O início da comercialização, na modalidade acima referida, será feito tão logo haja condições para o

efeito, visto que a imobiliária fará a comunicação através dos órgãos de comunicação social.

A Imogestin é uma empresa dedicada ao negócio da promoção, mediação e gestão de empreendimentos imobiliários, comprometida com a sustentabilidade dos projectos e a forma como estes impactam a vida dos clientes e das comunidades onde a empresa trabalha. No domínio dos serviços de mediação imobiliária, a Imogestin, por intermédio do Fundo de Activos para o Desenvolvimento Habitacional (FADEH), está envolvida nos Projectos Habitacionais do Estado, nomeadamente o Nova Vida e as centralidades. Relativamente à promoção imobiliária, a empresa tem uma carteira de projectos detidos exclusivamente pela sociedade, os projectos próprios, e outras parcerias com outros investidores parceiros, os projectos participados.

6.13 Mais casas são erguidas no Cunene

Jornal de Angola
14 De Abril de 2018

Ao todo, 511 habitações, das 600 previstas no âmbito do programa de fomento habitacional, foram construídas na província do Cunene, refere um comunicado da Direcção Provincial do Ordenamento do Território, Urbanismo e Ambiente.

As residências foram erguidas em seis municípios, em cada um dos quais está prevista, a construção de 200.

As 511 casas do tipo T3 estão, na maioria, habitadas por funcionários públicos dos municípios do Curoca, Cuanhama, Namacunde, Cuvelai, Ombadja e Cahama.

O programa de fomento habitacional encontra-se na última fase. Na região decorrem várias acções para melhorar a qualidade de vida da população.

Das obras sobressaem ma as dos sectores da Saúde, Educação, bem como melhoria das vias de acesso às comunidades.

6.14 Moradores da Centralidade contra as cobranças injustas

Jornal de Angola

19 De Abril de 2018

Texto: João Constantino

Muitos moradores da nova Centralidade do Cuito estão agastados com o estado das casas, devido à penetração das águas da chuva, assim como com a dupla cobrança de serviços da Empresa de Águas e Saneamento do Bié.

Em alguns casos, os moradores, para verem a situação resolvida, têm de esperar cinco dias ou mais para liquidarem as facturas de água, pois, são obrigados a pagar também a taxa de lixo doméstico, fixada em 2.500 kwanzas. O mais preocupante é terem de pagar duas vezes a factura da água. Paga -se pelo consumo 1.740 kwanzas por mês, mais 1.595 pelas águas residuais.

Antónia Chissoti, funcionária pública e moradora na centralidade, diz ser inadmissível pagar duas vezes pelo mesmo serviço. “Isso, é absurdo”.

Por seu lado, o responsável da área comercial da Empresa de Águas e Saneamento do Bié, José Pacato, argumentou que os habitantes da Centralidade do Cuito pagam duas vezes a água, por haver uma estação de tratamento de águas residuais.

“Por existir na centralidade uma estação de tratamento de águas residuais, os clientes pagam pelo consumo e pelo tratamento das águas residuais. Reconhecemos que não os alertamos para esse facto, embora conste no contrato que celebraram connosco”, disse.

Questionado se é correcto pagar duas vezes pelo mesmo serviço, no caso do consumo de água, respondeu que não cabe à Empresa de Águas e Saneamento rever a situação nem a corrigir. “Os próprios clientes têm o direito de fazer as reclamações”, justificou-se José Pacato.

Quanto ao mau estado de algumas moradias, Agostinho da Silva afirmou que na sua casa entra água da chuva pelo tecto, janelas e pelos disjuntores eléctricos. “Vivemos uma situação de perigo iminente”.

6.15 Aldeamento Kikuia no Bengo paralisado há dois anos

Jornal O PAÍS

20 DE Abril de 2018

Texto: Milton Manaça

A construção do Aldeamento Kikuia, na comuna do Quicabo, na província o Bengo, encontra-se paralisada há dois anos por falta de financiamento, segundo constatações feitas, ontem, por uma delegação do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher e do Governo Provincial.

São no total 100 residências da tipologia T3, que estavam destinadas aos camponeses vulneráveis daquela zona, no âmbito do projecto de combate à fome e à pobreza, inicialmente sob alçada do Ministério do Comércio.

A intenção era criar um aldeamento com todas as condições de empregabilidade, tais como estufas agrícolas, 150 tanques de pisciculturas, centro de produção avícola e equipamentos sociais (escolas e centros de saúde).

Antes de ser inserido no aldeamento, o camponês beneficiaria de um cartão de crédito denominado cartão Kikuia, que já era distribuído em alguns pontos do país, mas que também não vingou.

Segundo o responsável da empresa construtora, Jesus Guardado, a obra está executada apenas em 30%, e das 100 residências construídas, estão concluídas menos de 40, que podem degradar-se com o tempo de inutilização.

A população local, ávida em receber as moradias, reclama da morosidade da conclusão das obras, como afirma a camponesa Maria da Silva. Moradora de Quicabo desde 2003, disse que desde a data da paralisação das obras, até o momento, não lhes foi dada nenhuma informação, realçando que a equipa directiva do Kikuia limitou-se apenas a cadastrar os nomes.

Da parte do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, que agora gere todos os projectos ligados ao combate à pobreza, falou o director nacional da Acção Social, André Nzinga, que promete fazer uma avaliação dos aldeamentos e as devidas correcções.

Questionado sobre a disponibilização de finanças para retomar as obras, André Nzinga não precisou, tendo realçado que a situação será estudada a vários níveis institucionais, para depois dar-se a competente resposta.

Para além do Quicabo, a ministra da Acção Social, Victória da Conceição e a governadora do Bengo, Mara Quiosa, visitaram também o Aldeamento do Ludy, situado a 15 km do Panguila, cujas casas já estão ocupadas, apesar de se terem registado alguns problemas que retrataremos nas próximas edições do jornal OPAIS.

6.16 Centralidade do Kilomosso recebe inquilinos em Julho

Jornal de Angola

21 De Abril de 2018

Texto: Joaquim Junior

As 110 mil habitações da centralidade do Kilomosso, arredores da cidade do Uíge, começam a ser vendidas no próximo mês de Julho, anunciou ontem a ministra do Ordenamento do Território e Habitação.

Segundo Ana Paula de Carvalho, a comercialização dos apartamentos está condicionada ao término das componentes de jardinagem, colocação de equipamentos sociais de apoio à nova urbanidade e outros detalhes técnicos em curso na empreitada.

A ministra, que falava no final da visita de trabalho que efectuou a Kilomosso, disse que estarão disponíveis na centralidade quatro modalidades de comercialização dos imóveis: a renda resolúvel, uma divisão de amortização que pode durar 25 anos, o sistema de pré-pago, o de pagamento de 50 por cento do valor total e o sistema de arrendamento.

Nos próximos dias a empresa responsável pela comercialização dos imóveis vai criar um gabinete de recepção dos processos. Depois, vai seguir-se a selecção através da avaliação das condições financeiras de cada candidato e daqueles que, eventualmente, já tenham adquirido casas do Governo.

Seluyeki Manuel, director provincial do Ordenamento do Território e Habitação no Uíge, informou que a centralidade está pronta para conceder condições condignas aos cidadãos locais, sublinhando que os 110 mil apartamentos de tipo T3 assim como pequenas lojas previstas para esta primeira fase estão concluídos. O conjunto habitacional do Kilomosso, disse o director, é servido por infra-estruturas, como sistema de captação, tratamento e distribuição de

água potável canalizada a partir do Rio Loge, com capacidade para 275 metros cúbicos por hora, com um reservatório de 3.500 metros cúbicos e uma torre de pressão de 200 metros cúbicos.

Tem ainda uma subestação eléctrica independente, alimentada por uma carga de 60 KW, vindo da subestação do Uíge I, numa linha de 17 quilómetros e um Poste Transformador (PT) com capacidade para 20 MVA. A centralidade já dispõe de iluminação pública, uma rede de drenagem de águas pluviais e residuais, que termina numa base com capacidade de 3.000 metros cúbicos para o tratamento de águas residuais.

Os futuros moradores vão dispor ainda de espaços de estacionamento de viaturas. O acesso à nova urbanidade está garantido por uma via asfaltada numa distância de cerca de quatro quilómetros, ligando a Universidade Kimpa Vita, o centro da cidade do Uíge e outros bairros periféricos.

O director avançou, igualmente, a construção em curso dos equipamentos sociais que vão apoiar a centralidade. Trata-se de duas escolas, um hospital e jardim infantil. A ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, garantiu sexta-feira, em Caxito, estarem criadas as condições técnicas e financeiras para o arranque, ainda este ano, do projecto habitacional da Açucareira, na província do Bengo.

A ministra fez este anúncio durante uma visita ao local onde vai ser erguido o complexo, que numa primeira fase compreende a construção de 212 habitações, que vão melhorar as condições sociais da população.

"O projecto habitacional, cuja primeira pedra foi lançada a 15 de Agosto do ano transacto, esteve em conflito entre dois ministérios, o que impedia o arranque das obras. Mas, ultrapassada a situação, já pode-se dar início aos trabalhos", disse.

Relativamente à zona das Mabubas, garantiu que já existe um plano de urbanização na reserva fundiária de 300 hectares, mas falta o financiamento para a sua execução.

Por sua vez, a governadora provincial, Mara Quiosa Baptista, considerou que a implementação do projecto habitacional demonstra a vontade do Executivo em continuar a melhorar as condições sociais da população em geral e, em particular, dos jovens para a aquisição de casa própria.

A primeira fase terá a duração de 17 meses e serão construídos 212 fogos habitacionais do tipo T3, dos

quais 152 em cinco edifícios de quatro pisos e 60 em dois edifícios de seis pisos.

O projecto inclui 12 lojas, equipamentos sociais, uma escola Primária, com seis salas de aula com capacidade para 600 alunos, posto de saúde e uma esquadra policial.

6.17 Filho do Ex-PCA da ENDIAMA acusado de ocupar e vender apartamentos no Zango 0

Jornal O CRIME

21 De Abril de 2018

Texto: Loide Costa

Segundo os pretensos proprietários legais dos apartamentos, depois de terem pago a primeira prestação, que corresponde a 1 milhão e duzentos mil kwanzas, a Sonip fez a entrega das chaves, bem como os documentos que legalizavam a venda dos imóveis em sistema de renda resolúvel.

Para a surpresa de todos, quando se preparavam para instalarem-se nos apartamentos, encontraram os imóveis já ocupados e estes alegam ter comprado ao filho de Carlos Sumbula e arrendado a outras pessoas ligadas ao regime.

Os proprietários recorreram à Sonip para buscar explicações sobre a situação e esta encaminhou o caso para a Procuradoria Geral da República para a reposição da legalidade.

Em anonimato, um funcionário público, que adquiriu um apartamento T3 nesta centralidade, admite que a PGR, no município de Viana, tinha o caso sob controlo e deteve alguns moradores ilegais, mas, passado algum tempo, o PGR, ao nível central, ordenou o cancelamento do caso e a soltura dos detidos.

A outra - também desesperada quanto ao pronunciamento da PGR - alega que o caso foi abafado por se tratar de pessoas conhecidas no aparelho do Estado e do partido no poder, porque, segundo ela, além do filho de Carlos Sumbula, há outros' nomes ocultados pela PGR

Disse que diante disso, a Sonip não encontrou soluções para os compradores legais, volvidos dois anos, pelo que diz não poder fazer nada, senão aguardar a decisão da PGR

Os mesmos dizem estar numa situação de desespero, porque a PGR, até aqui, não dá qualquer satisfação

quanto à situação, e os apartamentos começam já a apresentar estado de degradação.

Eles pedem a resolução do problema o mais breve possível, para que não volte a acontecer incidentes já registados em tempos, envolvendo proprietários legais e ocupantes, num cenário de justiça por mãos próprias.

O antigo vice-presidente da República, Manuel Vicente, o antigo chefe da Casa Militar do ex-PR, Manuel Hélder Vieira 'Kopelipa', e "outros grandes do MPLA" têm prédios na centralidade que também foram ocupados, mas retiraram os ocupantes com rapidez.

"O que nos espanta é que na mesma centralidade existem prédios do ex-vice-presidente da República, Manuel Vicente, e outros tubarões do MPLA, que também foram ocupados, mas os ocupantes foram retirados dos apartamentos com urgência e, hoje, os prédios encontram-se vazios e com segurança armados" disseram.

Nesta situação, segundo apurou 'O Crime', encontram-se mais de 100 cidadãos com o contrato e chave em mão, mas com as casas ocupadas.

Os proprietários apelam às autoridades competentes a repor, o mais breve possível, a legalidade dos factos, pois estão aflitos, uma vez que muitos tiveram de vender bens pessoais para fazer o pagamento dos 1 milhão e duzentos mil kwanzas, para se verem livres das casas de renda.

Outro facto que chama atenção neste caso é que a maior parte dos apartamentos estará em renda, porque assim esses ocupantes quiseram, revertendo assim os valores para si.

6.18 Moradores do "Treme-Treme" recusam-se a ir para o KM44

Jornal de Angola

23 De Abril de 2018

Texto: Rodrigues Cambala

Os moradores do prédio número um da Rua Rainha Njinga, vulgarmente conhecido por "Treme-Treme", recusam a ser realojados na urbanização Quilómetro 44, localizada no município de Icolo e Bengo, por falta de transparência no processo e de condições na zona.

Geovane Victor, morador há 30 anos, disse que a contestação está a ser feita por habitantes do prédio e não por marginais.

“Queremos que o processo seja transparente, porque está viciado e com critérios pouco claros”, apontou Geovane Victor, afirmando que a comissão de moradores não está interessada em resolver o problema da maioria dos moradores e o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação quer desalojar sem um diálogo aprofundado.

Ao lamentar “a falta de transparência no processo de realojamento”, Geovane Victor explicou que “a posição de quem vive no prédio deve-se ao facto de apenas os membros da comissão de moradores, familiares e amigos constarem da lista dos que vão ser transferidos para a centralidade do Cazenga”.

Das 250 famílias, o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação pretende transferir 50 para a centralidade do Cazenga e as demais para o Quilómetro 44, urbanização localizada junto ao novo aeroporto internacional de Luanda, ainda em construção.

“Gostaríamos de perceber como foi feita a selecção e a verdade é que nem o Ministério nos consegue explicar”, declarou Geovane Victor.

A recusa dos moradores seleccionados para viver no Quilómetro 44 aumentou depois de alguns terem visitado há dias, a urbanização, onde constataram não haver escolas do ensino secundário e médio nem estabelecimentos de saúde.

“Há apenas uma escola do ensino primário”, acentuou Geovane Victor, admitindo que, caso a transferência para aquela urbanização aconteça, os jovens podem parar de estudar, uma vez que não vão poder ir à escola no centro da cidade por falta de transporte e dinheiro.

Aborrecido pela forma como o processo está a ser conduzido, Geovane Victor defendeu que “todos os moradores deviam ser alojados num único local”. Os moradores estão a criar uma nova comissão para dialogar com o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, colocando fim ao trabalho da anterior que, segundo eles, negociava para benefício próprio e dos seus familiares.

Geovane Victor referiu que, nesta altura, o grupo de moradores insatisfeitos já constituiu um advogado, que vai ajudar nas negociações com o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação.

Os moradores garantem que “na lista há nomes de pessoas estranhas, que não residem no prédio”.

“Presumimos que haja algum esquema, mas vamos lutar até ao fim, até que reconheçam a legitimidade da nossa contestação”, afirmou Geovane Victor, que

disse esperar por novas negociações com o Governo sem mais a presença da anterior comissão.

Há 11 anos a viver no prédio, Adérito Fernandes disse que a palavra “relojamento” é ouvida há mais de 20 anos e que “a actual comissão de moradores nunca foi eleita”.

O morador lembrou que o edifício não é do Estado, mas da SICCAL, que nunca enviou um interlocutor para dialogar com os moradores.

“O edifício não mexe e nunca apresentou sinais de desabamento”, salientou Adérito Fernandes.

Adérito Fernandes afirmou que “a selecção de 50 das 250 famílias abrangidas no processo de realojamento para a centralidade do Cazenga” demonstra haver exclusão:

As reuniões anteriores com o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, de acordo com Adérito Fernandes, nunca abordaram a possibilidade de alguns ficarem alojados na centralidade do Cazenga e outros no Quilómetro 44.

Inicialmente, conta, foram mencionadas as centralidades Zango Zero, Oito mil e Quilómetro 44, mas a última das quais foi recusada pelos moradores, devido à distância e à falta de condições.

“Na altura, o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação alegou que as casas do Zango só estariam prontas dentro de oito meses e nós dissemos que poderíamos esperar”, frisou Adérito Fernandes.

Já Giresse Luvaca, há mais de trinta anos no prédio, admitiu que a lista, apresentada pelo Ministério, tenha sido produzida em conjunto com a comissão de moradores, que privilegiou alguns em detrimento da maioria.

Os moradores informaram que nunca lhes foi apresentada uma data para o desalojamento, mas ouviram pela comunicação social que pode vir a acontecer em Maio.

“Não é verdade que os moradores não querem sair. O que acontece é a falta de transparência, além das dificuldades que os moradores vão ter no Quilómetro 44”, disse Giresse Luvaca.

O morador Yuri Manuel declarou que estão conscientes dos problemas do edificio, que não podem ser mencionadas como a razão para os moradores serem transferidos para uma área distante da cidade de Luanda, prevendo que os que não têm

carro próprio venham a desistir de estudar e trabalhar.

6.19 Urbanização da Marconi pronta para os primeiros inquilinos

Novo Jornal

26 De Abril de 2018

Texto: D.L

A urbanização da Marconi, construída na zona adjacente à Refinaria de Luanda, começa a receber os primeiros inquilinos nos meses de Maio e Junho. A informação foi prestada, esta semana, pelo director do Gabinete Técnico de Reconversão urbana do Cazenga e Sambizanga, Bento Soito. Estima-se que, inicialmente, cerca de 300 famílias serão contempladas com as moradias.

O responsável explicou que se registaram alguns atrasos no processo de realojamento, que estava previsto para o mês de Fevereiro. O atraso, segundo Bento Soito, deveu-se a alguns trabalhos que decorriam naquela urbanização.

“Tendo o Ministério da Construção concluído com os trabalhos, pensamos nós que já estamos em condições de realojar as famílias”, explicou.

O também arquitecto informou ainda que já está constituída uma comissão para o ordenamento do pessoal e “pensamos que nesse segundo semestre já será possível concretizar o processo de entrega de moradias aos munícipes que se encontram na área de intervenção para obras”.

Recorde-se que as obras da urbanização da Marconi tiveram início em 2014 e visa a reconversão urbana do município.

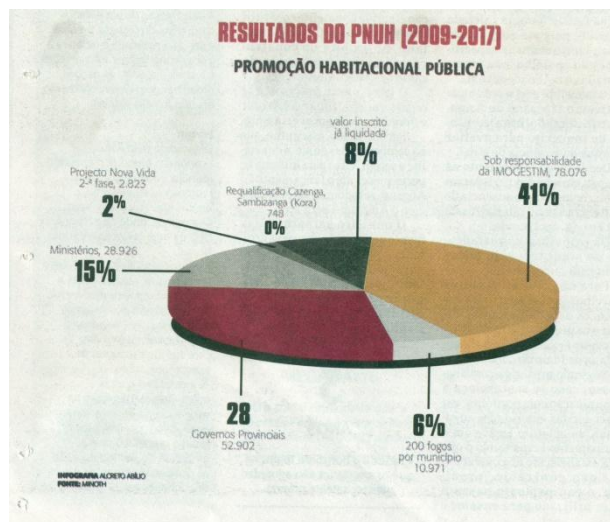
O projecto tem capacidade para acolher 2.800 famílias, que vão ocupar 468 apartamentos em 74 edifícios, construídos no âmbito do projecto de requalificação do distrito urbano do Sambizanga. Entre os apartamentos, destacam-se os T2 e T3. A urbanização conta também com duas escolas, sendo uma do ensino primário e outra do ensino secundário.

Erguida numa área de 20 hectares, equivalente a 20 campos de futebol, a nova urbanização tem também 24 lojas, instalações do Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão (SIAC), além de uma estação de tratamento de água.

A urbanização da Marconi está implantada num espaço onde funcionava um antigo centro de

comunicações, que foi extinto para dar lugar a edifícios modernos.

O projecto foi inaugurado no ano passado pelo ex-Presidente José Eduardo dos Santos, que, na ocasião, procedeu à entrega simbólica de chaves aos primeiros beneficiários do Projecto de Reconversão Habitacional da Marconi, que antes pertenceu ao município do Sambizanga.



6.20 Habitação dá primazia a projectos com financiamentos garantidos

Jornal Economia e Finanças

27 de Abril de 2018

Texto: Adérito Veloso

O Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, no âmbito da execução do Plano Intercalar do Governo (Outubro de 2017 a Março de 2018) dedicou especial atenção aos projectos estruturantes com financiamentos internos e externos garantidos.

Um documento a que o TE teve acesso refere que os projectos foram desenvolvidos tendo em vista a disponibilização de terrenos infra-estruturados, a construção de infra-estruturas externas das centralidades ou urbanizações com habitações concluídas e sem condições de habitabilidade, a fim de se retomar o processo de comercialização.

Durante este período, foram elaborados estudos e projectos para as infra-estruturas externas das urbanizações daquelas províncias que ainda não foram beneficiadas da construção de centralidades.

Neste período foram vendidos 279 imóveis, ao abrigo da Lei nº 10/91, de 25 de Maio, e celebrados 549

contratos de arrendamento, sendo 280 no campo da acção do património imobiliário do Estado e 269 no âmbito do subprograma dos 200 fogos por município.

Das acções consta a comercialização das primeiras unidades das 584 e 570 habitações disponíveis, respectivamente, nas centralidades de 5 de Abril e Praia Amélia, na província do Namibe.

Procedeu-se igualmente, à entrega das primeiras unidades habitacionais das centralidades do Lobito, num total de 653 disponíveis e Baía Farta (357 disponíveis), na província de Benguela e Cazenga (280 disponíveis), em Luanda.

Na primeira quinzena de Março, revela a fonte, teve início o processo de comercialização das primeiras unidades dos 172 apartamentos com a tipologia T3, disponíveis na centralidade do Andulo, no Bié.

Infra-estruturas integradas Durante esta fase, o sector prosseguiu com a construção das infra-estruturas integradas da cidade do Lubango, na Huíla, bem como a conclusão das obras de construção das infra-estruturas externas das centralidades e urbanizações do Andulo, Bié, 5 de Abril, Praia Amélia (Namibe) e Baía Farta (Benguela).

Continuam as obras de construção das infra-estruturas externas das seguintes centralidades e urbanizações: do Luhongo e Lobito em Benguela, Km 44, Zango o, e Zango 8000, em Luanda e Capari, no Bengo, além da Quilemba no Lubango, sob gestão da empresa Imogestin e Quilomoço no Uíge, com a gestão da construtora Kora-Angola.

Foram concluídos e entregues os estudos e projectos para a construção das infra-estruturas externas da urbanização do Tucuve, na província do Cuando Cubango.

Está em curso a elaboração de estudos e projectos para construção das infra-estruturas externas das centralidades da Açucareira, na província do Bengo, Cazengo (Cuanza Norte), Saurimo(Lunda Sul), Carreira de Tiro (Malanje), Mbanza Kongo (Zaire) e Ekuma (Cunene) e para a construção de infra-estruturas integradas em Cacucaco (Luanda), no âmbito do programa de combate à pobreza e desenvolvimento rural foram disponibilizados terrenos infra-estruturados e legalizados às famílias que pretendem construir casa própria em regime de auto-construção dirigida.

Neste plano foram concluídas as obras de infra-estruturação da reserva fundiária da Muxima, no município da Quissama, Luanda, estando disponíveis 25 hectares, correspondentes a 165 lotes. As

obras do Zango (Luanda), com um nível de execução de 75 por cento e que, por razões financeiras, estão paralisadas, permitem o acesso a 30 hectares, isto é 139 lotes.

Em tratamento e concertação com o governo provincial de Luanda, a entrega de 229 lotes de terreno em Calomboloca, município de Icolo e Bengo.

Por seu turno, a reserva fundiária da Catapa (Uíge), a única com obras em curso, liberará em finais de Julho do corrente ano, 45 hectares, equivalentes a 156 lotes.

Gestão fundiária

A fonte destaca que no domínio do ordenamento fez-se a apresentação do "Master Plan" da urbanização do Cazenga, bem como os Planos Directores Municipais (PDM) de Viana e Quissama e o diagnóstico sobre o Estado do Ordenamento do Território Nacional (REQTN). Em relação a este, foi recomendado a sua actualização.

Foram solicitados os Planos Urbanísticos (PU) em posse das empresas Imogestin, Gtrucs e Kora-Angola para efeitos de aprovação pelos órgãos competentes.

Quanto à gestão fundiária, a fonte destaca que decorrem trabalhos de estruturação das actividades da Comissão Interministerial para o registo dos terrenos rurais a favor das comunidades, de acordo com o Despacho Presidencial n.º 14118, de 19 de Fevereiro.

Resultados alcançados

Os resultados do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação estão abaixo do previsto desde 2009, tendo atingido até agora cerca de 23,6 por cento de execução.

6.21 Habitação dá primazia a projectos com financiamentos já garantidos

Jornal Economia e Finanças
27 De Abril de 2018
Adérito Veloso

O Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, no âmbito da execução do Plano Intercalar do Governo (Outubro de 2017 a Março de 2018) dedicou especial atenção aos projectos estruturantes com financiamentos internos e externos garantidos.

Um documento a que o JE teve acesso refere que os projectos foram desenvolvidos tendo em vista a

disponibilização de terrenos infra-estruturados, a construção de infra-estruturas externas das centralidades ou urbanizações com habitações concluídas e sem condições de habitabilidade, a fim de se retomar o processo de comercialização.

Durante este período, foram elaborados estudos e projectos para as infra-estruturas externas das urbanizações daquelas províncias que ainda não foram beneficiadas da construção de centralidades.

Neste período foram vendidos 279 imóveis, ao abrigo da Lei nº 19/91, de 25 de Maio, e celebrados 549 contratos de arrendamento, sendo 280 no campo da acção do património imobiliário do Estado e 269 no âmbito do sub-programa dos 200 fogos por município.

Das acções consta a comercialização das primeiras unidades das 584 e 570 habitações disponíveis, respectivamente, nas centralidades de 5 de Abril e Praia Amélia, na província do Namibe.

Procedeu-se igualmente, à entrega das primeiras unidades habitacionais das centralidades do Lobito, num total de 653 disponíveis e Baía Farta (357 disponíveis), na província de Benguela e Cazenga (280 disponíveis), em Luanda.

Na primeira quinzena de Março, revela a fonte, teve início o processo de comercialização das primeiras unidades dos 172 apartamentos com a tipologia T:3, disponíveis na centralidade do Andulo, no Bié.

Infra-estruturas integradas Durante esta fase, o sector prosseguiu com a construção das infra-estruturas integradas da cidade do Lubango, na Huíla, bem como a conclusão das obras de construção das infra-estruturas externas das centralidades e urbanizações do Andulo, Bié, 5 de Abril, Praia Amélia (Namibe) e Baía Farta (Benguela).

Continuam as obras de construção das infra-estruturas externas das seguintes centralidades e urbanizações: do Luhongo e Lobito em Benguela, Km 44, Zango o, e Zango 8000, em Luanda e Capari, no Bengo, além da Quilemba no Lubango, sob gestão da empresa Imogestin e Quilomoço no Uíge, com a gestão da construtora Kora-Angola.

Foram concluídos e entregues os estudos e projectos para a construção das infra-estruturas externas da urbanização do Tucuve, na província do Cuando Cubango.

Está em curso a elaboração de estudos e projectos para construção das infra-estruturas externas das centralidades da Açucareira, na província do Bengo, Cazengo (Cuanza Norte), Saurimo (Lunda Sul),

Carreira de Tiro (Malanje), Mbanza Kongo (Zaire) e Ekuma (Cunene) e para a construção de infra-estruturas integradas em Cacucaco (Luanda).

No âmbito do programa de combate à pobreza e desenvolvimento rural foram disponibilizados terrenos infra-estruturados e legalizados às famílias que pretendem construir casa própria em regime de auto-construção dirigida.

Neste plano foram concluídas as obras de infra-estruturação da reserva fundiária da Muxima, no município da Quissama, Luanda, estando disponíveis 25 hectares, correspondentes a 165 lotes. As obras do Zango (Luanda), com um nível de execução de 75 por cento e que, por razões financeiras, estão paralisadas, permitem o acesso a 30 hectares, isto é 139 lotes.

Em tratamento e concertação com o governo provincial de Luanda, a entrega de 229 lotes de terreno em Calomboloca, município de Icolo e Bengo.

Por seu turno, a reserva fundiária da Catapa (Uíge), a única com obras em curso, liberará em finais de Julho do corrente ano, 45 hectares, equivalentes a 156 lotes

Gestão fundiária

A fonte destaca que no domínio do ordenamento fez-se a apresentação do “Master Plan” da urbanização do Cazenga, bem como os Planos Directores Municipais (PDM) de Via na e Quissama e o diagnóstico sobre o Estado do Ordenamento do Território Nacional (REQTN). Em relação a este, foi recomendado a sua actualização.

Foram solicitados os Planos Urbanísticos (PU) em posse das empresas Imogestin, Gtrucs e Kora-Angola para efeitos de aprovação pelos órgãos competentes.

Quanto à gestão fundiária, a fonte destaca que decorrem trabalhos de estruturação das actividades da Comissão Interministerial para o registo dos terrenos rurais a favor das comunidades, de acordo com o Despacho Presidencial nº 14/18, de 19 de Fevereiro.

Resultados alcançados

Os resultados do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação estão abaixo do previsto desde 2009, tendo atingido até agora cerca de 23,6 por cento de execução.

Dos 1 milhão e duas mil casas previstas, executou-se 236.767 dos vários sub-programas em curso.

A nível dos projectos habitacionais sob responsabilidade da Imogestin concluiu-se 78.076 dos 80 mil previstas o que perfaz 97.5 por cento.

7. TERRA

7.1 O Governo foi chamado a simplificar entrega dos títulos de propriedades

Jornal de Angola

145 De Abril de 2018

Texto: Jaqueline Figueiredo

O Ministério do Ordenamento do Território e Habitação deve trabalhar na simplificação dos processos para a aquisição do título de propriedade, defendeu no Soyo o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República Frederico Cardoso.

“São muitos os angolanos que estão fora do mercado porque não têm o título que faça fé da propriedade que têm”, disse o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Frederico Cardoso, ao discursar no encerramento do I Conselho Consultivo Alargado do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, realizado quinta e sexta-feira, na cidade do Soyo, Zaire.

Frederico Cardoso referiu ainda que muitos cidadãos não conseguem, por exemplo, hipotecar as suas casas para irem ao banco buscar um crédito nem transaccionar bens, alguns dos quais adquiridos desde os primórdios da independência, porque não têm título. “Uns acabam por morrer na pobreza, mesmo vivendo em casas do Alvalade, na Vila Alice”, frisou.

O ministro do Estado e Chefe da Casa Civil apelou ao Ministério do Ordenamento do Território e Habitação a buscar incessantemente soluções para os problemas, no sentido de otimizar o uso de recursos que o país dispõe, tais como humanos, financeiros, materiais, técnicos e tecnológicos.

Habitação condigna

Segundo o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, o Governo não vai descansar em trabalhar para resolver os problemas da falta de habitação condigna e suficiente para os cidadãos.

Frederico Cardoso reconheceu que a falta de urbanização e da gestão correcta das reservas fundiárias são alguns dos problemas que devem ser resolvidos.

“Enquanto houver um angolano que tenha como lar a estrutura inferior de uma ponte, enquanto houver

um angolano que tenha como lar um banco do calçada da ilha de Luanda, enquanto houver um angolano que não tenha um lar, nós não podemos descansar no trabalho desta instituição, no trabalho do governo para que se resolva o problema da habitação”, salientou o ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República.

A resolução da habitação condigna para todos, a requalificação urbana, a construção de cidades sustentáveis, modernas, saudáveis, o planeamento urbano, o uso racional dos solos, a questão da mobilidade e das acessibilidades, o saneamento básico, a gestão dos resíduos solos, a titulação da propriedade imobiliária, frisou, constituem questões sempre actuais.

Segundo Frederico Cardoso, a questão da inclusão social na urbanização passa também pela ampla divulgação das intenções e das realizações do governo.

No seu entender, os cidadãos devem ser informados sobre os planos directores municipais em implementação, o uso dos solos, as disponibilidades de loteamentos e as oportunidades de parcerias público-privadas, de maneira a que estes possam fazer urna alocação mais racional e socialmente útil das suas poupanças. A divulgação dos planos e projectos do Executivo, acrescentou, vai fazer com que não haja choques ou ocupações ilícitas de áreas destinadas ao desenvolvimento urbano ou evitar que os cidadãos gastem dinheiro para construir casas de lazer em zonas industriais ou vice-versa.

“É preciso democratizar o acesso a informação qualificada que seja de interesse público”, salientou, indicando que as pessoas devem saber, no momento certo, o que é que o governo pretende fazer em termos de desenvolvimento urbano, para se evitar os choques que se assiste hoje, com a ocupação, por vezes ilícita, de áreas que estão destinadas ao desenvolvimento urbano.

O Conselho Consultivo recomendou a elaboração de instrumentos de ordenamento de território para se evitar o surgimento de bairros desordenados.

Trabalhar no processo de concessão de títulos fundiários para as comunidades rurais e uniformizar os processos administrativos de gestão fundiária, com base no sistema de informação geográfica, é outra das recomendações do encontro.

Os participantes recomendaram que os planos urbanísticos tenham pelo menos 25 por cento de áreas verdes e que as empresas que participam na

elaboração de projectos habitacionais devem fornecer estudos de impacto ambiental.

Recomendou-se ainda a divulgação da nova agenda urbana a nível nacional, para que as acções dos diversos actores que concorrem para o alcance do desenvolvimento sustentável estejam alinhadas com a mesma.

7.2 Ocupação ilegal de terrenos analisada no Governo Provincial

Jornal de Angola

19 De Abril de 2018

Texto: André da Costa

O Ministério do Ordenamento do Território e Habitação vai entregar ao Governo da Província de Luanda, lotes de terrenos infra-estruturados e loteamento de terras para fazer face ao deficit habitacional que se verifica na capital do país.

A informação foi dada ontem, em Luanda, pela ministra do Ordenamento do Território e Habitação, Ana Paula de Carvalho, durante um encontro com o governador de Luanda, que serviu para analisar a ocupação ilegal de terrenos na capital.

Ana Paula de Carvalho fez saber que os terrenos infra-estruturados e loteados estão localizados nos municípios de Icolo e Bengo e da Quissama.

A ministra informou, também, que existem alguns projectos habitacionais que, igualmente, vão ser entregues ao Governo da Província de Luanda.

Em Luanda, disse a ministra, existem alguns projectos habitacionais em fase de finalização, e a maior parte foi feita de forma contrária ou seja, primeiro deviam ser feitas as infra-estruturas e depois as casas. “Acontece que, primeiro, foram construídas as casas e agora estão a ser feitas as infra-estruturas”, frisou.

Técnicos do Governo da Província de Luanda e do Ministério do Ordenamento do Território debateram ontem a ocupação ilegal de terrenos um problema muito comum na capital.

A ministra Ana Paula de Carvalho frisou que o problema da ocupação ilegal de terrenos deriva da falta de aplicação da Lei de Terras. “Temos uma lei que nos facilita bastante, mas que na prática não é aplicada”, sublinhou, acrescentando que se se cumprir o estipulado na lei vai-se dirimir muitos problemas relacionados com a ocupação ilegal de terrenos.

Explicou que existem espaços que, pela sua dimensão, devem ser cedidos apenas pelo governador provincial de Luanda, cabendo aos administradores darem o seu parecer. “É aí onde reside a falta de aplicação da lei”, referiu.

A ministra considera importante a realização de debates com as comunidades, no sentido de se informar melhor os cidadãos sobre os passos que devem ser dados quando se pretende obter um terreno ou uma informação relacionada com isso.

As pessoas devem ter informação correcta quando pretendem obter um espaço, sendo fundamental saberem aonde se dirigir e que passos devem ser dados até à obtenção e legalização do espaço.

A ministra explicou que a Lei de Terras está em revisão, mas é um documento valioso, fundamentalmente em relação à atribuição de espaços aos cidadãos.

O governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, lembrou que a ocupação anárquica de terrenos tem sido uma situação que preocupa as autoridades competentes.

Adriano Mendes de Carvalho manifestou-se preocupado pelo facto de muitos cidadãos obterem uma procuração de terreno a título irrevogável, passada pelo Governo Provincial de Luanda e muitas vezes o cidadão não é o detentor do espaço, situação que cria muitos constrangimentos e que precisa de ser resolvida com urgência. “Muita gente não é detentora do terreno e já tem uma procuração irrevogável”, enfatizou. Acrescentou que esta situação cria um clima de mal estar e acabasse por não se saber de quem pertence o terreno.

O director nacional de Gestão Fundiária do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, Manuel de Carvalho, disse que por desconhecimento da lei, muitos actos administrativos têm sido transgredidos por parte dos técnicos que funcionam nas administrações municipais.

7.3 Bairros do Huambo são requalificados

Jornal de Angola

21 De Abril de 2018

Texto: Mário Clemente I Huambo

Os bairros do Sassonde 1,2 e 3, Bom Pastor, Cacilhas e Santa Iria, do município sede do Huambo, começam a ser requalificados a partir do próximo mês de Maio.

O director provincial das Obras Públicas, Henriques Lazaro Capessa, disse que, numa primeira fase, o projecto vai abranger apenas alguns bairros e artérias seleccionados pela administração do município.

"Neste momento, estamos apenas condicionados pelas chuvas, senão já teríamos dado início aos trabalhos, visto que essas áreas são as mais críticas", disse.

A direcção das Obras Públicas vai intervir também na requalificação das vias terciárias e a remoção do tapete asfáltico degradado em algumas áreas do casco urbano, bem como a abertura de valas de drenagem nas áreas consideradas críticas.

"Vamos fazer também a reciclagem dos principais eixos da cidade do Huambo, visto que, em alguns sítios, terá que se fazer a remoção do pavimento, por isso vai ser necessário requalificar a estrada que liga o aeroporto Albano Machado, centralidade do Lossambo e junto à Igreja Adventista, na rua Bíé, onde se vai fazer uma requalificação profunda", frisou.

Os moradores mostraram-se satisfeitos com o projecto, afirmando que vai facilitar o trânsito nas zonas urbanas e periféricas da cidade.

Frederico José, um dos moradores do Bairro Sassonde, disse que os familiares dificilmente o visitam porque o bairro se encontra em mau estado e piora sempre que chove muito.

7.4 Demolições provocam desfalecimento

Jornal O PAIS

22 De Abril de 2018

Texto: Stela Cambamba

Ao encontrar a sua residência, modelo T4, de um piso, vulgo primeiro andar, demolida, com todos os seus bens materiais e documentos pessoais lá dentro, na Segunda-feira, 16, José Cristóvão não resistiu e desmaiou. Alguns dos membros das mais de 30 famílias que tiveram a mesma infelicidade de ver o fruto de vários anos de trabalho e sacrifício ruir por volta das 13 horas, socorreram-se na unidade sanitária mais próxima onde permaneceram até Sexta-feira, 19.

Assim que recebeu alta, decidiu regressar ao bairro Quitondo II, no Zango 3, onde vivia tranquilamente com a mulher, que se encontra concebida, os quatro filhos e o seu pai, que já a caminho da terceira idade.

"Agora a minha família está dispersa. O meu pai está em casa de parentes, os meus filhos estão divididos:

dois em Cacuaco, 1) a casa da avó materna, e os outros dois em casa de uma vizinha, a esposa está também a merecer atenção redobrada, pois está grávida e prestes a dar à luz", frisou, José Cristóvão.

Irradiando tristeza, o mecânico de profissão questionou-se, diante da nossa equipa de reportagem, sobre como vai conseguir, nos dias de hoje, construir uma residencial igual, pois a que tinha levou muitos anos a ser erguida. O seu desespero torna-se maior por saber que os preços dos materiais de construção tendem a aumentar diariamente. No momento em que a equipa de técnicos da Administração Municipal de Viana, escoltada por efectivos da Polícia Nacional, sob direcção de Fernando Binje, administrador municipal-adjunto para a Área Técnica, demoliu mais de 30 residências por alegadamente terem sido erguidas num terreno em litígio, o nosso interlocutor não se encontrava em casa.

José Cristóvão encontrava-se no seu local de trabalho, os filhos estavam na escola e a esposa fora de casa. Mas, o facto de o imóvel encontrar-se fechado e sem ninguém para retirar os móveis, os electrodomésticos, os vestuários, bem como os documentos pessoais dos proprietários, não impediu que os funcionários do Estado de concretizarem os seus intentos. Do gestor público Fernando Binje partiu a ordem que os presentes não esperavam ouvir: vamos demolir.

"Esperamos que se faça justiça.

Estamos a sofrer com esta situação. Quando chove, nós, os adultos, abrigamo-nos nas cabanas e as crianças em casas dos vizinhos ou na igreja, que nos estendam a mão. É incompreensível, alguém que tinha o seu tecto perder tudo por causa de nada", lamentou José Cristóvão.

Engrácia da Silva, outra moradora, disse que por conta desta situação três proprietários de residências demolidas foram hospitalizados, sendo que dois já se encontram em casa de familiares.

Instalou-se a miséria

No momento em que a nossa equipa de reportagem chegou ao local, às 15h30 de Sexta-feira, encontrou por baixo de uma árvore cerca de 10 mulheres sentadas, saciando a fome em conjunto.

De forma descontraída, sabo-

De forma descontraída saboreavam a comida (funge - de milho amarelo acompanhado com peixe pequeno "cabuinha" e coxa de frango), contida num saco de plástico preto e numa bacia azul.

Luísa Pedro, residente no bairro há quatro anos, disse que nesse espaço de tempo nunca apareceu alguém a contestar a titularidade dos referidos terrenos, pelo que ficaram surpreendidas com a ordem de demolição.

Lágrimas que não "secam" Lágrimas corriam pelo seu rosto no momento em que detalhava que a sua residência era um T4, com duas suítes, igual número de salas, cozinha e marquise vasta, lavandaria. "Era a casa dos meus sonhos e trabalhei arduamente para construí-la", frisou.

A sua irmã, identificada apenas por Guida, tentava acalantar as dores da nossa interlocutora no decorrer da entrevista.

O caso alterou completamente a rotina desta família. Os filhos de Luísa Pedro deixaram temporariamente de ir à escola. No momento da demolição, estava no seu posto de trabalho e apenas dois dos seus quatro filhos se encontravam em casa.

Antes disso, os funcionários públicos ordenaram à criança de 12 anos que retirasse os bens materiais do interior da casa. De seguida, ela e o seu irmão, de apenas cinco anos de idade, assistiram, em estado de choque, à demolição do imóvel onde sonhavam com um futuro melhor.

Segundo Luísa Pedro, a menina, por agora não goza de boa saúde. "Está traumatizada. Mandaram-lhe tirar a mobília sozinha. Ela retirou o que podia aos prantos. Enquanto alguns vizinhos a ajudavam outros aproveitaram para roubar".

Dormir ao relento

Desde o dia das demolições que a vida dos lesados se tomou num autêntico calvário. A maioria passa a noite ao relento, na esperança de protegerem alguns dos seus bens que se encontram por debaixo dos escombros. Isto porque na noite do dia das demolições, alguns cidadãos aproveitaram-se da ausência das vítimas para retirar alguns bens, como portões, janelas, chapas de zinco, entre outros que estavam em bom estado. Heli Maseka, outro lesado, confessou que está sem saber o que fazer. Para conduzir a residênda onde vivia há dois anos, contraiu um crédito bancário cujo prazo de reembolso termina apenas em 2020.

À semelhança de outras crianças cujos pais não têm possibilidade de retirá-las do bairro, as suas também foram abrigadas pela vizinhança. Dos seus quatro filhos, os três que frequentavam a 1ª, 3ª e 5ª não estão a ir à escola.

Heli Maseka protesta contra o facto de as demolições não terem sido antecedidas de aviso prévio, como manda a lei. Disse que os agentes do Estado destruíram ainda os telefones dos moradores que filmavam a ocorrência. Por seu turno, Engrácia Isabel da Silva afirmou ser proprietária de um dos lotes do referido terreno, de um hectare, desde 2014 e que, em Dezembro de 2017, foi surpreendida com a informação de que o mesmo pertence a uma cidadã identificada apenas por Dona Alice. Na ocasião, segundo conta, ela e os seus vizinhos dirigiram-se ao Gabinete de Desenvolvimento e Aproveitamento Hidráulico do Kikuxi (GADAHKI), órgão responsável pelos espaços com mais de um hectare, onde foram informados de que os documentos que possuíam era legais e que os possibilitava serem reconhecidos como legítimos proprietários. Baseando-se nesta informação, ficaram descansados quanto às alegadas irregularidades que surgiram no bairro, assim como a outros rumores. Entretanto, no momento em que menos esperavam, os nossos interlocutores contam que foram informados pelos vizinhos de que as suas residências estavam a ser demolidas a mando do administrador-adjunto de Viana para a Área Técnica, Fernando Binje.

7.5 Autoridades estão em prontidão para socorrer população afectada

Jornal de Angola

23 De Abril de 2018

O Ministério da Energia e Águas, em coordenação com o do Interior e os governos provinciais do Cuanza-Norte, Cuanza-Sul e de Luanda tem preparado medidas de prevenção e socorro da população que habita as áreas ribeirinhas no troço do rio Kwanza, entre as localidades do Dondo e a Barra do Kwanza.

A medida surge em função dos reservatórios dos aproveitamentos hidroeléctricos de Capanda e Laúca terem atingido os seus níveis máximos de armazenamento de água, o que fez com que o Ministério da Energia e Águas abrisse, a partir de sexta-feira, de forma controlada, as comportas para o descarregamento do excedente de água nos referidos reservatórios.

Num comunicado, o Ministério da Energia e Águas revela que o descarregamento do excedente vai provocar uma subida significativa do nível de água no troço do rio Kwanza, entre as localidades do Dondo e a Barra do Kwanza. É previsível que tal alteração se verifique até ao dia 15 de Maio, de acordo com o comunicado. Além das medidas de prevenção e socorro, o Ministério da Energia e Águas preparou,

igualmente, campanhas de esclarecimento para a população que habita as áreas ribeirinhas do trecho, para dar a conhecer onde e quando o risco de inundação se revele elevado.

Os reservatórios dos aproveitamentos hidroeléctricos de Capanda e Laúca atingiram os seus níveis máximos de armazenamento de água devido aos elevados volumes de chuva registados nas áreas dos afluentes do rio Kwanza.

Em Outubro passado, o fornecimento de energia a partir de Capanda ficou afectado pelas fracas chuvas, que provocaram abaixamento do nível da albufeira. Como consequência, a direcção viu -se obrigada a desligar primeiro um e depois um segundo gerador. Já em Novembro, as fortes chuvas que se abateram sobre a província de Malanje danificaram a casa das máquinas do Aproveitamento Hidroeléctrico de Laúca. Como consequência, a produção de energia caiu para menos de 250 megawatts, abaixo da metade das duas turbinas em funcionamento, tendo provocado severas restrições no fornecimento de energia eléctrica a Luanda e outras províncias da região Norte, como Uíge, Zaire, Cuanza-Norte e Bengo.

7.6 Moradores do “Treme-Treme” recusam-se a ir para o KM44

Jornal de Angola

23 De Abril de 2018

Texto: Rodrigues Cambala

Os moradores do prédio número um da Rua Rainha Njinga, vulgarmente conhecido por “Treme-Treme”, recusam a ser realojados na urbanização Quilómetro 44, localizada no município de Icolo e Bengo, por falta de transparência no processo e de condições na zona.

Geovane Victor, morador há 30 anos, disse que a contestação está a ser feita por habitantes do prédio e não por marginais.

“Queremos que o processo seja transparente, porque está viciado e com critérios pouco claros”, apontou Geovane Victor, afirmando que a comissão de moradores não está interessada em resolver o problema da maioria dos moradores e o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação quer desalojar sem um diálogo aprofundado.

Ao lamentar “a falta de transparência no processo de realojamento”, Geovane Victor explicou que “a posição de quem vive no prédio deve-se ao facto de apenas os membros da comissão de moradores,

familiares e amigos constarem da lista dos que vão ser transferidos para a centralidade do Cazenga”.

Das 250 famílias, o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação pretende transferir 50 para a centralidade do Cazenga e as demais para o Quilómetro 44, urbanização localizada junto ao novo aeroporto internacional de Luanda, ainda em construção.

“Gostaríamos de perceber como foi feita a selecção e a verdade é que nem o Ministério nos consegue explicar”, declarou Geovane Victor.

A recusa dos moradores seleccionados para viver no Quilómetro 44 aumentou depois de alguns terem visitado há dias, a urbanização, onde constataram não haver escolas do ensino secundário e médio nem estabelecimentos de saúde.

“Há apenas uma escola do ensino primário”, acentuou Geovane Victor, admitindo que, caso a transferência para aquela urbanização aconteça, os jovens podem parar de estudar, uma vez que não vão poder ir à escola no centro da cidade por falta de transporte e dinheiro.

Aborrecido pela forma como o processo está a ser conduzido, Geovane Victor defendeu que “todos os moradores deviam ser alojados num único local”. Os moradores estão a criar uma nova comissão para dialogar com o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, colocando fim ao trabalho da anterior que, segundo eles, negociava para benefício próprio e dos seus familiares.

Geovane Victor referiu que, nesta altura, o grupo de moradores insatisfeitos já constituiu um advogado, que vai ajudar nas negociações com o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação.

Os moradores garantem que “na lista há nomes de pessoas estranhas, que não residem no prédio”.

“Presumimos que haja algum esquema, mas vamos lutar até ao fim, até que reconheçam a legitimidade da nossa contestação”, afirmou Geovane Victor, que disse esperar por novas negociações com o Governo sem mais a presença da anterior comissão.

Há 11 anos a viver no prédio, Adérito Fernandes disse que a palavra “realojamento” é ouvida há mais de 20 anos e que “a actual comissão de moradores nunca foi eleita”.

O morador lembrou que o edifício não é do Estado, mas da SICCAL, que nunca enviou um interlocutor para dialogar com os moradores.

“O edifício não mexe e nunca apresentou sinais de desabamento”, salientou Adérito Fernandes.

Adérito Fernandes afirmou que “a selecção de 50 das 250 famílias abrangidas no processo de realojamento para a centralidade do Cazenga” demonstra haver exclusão:

As reuniões anteriores com o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, de acordo com Adérito Fernandes, nunca abordaram a possibilidade de alguns ficarem alojados na centralidade do Cazenga e outros no Quilómetro 44.

Inicialmente, conta, foram mencionadas as centralidades Zango Zero, Oito mil e Quilómetro 44, mas a última das quais foi recusada pelos moradores, devido à distância e à falta de condições.

“Na altura, o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação alegou que as casas do Zango só estariam prontas dentro de oito meses e nós dissemos que poderíamos esperar”, frisou Adérito Fernandes.

Já Giresse Luvaca, há mais de trinta anos no prédio, admitiu que a lista, apresentada pelo Ministério, tenha sido produzida em conjunto com a comissão de moradores, que privilegiou alguns em detrimento da maioria.

Os moradores informaram que nunca lhes foi apresentada uma data para o desalojamento, mas ouviram pela comunicação social que pode vir a acontecer em Maio.

“Não é verdade que os moradores não querem sair. O que acontece é a falta de transparência, além das dificuldades que os moradores vão ter no Quilómetro 44”, disse Giresse Luvaca.

O morador Yuri Manuel declarou que estão conscientes dos problemas do edifício, que não podem ser mencionadas como a razão para os moradores serem transferidos para uma área distante da cidade de Luanda, prevendo que os que não têm carro próprio venham a desistir de estudar e trabalhar.

7.7 Governador orienta combate à ocupação ilegal de terrenos

Jornal de Angola

25 De Abril de 2018

O município de Viana enfrenta sérios problemas de ocupação e venda ilegal de terrenos que “devem ser combatidos de forma enérgica”, afirmou ontem o

governador provincial de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho.

Segundo o governador, que falava na cerimónia de apresentação do novo administrador municipal de Viana, André Soma, “muita gente ocupa e vende terrenos ilegalmente” naquela circunscrição, sobretudo na zona do Zango.

Adriano Mendes de Carvalho declarou que no Zango muitos espaços reservados para construção de equipamentos sociais, como campos de futebol, escolas e mercados, estão vendidos.

“Está tudo passado para particulares e digo isso com propriedade, pois, quem andou a distribuir aquelas casas em 2007/2008, fui eu, enquanto vice-governador de Luanda, e deixamos muitos largos que já não existem”, disse.

Na mesma senda, considerou que naquela altura bem podia também ter ocupado algum largo e posteriormente distribuí-lo pelos seus filhos, mas não o fez devido ao compromisso com o respeito do bem comum.

“Se aparecer alguém em meu nome que tenha ocupado ou a ocupar terreno, o senhor administrador pode prendê-lo, pode encaminhá-lo às autoridades policiais”, declarou.

Condenou o egoísmo de certos cidadãos que chegam a ocupar vários hectares sem fazer nada nesses espaços. “A Centralidade do Quilómetro 44 deve ter cerca de 21 hectares e tem 2.548 apartamentos. Aqui mesmo, há pessoas que têm 20, 30, 100 hectares sem se saber para quê”, enfatizou.

Adriano Mendes de Carvalho adiantou que o Presidente da República quer ver urna Luanda mais “mexida”, a dar passos rumo ao desenvolvimento, daí ter solicitado a André Soma que comece imediatamente a trabalhar em prol do município e seus habitantes.

“Peço-vos a todos que trabalhem com o povo, temos que ter uma governação de proximidade, devemos deixar os fatos e estar no terreno, pois mais vale ver uma vez a realidade do que te contarem mil vezes”, disse.

Apelou ao respeito e dignidade no tratamento ao administrador cessante, cuja exoneração acontece num quadro normal de movimentação de quadros e não deve ser entendida como alguma forma de retaliação por alguma situação.

Entretanto o novo administrador municipal de Viana, André Soma, disse estar ciente do quão difícil é

administrar o município mais populoso do país, mas que espera desempenhar a nova função com êxito.

“Nós aceitamos o desafio sabendo que para Deus nada é impossível. Vamos vencer”, frisou.

André Soma avançou que a sua gestão não estará centrada nas pessoas, mas nos seus erros.

“Viemos aqui para trabalhar e o nosso compromisso é com o povo. Muita coisa boa foi feita e alguns erros serão corrigidos”, salientou na sua curta intervenção.

O governador de Luanda fez também apresentação pública da presidente da Comissão Administrativa de Luanda, Maria Antónia Nelumba, de Noivito Agostinho Pedro no município de Icolo e Bengo assim como de Njila de Carvalho no Talatona.

7.8 Há que construir mais cadeias

Jornal O PAÍS

29 De Abril de 2018

Texto: Verónica Abreu

Caro director, caros jornalistas, caros leitores, Nos últimos dias temos ouvido falar de demolições e de novos conflitos de terras. É uma vergonha quando um Estado chega ao ponto de partir a casa de um cidadão e não tem outra para lhe dar.

Mas é mais vergonhoso quando estas demolições surgem em consequência de conflitos de terras em que agentes públicos estão envolvidos, como em Benguela e o outro que envolve uma altíssima patente da Polícia Nacional. Na era do combate contra a corrupção, é preciso ver como é que directores, comissários, generais e ministros obtiveram os milhares de hectares que têm. Fizeram uso do tráfico de influência e também da força. Isso é mais do que sabido. Os tribunais têm de perguntar a estas pessoas como foi que herdaram terras que desse sempre foram trabalhadas por camponeses. Será que todos os agentes do Estado e oficiais superiores são herdeiros de terras?

Acho que está na hora de construir mais cadeias para estes senhores. Exonerar não basta, não podem ficar impunes.

Mas o problema não está só lá em cima, os fiscais das administrações, os administradores municipais e comunais também, muitos deles, têm de ter lugares reservados na cadeia. Fizeram sofrer muita gente. Fizeram muito dinheiro a enganar o cidadão necessitado e trabalhador, venderam o mesmo terreno a muitas pessoas, tem de haver sanções duras. O Estado tem de ser uma pessoa de bem e os seus

servidores devem ser honrados e não bandidos e gatunos.

A limpeza em Angola tem de ser feita de alto a baixo. Nós, o povo, estamos com o Presidente da República nesta luta, ninguém pode vencer o povo. Mas se a justiça não agir, a esperança do povo pode ser derrotada. Será o fim do sonho de uma Angola melhor, que cairá como as paredes das casas que agora estão a ser partidas para que alguns terrenos fiquem nas mãos de alguns bandidos.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Benguela “afoga-se” no lixo da crise

Jornal O PAÍS

02 De Abril de 2018

Texto: Constantino Eduardo

A província de Benguela vive uma crise de saneamento básico nunca antes vista. A falta de regularidade na recolha de resíduos sólidos, fruto da dívida do Governo para com as operadoras, na ordem dos 16 mil milhões de kwanzas, é apontada como causa do actual quadro.

As quatro cidades do litoral de Benguela (Benguela, Lobito, Baía-Farta e Catumbela) registam um amontoado de lixo bastante significativo, facto que preocupa os munícipes que pedem a definição de estratégias para se inverter o quadro temendo contrair doenças decorrentes do débil saneamento básico.

Para o presente exercício económico, soube OPAÍS, Benguela deverá, do ponto de vista nominal, contar com um orçamento de 80 mil milhões de kwanzas e prevê, já para os próximos dias, a apresentação pública do mesmo. Para as despesas pontuais, a província recebeu, no princípio do ano, segundo uma fonte, uma parcela orçamental do Governo Central na ordem dos 16 mil milhões de kwanzas, mas este valor ficou muito aquém do desejado.

Neste momento, de acordo com fontes, o Governo provincial ainda não está a executar orçamento, por falta de cabimentação. Face ao cenário vigente, um grupo de empresários decidiu convergir esforços financeiros, auxiliando-o na limpeza de algumas zonas para atenuar a situação. “Nós, empresários, temos de andar de mãos dadas com o Governo. Não é só nos momentos bons que devemos estar com o Executivo”, adverte o empresário Carlos Cardoso.

Para quem tem o lixo praticamente à porta de casa, não tem sido fácil conviver com ratos, baratas e minhocas, além de outro insectos, e aguarda pelo dia em que, de facto, Benguela voltará a ser aquela cidade que, historicamente, é tida como “cidade mãe de cidades”, pois está irreconhecível. “Dá medo o lixo aqui”, adianta à reportagem de O PAÍS o munícipe Manuel Artur. O Governo de Benguela anunciou, por via do Gabinete Provincial do Ambiente e Gestão de Resíduos Sólidos, que vai deixar de trabalhar com as empresas de recolha de resíduos sólidos, passando a actividade para alçada das administrações municipais. Manuel Artur louva a

iniciativa, mas está céptico quanto ao sucesso do projecto, porque, no seu ponto de vista, as administrações não terão capacidade para fazer face ao problema.

Por outro lado, espera que, antes de quaisquer acções executivas, que se recolha pelo menos o amontoado de lixo que se encontra perto da sua casa, no bairro do Kamunda.

Já Raúl Sousa, um outro munícipe de Benguela, salienta que a recolha de resíduos sólidos no seu bairro, na Kamunda, acontece apenas uma vez por mês, por essa razão é que se criou um amontoado de lixo na parte traseira do cemitério da Kamunda.

“Por vezes, quando a máquina da Administração chega, só empurra o lixo” contou, criticando a gestão de Benguela. “As coisas parece que pioraram, o governo não está a trabalhar bem”, remata.

8.2 Criada uma estratégia para resolver problemas das inundações no Zango

Jornal de Angola

3 De Abril de 2018

Texto: Augusto Cuteta

A Administração Distrital do Zango vai apresentar, nos próximos tempos, um programa às autoridades provinciais para a construção de várias Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), no sentido de resolver o problema das inundações na zona.

O administrador do distrito, Costa Gabriel, acredita que este programa é a melhor solução para o problema das constantes inundações dos bairros do distrito do Zango, situação que se regista, igualmente, nos prédios da urbanização Vida Pacífica.

O responsável explicou que as inundações são permanentes' porque o Zango foi construído numa antiga bacia de água, que era aproveitada para a agricultura.

O problema da drenagem foi ignorado, disse o administrador distrital, quando começou a construção dos edifícios, uma vez que não foram feitos grandes estudos dos terrenos.

Por isso, o administrador defende a construção das ETAR, que permitem o reaproveitamento das águas pluviais e não só. Com a ausência dessas infra-estruturas, fica agravada a situação dos bairros do Zango.

Costa Gabriel apela às autoridades provinciais para que construam as ETAR, porque estas permitem que a região disponha de um saneamento efectivo. "Isso depende' de uma grande reestruturação do distrito, para ter-se uma urbanização digna" , disse o responsável, que, em tempos idos, já foi administrador do município da Samba.

Para alcançar esses e outros objectivos, o responsável quer que se atribuam competências à administração local, o que resolveria uma série de problemas que afligem a população do Zango.

"A desconcentração administrativa, que se está a implementar aos poucos pelo Executivo, pode ser já um grande passo para esse desiderato", acredita o gestor da administração do distrito.

Quanto às infra-estruturas rodoviárias, o administrador refere que as autoridades locais querem aumentar o número de vias de acesso.

Costa Gabriel defende a necessidade de haver mais três vias de acesso ao Zango, sendo uma nas imediações do canal da Estação de Tratamento do Kikuxi, outra na zona onde se encontra o Resort Bantu, na Via Expresso,

Costa Gabriel afirma que, se a Administração do Distrito do Zango tivesse máquinas, já existiriam mais vias, para facilitar a circulação rodoviária dentro dos bairros. o passas, a Administração contou com o apoio de entidades privadas na reparação de ruas, mas a actual crise financeira impôs o fim da colaboração.

além de mais uma nas cercanias dos prédios da urbanização Vida Pacífica.

"Nós temos picadas no meio dos bairros, mas pretendemos ter estradas boas, para facilitar as entradas e saídas, tendo em conta que estamos a ver o Zango a crescer como cidade", referiu o administrador do distrito.

Delinquência e prostituição prejudicam o distrito

o Zango é uma zona onde habitam pessoas de várias origens e algumas são conflituosas. Essa situação tem sido dos factores que contribuem para o nível elevado de delinquência. A Polícia Nacional tem combatido a criminalidade, garantiu o administrador. Costa Gabriel referiu que o mesmo problema se coloca para o caso da prostituição. O administrador assegura que "os focos estão identificados e existe um programa de acção social

versado na sensibilização das praticantes da actividade". O administrador distrital elogiou os

esforços da Polícia Nacional e igrejas sediadas no distrito urbano do Zango para estancar esses problemas sociais.

Outras intervenções em vista

O administrador do Zango anunciou que existe um vasto conjunto de acções a nível da Saúde e da Educação para os próximos tempos' com vista a melhorar os serviços prestados.

No que diz respeito à assistência médica, o administrador distrital anunciou o fim, para breve, da construção e apetrechamento de uma unidade sanitária com categoria de hospital municipal.

Embora não tenha avançado mais dados sobre essa obra, Costa Gabriel referiu que a unidade sanitária vai superar a capacidade do Hospital Municipal de Capalanca, também em Viana.

No sector da Educação, o administrador distrital disse que faltam salas de aula e carteiras escolares em algumas instituições de ensino.

Em função disso, muitas crianças estão fora do sistema de ensino. O administrador anunciou que decorre um processo de actualização de dados, para apurar o número de menores que não estudam.

Costa Gabriel recorreu a dados do ano passado para revelar que existiam mais de 20 mil menores sem estudar, por falta de salas de aula.

Com apenas quatro escolas públicas do segundo ciclo do ensino secundário, o Zango tem contado com a colaboração de vários colégios privados, para diminuir o número de menores fora do sistema de ensino.

8.3 Lixo invade as barreiras de protecção do rio Dande

Jornal de Angola

04 De Abril de 2018

Texto: Edson Fontes

O dique de protecção do Rio Dande em Caxito, na província do Bengo, foi invadido pelo lixo depositado por moradores que vivem nos arredores. Em consequência disso, muitas doenças estão a aumentar, e põem em risco a saúde da população.

Numa ronda feita esta semana, o Jornal de Angola apurou que a população faz uso diário do rio, ainda assim o lixo já está em contacto directo com a água usada para o banho, lavagem de roupa, louça e para o consumo em casa.

Questionado sobre o facto, o jovem Francisco Pedro, de 33 anos de idade e morador no bairro Kínguxí, disse ser triste ver a quantidade de lixo a crescer todos os dias. "Houve tempos em que um grupo de vigilantes da JMPLA fazia recolha dos resíduos", disse.

Francisco Pedra acrescentou que esta acção de voluntariado de nada adiantou, porque os jovens quando realizavam a limpeza e queimavam o lixo e depois moradores voltavam a fazer depósitos de resíduos sólidos no dique de protecção do rio.

"A população sempre consumiu esta água. Nesta época chuvosa é muito complicado e só Deus nos pode salvar. A água vem suja devido à terra que arrasta e com a mistura deste lixo, piora a contaminação do rio", disse.

Maria Eduarda, todas as manhãs, recorre ao Rio Dande para o banho. A jovem encontra-se na condição de gestante, e disse ser normal fazer uso dessa água "porque é corrente". De acordo com a nossa entrevistada, o grande problema das zonas adjacentes ao Rio Dande passa pelos mosquitos, que aumentam dia após dia.

"Há muito capim no bairro, sem mosquiteiros ou dragão não se consegue dormir, além do facto do paludismo estar à espreita", frisou.

Manuel Domingos disse que o lixo já invadiu o dique do rio. O jovem é igualmente morador do bairro Kínguxí, frisou que naquelas localidades registam-se fortes chuvas, há a necessidade de abrir as comportas da barragem das Mabubas.

"Ultimamente, casos de malária, febre tifóide, diarreias e outras doenças estão a aumentar na nossa região. Por essa razão, a Administração Municipal tem de ver estas situações com urgência" disse.

Manuel Domingos disse que as equipas adstritas à Administração Municipal não fazem limpeza nesta área há muito tempo. Realizam-se palestras para sensibilizar os moradores para as campanhas de limpeza e de prevenção de doenças mas ainda assim, não surtem os efeitos desejados. Carros de fumigação

A reportagem do Jornal de Angola constatou, também, que os carros de fumigação entregues recentemente ao hospital provincial, nunca passaram pela circunscricção. Por isso, Manuel Domingos sugere a colaboração dos demais moradores, de forma a combaterem os focos de lixo e evitar doenças.

A directora clínica do Hospital Geral do Bengo, Georgina Inglês, disse que se têm promovido palestras de sensibilização para alertar a população para os riscos de propagação de muitas doenças.

A responsável clínica disse que o Hospital Geral do Bengo regista nos últimos tempos muitos casos de doenças, e que a média de consultas diárias é de 350 pacientes.

Georgina Inglês disse, ainda, que tanto em consultas externas, como nas urgências, destacam-se serviços, como, de pediatria, medicina interna, cirurgia, ortopedia, oftalmologia, otorrinolaringologia, planeamento familiar, ginecologia e obstetrícia.

Assegurou, ainda, que esta unidade sanitária conta com 80 camas distribuídas por diversos serviços, como de pediatria, área de internamento, banco de urgência, medicina, urgência, cirurgia e medicina.

Georgina Inglês acrescentou que a unidade sanitária regista em média diária o internamento de 25 a 30 crianças, 60 por cento dos casos relacionados com a malária.

Em relação aos adultos, há também casos de malária, assim como de doenças crónicas, como hipertensão e diabetes.

Georgina Inglês adverte, também, que a vala de irrigação de Caxito traduz um grande perigo para os populares que consomem água proveniente desta.

"Em 2017, registámos um total de 330 casos de schistosomiasis e no primeiro trimestre de 2018, temos o registo de 28 casos", disse a responsável.

A directora clínica do Hospital Geral do Bengo disse que devido ao uso dessa água, surgem no seio das comunidades várias patologias, como malária, doenças diarreicas agudas, respiratórias agudas, desnutrição e dermatites.

Georgina Inglês informou que a assistência médica e medicamentosa da população na região está a melhorar, apesar do défice de fármacos e de materiais gastáveis.

8.4 Lixo invade as barreiras de protecção do rio Dande

Jornal de Angola

4 De Abril de 2018

Texto: Edson Fontes

O dique de protecção do Rio Dande em Caxito, na província do Bengo, foi invadido pelo lixo depositado por moradores que vivem nos arredores. Em consequência disso, muitas doenças estão a aumentar, e põem em risco a saúde da população.

Numa ronda feita esta semana, o Jornal de Angola apurou que a população faz uso diário do rio, ainda assim o lixo já está em contacto directo com a água usada para o banho, lavagem de roupa, louça e para o consumo em casa.

Questionado sobre o facto, o jovem Francisco Pedro, de 33 anos de idade e morador no bairro Kinguxi, disse ser triste ver a quantidade de lixo a crescer todos os dias. “Houve tempos em que um grupo de vigilantes da JMPLA fazia recolha dos resíduos”, disse.

Francisco Pedro acrescentou que esta acção de voluntariado de nada adiantou, porque os jovens quando realizavam a limpeza e queimavam o lixo e depois os moradores voltavam a fazer depósitos de resíduos sólidos no dique de protecção do rio

“A população sempre consumiu esta água. Nesta época chuvosa é muito complicado e só Deus nos pode salvar. A água vem suja devido à terra que arrasta e com a mistura deste lixo, piora a contaminação do rio”, disse.

Maria Eduarda, todas as manhãs, recorre ao Rio Dande para o banho. A jovem encontra-se na condição de gestante, e disse ser normal fazer uso dessa água “porque é cor rente”. De acordo com a nossa entrevistada, o grande problema das zonas adjacentes ao Rio Dande passa pelos mosquitos, que aumentam dia após dia.

“Há muito capim no bairro, sem mosquiteiros ou dragão não se consegue dormir, além do facto do paludismo estar à espreita”, frisou.

Manuel Domingos disse que o lixo já invadiu o dique do rio. O jovem é igualmente morador do bairro Kinguxi, frisou que naquelas localidades registam-se fortes chuvas, há a necessidade de abrir as comportas da barragem das Mabubas.

“Ultimamente, casos de malária, febre tifóide, diarreias e outras doenças estão a aumentar na nossa

região. Por essa razão, a Administração Municipal tem de ver estas situações com urgência”, disse.

Manuel Domingos disse que as equipas adstritas à Administração Municipal não fazem limpeza nesta área há muito tempo. Realizam-se palestras para sensibilizar os moradores para as campanhas de limpeza e de prevenção de doenças mas ainda assim, não surtem os efeitos desejados.

Carros de fumigação

A reportagem do Jornal de Angola constatou, também, que os carros de fumigação entregues recentemente ao hospital provincial, nunca passaram pela circunscrição. Por isso, Manuel Domingos sugere a colaboração dos demais moradores, de forma a combaterem os focos de lixo e evitar doenças.

A directora clínica do Hospital Geral do Bengo, Georgina Inglês, disse que se têm promovido palestras de sensibilização para alertar a população para os riscos de propagação de muitas doenças.

A responsável clínica disse que o Hospital Geral do Bengo regista nos últimos tempos muitos casos de doenças, e que a média de consultas diárias é de 350 pacientes.

Georgina Inglês disse, ainda, que tanto em consultas externas, como nas urgências, destacam-se serviços como, de pediatria, medicina interna, cirurgia, ortopedia, oftalmologia, otorrinolaringologia, planeamento familiar, ginecologia e obstetria.

Assegurou, ainda, que esta unidade sanitária conta com 80 camas distribuídas por diversos serviços, como de pediatria, área de internamento, banco de urgência, medicina, urgência, cirurgia e medicina.

Georgina Inglês acrescentou que a unidade sanitária regista em média diária o internamento de 25 a 30 crianças, 60 por cento dos casos relacionados com a malária.

Em relação aos adultos, há também casos de malária, assim como de doenças crónicas, como hipertensão e diabetes.

Georgina Inglês adverte, também, que a vala de irrigação de Caxito traduz um grande perigo para os populares que consomem água proveniente desta.

“Em 2017, registámos um total de 330 casos de schistosomiasis e no primeiro trimestre de 2018, temos o registo de 28 casos”, disse a responsável.

A directora clínica do Hospital Geral do Bengo disse que devido ao uso dessa água, surgem no seio das comunidades várias patologias, como malária, doenças diarreicas agudas, respiratórias agudas, desnutrição e dermatites.

Georgina Inglês informou que a assistência médica e medicamentosa da população na região está a melhorar, apesar do défice de fármacos e de materiais gastáveis.

8.5 Zaire com mais meios de recolha de resíduos

Jornal de Angola

7 de Abril de 2018

Texto: Vietor Maya

Diverso material de limpeza e recolha de resíduos sólidos foi entregue às administrações municipais da província do Zaire, pelo governador Joanes André.

A administradora municipal de Mbanza Kongo, Suzi Wete Kadi, manifestou-se satisfeita pelo gesto do governo provincial e apelou aos municípios para colaborarem e evitarem deitar lixo em locais inapropriados, bem como participar nas acções de limpeza e saneamento do meio.

O acto de entrega do referido material foi presenciado por centenas de fiéis de distintas denominações religiosas, que acorreram ao Largo Dr. Antonio Agostinho Neto.

o governador provincial do Zaire destacou, na ocasião, os ganhos conseguidos durante os 16 anos de paz, nos mais variados domínios, além de anunciar os projectos em curso na região, alguns dos quais prestes a serem inaugurados, como o novo sistema de captação e distribuição de água potável em Mbanza Kongo.

O projecto, avançou Joanes André, vai permitir estabelecer ligações domiciliárias e construção de mais chafarizes nos bairros periféricos da cidade Património Mundial da Humanidade.

8.6 Disponibilizados meios para a recolha de lixo

Jornal de Angola

11 De Abril de 2018

Texto: José Rufino

O governador da província do Moxico, Manuel Gonçalves Muandumba, procedeu ontem à entrega

de 47 contentares e de dois camiões basculantes para facilitarem a recolha de resíduos sólidos na cidade do Luena.

Para o administrador municipal do Moxico, Valdemar Salomão, a entrega dos meios facilita a capacidade de remoção de focos de lixo existentes na periferia da cidade. Valdemar Salomão disse, que vai ser criada uma comissão interdisciplinar, para cuidar dos equipamentos postos à disposição dos habitantes da cidade do Luena. “Os cuidados vão ser redobrados, para a preservação dos meios que acabamos de receber do Governo da Província”, frisou.

O Administrador municipal pediu a colaboração de todos os municípios, para evitar a colocação de lixo em lugares impróprios. “Apesar dos meios serem insuficientes, devido ao crescimento da população da cidade, a administração municipal vai fazer tudo para manter o controlo do saneamento básico”, assegurou.

Valdemar Salomão informou, que os equipamentos de recolha de lixo passam a ser tecnicamente assistidos pela Administração Municipal, e pela empresa Capilongo que vai disponibilizar 150 trabalhadores para os trabalhos de recolha. “Devido às constantes chuvas na região, a recolha de lixo deve ser permanente, para se evitar o surgimento do paludismo e de outras doenças”, realçou.

8.7 Quando a opção é viver no lixo

Jornal O PAÍS

13 De Abril de 2018

Texto: Alberto Bambi

Aumenta cada vez mais o número de famílias que, desde 2010, decidiram fazer do antigo aterro sanitário do Lobito, em Benguela, o seu habitat. Problemas de saúde pública e outros são ignorados pelos “moradores do lixo”, como são tratados pelo pessoal dos arredores, alegando não terem outra escolha.

Victorina Nassessa, uma das primeiras moradoras do bairro que ganhou o nome de Caimbra, contou que a correria ao referido local começou há oito anos com alguns trabalhadores que controlavam a balança de lixo.

“Como os camiões depositavam o lixo de noite e tinha de ser medido para se determinar o valor a ser pago às empresas de limpeza então, muitas vezes, esses trabalhadores tinham de pernoitar aí”, referiu em língua Umbundu, tendo acrescentado que, nessa altura, o local já era frequentado por catadores de lixo.

De acordo com a entrevistada, a zona começou a ganhar mais inquilinos quando a INAR decidiu proceder à compra de garrafas para os seus produtos.

“Foi aí que as pessoas provenientes dos bairros Eléctrica, Alto Bocoio, Lixeira e do vizinho município do Bocoio passaram a constituir casebres no bairro Caimbra”, disse Victorina Nassessa.

Questionada se como mãe não lhe preocupava o risco de saúde que as condições da zona oferecem aos moradores, Victorina, que revelou a existência de grávidas de mais de sete meses no bairro, esboçou um sorriso, enquanto respondia., dizendo que ela, os seus e os miúdos dos vizinhos já estavam acostumados a lidar com a situação.

O antigo aterro sanitário já testemunha a construção de casas definitivas, mas quase todas não possuem quarto de banho, pois, de acordo com o senhor João, não adianta construir este compartimento, porque a lixeira já está próxima. Assim, segundo deixou patente, às noites e às madrugadas são os períodos que os adultos reservam para defecar ao ar livre, ao passo que as crianças podem satisfazer essa necessidade a qualquer hora do dia.

João contou que no princípio das ocupações houve uma tentativa de os tirar daí, mas as necessidades da Administração de ter prestadores de serviço da balança, e da INAR de ter catadores de garrafas, garantiram a extensão do bairro Caimbra. A venda de terrenos que acontece nas imediações do antigo aterro sanitário anima os moradores do lixo a permanecerem no local, sob pretexto de ganharem legalidade das suas propriedades. “Se aqui próximo, estão a vender terrenos, então, nós não estamos ilegais aqui e queremos ver a nossa aventura compensada”, observou João.

Lixo de luxo

Apesar de já não ser frequente o depósito de lixo no bairro Caimbra, não são poucas as vezes em que algumas basculantes traçam este destino. Quando isso acontece, os moradores correm imediatamente ao local do depósito para verem se encontram alguma coisa valiosa. “Nem tudo o que vem aqui é lixo, porque há pessoas que se enganam em deitar alguma coisa”, referiram os moradores, citando ocasiões em que já encontraram dinheiro e objectos de muito valor no meio dos resíduos sólidos.

Água da chuva

Como era de se esperar a água constitui o maior desafio para os aventureiros de Caimbra. Para terem o precioso líquido, os moradores submetem recorrem aos camiões cisternas que passam pela área, uma

alternativa que os mesmos dizem não ter sempre sucesso.

Por isso, eles consideram o tempo chuvoso como o período de graça, pois, quando chove, envidam esforço para armazenar água para beber e cozinha, deixando o banho diário para os grandes buracos abertos pelas máquinas das empresas de construção destacadas na Estrada Número 100.

Num desses depósitos, a reportagem de O PAÍS constatou a presença de crianças que tomavam banho, sob o olhar impávido dos progenitores, que alegaram não terem muitas opções.

Carlinhos, o pequeno que comanda e domina as acrobacias durante a natação revelou que, algumas vezes, os mais velhos de Caimbra também se servem do referido charco para os banhos.

8.8 “Praia Mundial” livre de amontoados de lixo

Jornal de Angola

16 De Abril de 2018

Texto: Manuela Mateus

Há duas semanas a “Praia Mundial”, localizada no bairro dos Pescadores, no município de Cacuaco, apresentava uma imagem imunda. As zonas balnear e pesqueira tinham sido invadidas por uma quantidade excessiva de lixo.

Famosa por atrair, para lazer, os munícipes de Cacuaco e de outras paragens de Luanda, em maior número ao final de semana, a “Praia Mundial” convive há vários anos com as enchentes das águas da chuva, provenientes dos bairros próximos.

José Muhongo, de 36 anos, que há anos frequenta o local, conta que as últimas enxurradas que se abateram sobre Luanda provocaram constrangimentos à imagem da praia. “A força das águas provenientes dos bairros, arrastaram consigo toda a espécie de lixo para a praia. Para agravar, o comportamento dos banhistas e das peixeiras contribuiu para sujá-la ainda mais”, acusou.

O jovem munícipe lembrou que os primeiros meses do ano foram difíceis para os defensores do meio ambiente, tendo sublinhado que a convivência entre banhistas e pescadores é partilhada com o lixo.

“A praia estava transformada numa autêntica lixeira a céu aberto, como consequência dos resíduos arrastados pelas enchentes e também por culpa de algumas pessoas, que habitualmente a frequentam. Tínhamos de quase tudo aqui, desde latas e garrafas

vazias, pratos descartáveis e restos de peixe”, afirmou.

Apesar de carecer de melhorias, - a reportagem do Luanda, Jornal Metropolitano constatou que a “Praia Mundial” apresenta, agora, uma imagem mais arejada. A preocupação manifestada pelos ambientalistas foi acatada pela direcção da empresa de limpeza “Rota Viva”, que, de imediato, fez as necessárias diligências.

Oswaldo da Silva, por sua vez, referiu que foram necessárias duas semanas para que a operadora de limpeza retirasse o amontoado de lixo concentrado à beira-mar. O recurso a máquinas pesadas, sustentou o munícipe, foi fundamental, embora hajam ainda restos de resíduos sólidos ao longo da costa marítima.

Oswaldo da Silva admite que muito há por fazer na praia e no mercado adjacente, porquanto deve existir colaboração de todos, sobretudo dos banhistas e das peixeiras.

CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO

Maria Helena, peixeira há 10 anos, tem por hábito chegar cedo à praia. Ela conta que, à semelhança das colegas, ficou assustada com a imagem e o cheiro desagradável que há duas semanas tinha como epicentro o amontoado do lixo próximo à água.

A peixeira recorda que, devido ao lixo à volta do espaço, não havia condições para escamar o peixe, uma vez que boa parte da areia estava coberta de dejectos provenientes do mar.

“Deixámos de colocar lixo aqui e este amontoado surgiu em consequência das chuvas. E, como o mar devolve tudo, o resultado foi assustador”, disse.

Maria Helena garante que prima pela higiene e, para prová-lo, confirmou que, sempre que escama o peixe faz-se acompanhar de um saco de plástico, para depositar o que não vai precisar.

“No final do meu dia de trabalho, tenho tido o cuidado de recolher o lixo e depositar no contentor”, disse Maria Helena.

Posição contrária tem o ajudante de pescador Nelito Coboio. Acusa que muitas vezes são as próprias peixeiras quem espalham o lixo junto ao mar.

“Depois de comprarem o peixe, muitas são as peixeiras que escamam-no junto à praia e, outras, inclusive, lavam dentro da água. Tem vezes que a própria água acaba por ficar com uma cor acastanhada, mas ainda assim as nossas crianças tornam banho nela, por estarem acostumadas”, afirmou.

Nelito Coboio sugeriu ser necessário que se desenvolva uma ampla campanha de sensibilização sobre as vantagens do meio ambiente sadio, para evitar que a população continue a deitar os dejectos em locais públicos.

“Por mais que se limpe a praia, ou haja empenho na recolha, tudo poderá parecer pouco, se as pessoas não estiverem educadas e organizadas para mantê-la limpa”, disse.

O pescador elogia a limpeza feita e pede que sejam colocados mais contentores. Os poucos que foram assentados estão distantes da praia, o que provavelmente, admitiu Nelito Coboio, seja um dos motivos que leva algumas peixeiras a não colaborarem para higiene da praia.

RISCO DE DOENÇAS

A cor acastanhada que a água da praia apresenta não impede os banhistas de dar um mergulho. Aos finais de semana, propriamente nos dias de sol abrasador, crianças e adolescentes não hesitam em tomar banho. Os mergulhos, em grande estilo, constituem uma marca entre os adolescentes. Apesar de em menor número, durante a semana.

“Senhora jornalista, estamos acostumados a banhar neste local; é um hábito antigo”, disse Simão Mugginga, de 14 anos, quando questionado se não têm receio da poluição ambiental e outros males visíveis na praia.

Alheio aos riscos de contrair uma doença, Betinho Martins, 15 anos, assume que não se faz rogado sempre que a necessidade o obriga. “Entro na água, porque é uma das formas que encontrei para refrescar o corpo. O convívio com a praia é antigo e o lixo fica mais a beira-mar e não propriamente na água”, disse.

O adolescente é oriundo de uma família de pescadores e, por conta disso, vê-se obrigado a chegar às primeiras horas da manhã à “Praia Mundial”. “O meu irmão é pescador e sempre que posso ajudo-o com a canoa, quando ele tem de entrar no mar”, frisou.

O desejo de mergulhar na “Praia Mundial” não se restringe apenas aos adolescentes e crianças. Embora em número menor, as peixeiras também o fazem. Tem sido assim, sobretudo, depois das vendas.

Curiosamente, um pequeno grupo de peixeiras, aparentemente na casa dos 50 anos, depois de cumprir a jornada laboral, aproveitou o dia para mergulhar nas águas do mar.

8.9 “Operação Morcego” põe fim a irregularidade

Jornal de Angola

16 De Abril de 2018

Texto: Yara Simão

As autoridades administrativas do Distrito da Ingombota levam em curso uma operação que visa a recolha das roulottes em situação irregular e o encerramento de oficinas abertas na via pública.

Denominada “Operação Morcego”, a acção, que abrange também as oficinas a céu aberto, lojas e restaurantes, começou na passada quarta-feira e foi antecedida de um trabalho de sensibilização aos proprietários e aos trabalhadores que realizam este tipo de actividade ilegal, para a sua retirada voluntária.

No Distrito da Ingombota, muitas actividades do género são exercidas de forma ilegal e em locais inapropriados, causando prejuízos ao meio ambiente, à saúde pública, além do incómodo que causam aos utentes da via pública e aos moradores dos arredores.

Segundo autoridades, este tipo de actividade não autorizada põe em perigo a vida dos munícipes e deve ser exercida em condições condignas e de segurança, nos locais indicados, sem constrangimento. “A nossa intenção é reduzir a irregularidade e regular a actividade comercial dos munícipes do distrito”, disse o administrador distrital Herder Balsa.

A primeira fase da operação, informou, teve início em Outubro e Novembro do ano passado. “Agora, que estamos na fase coerciva, precisamos de dar um novo rumo ao distrito e fazer com que os munícipes estejam com as suas licenças comerciais actualizadas e renovadas”, acrescentou.

Neste processo, o distrito da Ingombota tem regista das duzentas roulottes usadas para o comércio, mas somente vinte estão legalizadas. O mesmo acontece com algumas lojas e restaurantes, segundo o administrador distrital, que aconselha os proprietários a legalizarem a documentação dos estabelecimentos comerciais.

A “Operação Morcego” conta com uma equipa multi-sectorial, composta pelo Comando Distrital da Policia Nacional e Unidade Técnica Comunitária local, Fiscalização, Administração da Ingombota e outras instituições.

Com mais de 300 mil habitantes, fazem parte do distrito a Ilha do Cabo, Ingombota, Patrice Lumumba, Maculusso e Kinanga.

8.10 Malária e cólera causam muitas perdas de vida

Jornal de Angola

22 de Abril de 2018

Texto: Adriano Sapalo

A malária, cólera, febre tifoide, doenças diarreicas e respiratórias agudas e o sarampo continuam a ser as principais causas de morte nas unidades sanitárias da província de Malanje, disse ontem o governador provincial, Norberto dos Santos "Kwata Kanawa". A governador que falava durante um encontro provincial dos Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS), na condição de coordenador deste órgão, informou que no ano em curso foram registados 67 mil e 346 casos de malária em toda província, dos quais resultaram em 79 óbitos.

Em 2017, segundo Kwata Kanawa, 64 pessoas morreram de malária, dos 32 mil e 429 casos registados.

Kwata Kanawa disse que as autoridades sanitárias na província têm contribuído grandemente para o combate às grandes endemias que assolam às populações locais, apontando como exemplo os Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário. "Acriação da ADECOS se apresenta como uma resposta do Executivo angolano à expansão dos serviços sociais nas comunidades, e o estímulo ao crescimento das localidades mais vulneráveis", referiu.

O governante explicou que a primeira fase de implementação dos Agentes de Desenvolvimento Comunitários está fundamentalmente ligada a promoção da saúde comunitária a realização de campanhas de sensibilização que visam à mudança de comportamento das populações, bem como o tratamento da malária simples em mulheres grávidas e crianças menores de 5 anos.

Disse ainda que a política dos referidos agente consubstancia-se no acompanhamento das actividades das autoridades das comunidades. "Este órgão tem sensibilizado às populações para adoptarem medidas de prevenção de doenças como a malária, diarreias, sarampo, etc", sublinhou.

Os Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário funcionam na província de Malanje nos municípios de Cacusso, Calandula, Mucari, Quela e na cidade capital, Malanje. No resto do país, o ADECOS também presta apoios aos governos do Urge, Bengo, Moxico, Lunda - Norte e Luanda.

8.11 A redução da malária é possível

Jornal de Angola

26 De Abril de 2018

Ontem foi observada, no continente africano, uma data que não deve passar despercebida para milhares de famílias em África, para os Estados, para as instituições médicas e sanitárias, bem como parceiros. Trata-se do Dia Africano para a Redução da Malária, uma doença que prevalece como a primeira causa de morte em todo o continente e sobre a qual vale a pena fazer as devidas reflexões, ao lado das medidas que devem ser adoptadas.

Os países africanos, grande parte deles em que a doença é endémica, devem continuar a envidar esforços para que os níveis de redução continuem na direcção da erradicação, que deverá ser coroada com a criação de uma vacina preventiva. Há algum tempo que se fala sobre a possibilidade de uma vacina preventiva contra a malária, um desiderato que constitui um desafio e uma meta.

Na África subsariana, onde se insere Angola, a situação continua preocupante na medida em que os esforços para conter, controlar ou reduzir significativamente a malária estão ainda longe de produzir os efeitos com alguma sustentabilidade e irreversibilidade.

Como referiu o médico Filomeno Fortes, antigo coordenador do Programa de Combate contra a Malária, quando falava à margem do Encontro Regional da Cimeira Mundial da Saúde, realizado há dias em Portugal, “apesar de haver o fundo mundial contra a malária, os nossos países ainda têm muita dificuldade em relação aos recursos humanos, em medicamentos e testes rápidos”.

Em Angola, temos ainda muitas fragilidades que, com a ajuda dos parceiros do Estado, continuam a ser suprimidas com estratégias de contenção dos factores que propiciam a propagação da doença. É vital que aos esforços das instituições do Estado sejam complementados com procedimentos, por parte das comunidades e famílias, que vão ao encontro das expectativas relativas à redução da malária. As consultas médicas regulares, o uso de mosquiteiro e a ida ao médico logo que se verificam os sintomas iniciais, são medidas que podem ajudar muito no combate contra a malária.

A feira da malária que decorreu ontem nos arredores de Luanda deve ser uma prática levada a todas as localidades do país e, durante a qual, as populações devem aprender as práticas e estratégias para lidar com a malária.

Saudamos a mensagem enviada pelo Ministério da Saúde, através das operadoras do serviço de telemóveis, com o seguinte teor “Durma sempre debaixo do mosquiteiro e proteja a sua família da Malária”. E em vez do uso do mosquiteiro para fins contrários ao combate contra a malária, como sucede em determinadas zonas onde os dispositivos têm sido ironicamente usados como rede para pesca fluvial. É preciso continuar a sensibilizar as comunidades para ganharem consciência sobre os desafios que impõem a luta contra a malária. Tal como tem comprovado a experiência, embora a malária não seja ainda prevenível por via de uma vacina ou qualquer outro fármaco, na verdade, ela pode ser curável e sobretudo aos primeiros sintomas. Se formos capazes de proceder assim, acompanhado de outros procedimentos, não há dúvidas de que vai ser possível reduzir a incidência e prevalência da malária.

8.12 Casos de malária no Cunene

Jornal de Angola

30 De Abril de 2018-06-26

Texto: Adelaide Mualimusi

Unidades hospitalares da província do Cunene registaram, de Janeiro a Março do corrente ano, 17 194 casos de malária, dos quais 69 terminaram em óbitos, indicam dados da direcção provincial de saúde.

De acordo com a comparação feita em relação ao igual período de 2017 ouve um aumento de 287 casos de malária e 6 óbitos, o que continua a ser motivos de preocupação da s autoridades da província

O chefe de departamento da saúde publica e controlo de epidemia Belarmino Satiohamba, disse que esta em curso uma campanha de distribuição e esclarecimento sobre o uso correcto do mosquiteiro, que visa travar a propagação da malária nas comunidades

A campanha acrescentou, terá a duração de um ano e vai ser feita através de palestras nas escolas, igrejas e nos mercados, assim como debates radiofónicos, mesa redondas distribuição de panfletos com a orientações sobre o uso de mosquiteiro

Governador Kundi Paihama, disse que é necessário reflectir sobre o excesso de casos de malária na região, mal que causa a morte de muitas pessoas, e que a maior apostar no combate da doença deve ser a prevenção com a eliminação de focos de multiplicação de mosquiteiros, com os charcos e lixos.

Dispor o lixo como retrata a imagem, captada na rua Hoji Ya Henda, em vez de sacos devidamente selados é um mau costume e fonte de muitas doenças

ISSA DA PONTIFICAL (EDIÇÃO NOVEMBRO)



9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Segurança Social está a cumprir o seu objectivo

Jornal de ANGOLA

1 De Abril de 2018

Texto: Manuel Moreira

O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) paga, por mês, 13 mil milhões de Kwanzas a 142.548 pensionistas a nível do país, dos quais 35.529 são mulheres.

A informação é do secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social, Manuel Moreira, em entrevista à Angop.

A Segurança Social, disse, está a cumprir o seu objectivo, que é pagar as pensões a todos os trabalhadores e, por via disso, aos seus familiares que, ao longo do percurso da vida laboral, fizeram as devidas contribuições e inscrições. O secretário de Estado do Trabalho e Segurança Social afirmou que a Segurança Social possui 145.201 empresas ou contribuintes inscritos, controla 1.667.814 segurados e paga pensões a 142.548 pensionistas. Em relação aos contribuintes, existem os sectores público e privado, bem como uma série de empresas de diversos ramos.

Em relação à forma como os pensionistas estão estratificados, o secretário de Estado indicou que existem 99.322 pensionistas do género masculino, 35.529 do género feminino e segurados um milhão 644 homens e 503.877 mulheres. O país possui mais homens trabalhadores do que mulheres.

Os mecanismos de atendimento dos pensionistas ao nível dos bancos não é satisfatório, disse. Falou da parceria existente com o Banco de Poupança e Crédito (BPC), que é público, que, em sua opinião, “não tem feito um bom atendimento conforme a orientação do Titular do Poder Executivo”. Defendeu, por isso, a descentralização desses serviços para outras unidades bancárias existentes no país.

O secretário de Estado sublinhou que de Janeiro a Fevereiro deste ano, 22 mil pessoas fizeram a prova de vida. A pensão por velhice cobre 20 por cento do total das demais existentes. Esclareceu que o processo tem importância para se poder aferir a existência dos reais beneficiários.

9.2 Lei sobre trabalho doméstico vai ser debatida em mesa redonda

Jornal O PAÍS

3 De Abril de 2018

Texto: Iracelma Kaliengue

O encontro, que acontece numa das unidades hoteleiras de Luanda, vai ser orientado pela secretária de Estado da Justiça e dos Direitos Humanos e Cidadania, Ana Celeste Januário e contará com a presença da secretária de Estado para a Família e Promoção da Mulher, e do Representante das Nações Unidas.

Durante o encontro, que prevê reunir uma considerável moldura humana entre os entendidos na matéria, segundo uma nota enviada a este jornal.

O decreto presidencial nº 155/16, que aprova o regime jurídico e de protecção social, foi publicado a 9 de Agosto de 2016 em Diário da República.

Direitos dos trabalhadores

Este decreto define que os trabalhadores domésticos passavam, desde a data da sua publicação, a ter os mesmos direitos que um trabalhador formal, como o direito a férias, oito horas de trabalho diário, direito à reforma, subsídio de Natal e de maternidade.

Segundo o diploma, os que vivem em casa dos empregadores passam a trabalhar apenas até dez horas por dia. O diploma define que a taxa contributiva para o sistema de protecção social obrigatório do trabalhador doméstico é paga a seis por cento pelo empregador e dois pelo beneficiário.

O regime em vigor exige do empregador a formalização da actividade por via de um contrato de trabalho.

Caderneta

A caderneta do empregado doméstico, como é descrita, é o documento comprovativo da relação jurídico-laboral, que garante os direitos do trabalho e da Protecção Social Obrigatória. Nela constam os registos da carreira profissional, as entidades empregadoras, salários, dias de férias.

Esse documento apresenta todos os elementos constitutivos da relação jurídico-laboral, como dados do trabalhador, tipologia do contrato de trabalho, mapa de férias, informações úteis sobre os direitos e deveres do empregador e trabalhador. O contrato de trabalho doméstico deve ser registado no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) no momento da inscrição do empregado.

Contrato de trabalho

O contrato de trabalho é interdito a menores de 18 anos. Antes da assinatura final, deve existir um período experimental de 60 dias e qualquer das partes pode cessar sem aviso prévio ou alegação de justa causa, não havendo direito a qualquer indemnização.

Os empregadores são obrigados a providenciar um recibo assinado pelo trabalhador, que comprove o pagamento dos respectivos salários e dos demais complementos remuneratórios.

O contrato de trabalho pode ser celebrado a tempo inteiro ou parcial. Pode também ser celebrado por tempo determinado ou indeterminado. O prazo determinado cobre um período até 120 meses.

Os empregados domésticos em regime de contrato em tempo parcial podem assinar contratos com outros empregadores, desde que os horários de trabalho não se sobreponham.

9.3 África começa a discutir a questão dos direitos e igualdades da mulher

Novo Jornal

27 De Abril de 2018

NJ/TF/RFI

Está a realizar-se em Moçambique, terminando hoje, a 2ª edição do MenEngage Africa, um simpósio que tem como objectivo principal falar dos modelos de masculinidade.

Além do assédio sexual, a distribuição das tarefas do lar, violência doméstica e a homofobia são algumas das questões discutidas durante esses cinco dias em Maputo por pesquisadores, associações e outros representantes da sociedade civil.

“Trata-se de um desafio global, mas no continente africano os estereótipos de masculinidade têm afectado muito fortemente a vida das pessoas, não apenas no dia-a-dia dos casais e das famílias, mas também no nível dos Estados africanos”, comenta Júlio Langa, coordenador nacional da rede HOPEM - Homens pela Mudança, um dos organizadores do evento.

Segundo ele, até mesmo alguns responsáveis de instituições públicas “ainda têm uma concepção muito fechada do que deve ser um homem” na sociedade contemporânea.

Entrevistado pela Rádio França Internacional, Langa chama a atenção para o papel do Estado, porque além dos aspectos que podem ser vistos como clichés quase universais, como saber quem é responsável pela limpeza da casa ou a educação dos filhos, os estereótipos de masculinidade exacerbada presentes na África podem ter um impacto negativo na saúde pública.

Seja pela banalização da violência doméstica, pela transformação do sequestro e o estupro de mulheres e meninas em arma de guerra, ou ainda a resistência ao uso do preservativo masculino, que contribui para a propagação de doenças sexualmente transmissíveis na região.

Além disso, vários países africanos autorizam, ou pelo menos toleram, a poligamia masculina. “Esse tema faz parte dos debates de alguns painéis. Não é possível a gente discutir igualdade de direitos, emancipação das mulheres, e transformação de masculinidade sem passarmos pela questão da poligamia”, conta Langa, ressaltando que o tema será tratado de forma transversal nos painéis do simpósio, sediado pela Universidade Eduardo Mondlane.

Ao contrário da maioria das manifestações pela igualdade de géneros, que geralmente são organizadas ou encabeçadas por movimentos feministas, o simpósio MenEngage Africa tem o papel do homem na sociedade como elemento central. Mas, para Langa, esse aspecto não foi um obstáculo ou fonte de polémica. “Temos apoio das organizações feministas e alguns dos painéis que estão no programa do simpósio vão abordar a questão do feminismo”, comenta. “Apoiar a agenda feminista é uma de nossas prioridades”, finaliza.

9.4 Casos de violação sexual preocupa as autoridades

Jornal de Angola

30 De Abril de 2018

Texto: Venâncio Victor

Um total de 43 crimes de violação sexual, 13 dos quais contra crianças, foram registados este ano, até Março, em Malanje, anunciou ontem o porta-voz do Serviço de Investigação Criminal (SIC) a nível da província.

O superintendente Lindo Ngola, que falava durante o acto de apresentação de um grupo de supostos marginais que assaltava cantinas no bairro da Cangambo, considerou os casos de violação sexual de menores como alarmantes.

A maior parte dos crimes de violação é praticado por pessoas muito próximas das vítimas, como pai, tios, irmãos e vizinhos, disse o porta-voz, para acrescentar que há muitos casos que ocorrem, em Malanje, mas não chegam ao conhecimento das autoridades policiais.

“Os pais e outros familiares próximos temem a estigmatização da pessoa violada e da família em que está inserida na sociedade”, disse, ao considerar os crimes de violação de menores “repugnantes e o perdão não depende da lesada, nem da família”.

O porta-voz do SIC alertou os cidadãos para a importância de denunciarem e os casos de violação sexual e referiu que, quando as vítimas são crianças há o risco destas contraírem várias enfermidades, entre as quais HIV /Sida, sífilis, gonorreia e outras capazes de as deixar estéreis.

Como consequências disso, as crianças abusadas sexualmente podem também vir a sofrer de distúrbios psíquicos, correndo o risco de contraírem gravidezes precoces ou apresentarem problemas de assimilação e depressão. Lindo Ngola lembrou que a pena aplicada aos crimes de violação sexual contra menores vão de dois a oito anos de prisão efectiva.

O responsável policial considerou os bairros Carreira de Tiro e Quizanga, na sede provincial, e o município de Cacuso, como as localidades que registam maior número de casos de violação sexual de menores.

No sábado, o SIC em Malanje procedeu a apresentação de dois supostos marginais, acusados de furto no interior da loja de um cidadão de nacionalidade guineense, no dia 16 de Abril, de onde saquearam electrodomésticos, cartões de recargas de telefonia móvel, colchões, diversas latas de conservas, além de dez mil kwanzas.

Em declarações à imprensa, o proprietário da loja disse ter sido a quarta vez que o estabelecimento é arrombado por marginais, tendo enaltecido o trabalho desenvolvido pela Polícia, que culminou com a captura dos assaltantes.

9.5 África começa a discutir a questão dos direitos e igualdades da mulher

Novo Jornal

27 De Abril de 2018

NJ/TF/RFI

Está a realizar-se em Moçambique, terminando hoje, a 2ª edição do MenEngage Africa, um simpósio que tem como objectivo principal falar dos modelos de masculinidade.

Além do assédio sexual, a distribuição das tarefas do lar, violência doméstica e a homofobia são algumas das questões discutidas durante esses cinco dias em Maputo por pesquisadores, associações e outros representantes da sociedade civil.

“Trata-se de um desafio global, mas no continente africano os estereótipos de masculinidade têm afectado muito fortemente a vida das pessoas, não apenas no dia-a-dia dos casais e das famílias, mas também no nível dos Estados africanos”, comenta Júlio Langa, coordenador nacional da rede HOPEM - Homens pela Mudança, um dos organizadores do evento.

Segundo ele, até mesmo alguns responsáveis de instituições públicas “ainda têm uma concepção muito fechada do que deve ser um homem” na sociedade contemporânea.

Entrevistado pela Rádio França Internacional, Langa chama a atenção para o papel do Estado, porque além dos aspectos que podem ser vistos como clichés quase universais, como saber quem é responsável pela limpeza da casa ou a educação dos filhos, os estereótipos de masculinidade exacerbada presentes na África podem ter um impacto negativo na saúde pública.

Seja pela banalização da violência doméstica, pela transformação do sequestro e o estupro de mulheres e meninas em arma de guerra, ou ainda a resistência ao uso do preservativo masculino, que contribui para a propagação de doenças sexualmente transmissíveis na região.

Além disso, vários países africanos autorizam, ou pelo menos toleram, a poligamia masculina. “Esse tema faz parte dos debates de alguns painéis. Não é possível a gente discutir igualdade de direitos, emancipação das mulheres, e transformação de masculinidade sem passarmos pela questão da poligamia”, conta Langa, ressaltando que o tema será tratado de forma transversal nos painéis do simpósio, sediado pela Universidade Eduardo Mondlane.

Ao contrário da maioria das manifestações pela igualdade de géneros, que geralmente são organizadas ou encabeçadas por movimentos feministas, o simpósio MenEngage Africa tem o papel do homem na sociedade como elemento central. Mas, para Langa, esse aspecto não foi um obstáculo ou fonte de polémica. “Temos apoio das organizações feministas e alguns dos painéis que estão no programa do simpósio vão abordar a questão do feminismo”, comenta. “Apoiar a agenda feminista é uma de nossas prioridades”, finaliza.

9.6 Casos de violação sexual preocupa as autoridades

Jornal de Angola

30 De Abril de 2018

Texto: Venâncio Victor

Um total de 43 crimes de violação sexual, 13 dos quais contra crianças, foram registados este ano, até Março, em Malanje, anunciou ontem o porta-voz do Serviço de Investigação Criminal (SIC) a nível da província.

O superintendente Lindo Ngola, que falava durante o acto de apresentação de um grupo de supostos marginais que assaltava cantinas no bairro da Cangambo, considerou os casos de violação sexual de menores como alarmantes.

A maior parte dos crimes de violação é praticado por pessoas muito próximas das vítimas, como pai, tios, irmãos e vizinhos, disse o porta-voz, para acrescentar que há muitos casos que ocorrem, em Malanje, mas não chegam ao conhecimento das autoridades policiais.

“Os pais e outros familiares próximos temem a estigmatização da pessoa violada e da família em que está inserida na sociedade”, disse, ao considerar os crimes de violação de menores “repugnantes e o perdão não depende da lesada, nem da família”.

O porta-voz do SIC alertou os cidadãos para a importância de denunciarem e os casos de violação sexual e referiu que, quando as vítimas são crianças há o risco destas contraírem várias enfermidades,

entre as quais HIV /Sida, sífilis, gonorreia e outras capazes de as deixar estéreis.

Como consequências disso, as crianças abusadas sexualmente podem também vir a sofrer de distúrbios psíquicos, correndo o risco de contraírem gravidezes precoces ou apresentarem problemas de assimilação e depressão. Lindo Ngola lembrou que a pena aplicada aos crimes de violação sexual contra menores vão de dois a oito anos de prisão efectiva.

O responsável policial considerou os bairros Carreira de Tiro e Quizanga, na sede provincial, e o município de Cacusó, como as localidades que registam maior número de casos de violação sexual de menores.

No sábado, o SIC em Malanje procedeu a apresentação de dois supostos marginais, acusados de furto no interior da loja de um cidadão de nacionalidade guineense, no dia 16 de Abril, de onde saquearam electrodomésticos, cartões de recargas de telefonia móvel, colchões, diversas latas de conservas, além de dez mil kwanzas.

Em declarações à imprensa, o proprietário da loja disse ter sido a quarta vez que o estabelecimento é arrombado por marginais, tendo enaltecido o trabalho desenvolvido pela Polícia, que culminou com a captura dos assaltantes.

10. AMBIENTE

10.1 Agricultura prorroga prazo para inspecção de madeira

Jornal de Angola

2 De Abril de 2018

Texto: André dos Anjos

O Ministério da Agricultura e Florestas (MIAGRIF) estendeu para mais 30 dias o período de inspecção da madeira apreendida pelas autoridades em várias províncias do país, na sequência da medida de interdição, em Fevereiro, de todas as actividades relacionadas com o corte, transporte e comercialização de madeiras.

O director nacional das Florestas, Nazaré Veloso, que anunciou a medida, disse que a decisão se deve ao grande volume de trabalho com que se deparou a comissão criada para o efeito.

Desde o início dos trabalhos, disse, a comissão procedeu à inspecção dos lotes de madeiras apreendidos nas províncias do Bengo, Cuanza Norte, Malanje e Cuanza Sul, faltando as províncias do Huambo, Benguela, Namibe, Lunda Sul, Cuando Cubango, Moxico e Lunda Norte.

O trabalho de inspecção, explicou, visa aferir a legalidade dos processos de exploração e comercialização da madeira no país e verificar o grau de cumprimento do Decreto Presidencial n.º 274/17, de 10 de Novembro, que prorrogou a campanha florestal/2017 até 31 de Janeiro de 2018.

Constituída por representantes dos ministérios da Agricultura e Florestas, Defesa, Indústria, Interior, Comércio e do Banco Nacional de Angola (BNA) e a Administração Geral Tributária (AGT), a comissão procura, ainda, dar tratamento legal às pessoas e entidades colectivas que continuaram a explorar continuam a explorar madeira, mesmo depois de terminada a campanha florestal/2017.

Tão logo esteja concluído o trabalho de inspecção em curso, o Ministério da Agricultura vai convocar uma conferência de imprensa para apresentar os resultados, garantiu o director nacional das Florestas.

O Ministério da Agricultura e Florestas anunciou, em finais de Janeiro, a suspensão, com efeitos desde o dia 1 de Fevereiro, de todas as actividades relacionadas à exploração de recursos florestais, como corte, circulação e transporte de madeira em toro ou serrada.

Num comunicado então distribuído aos órgãos de comunicação social, o Ministério da Agricultura e Florestas explicou que a medida surgiu em obediência ao Decreto Presidencial n.º 274/17, de 10 de Novembro, e alertou para os riscos que podiam resultar do seu incumprimento.

As sanções, de acordo com o documento, vão da apreensão e confisco à favor do Estado do produto, meios e equipamentos utilizados na sua transportação, ao pagamento de multas e à não renovação da licença.

As denúncias sobre o abate indiscriminado de árvores no país, envolvendo estrangeiros, aumentaram substancialmente no ano passado, com vídeos e fotografias de autênticos comboios rodoviários carregados de madeira, geralmente em toro.

Desde a entrada em vigor da medida que interdita todas as actividades relacionadas à exploração de recursos florestais, como corte, circulação e transporte de madeira em toro ou serrada, as autoridades têm vindo a apreender várias quantidades de madeira.

Nova Legislação

O país aprovou em 2017 uma nova legislação para a gestão das florestas, em substituição da que vinha sendo aplicada desde o tempo colonial, que, entretanto, só começa a ser implementada este ano.

Em entrevista recente ao Jornal de Angola, a jurista e docente universitária Paulette Lopes disse que a desordem na exploração de madeira que se instalou no país era provocada pela própria lei que, ao contrário dos outros recursos naturais, como petróleo e diamantes, em cuja exploração investe uma autoridade concessionária, no caso das florestas angolanas prevê apenas a exploração por privados.

Da legislação anterior, a nova preserva o princípio de exclusividade ao direito de exploração de recursos florestais a cidadãos nacionais. A lei não permite a estrangeiros o acesso directo à exploração dos recursos florestais.

Uma das inovações que a nova lei traz, está no condicionamento da saída da madeira para o estrangeiro à apresentação prévia do comprovativo de depósito, num dos bancos comerciais do país, ou uma carta de crédito das divisas correspondentes à remessa dos metros cúbicos a explorar em determinada área.

10.2 Criada uma estratégia para resolver problemas das inundações no Zango

Jornal de Angola

3 De Abril de 2018

Texto: Augusto Cuteta

A Administração Distrital do Zango vai apresentar, nos próximos tempos, um programa às autoridades provinciais para a construção de várias Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), no sentido de resolver o problema das inundações na zona.

O administrador do distrito, Costa Gabriel, acredita que este programa é a melhor solução para o problema das constantes inundações dos bairros do distrito do Zango, situação que se regista, igualmente, nos prédios da urbanização Vida Pacífica.

O responsável explicou que as inundações são permanentes porque o Zango foi construído numa antiga bacia de água, que era aproveitada para a agricultura.

O problema da drenagem foi ignorado, disse o administrador distrital, quando começou a construção dos edifícios, uma vez que não foram feitos grandes estudos dos terrenos.

Por isso, o administrador defende a construção das ETAR, que permitem o reaproveitamento das águas pluviais e não só. Com a ausência dessas infra-estruturas, fica agravada a situação dos bairros do Zango.

Costa Gabriel apela às autoridades provinciais para que construam as ETAR, porque estas permitem que a região disponha de um saneamento efectivo. "Isso depende de uma grande reestruturação do distrito, para ter-se uma urbanização digna", disse o responsável, que, em tempos idos, já foi administrador do município da Samba.

Para alcançar esses e outros objectivos, o responsável quer que se atribuam competências à administração local, o que resolveria uma série de problemas que afligem a população do Zango.

"A desconcentração administrativa, que se está a implementar aos poucos pelo Executivo, pode ser já um grande passo para esse desiderato", acredita o gestor da administração do distrito.

Quanto às infra-estruturas rodoviárias, o administrador refere que as autoridades locais querem aumentar o número de vias de acesso.

Costa Gabriel defende a necessidade de haver mais três vias de acesso ao Zango, sendo uma nas imediações do canal da Estação de Tratamento do Kikuxi, outra na zona onde se encontra o Resort Bantu, na VIa Expresso,

Costa Gabriel afirma que, se a Administração do Distrito do Zango tivesse máquinas, já existiriam mais vias, para facilitar a circulação rodoviária dentro dos bairros. O passado, a Administração contou com o apoio de entidades privadas na reparação de ruas, mas a actual crise financeira impôs o fim da colaboração.

além de mais uma nas cercanias dos prédios da urbanização Vida Pacífica.

"Nós temos picadas no meio dos bairros, mas pretendemos ter estradas boas, para facilitar as entradas e saídas, tendo em conta que estamos a ver o Zango a crescer como cidade", referiu o administrador do distrito.

Delinquência e prostituição prejudicam o distrito

O Zango é uma zona onde habitam pessoas de várias origens e algumas são conflituosas. Essa situação tem sido dos factores que contribuem para o nível elevado de delinquência. A Polícia Nacional tem combatido a criminalidade, garantiu o administrador. Costa Gabriel referiu que o mesmo problema se coloca para o caso da prostituição. O administrador assegura que "os focos estão identificados e existe um programa de acção social

versado na sensibilização das praticantes da actividade". O administrador distrital elogiou os esforços da Polícia Nacional e igrejas sediadas no distrito urbano do Zango para estancar esses problemas sociais.

Outras intervenções em vista

O administrador do Zango anunciou que existe um vasto conjunto de acções a nível da Saúde e da Educação para os próximos tempos com vista a melhorar os serviços prestados.

No que diz respeito à assistência médica, o administrador distrital anunciou o fim, para breve, da construção e apetrechamento de uma unidade sanitária com categoria de hospital municipal.

Embora não tenha avançado mais dados sobre essa obra, Costa Gabriel referiu que a unidade sanitária vai superar a capacidade do Hospital Municipal de Capalanca, também em Viana.

No sector da Educação, o administrador distrital disse que faltam salas de aula e carteiras escolares em algu - mas instituições de ensino.

Em função disso, muitas crianças estão fora do sistema de ensino. O administrador anunciou que decorre um processo de actualização de dados, para apurar o número de menores que não estudam.

Costa Gabriel recorreu a dados do ano passado para revelar que existiam mais de 20 mil menores sem estudar, por falta de salas de aula.

Com apenas quatro escolas públicas do segundo ciclo do ensino secundário, o Zango tem contado com a colaboração de vários colégios privados, para diminuir o número de menores fora do sistema de ensino.

10.3 Lixo invade as barreiras de protecção do rio Dande

Jornal de Angola

04 De Abril de 2018

Texto: Edson Fontes

O dique de protecção do Rio Dande em Caxito, na província do Bengo, foi invadido pelo lixo depositado por moradores que vivem nos arredores. Em consequência disso, muitas doenças estão a aumentar, e põem em risco a saúde da população.

Numa ronda feita esta semana, o Jornal de Angola apurou que a população faz uso diário do rio, ainda assim o lixo já está em contacto directo com a água usada para o banho, lavagem de roupa, louça e para o consumo em casa.

Questionado sobre o facto, o jovem Francisco Pedro, de 33 anos de idade e morador no bairro Kinguxi, disse ser triste ver a quantidade de lixo a crescer todos os dias. "Houve tempos em que um grupo de vigilantes da JMPLA fazia recolha dos resíduos", disse.

Francisco Pedra acrescentou que esta acção de voluntariado de nada adiantou, porque os jovens quando realizavam a limpeza e queimavam o lixo e depois moradores voltavam a fazer depósitos de resíduos sólidos no dique de protecção do rio.

"A população sempre consumiu esta água. Nesta época chuvosa é muito complicado e só Deus nos pode salvar. A água vem suja devido à terra que arrasta e com a mistura deste lixo, piora a contaminação do rio", disse.

Maria Eduarda, todas as manhãs, recorre ao Rio Dande para o banho. A jovem encontra-se na condição de gestante, e disse ser normal fazer uso dessa água "porque é corrente". De acordo com a nossa entrevistada, o grande problema das zonas adjacentes

ao Rio Dande passa pelos mosquitos, que aumentam dia após dia.

"Há muito capim no bairro, sem mosquiteiros ou dragão não se consegue dormir, além do facto do paludismo estar à espreita", frisou.

Manuel Domingos disse que o lixo já invadiu o dique do rio. O jovem é igualmente morador do bairro Kinguxi, frisou que naquelas localidades registam-se fortes chuvas, há a necessidade de abrir as comportas da barragem das Mabubas.

"Ultimamente, casos de malária, febre tifóide, diarreias e outras doenças estão a aumentar na nossa região. Por essa razão, a Administração Municipal tem de ver estas situações com urgência" disse.

Manuel Domingos disse que as equipas adstritas à Administração Municipal não fazem limpeza nesta área há muito tempo. Realizam-se palestras para sensibilizar os moradores para as campanhas de limpeza e de prevenção de doenças mas ainda assim, não surtem os efeitos desejados.

Carros de fumigação

A reportagem do Jornal de Angola constatou, também, que os carros de fumigação entregues recentemente ao hospital provincial, nunca passaram pela circunscrição. Por isso, Manuel Domingos sugere a colaboração dos demais moradores, de forma a combaterem os focos de lixo e evitar doenças.

A directora clínica do Hospital Geral do Bengo, Georgina Inglês, disse que se têm promovido palestras de sensibilização para alertar a população para os riscos de propagação de muitas doenças.

A responsável clínica disse que o Hospital Geral do Bengo regista nos últimos tempos muitos casos de doenças, e que a média de consultas diárias é de 350 pacientes.

Georgina Inglês disse, ainda, que tanto em consultas externas, como nas urgências, destacam-se serviços, como, de pediatria, medicina interna, cirurgia, ortopedia, oftalmologia, otorrinolaringologia, planeamento familiar, ginecologia e obstetrícia.

Assegurou, ainda, que esta unidade sanitária conta com 80 camas distribuídas por diversos serviços,

como de pediatria, área de internamento, banco de urgência, medicina, urgência, cirurgia e medicina.

Georgina Inglês acrescentou que a unidade sanitária regista em média diária o internamento de 25 a 30 crianças, 60 por cento dos casos relacionados com a malária.

Em relação aos adultos, há também casos de malária, assim como de doenças crónicas, como hipertensão e diabetes.

Georgina Inglês adverte, também, que a vala de irrigação de Caxito traduz um grande perigo para os populares que consomem água proveniente desta.

"Em 2017, registámos um total de 330 casos de schistosomiasis e no primeiro trimestre de 2018, temos o registo de 28 casos", disse a responsável.

A directora clínica do Hospital Geral do Bengo disse que devido ao uso dessa água, surgem no seio das comunidades várias patologias, como malária, doenças diarreicas agudas, respiratórias agudas, desnutrição e dermatites.

Georgina Inglês informou que a assistência médica e medicamentosa da população na região está a melhorar, apesar do défice de fármacos e de materiais gastáveis.

10.4 Lixo invade as barreiras de protecção do rio Dande

Jornal de Angola

4 De Abril de 2018

Texto: Edson Fontes

O dique de protecção do Rio Dande em Caxito, na província do Bengo, foi invadido pelo lixo depositado por moradores que vivem nos arredores. Em consequência disso, muitas doenças estão a aumentar, e põem em risco a saúde da população.

Numa ronda feita esta semana, o Jornal de Angola apurou que a população faz uso diário do rio, ainda assim o lixo já está em contacto directo com a água usada para o banho, lavagem de roupa, louça e para o consumo em casa.

Questionado sobre o facto, o jovem Francisco Pedro, de 33 anos de idade e morador no bairro Kinguxi, disse ser triste ver a quantidade de lixo a crescer todos os dias. "Houve tempos em que um grupo de vigilantes da JMPLA fazia recolha dos resíduos", disse.

Francisco Pedro acrescentou que esta acção de voluntariedade de nada adiantou, porque os jovens quando realizavam a limpeza e queimavam o lixo e depois os moradores voltavam a fazer depósitos de resíduos sólidos no dique de protecção do rio

"A população sempre consumiu esta água. Nesta época chuvosa é muito complicado e só Deus nos pode salvar. A água vem suja devido à terra que arrasta e com a mistura deste lixo, piora a contaminação do rio", disse.

Maria Eduarda, todas as manhãs, recorre ao Rio Dande para o banho. A jovem encontra-se na condição de gestante, e disse ser normal fazer uso dessa água "porque é cor rente". De acordo com a nossa entrevistada, o grande problema das zonas adjacentes ao Rio Dande passa pelos mosquitos, que aumentam dia após dia.

"Há muito capim no bairro, sem mosquiteiros ou dragão não se consegue dormir, além do facto do paludismo estar à espreita", frisou.

Manuel Domingos disse que o lixo já invadiu o dique do rio. O jovem é igualmente morador do bairro Kinguxi, frisou que naquelas localidades registam-se fortes chuvas, há a necessidade de abrir as comportas da barragem das Mabubas.

"Ultimamente, casos de malária, febre tifóide, diarreias e outras doenças estão a aumentar na nossa região. Por essa razão, a Administração Municipal tem de ver estas situações com urgência", disse.

Manuel Domingos disse que as equipas adstritas à Administração Municipal não fazem limpeza nesta área há muito tempo. Realizam-se palestras para sensibilizar os moradores para as campanhas de limpeza e de prevenção de doenças mas ainda assim, não surtem os efeitos desejados.

Carros de fumigação

A reportagem do Jornal de Angola constatou, também, que os carros de fumigação entregues recentemente ao hospital provincial, nunca passaram pela circunscrição. Por isso, Manuel Domingos sugere a colaboração dos demais moradores, de forma a combaterem os focos de lixo e evitar doenças.

A directora clínica do Hospital Geral do Bengo, Georgina Inglês, disse que se têm promovido palestras de sensibilização para alertar a população para os riscos de propagação de muitas doenças.

A responsável clínica disse que o Hospital Geral do Bengo regista nos últimos tempos muitos casos de

doenças, e que a média de consultas diárias é de 350 pacientes.

Georgina Inglês disse, ainda, que tanto em consultas externas, como nas urgências, destacam-se serviços como, de pediatria, medicina interna, cirurgia, ortopedia, oftalmologia, otorrinolaringologia, planeamento familiar, ginecologia e obstetrícia.

Assegurou, ainda, que esta unidade sanitária conta com 80 camas distribuídas por diversos serviços, como de pediatria, área de internamento, banco de urgência, medicina, urgência, cirurgia e medicina.

Georgina Inglês acrescentou que a unidade sanitária regista em média diária o internamento de 25 a 30 crianças, 60 por cento dos casos relacionados com a malária.

Em relação aos adultos, há também casos de malária, assim como de doenças crónicas, como hipertensão e diabetes.

Georgina Inglês adverte, também, que a vala de irrigação de Caxito traduz um grande perigo para os populares que consomem água proveniente desta.

“Em 2017, registámos um total de 330 casos de schistosomiasis e no primeiro trimestre de 2018, temos o registo de 28 casos”, disse a responsável.

A directora clínica do Hospital Geral do Bengo disse que devido ao uso dessa água, surgem no seio das comunidades várias patologias, como malária, doenças diarreicas agudas, respiratórias agudas, desnutrição e dermatites.

Georgina Inglês informou que a assistência médica e medicamentosa da população na região está a melhorar, apesar do défice de fármacos e de materiais gastáveis.

10.5 Chuvas voltam a matar no Lobito

Jornal O País

7 De Abril de 2018

Texto: Zuleide de Carvalho

Apesar do triste episódio registado em Março de 2015, a cidade do Lobito continua a não estar preparada para receber fortes chuvas, tanto que a chuva que se abateu na noite do dia 5 comprovou-o claramente.

Como resultado das chuvas, é visível que no município do Lobito pouco ou nada se fez, nos últimos três anos, para diminuir o risco nas vidas humanas, quando chove. As valas de drenagem

transbordaram, as ruas ficaram completamente alagadas, as casas desabaram e, infelizmente, mais pessoas morreram.

Desta feita, o balanço do corpo de bombeiros local aponta para a morte de dois cidadãos, um de 16 e o outro de 26 anos de idade. As vítimas residiam na zona alta do Lobito e foram arrastadas pela água da chuva.

De acordo com Jorge David, porta-voz provincial dos bombeiros, a chuva iniciou às 6h da tarde de Quinta-feira e terminou por volta das 11h da noite. Ontem, os bombeiros procederam ao levantamento dos danos causados.

Para além dos dois mortos já referidos, houve dois feridos, resultante do desabamento de habitação, 3 casas ficaram completamente destruídas, escombros ficaram concentrados nos bairros 17 de Setembro, 27 de Março e bairro da Eléctrica.

Maurício, tio do adolescente, que identificou o sobrinho apenas por Rafael, conta que este perdeu a vida quando tentava atravessar uma vala, nas proximidades de sua casa, no bairro Alto Liro.

Sobre as mortes, o sobra António João realçou que "em 2015 já aconteceu aqui", lembrou, referindo-se aos mais de 60 angolanos que morreram no Lobito, naquela altura, na noite de 11 de Março.

Perante mais esta desgraça, as autoridades tradicionais daquela zona acreditam que, para que se evite isso, é necessário que o Estado trabalhe, criando condições de habitabilidade, livres de riscos, e que o povo colabore.

10.6 Fiscalização do IDF apreende madeira

Jornal de Angola

7 de Abril de 2018

Texto: Justino Victorino

Pelo menos 129 metros cúbicos de madeira mussivi, transportados em dois camiões vindos da província Cuando Cubango, foram apreendidos terça - feira, na província do Huambo, pelos fiscais do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF).

O carregamento em causa não se apresentava com a documentação necessária para que a madeira fosse movimentada de uma província para a outra. O anúncio foi feito pelo director nacional das Florestas, Domingos Nazaré, que trabalhou na cidade do Huambo para radiografar a real situação do sector que dirige.

Domingos Nazaré informou que um decreto orienta a cessação da exploração de madeira em todo o território nacional, designadamente as espécies pau-ferro, mussivi, girassonde, pau-preto, entre outras.

O director nacional das Florestas' manifestou que o incumprimento da decisão por parte dos operadores do sector florestal leva à apreensão e confisco, a favor do Estado, do produto, dos meios e do equipamento utilizado na sua transportação, tal como aconteceu com o aprisionamento, tempos atrás, de quatro camiões que transportavam 160 metros cúbicos de madeira em touro.

Domingos Nazaré esclareceu que a deliberação, que entrou em vigor às zero horas de 31 de Janeiro determina que o incumprimento da lei leva, de igual modo, ao pagamento de multas e a não renovação da licença para a próxima campanha florestal, marcada para os meses de Junho a Outubro.

A fonte realçou que o IDF aguarda neste momento pela decisão do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Florestal sobre o destino da madeira apreendida e que estava a ser transportada para o Porto do Lobito, na província de Benguela, para ser exportada.

A província do Huambo tem uma extensão territorial de 34.270 quilómetros quadrados e apenas conta com oito técnicos responsáveis pela fiscalização dos perímetros florestais. Esse número reduzido de fiscais facilita a exploração ilegal dos recursos florestais, por incapacidade de controlo de todas as áreas; numa altura em que o IDF prepara mais de 40 mil mudas de árvores para replantação.

10.7 Fiscalização do IDF apreende madeira

Jornal de Angola

7 de Abril de 2018

Texto: Justino Victorino

Pelo menos 129 metros cúbicos de madeira mussivi, transportados em dois camiões vindos da província Cuando Cubango, foram apreendidos terça - feira, na província do Huambo, pelos fiscais do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF).

O carregamento em causa não se apresentava com a documentação necessária para que a madeira fosse movimentada de uma província para a outra. O anúncio foi feito pelo director nacional tias Florestas, Domingos Nazaré, que trabalhou na cidade do Huambo para radiografar a real situação do sector que dirige.

Domingos Nazaré informou que um decreto orienta a cessação da exploração de madeira em todo o território nacional, designadamente as espécies pau-ferro, mussivi, girassonde, pau-preto, entre outras.

O director nacional das Florestas' manifestou que o incumprimento da decisão por parte dos operadores do sector florestal leva à apreensão e confisco, a favor do Estado, do produto, dos meios e do equipamento utilizado na sua transportação, tal como aconteceu com o aprisionamento, tempos atrás, de quatro camiões que transportavam 160 metros cúbicos de madeira em touro.

Domingos Nazaré esclareceu que a deliberação, que entrou em vigor às zero horas de 31 de Janeiro determina que o incumprimento da lei leva, de igual modo, ao pagamento de multas e a não renovação da licença para a próxima campanha florestal, marcada para os meses de Junho a Outubro.

A fonte realçou que o IDF aguarda neste momento pela decisão do Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Florestal sobre o destino da madeira apreendida e que estava a ser transportada para o Porto do Lobito, na província de Benguela, para ser exportada.

A província do Huambo tem uma extensão territorial de 34.270 quilómetros quadrados e apenas conta com oito técnicos responsáveis pela fiscalização dos perímetros florestais. Esse número reduzido de fiscais facilita a exploração ilegal dos recursos florestais, por incapacidade de controlo de todas as áreas; numa altura em que o IDF prepara mais de 40 mil mudas de árvores para replantação.

10.8 É melhor prevenir do que remediar!

Jornal O País

8 De Abril de 2018

Texto: Simão Carlos João

Espero que esta carta encontre a equipa do Jornal O PAÍS a gozar de boa saúde!

Escrevo para alertar a sociedade angolana sobre as doenças que advêm da época chuvosa, apesar de muitos já as conhecerem, mas que têm sido ignoradas. Estamos já a pensar no cáximbo, mas ainda lá não estamos e em' 'Abril, chuvas mil" Portanto ainda devemos alertar a população, pois prevenir é melhor do que remediar, olhem só a desgraça que aconteceu no Lobito na Sexta-feira passada.

Façam atenção, uma das doenças que muito afecta a nossa sociedade nesta época (e um pouco depois da mesma) é a febre tifóide, por razões que muitos conhecemos, como a mistura da água tratada com a da chuva; o contacto com as fezes arrastadas pela água da chuva, etc.

O problema também, é que nós temos uma sociedade com muito pouca educação ambiental, que ainda tem a cultura de deitar o lixo no chão e urinar na rua como se isso fosse normal.

E não é tudo, e também é triste saber que o angolano aproveita-se desta situação para fazer dinheiro, cobrando dinheiro às pessoas que, para atravessar lagoas têm de passar por cima de grandes pedras ou em peças de madeira colocadas por certos indivíduos.

Mas voltando ao assunto, vamos prevenir as doenças das chuvas, pois já não nos aguentamos com a vida que temos, não podemos mais ter uma saúde arrojada. Quanto mais evitarmos ir ao hospital, melhor para nós, uma vez que as nossas unidades hospitalares são o que são: "pelenguenha".

Queridos pais, não deixem os vossos filhos se banhar na chuva ou jogar bola na chuva. Os tempos não são os mesmos, evitem as doenças nos vossos lares.

10.9 Governo anuncia intervenção para estancar ravinas

Jornal de Angola

9 De Abrial de 2018

Texto: Alfredo Pereira

o Ministério da Construção e Obras Públicas vai assumir a intervenção nas ravinas de grande dimensão que no Bengo ameaçam cortar a comunicação entre os municípios do triângulo Dembos, Pango Aluquém e Bula Atumba e as demais regiões.

Manuel Tavares de Almeida, que trabalhou no Bengo, disse à imprensa ter deixado orientações precisas ao Governo do Bengo no sentido de estancar, por enquanto, as ravinas de menor escala.

"Em relação às ravinas de maior dimensão o Ministério vai ter de intervir com projectos específicos para acudir a situação e evitar que ela danifique a estrada."

O ministro da Construção explicou que já foram identificadas algumas passagens hidráulicas que devem ser feitas para permitir a drenagem das águas e, assim, evitar que as ravinas se alastrem.

Manuel Tavares de Almeida sublinhou que onde há indícios de formação de ravinas a colocação de pedras com argamassa para escoar as águas é a melhor solução.

Desafios no Zaire

O ministro da Construção avaliou também o estado dos 117 quilómetros do troço que liga a cidade de Mbanza Kongo ao município do Nóqui, província do Zaire.

A estrada Mbanza Kongo-Nóqui foi adjudicada à empresa 'Tecnovia Angola' em Fevereiro de 2009, tendo os trabalhos começado em Janeiro de 2011, num pacote de projectos que incluía a ligação ao posto fronteiriço do Luvo, numa extensão total de 172 quilómetros.

A Tecnovia Angola concluiu a pavimentação e sinalização dos 55 quilómetros do troço Mbanza Kongo-Luvo, em 2011, que constava do primeiro pacote.

Dois anos depois iniciou a reabilitação da via que parte do desvio da localidade de Nkoko (Mbanza Kongo) até ao município do Noquí, incluído no segundo pacote, tendo reabilitado e pavimentado 25 quilómetros, até à suspensão dos trabalhos em Fevereiro de 2016, por alegadas dificuldades financeiras. Os custos da reabilitação da via estavam inicialmente avaliados em 94.497.909,00 dólares e consistia na acomodação do tráfego, desmatação e abate de árvores, escavações e aterros, drenagens, pavimentação e sinalização, segundo o manifesto público da empreiteira Tecnovia Angola.

Na sua visita, Manuel Tavares de Almeida inteirou-se do estado do troço Mpala- Lufico, no município do Nóqui, numa extensão de 106 quilómetros, tendo sido informado de que a circulação de pessoas e bens nesta via, transformada em picada, que liga o Nóqui ao munidpio do Tomboco, ficou inviabilizada há dois anos, devido ao seu avançado estado de degradação.

Promessa ao povo Dirigindo-se aos habitantes da comuna de Lufico, o governante reconheceu o mau estado da via e prometeu uma intervenção urgente, ainda este ano, tendo assegurado uma solução imediata que passa pela construção de passagens hidráulicas e por trabalhos de terraplanagem, para posteriormente se avançar para uma reabilitação definitiva do troço.

A caravana do ministro prosseguiu até à sede municipal de Nóqui, tendo constatado o funcionamento do posto aduaneiro local na fronteira com a cidade de Matadi, capital do Congo Central, República Democrática do Congo (RDC). A

delegação do ministro trabalhou na manhã de ontem, no município de Cuímba, 74 quilómetros a noroeste da cidade de Mbanza Kongo.

Acções no Dundo

A ravina que ameaça destruir prédios da Zona 4 da centralidade do Mussungue, no Dundo, província da Lunda-Norte, começou a ser estancada com trabalhos paliativos, que incidem na colocação de pedras de maior diâmetro de modo a abrandar a sua progressão.

Estão envolvidas nas obras de estancamento provisório da ravina iniciadas no sábado várias empresas contratadas pelo Governo da Lunda-Norte, como a Capilongo, a GrinnereaCGGC, que intervêm na requalificação da central hidroeléctrica do Luachimo .

A ravina que começou a sua progressão a partir de valas de condutas que transportam as águas fluviais e residuais da centralidade, já alcançou 976 metros de cumprimento e a sua cabeceira é de 25 metros de largura e 15 metros de profundidade.

O governador da província Ernesto Muangala, visitou as obras de estancamento provisório da ravina e disse esperar que as empresas intervenientes possam concluir e devolver segurança os prédios que se encontram próximo.

Com Angop

10.10 Chuva desaloja famílias na cidade de Cabinda

Jornal de Angola
10 De Abril de 2018
Texto: Pedro Suculate

Pelo menos 1.314 pessoas, de 827 famílias, ficaram sem casa em consequência das fortes chuvas que se abateram sobre a cidade de Cabinda nos três últimos meses, segundo o comandante adjunto do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros.

Alberto Lubota, que falava durante o acto de apresentação do novo comandante provincial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, esclareceu que durante o período em referência as chuvas causaram um morto, a destruição de 67 casas e a inundação de 103.

De acordo com o segundo comandante provincial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, a instituição, no âmbito das suas responsabilidades de protecção à população contra as calamidades e catástrofes

naturais, registou 657 residências em zonas de risco. Acrescentou ainda que foram registados pelo Serviço de Protecção Civil e Bombeiros 48 incêndios de pequenas proporções, que resultou em danos patrimoniais e humanos (um morto e seis feridos). Os danos materiais ficaram avaliados em 12 milhões e quinhentos mil kwanzas.

Durante o período em referência registaram-se ainda 24 casos de afogamento em consequência de naufrágios de pequenas embarcações de pesca artesanal e em banhistas com o resgate de 19 pessoas com vida e cinco mortes. O novo comandante provincial do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros, superintendente Henrique Capita, disse, no acto da sua apresentação aos efectivos, que durante o seu mandato vai dedicar maior atenção às acções profiláticas, para prevenir situações menos boas e para elevar o nível de sentimento de segurança no seio da população.

“A principal linha de força do meu mandato é elevar os níveis de sentimento de segurança no seio da população, através de acções profiláticas, tendo sempre presente a disciplina e a organização, como pressupostos importantes para o êxito da missão.

10.11 Chuva no Lobito causa três mortos

Jornal de Angola
11 De Abril de 2018

Três pessoas morreram, igual número de casas desabaram deixando vinte agregados ao relento em consequência da chuva que se registou no município do Lobito (Benguela), de quinta para sexta-feira, informou ontem, porta-voz provincial dos Serviços de Protecção e Bombeiros, Jorge David.

Segundo o responsável que efectuava um balanço da chuva, um terceiro cadáver de urna senhora foi removido neste sábado no bairro Lobito Velho, que aparenta ter entre 40 e 45 anos de idade.

Referiu que outros dois corpos foram removidos na manhã de sexta-feira, nomeadamente o de Estêvão Rafael, 16 anos, arrastado pelas águas quando tentava atravessar a vala que se situa junto à sua casa no bairro do Liro e de Rafael Domingos, 26 anos, removido na lama da Boavista.

Jorge David informou que as famílias foram já identificadas e os corpos encontram-se na morgue do Hospital Geral do Lobito.

O município do Lobito é recorrente em desgraças resultantes das chuvas devido ao estado deficitário

das linhas de drenagem das águas pluviais e das passagens hidráulicas maioritariamente por desassorear. Em Março de 2015, mais de 70 pessoas morreram nos municípios vizinhos do Lobito e Catumbela devido a chuva torrencial.

10.12 De quem é a culpa?

Jornal O PAÍS

13 De Abril de 2018

Testo: Matilde Ngueve

Caro director

Eu até já nem sei muito bem como falar, porque parece que os nossos dirigentes já não ouvem mais. Todos esses anos a lhes avisar, os ambientalistas e os mais velhos, que é preciso respeitar a natureza, mas eles não querem saber. Agora é que estão a ver o resultado da sua teimosia, mas mesmo assim eu sei que não vão aprender.

Aqui em Benguela choveu e ficamos com a cidade tipo um lago. Quando choveu no Lobito morreram pessoas. Agora aqui ainda não disseram nada, assim agora que estou a escrever esta carta, mas não sei se não teremos danos graves. Porque aqui quando chove muito vem sempre desgraça. Agora eu pergunto: a culpa é de quem? Da natureza não pode ser, porque quando nascemos lhe encontramos, assim como os nossos pais e os nossos avôs e os seus avôs e os avôs destes.

Se construiu-se uma cidade e as cidades têm e ter esgotos limpos porquê que aqui não tem? Os nossos dirigentes assim não sabem que a chuva mais tarde ou mais cedo vai mesmo cair porque é a natureza que quer assim? É preciso ir para a universidade para aprender isso? Só que aqui não temos a cultura de levar o Estado ao tribunal, estes dirigentes iriam aprender, porque não é preciso morrer pessoas, basta que as águas que ficam paradas deixem cair casas e que estraguem mobílias e electrodomésticos, alguém tem de pagar. Além dos transtornos nas vidas das pessoas e das empresas que não trabalham.

Temos pouca sorte, sai governador, entra governador, cada um a prometer que vai fazer isto e aquilo, mas afinal basta chover um pouco e ficamos todos molhados. E depois, “a chuva é culpa da natureza”, Obrigado.

10.13 Obstrução dos esgotos causa inundações em Benguela quando chove

Jornal O PAÍS

13 De Abril de 2018

Texto: Zuleide de Carvalho

Quando São Pedro deita água sobre Benguela, é um desastre. Numa fracção de minutos, com chuva intensa, as estradas e passeios desaparecem, inundando-se ao ponto de os automobilistas se desorientarem, sem saberem por onde transitam.

Na manhã de ontem, Quinta-feira, choveu na cidade de Ombaka. Apesar de as quedas pluviométricas terem durado pouco, cerca de uma hora, começando às 7h15, os constrangimentos e danos causa dos são imensos.

Nas artérias da cidade inundada viam-se contentores do lixo à deriva nas estradas alagadas, árvores caídas e várias eram as pessoas com os sapatos nas mãos, a atravessarem “os rios”, que horas antes eram estradas.

As consequências da inundaçãõ afectam a todos. Inclusive a entidade estatal responsável por resolver esta problemática dos esgotos, a Administração Municipal de Benguela, também sofre com o índice de absentismo elevado nos dias chuvosos.

“Com esse problema da chuva, uma boa parte nem apareceu para trabalhar”, declarou ontem Maria José Garcia, administradora municipal adjunta.

Assim, na sede provincial, inúmeras pessoas faltaram aos empregos não porque chovia de manhã, mas porque as ruas, estradas e passeios, estavam intransitáveis, submersos, devido ao entupimento dos esgotos, que impede o escoamento das águas.

Benguela nem sempre foi assim... alagada

Oswaldo dos Santos faz hoje, 13 de Abril, 69 anos de idade. Em grande parte desses, dedicou-se a trabalhar no gabinete de urbanismo e arquitectura da Câmara Municipal de Benguela, na era colonial.

Indignado com o actual cenário visto sempre que chove com ligeira intensidade, o senhor Oswaldo recorda que Benguela nem sempre foi assim... alagada. No seu tempo, o sistema de esgotos funcionava eficientemente, escoando as águas.

Após a Independência, o munícipe sénior testemunhou e sempre criticou as intervenções que foram feitas no tapete asfáltico da sede provincial, pois têm profundos erros, sendo um dos principais a obstrução dos esgotos.

“Em 2012, ao fazerem resselagem, lancilagem e calcetagem dos passeios, não tiveram em conta as bocas de águas fluviais que havia. Essas bocas faziam a recepção das águas, levadas por uma conduta para o mar”.

Questionado se na época colonial Benguela ficava assim, como hoje, inundada, em dias de pluviosidade, o ancião respondeu prontamente: “nem pensar!”

Sobre os problemas verificados nos recentes anos, “infelizmente, houve erros que cometeram, gravíssimos, talvez por ignorância e um bocadinho de malvadez das pessoas que governavam Benguela”, argumentou o técnico aposentado.

Com os esgotos tapados pelo asfalto, as águas da chuva acumulam-se porque a cidade das acácias é plana, explicou o funcionário da câmara reformado. Porém, no tempo colonial houve estudos topográficos para construção das estradas.

Dada a falta de inclinação na cidade, os portugueses configuraram estradas com lancis altos e aberturas para a rede de esgotos, escoando as águas da chuva sub-terraneamente, 500 metros mar adentro, mantendo-se Benguela seca.

Logo, Osvaldo dos Santos lamenta que o trabalho da Administração Municipal na reconstrução das estradas, após Independência, desrespeite as normas previamente estudadas pelos topógrafos, condenando a cidade das acácias à inundação por inexistência de esgotos.

Municípes esperam que o governo arranje os esgotos

O jovem Pedro Cassua faltou ontem ao emprego porque em Benguela não havia condições para transitar com a sua motorizada. Ainda tentou, mas, andou no passeio a empurrar a mota, pois as estradas estavam submersas.

“Tem muita água mesmo, está a impedir muito, principalmente nós, que vamos trabalhar de mota”, reclamou.

Francisco Candjeke, cobrador de táxi, enunciou que “não há condições para ir trabalhar, infelizmente, há muita água na cidade, está muito complicado”. De manhã, passou pelo Hospital Geral de Benguela, lamentando vê-lo completamente alagado.

O cidadão culpa o Governo, pois, a seu ver, na “nossa cidade, seria bom que tivesse esgotos. A falta de esgotos causa esses transtornos” e, as valas de drenagem não funcionam, têm de ser limpas.

Já Ivone José, tem 42 anos, vive na sede provincial há mais de 30 anos. A comerciante não conseguiu ir às suas bancadas, na praça, porque as ruas que a levariam ao trabalho estavam intransitáveis.

Recorda -se que na infância perguntava -se para onde ia a água da chuva, que era escoada. Porque só quando adulta descobriu a importância dos esgotos, pois, há alguns anos, as águas passaram a acumular-se nas ruas.

Para si, é imperativo que o Governo faça alguma coisa, resolva esse problema, as pessoas não podem continuar a perder o ganha-pão diário porque não conseguem circular na cidade, nos bairros, então, pior.

A munícipe preocupa-se também com a sua saúde pois, após ter sido forçada a caminhar nas estradas alagadas, em água contaminada com lixo e fezes, resíduos arrastados pela chuva, teme ficar doente.

Nos dias chuvosos, as ruas de Benguela ficam submersas durante horas. Ontem, duas horas após ter parado de chover, finalmente, nas zonas com esgotos apenas parcialmente tapados, via-se a enchente de água a diminuir.

Todavia, essas áreas são a minoria, pois a maior parte dos esgotos do município foram obstruídos. Deste modo, muitas ruas ficam alagadas durante os dias subsequentes à chuva, criando águas paradas no centro da cidade.

Sabido na matéria, Osvaldo dos Santos aconselha a Administração Municipal a contratar topógrafos, se ainda não os tiver e, a consultar a experiência dos antigos que trabalharam na época colonial, pois já não restam muitos.

Isto para que, num futuro breve, sejam feitas intervenções profundas no tapete asfáltico municipal, para que se recuperarem os esgotos, tarefa que será árdua, mas possível e necessária, livrando Benguela das constantes inundações.

10.14 Ravina do Zango 4 regista três mortes e moradores pedem intervenção da Administração Municipal

Jornal A República

13 De Abril

Texto: Isidro Kangandjo

A ravina do Zango 4 é um problema que existe desde 2011, pelo que os coordenadores e o Presidente da comissão do bairro escreveram uma carta à administração de Viana para que esta interviesse, porém, continua tudo na mesma.

Em declarações a este jornal, Fernando Mualumbo, Presidente da comissão de moradores do Zango 4, disse que o problema da zona que dirige - outrora denominada Km 40-B - deve-se a falhas da Odebrecht, empresa contratada pelo Estado angolano para construir bairros sociais no Zango.

“O antigo bairro Km 40-B, hoje Zango 4, existe desde 1999. Depois da construção das residências dos Zangos 2, 3 e 4, que estiveram sob responsabilidade da empresa de construção civil ODEBRECHT, em 2011, ao invés de se colocar uma vala de drenagem no SIAC, preferiu-se sacrificar os antigos para beneficiar os novos moradores”, disse o presidente do Bairro.

“A ravina encontrou-nos, ela surgiu em 2011, depois da conclusão das obras, aliás, antes mesmo que a concluíssem, a comissão de moradores foi ter com a empresa para se encontrar uma solução para o desvio da água por forma a evitar prejuízos, mas não fomos ouvidos”. Lamentou.

Inconformada, a comissão começou a escrever cartas à administração municipal e aos Bombeiros, estes até foram ao local para o serviço de auscultação, mas, explicou o Presidente da comissão, até ao momento, nada foi feito.

“Enviámos cartas às administrações distritais do Zango e do Calumbo, escrevemos à administração municipal e aos bombeiros, desde 2011, esclarecendo o que estava a se passar connosco, passado algum tempo vieram constatar, mas até hoje não dizem nada, concluiu.

David António, coordenador do sector 6, disse que quando chove as pessoas que vivem perto da ravina não conseguem dormir.

”A ravina começou com uma pequena ruptura, mas hoje se tornou assustadora mais de 40 casas estão em zona de risco, dez das quais precisam de uma

intervenção urgente. Já se registaram três mortes, não queremos que isso se repita” Apelou.

Uma das vítimas, identificada pelo nome de Cecília, disse que perdeu partes do seu terreno e da sua casa devido à chuva, pelo que pede que o governo intervenha o quanto antes.

“É preciso que o governo resolva o nosso problema o mais célere possível colocar uma vala de drenagem ou nos tirar daqui porque estamos desassossegados, há pessoas que abandonaram as suas residências e como nós que não temos possibilidade, estamos à espera de uma resposta imediata. É preciso que o governo venha intervir enquanto não aconteceu o pior, não construímos na zona de risco o que acontece é que a vala foi criada pela empresa ODEBRECHT quando tirava área para organizar as obras que estavam a ser feitas nos zangos 2, 3 e 4”, disse.

Com uma população estimada em 7.000 habitantes, o bairro existe há 19 anos. Os moradores sentem-se excluídos devido à falta de condições sociais, nomeadamente, água, energia eléctrica, escolas e centros de solidariedade social.

10.15 “Praia Mundial” livre de amontoados de lixo

Jornal de Angola

16 De Abril de 2018

Texto: Manuela Mateus

Há duas semanas a “Praia Mundial”, localizada no bairro dos Pescadores, no município de Cacuaco, apresentava uma imagem imunda. As zonas banear e pesqueira tinham sido invadidas por uma quantidade excessiva de lixo.

Famosa por atrair, para lazer, os munícipes de Cacuaco e de outras paragens de Luanda, em maior número ao final de semana, a “Praia Mundial” convive há vários anos com as enchentes das águas da chuva, provenientes dos bairros próximos.

José Muhongo, de 36 anos, que há anos frequenta o local, conta que as últimas enxurradas que se abateram sobre Luanda provocaram constrangimentos à imagem da praia. “A força das águas provenientes dos bairros, arrastaram consigo toda a espécie de lixo para a praia. Para agravar, o comportamento dos banhistas e das peixeiras contribuiu para sujá-la ainda mais”, acusou.

O jovem munícipe lembrou que os primeiros meses do ano foram difíceis para os defensores do meio

ambiente, tendo sublinhado que a convivência entre banhistas e pescadores é partilhada com o lixo.

“A praia estava transformada numa autêntica lixeira a céu aberto, como consequência dos resíduos arrastados pelas enchentes e também por culpa de algumas pessoas, que habitualmente a frequentam. Tínhamos de quase tudo aqui, desde latas e garrafas vazias, pratos descartáveis e restos de peixe”, afirmou.

Apesar de carecer de melhorias, - a reportagem do Luanda, Jornal Metropolitano constatou que a “Praia Mundial” apresenta, agora, uma imagem mais arejada. A preocupação manifestada pelos ambientalistas foi acatada pela direcção da empresa de limpeza “Rota Viva”, que, de imediato, fez as necessárias diligências.

Oswaldo da Silva, por sua vez, referiu que foram necessárias duas semanas para que a operadora de limpeza retirasse o amontoado de lixo concentrado à beira-mar. O recurso a máquinas pesadas, sustentou o município, foi fundamental, embora hajam ainda restos de resíduos sólidos ao longo da costa marítima.

Oswaldo da Silva admite que muito há por fazer na praia e no mercado adjacente, porquanto deve existir colaboração de todos, sobretudo dos banhistas e das peixeiras.

CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO

Maria Helena, peixeira há 10 anos, tem por hábito chegar cedo à praia. Ela conta que, à semelhança das colegas, ficou assustada com a imagem e o cheiro desagradável que há duas semanas tinha como epicentro o amontoado do lixo próximo à água.

A peixeira recorda que, devido ao lixo à volta do espaço, não havia condições para escamar o peixe, uma vez que boa parte da areia estava coberta de dejectos provenientes do mar.

“Deixámos de colocar lixo aqui e este amontoado surgiu em consequência das chuvas. E, como o mar devolve tudo, o resultado foi assustador”, disse.

Maria Helena garante que prima pela higiene e, para prová-lo, confirmou que, sempre que escama o peixe faz-se acompanhar de um saco de plástico, para depositar o que não vai precisar.

“No final do meu dia de trabalho, tenho tido o cuidado de recolher o lixo e depositar no contentor”, disse Maria Helena.

Posição contrária tem o ajudante de pescador Nelito Coboio. Acusa que muitas vezes são as próprias peixeiras quem espalham o lixo junto ao mar.

“Depois de comprarem o peixe, muitas são as peixeiras que escamam-no junto à praia e, outras, inclusive, lavam dentro da água. Tem vezes que a própria água acaba por ficar com uma cor acastanhada, mas ainda assim as nossas crianças tornam banho nela, por estarem acostumadas”, afirmou.

Nelito Coboio sugeriu ser necessário que se desenvolva uma ampla campanha de sensibilização sobre as vantagens do meio ambiente sadio, para evitar que a população continue a deitar os dejectos em locais públicos.

“Por mais que se limpe a praia, ou haja empenho na recolha, tudo poderá parecer pouco, se as pessoas não estiverem educadas e organizadas para mantê-la limpa”, disse.

O pescador elogia a limpeza feita e pede que sejam colocados mais contentores. Os poucos que foram assentados estão distantes da praia, o que provavelmente, admitiu Nelito Coboio, seja um dos motivos que leva algumas peixeiras a não colaborarem para higiene da praia.

RISCO DE DOENÇAS

A cor acastanhada que a água da praia apresenta não impede os banhistas de dar um mergulho. Aos finais de semana, propriamente nos dias de sol abrasador, crianças e adolescentes não hesitam em tomar banho. Os mergulhos, em grande estilo, constituem uma marca entre os adolescentes. Apesar de em menor número, durante a semana.

“Senhora jornalista, estamos acostumados a banhar neste local; é um hábito antigo”, disse Simão Munginga, de 14 anos, quando questionado se não têm receio da poluição ambiental e outros males visíveis na praia.

Alheio aos riscos de contrair uma doença, Betinho Martins, 15 anos, assume que não se faz rogado sempre que a necessidade o obriga. “Entro na água, porque é uma das formas que encontrei para refrescar o corpo. O convívio com a praia é antigo e o lixo fica mais a beira-mar e não propriamente na água”, disse.

O adolescente é oriundo de uma família de pescadores e, por conta disso, vê-se obrigado a chegar às primeiras horas da manhã à “Praia Mundial”. “O meu irmão é pescador e sempre que posso ajudo-o com a canoa, quando ele tem de entrar no mar”, frisou.

O desejo de mergulhar na “Praia Mundial” não se restringe apenas aos adolescentes e crianças. Embora

em número menor, as peixeiras também o fazem. Tem sido assim, sobretudo, depois das vendas.

Curiosamente, um pequeno grupo de peixeiras, aparentemente na casa dos 50 anos, depois de cumprir a jornada laboral, aproveitou o dia para mergulhar nas águas do mar.

10.16 “Operação Morcego” põe fim a irregularidade

Jornal de Angola

16 De Abril de 2018

Texto: Yara Simão

As autoridades administrativas do Distrito da Ingombota levam em curso uma operação que visa a recolha das roulettes em situação irregular e o encerramento de oficinas abertas na via pública.

Denominada “Operação Morcego”, a acção, que abrange também as oficinas a céu aberto, lojas e restaurantes, começou na passada quarta-feira e foi antecedida de um trabalho de sensibilização aos proprietários e aos trabalhadores que realizam este tipo de actividade ilegal, para a sua retirada voluntária.

No Distrito da Ingombota, muitas actividades do género são exercidas de forma ilegal e em locais inapropriados, causando prejuízos ao meio ambiente, à saúde pública, além do incómodo que causam aos utentes da via pública e aos moradores dos arredores.

Segundo autoridades, este tipo de actividade não autorizada põe em perigo a vida dos munícipes e deve ser exercida em condições condignas e de segurança, nos locais indicados, sem constrangimento. “A nossa intenção é reduzir a irregularidade e regular a actividade comercial dos munícipes do distrito”, disse o administrador distrital Herder Balsa.

A primeira fase da operação, informou, teve início em Outubro e Novembro do ano passado. “Agora, que estamos na fase coerciva, precisamos de dar um novo rumo ao distrito e fazer com que os munícipes estejam com as suas licenças comerciais actualizadas e renovadas”, acrescentou.

Neste processo, o distrito da Ingombota tem regista das duzentas roulettes usadas para o comércio, mas somente vinte estão legalizadas. O mesmo acontece com algumas lojas e restaurantes, segundo o administrador distrital, que aconselha os proprietários a legalizarem a documentação dos estabelecimentos comerciais.

A “Operação Morcego” conta com uma equipa multi-sectorial, composta pelo Comando Distrital da Polícia Nacional e Unidade Técnica Comunitária local, Fiscalização, Administração da Ingombota e outras instituições.

Com mais de 300 mil habitantes, fazem parte do distrito a Ilha do Cabo, Ingombota, Patrice Lumbumba, Maculusso e Kinanga.

10.17 Espaços verdes de Luanda tendem a desaparecer

Jornal de Angola

16 De Abril de 2018

Texto: Arcângela Rodrigues

Fechado ao público, há mais de cinco anos, por força de obras de requalificação da responsabilidade da Comissão Administrativa da Cidade de Luanda, poucos são os cidadãos com conhecimento real do destino traçado para conhecida Zona Verde do bairro Alvalade. No interior do espaço, que, em tempos idos, foi referenciado como o pulmão do Distrito Urbano da Maianga, são visíveis marcas de melhorias: a reabilitação dos jardins e a construção de duas quadras desportiva e quiosques são os primeiros indicadores. Contudo, a ausência de uma placa que indica o início e a conclusão das obras e o nome da construtora aguça a curiosidade dos transeuntes e dá azo ao surgimento de boatos.

“Este local está sob o 'comando' dos seguranças e, até mesmo, de meliantes, que o transformaram em zona de comércio, de prostituição, dormitório, moradia e depósito de todo o tipo de materiais e produtos”, declarou Manuel Vaz, que reside no bairro Alvalade.

O roubo de chapas, a falta de iluminação, o mau cheiro, o espaço verde mal tratado, por causa dos entulhos de lixo e excesso de capim constituem os principais motivos de inquietação, sobretudo, entre os ambientalistas, mo-adores e pessoas que por lá passam diariamente.

Manuel Vaz considerou que passou a ser um perigo, circular pela Zona Verde, particularmente no período nocturno, devido ao risco de assalto e de violação.

“Constantemente, ouvimos relatos de assaltos e de violações no interior e na zona envolvente. Para agravar, notamos que áreas estão a ser ocupadas para a instalação de geradores, enquanto a venda de drogas transformou-se num negócio vulgar”, disse o morador acusa ainda os lavadores de carro de retirar

água dos tanques subterrâneos, para lavarem as viaturas.

Devido à proximidade da Zona Verde com a Maternidade Lucrecia Paim, o convívio entre os familiares dos pacientes que procuram os serviços da unidade hospitalar e os moradores das redondezas não tem sido pacífico.

Ana Carina, que reside na Sagrada Família, explicou que os “visitantes” têm criado muitos constrangimentos nos passeios e à entrada dos edifícios. Acrescentou que deixam toda a espécie de lixo, quando decidem ir embora. Ana Carina pede às entidades competentes no sentido de se colocar fim ao problema.

PROTECÇÃO DE UM SEGURANÇA

Durante a ronda nocturna efectuada nas imediações da Zona Verde, a reportagem do Luanda, Jornal Metropolitano, encontrou um homem deitado no colchão, trajado de calções azuis e camisola interior de cor branca, rodeado de pessoas. Questionado sobre o que realmente estava a fazer, respondeu que era segurança. Os cidadãos pagam-no para lá passar a noite.

“Por terem familiares internados na Maternidade Lucrecia Paim, muitas pessoas refugiam-se aqui, para passar a noite”, disse. O “segurança”, que falou na condição de anonimato, acrescentou que os “clientes” só devem ter preocupação com a roupa, lençóis ou manta. Disse, por outro lado que, na Zona Verde, existem dois tipos de casa de banho: “uma feita de chapa, que dispõe de uma latrina, e outra de construção moderna.

“Cobramos 100 kwanzas, por dia, valor que dá acesso à casa de banho de chapa, onde as pessoas podem tomar banho e fazer necessidades. Por oferecer melhores condições, cobramos 250 Kwanzas, para se ter acesso à outra casa de banho. Rita Cipriano, que já pernitoitou no espaço, admitiu ter sido uma mais-valia diante do risco de dormir na rua ou na viatura.

“O segurança faz bem em colocar aqui as pessoas, pois, enquanto ele faz o assecuramento, podemos descansar à vontade”, considerou.

REQUALIFICAÇÃO EM QUATRO FASES

O projecto de requalificação da Zona Verde obedece a quatro fases. De acordo com o projecto, a primeira contempla a construção de uma praça, com repuxos, cascata e esculturas da kyanda, um dos símbolos da cidade de Luanda.

Inclui, igualmente, a instalação de dois parques infantis, campo polivalente, restaurante, ginásio, espaços para piquenique, balneários públicos, vias pedestres, ciclovias e um lago artificial, com pequenas embarcações de lazer, além de parque de estacionamento para 430 viaturas.

A Zona Verde, como diz o próprio nome, possuía múltiplos espaços verdes e áreas de lazer. O local era muito frequentado por cidadãos de diversos pontos de Luanda,¹ que aproveitavam o tempo livre para caçar pássaros, fazer piquenique, namorar, relaxar, conversar e estudar. Do espaço, ficam inúmeras e boas recordações.

LARGO MUTU YA KEVELA

O cenário no Largo Mutu Ya Kevela pouco difere do da Zona Verde. O que tomava o espaço num manto verde e apetecível para os estudantes e casais de namorados, nos tempos livres, faz hoje parte do passado. As chapas que o envolvem denunciam que está em obras. Porém, no interior, estão máquinas paradas à volta de uma estrutura por acabar. Uma placa com os dizeres “futuras instalações de estacionamento e revitalização do largo”, indicando o Governo Provincial como dono da obra, acabam com eventuais dúvidas. Entretanto, persiste o mistério em relação ao início e à conclusão da empreitada. Um funcionário no local disse que a obra está parada por falta de pagamento. “Enquanto a situação não for regularizada, os trabalhos não vão arrancar. Os acabamentos estão por concluir e, além da área de estacionamento, o parque vai ter jardins, assentos, lojas, restaurante e uma quadra desportiva”, explicou o mesmo funcionário. Ele realçou que elementos como os jardins, árvores e bancos foram destruídos. A reportagem procurou, junto do dono da obra, saber sobre a situação geral dos trabalhos. Os esforços não encontraram correspondência.

Diz o adágio que “um mal nunca vem só”. Cidadãos residentes na área adjacente à Escola Mutu Ya Kevela manifestam inquietação com a paralisação das obras e pela falta de iluminação pública. Denunciaram que, por conta desta última, muitas vezes, na calada da noite, os marginais escondem-se por detrás das chapas, onde controlam a movimentação das pessoas, antes de realizar as suas acções.

O ancião Darnião Vasco conta que o Largo Mutu Ya Kevela possuía um busto do poeta Tomás Vieira da Cruz, pai do também conhecido poeta Tomás Jorge, ilustre figura da cidade, que soube sempre enaltecê-la.

O largo, sublinha, era conhecido como “Rampa do Liceu” dada a proximidade com o outrora denominado Liceu Salvador Correia. “Os momentos

de lazer ficam apenas na memória, tal como o namoro, nos bancos do largo, ou intermináveis conversas entre amigos e colegas”, lembrou.

10.18 Engenheiros indicam menos custos no combate às ravinas

Jornal O PAÍS

17 De Abril de 2018

Texto: Alberto Bambi

Engenheiros angolanos recomendam ao Governo a aposta na criação de planos de prevenção e controlo do surgimento e progressão de ravinas, de modo a evitar gastos de muito dinheiro com os projectos de estabilização desse fenómeno natural.

"Importante é mesmo saber que tipo de estudos apontam que uma ravina resolvida com prevenção custa dez vezes mais barato do que a sua recuperação, depois de atingir proporções megalómanas", explicou Angelino Quissonde, tendo adiantado que tem sido por aí que se ataca um problema fácil de ser prevenido e controlado.

O engenheiro revelou que qualquer especialista, da área das engenharias domina este conhecimento, mas se não o aplicam é porque nas concepções e empreitadas de construção tem havido outros "acordos silenciosos".

Detalhando, esclareceu que uma ravina nasce da erosão e é aí que se deve atacar quando a intenção é impedir a sua progressão, pois, segundo ele, nenhuma ravinanace grande, até porque, antes do seu aparecimento, a natureza avisa, com sinais muito precisos.

Por causa disso, Angelino Quissonde reprova as intervenções feitas única e simplesmente ao nível do pavimento, observando que se deve olhar mais para o escoamento das águas pluviais a montante, colocando dissipadores de energia, valetas de crista e todos os outros dispositivos que facilitem a drenagem, ao mesmo tempo que ajudem a evitar o surgimento de ravinas.

A conjuntura de causas das ravinas integra as naturais e humanas, sendo que entre as primeiras se enquadram como principal agente o vento, sem se descurar a gravidade da mudança na composição química dos solos, enquanto as da responsabilidade do ser humano encerram a retirada da cobertura vegetal do solo e o desmatamento, que provocam imediatamente a perda da consistência da terra.

"Isso porque a água antes absolvida pelas raízes das árvores e outros tipos de plantas, passa a infiltrar-se no solo, ao ponto de permitir que essa infiltração comprometa a sua estabilidade, facilitando nele a circulação desordenada do vento.

10.19 Governo vai travar ravinas com a plantação de Bambus

Jornal de Angola

18 de Abril de 2018

Texto: Armando Sapalo

O Governo da Lunda-Nortelancou uma campanha de plantação de bambus com o objectivo de travar a progressão das ravinas na província, que ameaçam destruir infra-estruturas públicas e habitacionais, particularmente na Centralidade do Mussungue, onde este fenómeno está avançar em grande escala.

Segundo o director do Gabinete Província do Ambiente, Resíduos e Serviços Comunitários, Lázaro Celestino, está prevista a plantação de 10 mil bambus até ao meio da temporada de frio.

A questão do estancamento das ravinas é da responsabilidade exclusiva do Ministério da Construção e Obras Públicas, mas devido ao perigo que representa, particularmente para os moradores da Centralidade do Mussungue, o Governo da Lunda-Norte deddiu participar nesta empreitada", disse.

O responsável disse ainda que enquanto se aguarda pela mobilização de recursos financeiros, as autoridades locais tomaram a iniciativa de promover acções preventivas tendentes a reduzir o impacto de progressão das ravinas de pequena dimensão através da plantação de bambus.

O dia do lançamento do programa, foram plantadas quinhentas mudas de bambus, das dez mil previstas. O processo de plantação será realizado todos os fins de-semana até à sua conclusão.

As principais ravinas cuja erosão colocam em risco residências e infraestruturas de impacto social na capital da Lunda - Norte, estão localizadas nos bairros do aeroporto, Satxindongo e Camatundo, e nos distritos urbanos do Dundo, Chitato e Mussungue, segundo Lázaro Celestino.

Para os trabalhos de plantação, o Governo Provincial mobilizou várias entidades locais, entre as quais organizações juvenis, efectivos da Policia Nacional, Forças Armadas Angolanas (FAA) e do corpo de Protecção Civil e Bombeiros. O Conselho Provincial da Juventude (CPJ) mobilizou mais de 100

jovens associados à organização para participarem na referida campanha, segundo o seu secretário provincial executivo, Camilo Júnior ." Estão mobilizados mais de 100 jovens. Portanto, procuramos reunir o maior número de pessoas possíveis para travarmos a progressão das ravinas" disse.

Os efectivos da 32 Brigada de Infantariadas Forças Armadas Angolanas estiveram presentes no lançamento da campanha, com um pelotão de 30 soldados.

O chefe de Educação Cívica desta Brigada, major António Kachikulo, disse, na ocasião, que "os militares não devem estar isentos das actividades sociais, por se tratar de um dever patriótico". Assegurou, entretanto, que "todos os fins de semana os militares estarão presentes nas áreas indicadas para a plantação de bambus".

Apelo do governador

O governador provincial da Lunda- Norte, Ernesto Muangala, escreveu na sua conta no facebook que o Governo fez um levantamento de 71 ravinas. "Teremos recursos financeiros para o estancamento de todas nesta difícil conjuntura económico-financeira?", questionou o governante. Ernesto Muangala concluiu dizendo: •. A campanha de plantação de bambus visa fundamentalmente evitar a progressão das ravinas"

10.20 Ministério pode confiscar licenças de exploração em posse de madeiros

Jornal de Angola

20 de Abril de 2018

Texto: Lourenço Bule

O director-geral do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), Simão Nzau, disse em Menongue, província do Cuando Cubango, que muitas empresas de exploração de madeira da província do Cuando Cubango correm o risco de ficarem suspensas por um período de 8 anos, por desobediência dos parâmetros estabelecidos nos contratos para o exercício da actividade durante o ano florestal 2017.

Durante a sua permanência de 72 horas em Menongue, Simão Nzau visitou algumas serrações e áreas de corte de madeira e mostrou-se deprimido com o que viu Furioso com o grau de devastação das florestas, responsável sublinhou que cenário triste que constatou no terreno, permite-lhe levar à

consideração do ministro da Agricultura e Florestas recomendações, para a tomada de medida.

"Nós visitamos alguns estaleiros, serrações e algumas zonas de exploração de madeira e o que acabamos de ver é um atentado contra a natureza, porque muitos madeiros não obedeceram' os pressupostos da Lei nº 6/17, de 24 de Janeiro (Lei de Base de Florestas e Fauna Selvagem), e cortaram todo o tipo de árvores que encontravam pelo caminho, quando os contractos indicam exactamente o diâmetro e a espécie de árvores que se deve cortar" disse. .

Simão Nzau realçou que durante a época florestal 2017 constatou - se que alguns madeiros cortaram árvores com menos de 60 centímetros de diâmetro, ou seja, árvores jovens e em fase de crescimento, uma atitude a todos os títulos deplorável, uma vez que esse tipo de comportamento causa desequilíbrios ambientais, sendo o mais notável a erosão de solos e as alterações climáticas anpicas.

Comissão multisectorial

A comissão multisectorial, integrada por especialistas dos ministérios da Agricultura, Defesa, Interior, Finanças, Transportes, Indústria, Comércio e do Banco Nacional de Angola (BNA), está a trabalhar na elaboração de um minucioso relatório, que depois será apresentado às entidades competentes, para que possam decidir sobre o futuro dos madeiros da província do Cuando Cubango.

No seguimento das suas actividades no Cuando Cubango, a comitiva manteve um encontro com os efectivos do Serviço de Investigação Criminal (SI C), da Polícia Fiscal e da Administração Geral Tributária (AGT) , durante o qual receberam informações adicionais do' estado de devastação das florestas e do não cumprimento do plano de repovoamento e de responsabilidade social junto das comunidades.

O grupo técnico interministerial encarregue para fiscalizar o cumprimento do Decreto Presidencialn.2 274/17, de 11 de Novembro, sobre a prorrogação da campanha florestal2017, deixou algumas recomendações, que dão conta da necessidade de os madeiros se reorganizarem e pautarem por uma exploração sustentável das florestas.

O director-geral do IDF disse que os exploradores florestais, além de terem deixado o Cuando Cubango com um acentuado grau de devastação das florestas, em alguns casos também furtaram-se ao pagamento dos impostos junto da AGT e há outros que trespassaram as licenças de exploração florestal a estrangeiros, que foram, na verdade, os protagonistas das acções de destruição das florestas.

As empresas que assim procederam já foram identificadas e as instituições de "direito vão agora analisar os prejuízos. para que as mesmas empresas e os estrangeiros envolvidos sejam responsabilizados no sentido de repararem os danos causados à natureza. Simão Nzau disse que os exploradores de madeira devem ser o elo de ligação entre o Governo e as populações das zonas rurais na edificação de projectos sociais para as comunidades, como a construção de escolas, postos médicos, garantia de empregos, entre outros benefícios.

O coordenador do grupo técnico interministerial, sublinhou que as florestas do Cuando Cubango são consideradas virgens, porque só há dois anos começou a sua exploração, porque os empresários do sector não tinham meios técnicos e financeiros para o exercício da actividade. Ainda assim, o responsável garantiu que, no caso do Cuando Cubango ainda desconhecem-se as verdadeiras potencialidades das suas florestas, por falta de um inventário.

Transformação

O director-geral do Instituto de Desenvolvimento Florestal disse também que em cada, mil metros cúbicos de madeira em toro, ao ser transformada em bloco e depois em tábuas, o Estado angolano perde cerca de 300 metros cúbicos de floresta, razão pela qual, em cada etapa deste processo, deve-se fazer um inventário, para se evitarem desperdícios.

Simão Nzau salientou que novo regulamento de exploração florestal vai exigir que os operadores elaborem relatórios estatísticos mensais sobre a execução da licença, para o aproveitamento integral dos produtos florestais, nos termos definidos no plano de exploração.

Com o término da campanha florestal 2017, várias questões foram levantadas em todo o país, quer nas áreas produtoras de madeira, quer pelas vias onde o produto é transportado. Simão Nzau confirmou que os madeireiros locais estão preocupados com a situação da madeira suspensa para a sua transportação e comercialização, a julgar pelo facto da campanha ter merecido um período de tempo muito curto, que não permitiu que os toros cortados fossem evacuados para os pontos de venda. Algumas empresas também não receberam as suas licenças, por não terem preenchido os requisitos necessários.

Para já, Simão Nzau diz que o Ministério da Agricultura e Florestas está preocupado com a situação e garante encontrar soluções benéficas para os madeireiros e o Governo, "para que os empresários florestais não fiquem desprotegidos, mas valorizá-los, para melhorarem as condições de

trabalho e obter benefícios no exercício da actividade".

10.21 Inundações dificultam vacinação

Jornal de Angola

26 De Abril de 2018

Texto: Domingos Caluçipa

Muitas crianças do meio rural podem ficar sem as vacinas contra a pólio, o sarampo e a rubéola, devido às inundações causadas pelas últimas chuvas que se abateram sobre os municípios do Cunhama, Curoca, Cuvelai e Ombadja, na província do Cunene.

Segundo o Chefe do Departamento de Saúde Pública e Controlo de Endemias da Direcção Provincial de Saúde, Félix Belarmino Satyohamba, as cheias estão a ser um verdadeiro obstáculo à movimentação das viaturas que apoiam as equipas de vacinação em diferentes zonas.

O responsável citou como áreas de difícil acesso as comunas de Ombala Yo Mungo, município de Ombadja, Calonga, Mupa e Cubaty (Cuvelai), Oncocua (Curoca) e Môngua, Evale, arredores de Ondjiva (Cuanhama).

Dados provisórios, indicam que foram vacinadas 69.630 crianças contra a poliomielite e 170.321 contra o sarampo e rubéola.

10.22 Fabricantes de carvão atropelam as normas

Jornal de Angola

27 De Abril de 2018

Texto: Sónia Maria

O abate indiscriminado de árvores, para o fabrico de carvão, está a aumentar no município de Caculama, província de Malange, facto que preocupa as autoridades locais, devido aos danos ambientais que podem advir no futuro, com realce para a desflorestação.

A Informação foi prestada pelo chefe do Instituto de Desenvolvimento Florestal, Domingos Dias, que disse que o abate indiscriminado de árvores pode provocar a erosão dos solos, ravinas, seca, diminuição da biodiversidade, imobilização da crosta terrestre, diminuição da fertilidade das terras e da produtividade agrícola, alteração do ciclo hidrológico e contaminação das águas.

O chefe do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDA) alertou que a desflorestação tem efeitos graves,

como aquecimento global e a emissão de dióxido de carbono para a atmosfera. Domingos Dias lamenta o facto das actividades agrícolas terem sido relegadas para segundo plano pela população, que se dedica ao abate constante de árvores, o que está a contribuir para a extinção de espécies animais e vegetais.

Segundo fez saber o responsável, as vias de Dala Quinguangua, Quisua Kaka e Xingahamba foram as mais atingidas pela desflorestação, devido ao abate de árvores e por serem alvos constantes de queimadas para o fabrico de carvão.

Precisou que a melhor forma de gestão da floresta é a reposição das plantas devastadas, de modo a contribuir para a arborização e reduzir a quantidade de radiação que atinge o solo.

O responsável do Instituto de Desenvolvimento Florestal referiu que tem sido difícil controlar o índice de transgressões florestais, devido ao défice de pessoal qualificado, pois o sector conta apenas com um fiscal.

“Vamos continuar a realizår acções de sensibilização nas comunidades, através de palestras e debates, para consciencializar a população no sentido de reduzir as acções contra as florestas por constituir dano à natureza”, concluiu.

10.23 Angola reafirma compromisso na defesa do ambiente

Jornal O PAÍS

30 De Abril de 2018

O Presidente da República foi um dos estadistas presentes no conclave que reiterou o compromisso de promover a economia azul, o desenvolvimento sustentável e o combate à pobreza na Bacia do Congo.

No final da cimeira, os chefes de Estado e de Governo participantes subscreveram uma declaração na qual reafirmam a sua determinação em “continuar a lutar contra os efeitos nefastos das alterações climáticas”, ao mesmo tempo que se comprometeram a “promover um desenvolvimento inclusivo e sustentável”, que consideram “alta prioridade” da zona da Comissão do Clima da Bacia do Congo.

Os signatários responsabilizaram-se igualmente a trabalhar para a transformação estrutural das economias da zona da CCBC com vista a assegurar um desenvolvimento inclusivo e sustentável, de forma a erradicar a pobreza e a melhorar o bem-estar das populações, mobilizando todos os recursos humanos, financeiros, técnicos e tecnológicos

possíveis, assim como todas as oportunidades oferecidas pelas economias Verde e Azul.

Para a materialização dos objectivos a que se propuseram, os chefes de Estado e de Governo da região assumiram o compromisso de dotar a CCBC com um orçamento de USD2,5 Milhões, a ser realizado pelos 12 país que aderiram ao memorando do Fundo Azul para a Bacia do Congo.

Antes, na Sexta-feira, 27, realizou-se a reunião do segmento ministerial da CCBD, na qual Angola se fez presente com a ministra do Ambiente, Ana Paula Francisco e o seu confrade das Relações Exteriores, Manuel Augusto. Ambos chefaram uma delegação técnica que preparou a cimeira, que teve como ponto alto a criação do Fundo Azul para a Bacia do Congo, uma das regiões do continente mais afectadas pelas alterações climáticas, mormente no que diz respeito à degradação de solos.

Angola em destaque

Na reunião do segmento ministerial Angola teve papel de destaque, ao integrar o correspondente bureau e também ao assumir a condição de segunda relatora do fórum, que debateu a criação de mecanismos de implementação e elaboração de um plano de trabalho para o período 2018/19 a fim de poder acolher actividade de grande impacto para as comunidades ribeirinhas da Bacia do Congo, bem como criar mais valias em termos de adaptação e mitigação dos problemas das comunidades.

O evento ministerial, que contou com o concurso técnico de agências das Nações Unidas e da Comissão da União Africana, adoptou também o protocolo que institui o mecanismo de funcionamento da CCBC, o qual se conforma em sete artigos que, genericamente, indicam o papel da Comissão como sendo assegurar a aceleração de forma integrada das questões de alterações climática e as transformações económicas que podem advir da Bacia do Congo. Isto, através de uma lógica de desenvolvimento sustentável.

Outras missões acometidas à CCBC são, coordenar e orientar as iniciativas prioritárias que dominam as questões relacionadas com o combate às alterações e o desenvolvimento sustentável; promover políticas e medidas necessárias para adaptação e mitigação de dificuldades; consolidar o engajamento de outros países africanos nas questões ambientais; prever coerência nos gestos estratégicos de cada país de forma integrada nos seus programas; acelerar a realização de iniciativas em curso na Bacia do Congo e facilitar os investimentos sustentáveis e assegurar a participação do sector privado através de programas e

projectos que acomodem questões relacionadas com o desenvolvimento das comunidades locais e da sociedade civil.

Bacia do Congo

A Comissão Clima da Bacia do Congo é um entidade regional criada em Novembro de 2016, na cidade marroquina de Marraquexe, com o objectivo de promover programas e projectos nos domínios da economia azul, tendo em atenção o combate à pobreza entre as populações ribeirinhas da bacia e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Com aproximadamente 220 milhões de hectares de floresta, a região da Bacia do Congo é o segundo pulmão ecológico do planeta, suplantado apenas pela Amazónia. O seu território estende-se por dez países da África Central, designadamente Congo, Gabão, República Democrática do Congo, Angola, Burundi, Camarões, República Centro Africana, Guiné Equatorial, Ruanda e Tanzânia.

10.24 Chuva em Luanda cria oportunidades para novos negócios

Jornal O PAÍS

30 De Abril de 2018

Texto: Brenda Sambo

Numa altura em que a crise se faz sentir e Luanda regista fortes chuvas, muitos jovens accionaram a criatividade para empreender. OPAÍS rumou ao mercado do Kicolo, localizado no município do Cazenga, onde as pessoas se aproveitam do mau estado das vias de acesso ao mercado, normalmente a lama e a água parada, para fazerem algum dinheiro.

Georgina António deixou de vender cerveja na barraca para alugar botas de borracha a quem deseja entrar no interior do mercado, de forma a facilitar o trânsito. Com este novo negócio chega a facturar mais de nove mil Kwanzas por dia, diferente daquilo que ganhava no seu negócio anterior.

O aluguer de um par de botas custa Kz 200, sendo que, dependendo do dia, a facturação ronda entre os sete mil Kwanzas e os 10 mil Kwanzas. A vendedeira contou ainda que as Terças-feiras e Sábados são os dias em que mais factura, por serem de maior afluência ao mercado.

Georgina gaba-se de estar a ganhar mais no negócio das botas do que nos da bebida, pois, desde Janeiro do presente ano até Março, contabiliza uma

facturação de mais de 300.000 mil Kwanzas (trezentos mil Kwanzas).

Para levar as botas, o cliente deixa como garantia o seu calçado, mas, apesar disso, existem algumas pessoas que já não regressam com as botas. Um par de botas de plástico tem o custo avaliado de Kz 1500 a Kz 2000, pelo que, para muitos clientes é preferível furtar.

No mesmo mercado, encontramos o jovem Francisco Chatula, vendedor de sacos, que aproveita a ocasião para fazer botas de sacos a quem deseja entrar no interior do mercado. Sempre muito atento e dinâmico, o vendedor fica perto das paragens de táxis para incentivar os clientes a “fitacular” os sacos em forma de bota.

Normalmente Francisco compra as embalagens de sacos num dos armazéns do mercado em causa, no valor de Kz 1.000 (mil Kwanzas). Entretanto, o vendedor cobra Kz 100 só de “fitar” as referidas botas feitas com sacos. Diariamente chega a “fitar” mais de 20 pessoas o que perfaz um lucro de Kz 2.000 (dois mil Kwanzas).

Com o dinheiro que ganha sustenta a sua mãe e paga o colégio (mensalmente Kz 4500) em que frequenta actualmente a 12^a classe.

Água com detergente em pó embalado

Já no interior do mercado, também perto de uma poça de lama, encontrámos Julieta Glória a comercializar água com detergente “omo”, em embalagens pequenas. Parece água para beber, mas na verdade a mistura com detergente em pó serve para lavar os pés.

É uma oportunidade de negócio que viu, depois de registar que muita gente que frequentava o mercado, depois das compras tinha os calçados cobertos de lama ou os pés empoeirados. Assim, cada saco com aproximadamente 350ml fica no valor de Kz 10.

Julieta Glória, que habitualmente vendia bolos no mercado, conta que também largou o negócio anterior para vender “água com omo”, de modo a aproveitar a época chuvosa e o mau estado do mercado. Cada bidão de 50 litros de água compra-o a Kz 50, do qual consegue fazer diariamente cerca de Kz 750, por bidão.

Enquanto a nossa interlocutora “zunga” água com detergente em pó no interior do mercado, há quem prefira montar duas banheiras com o mesmo produto fora do mercado, para lavar os pés e escovar os calçados de quem por aquele mercado passe, como é o caso de Teté Domingos.

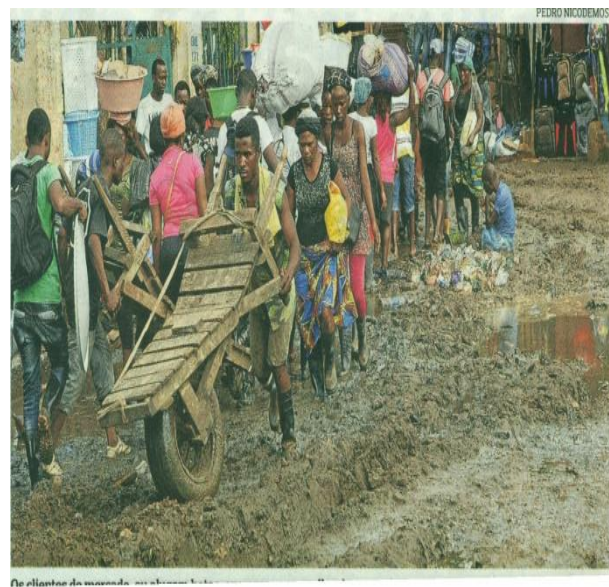
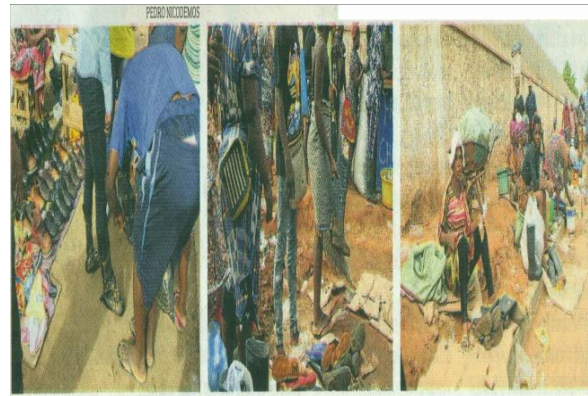
De acordo com a comerciante, que deixou de vender água mineral e gasosa naquele mercado para lavar pés e calçados, a lavagem custa Kz 50. Teté diariamente atende 20 a 25 pessoas e, dependendo do dia, factura de Kz 1.500 a Kz 2000 (dois mil Kwanzas).

“Estou a fazer o negócio por causa das chuvas e também para ajudar as pessoas que sujam o seu calçado aquando da visita ao mercado”, defende. Quem elogiou a iniciativa das comerciantes foi Celeste Avelino, uma das clientes que lavava os pés na altura em que a nossa reportagem rondava o Kicolo.

“Quando chove fica difícil andar no mercado, por causa da lama e da água, para além do facto de esta lama e água poderem trazer doenças”, disse.

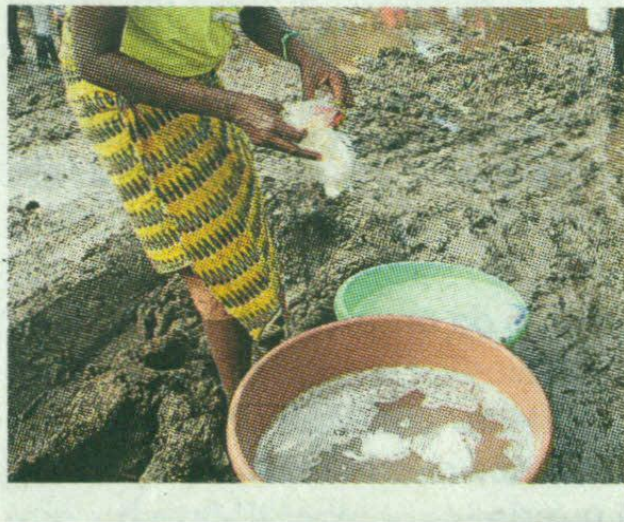
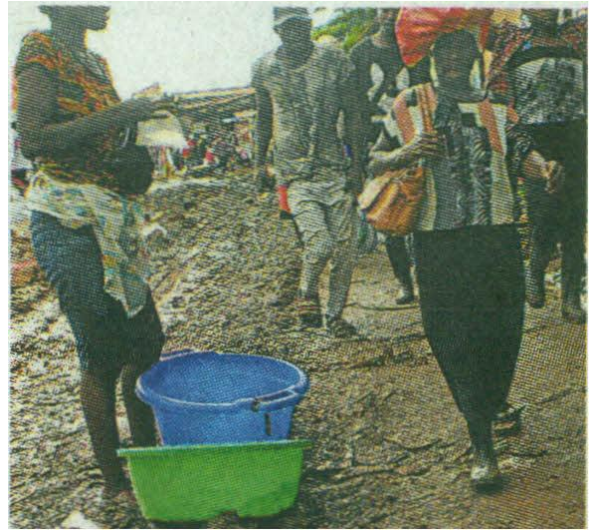
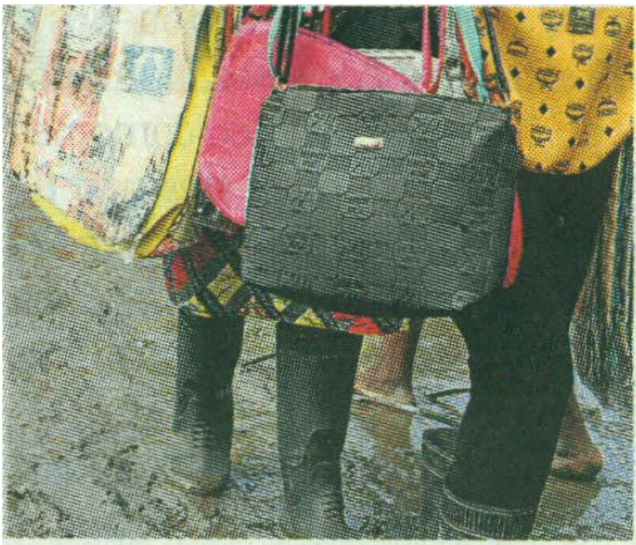
Já no Calemba II, no município de Belas, para finalizar a nossa ronda, encontrámos Jacinto Amaral, de 24 anos, carregador de bagagem em carro de mão, também conhecido como roboteiro, que aproveita a época chuvosa para transportar algumas pessoas no seu carrinho.

O transporte facilita a travessia nas zonas com lamaçal, cobrando Kz 50. O período da manhã tem sido o mais concorrido e, por isso, aproveita o período da tarde, quando tem poucos clientes que queiram atravessar, para trabalhar como carregador de bagagens. Diariamente, transportando pessoas,



Jacinto faz cerca de Kz 1.000.





II. MIGRAÇÃO

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 China concede 200 vagas de formação intensiva a Angola

Jornal O PAÍS

5 De Abril de 2018

Os métodos de selecção, segundo o assessor da Embaixada chinesa, Leonardo Chin, serão da responsabilidade de cada ministérios. "Como, por exemplo, nós já entregamos o documento ao Ministério da Agricultura, ele vai usar um método ao seu critério e definir os formandos", explicou.

Tendo como foco as áreas da Agricultura, Infra-estrutura, Finanças, Saúde, Minas, Comunicação, Turismo, Comércio e Investimento, a formação terá a duração que irá de 20 a 30 dias e será realizada nas cidades de Beijíng, Shanghai, Changsha, Nanjín, entre outras.

O Governo chinês, de acordo com uma nota de imprensa enviada a OPAÍS, vai responsabilizar-se pela viagem, despesas de alimentação e alojamento durante a estadia dos angolanos naquele país.

A acção formativa congrega também vários seminários profissionais, visitas a empresas chinesas e a outras cidades, a fim de que os quadros possam conhecer melhor o conteúdo de formação e das experiências de desenvolvimento da China, os costumes e a cultura.

Por um lado, o projecto de formação pretende aumentar o nível de desenvolvimento do país, com o intuito de incrementar o comércio e os investimentos entre os dois países e, por outro, promover as relações amistosas entre os dois povos.

A iniciativa é do Presidente da China, Xi Jinping, sobre a construção de comunidade de destino comum da humanidade. Também é uma plataforma de cooperação dos recursos humanos entre a China e Angola.

Para além disso, Angola é, de acordo com o documento, um dos países africanos com mais quadros a participar nos cursos nos últimos 5 anos. Mais de 600 quadros foram beneficiados.

"No futuro, o Governo, as empresas e o povo chinês vão continuar juntos com seu parceiro angolano a elevar o nível de cooperação bilateral das diversas áreas, injectando novos dinamismos na relação de

parceria estratégica entre os dois países" lê-se na nota da embaixada da China em Angola.

13.2 China disponibiliza bolsas gratuitas

Jornal de Angola

5 De Abril de 2018

O governo chinês coloca este ano à disposição do Governo de Angola, 200 vagas distribuídas em mais de 30 cursos de formação gratuita.

De acordo com uma nota da Embaixada da China, ao disponibilizar as bolsas, o governo chinês pretende formar vários quadros angolanos nas áreas de agricultura, infra-estrutura, finanças, saúde, logística, minas, comunicação, turismo, e comércio e investimento, a fim de contribuir no desenvolvimento do país.

Os cursos vão ser realizados nas principais cidades da China, como Beijing, Shanghai, Changsha e Nanjing, e devem durar entre 20 a 30 dias.

A nota informa que o custo das viagens, despesas com alimentação e alojamento ficam a cargo do Governo Chinês. Os formandos vão ter ainda a oportunidade de frequentar vários seminários profissionais e efectuar visitas às empresas e outras cidades daquele país, para melhor conhecerem os conteúdos da formação, experiências de desenvolvimento da China e os costumes daquele país.

Refere que, a formação grátis é uma medida do Presidente chinês, Xi Jinping, que visa promover a construção da comunidade de destino comum da humanidade. Esclarece que o objectivo é criar uma plataforma de cooperação, a nível dos recursos humanos, entre os dois países.

O projecto tem como finalidade aprofundar cada vez mais a cooperação entre a China e Angola, nos domínios do comércio e investimentos, bem como as relações amistosas entre os povos dos dois países.

Nos últimos cinco anos Angola tornou-se num dos países africanos com mais quadros a frequentar cursos promovidos pelo governo chinês. Mais de 600 cidadãos angolanos já beneficiaram da formação.

13.3 Detidos chineses e angolanos acusados de homicídio

Jornal de Angola

10 De Abril de 2018

Três cidadãos chineses e oito angolanos suspeitos de envolvimento num homicídio e agressão física contra cinco pessoas, dentro de um casino, na última sexta-feira (06), em Luanda, foram detidos pela Polícia Nacional.

Os crimes ocorreram no interior do casino, no município de Belas, depois de uma desavença na sequência dos jogos, sendo a vítima mortal um cidadão da República Democrática do Congo.

Sofreram igualmente agressões graves um outro congolês democrata e três angolanos.

De acordo com o intendente Mateus Rodrigues, os três chineses são responsáveis da casa de jogos e os oito angolanos pertencem ao corpo de segurança do local.

De acordo com a fonte, inicialmente as vítimas foram amarradas e submetidas a uma sessão de tortura durante à noite.

O casino no município de Belas é um local onde os clientes podem jogar nas slot machines (caça-níqueis), roleta, blackjack, poker e outros jogos de fortuna e azar.

13.4 Chineses detidos por exploração ilegal de ouro

Novo Jornal

13 De Abril de 2018

Nove chineses foram detidos pelas autoridades da RD Congo por alegada exploração ilícita de ouro nos mineiros de Talisokele e PK7, anunciou a imprensa local citando fonte oficial.

De acordo com a fonte, que cita Déogratias Ombalia, ministro provincial das Minas e chefe da delegação de luta contra a fraude mineira na província do Ituri, no nord- este do país, a detenção dos nove chineses teve lugar no território de Mambassa (Ituri).

Após a sua detenção, informou o responsável, os expatriados chineses foram transferidos para Bunia, capital da província de Ituri, tendo as suas actividades sido automaticamente suspensas.

Déogratias Ombalia, que declarou a sua determinação de pôr ordem no sector, assinalou que os referidos

expatriados são conhecidos na região onde exploram ouro há seis anos. “Nunca tiveram contactos oficiais com as autoridades da província e não têm nenhum documento e nenhuma autorização para exercer actividades nos dois sítios”, sublinhou.

Durante um encontro organizado no ano passado pela Rede Haki Na Amani, sobre os desafios da exploração mineira artesanal de ouro no Ituri, foi sublinhado que a fraude e o contrabando mineiro eram orquestrados pelas milícias das Forças de Resistência Patriótica do Ituri, a sul de Irumu, e pelos combatentes Mai-Mai Simba, no território de Mambassa.

Militares, polícias e agentes de segurança foram igualmente acusados de envolvimento na exploração ilegal de ouro em Mongwalu, no território de Djugu, e em PK 25, território de Mambassa.

13.5 Multinacional chinesa investe na construção e na formação

Jornal de Angola

13 De Abril de 2018

Texto; Leonel Kassana

A China Gezhouba Group Company (CGGC), multinacional chinesa que opera há dez anos no mercado angolano, na área de construção de habitações sociais, infra-estruturas, portuárias e de produção de energia eléctrica, está apostada na melhoria contínua do nível de qualificação profissional dos técnicos nacionais, com acções de formação no país e o envio regular de pequenos grupos para estágios na República Popular da China.

De acordo com o representante da multinacional em Angola, Luis Li, a melhoria da performance dos técnicos nacionais é um dos focos principais da responsabilidade social da empresa, paralelamente a acções como o apoio alimentar e em material escolar a instituições de caridade e outras comunidades do país, além dos projectos de abastecimento de água.

“Além da permanente abertura para o recrutamento dos talentos locais, a formação de” especialistas assume grande importância para nós, para a realização de todos os projectos em que está envolvida a CGGC”, referiu, indicando, por outro lado, que a empresa privilegia a cooperação com construtoras locais, por via da contratação de operadores e gestores.

Segundo Luis Li, até agora, a CGGC formou mais de 200 técnicos, sobretudo operadores de máquinas, para a montagem de equipamentos para a produção

de energia eléctrica; outros ISO para a Construção Civil, como canalizadores, serralheiros, pintores, ladrilhadores.

Pelo menos 160 operários foram também devidamente treinados para trabalhar nas obras de construção da ponte cais do Porto Comercial e Quebra-Mar, em Cabinda, e 120 no domínio das infra-estruturas, para a captação e distribuição de água potável, referiu Luís Li. Acrescentou, por outro lado, que entre dez e doze por cento dos postos intermédios de chefia da empresa - possui mais de 670 trabalhadores - são ocupados por nacionais.

“A estratégia da empresa passa pela integração plena das equipas para que os vários projectos em Angola sejam desenvolvidos sem muitos constrangimentos”, referiu o representante da CGGC em Angola. Notou que, seguindo a sua política social, a empresa disponibiliza assistência médica 24 horas por dia e um serviço de catering à altura da especificidade das empreitadas.

Projectos ligados à água Ainda no plano da responsabilidade, Luís Li destacou a construção, em 2016, de uma central de captação e distribuição de água potável para a população, a partir do canal de irrigação do Projecto de Aproveitamento Hidroeléctrico do Luachímo, Lunda Norte, empreitada adjudicada a CGGC.

“Com essa intervenção, a população deixou de usar água imprópria para o consumo, evitando, assim, várias epidemias, como a cólera e diarreias agudas”, sublinhou. Avançou ainda que a empresa é um exemplo da permanente interacção com as comunidades onde opera.

O Projecto de Abastecimento de Água do Marçal, em Luanda, foi o primeiro na área urbana, desde a entrada da CGGC no mercado angolano.

Nesta altura, referiu Luís Li, a estação do Marçal já atende mais de 600 mil pessoas na capital do país. Quando estiverem totalmente concluídas todas as fases do projecto de abastecimento de água do Marçal, essa cifra chegará a um milhão de habitantes garantiu o responsável.

Segundo Luís Li, a CGGC vai continuar a dar particular importância à melhoria do abastecimento de água potável nas localidades em que estiver a trabalhar nas diferentes regiões.

Habitações sociais são prioridade da empresa

O responsável da empresa chinesa adiantou que 576 habitações sociais, de uma empreitada de três mil adjudicadas à CGGC, na zona do Sequele,

Luanda, já foram concluídas. Destas, 470 estão habitadas.

“A área da urbanização e construção da habitação social é uma das nossas principais apostas, pois sabemos das dificuldades que um país em reconstrução, como Angola, tem, nesse domínio”, sublinhou, reiterando a confiança da empresa no mercado local.

Prova dessa confiança é o início, este ano, da construção, na zona do Zango, município de Viana, da sua principal base, segundo Luís Li.

Referiu que a mesma terá cerca de 14 mil metros quadrados, numa área de mais de 7,5 hectares.

“A nossa estratégia para Angola é de longo prazo e isso passa pela montagem de uma grande base, a partir da qual serão coordenados todos os projectos, sublinhou, sem se referir ao valor investido para essa empreitada.

Apoio a orfanatos

Na área social, o responsável destacou o apoio ao orfanato do Cazenga, em Luanda, que, além da cesta básica e de material escolar, recebe, igualmente, apoio psicológico, acção que se poderá estender a outros lares de acolhimento de pessoas desfavorecidas.

13.6 Novo embaixador na China apresenta cartas figuradas

Jornal de Angola

18 DE Abril de 2018

Texto: João Salvador Neto dos Santos

O novo embaixador extraordinário e plenipotenciário de Angola na República Popular da China, João Salvador Neto dos Santos, apresentou ontem, no Ministério chinês das Relações Exteriores, as cartas figuradas que o habilitam a agir oficialmente diante das autoridades daquele país.

A cópia do documento que acredita o diplomata como novo representante do Estado angolano foram recebidas pelo director-adjunto do Protocolo do Ministério das Relações Exteriores chinês' embaixador Fan Yong, em observância às normas protocolares da China.

Durante o encontro, os dois diplomatas abordaram assuntos de interesse bilateral' manifestaram

satisfação pelas excelentes relações existentes e reiteraram a determinação em consolidar e aprofundar a cooperação, no âmbito do acordo de

parceria estratégica entre Angola e a China. O diplomata angolano fez-se acompanhar do

Ministro conselheiro e do conselheiro da Embaixada de Angola em Pequim, Sérgio Neto e Virgílio Zulumongo, respectivamente. Loao Salvador dos Santos Neto foi nomeado em Fevereiro último pelo Presidente da República, João Lourenço. É formado em Direito e Relações Políticas Internacionais. Substituiu no cargo João Garcia Bires, que esteve à frente daquela missão diplomática desde Dezembro de 2011.

As relações entre Angola e Chinadata de 1983, sendo o país da África Austral o maior parceiro comercial africano (desde 2007) deste Estado asiático, com quem coopera nos domínios militar, agrícola, académico, agro-industrial, infra-estrutural, petrolífero e tecnológico.

O quadro das boas relações bilaterais, o gigante asiático absorve cerca de metade do petróleo extraído em solo angolano, e conta com mais de 250 mil trabalhadores em Angola

13.7 China vai construir centro de formação no Huambo

Jornal O PAÍS
26 De Abril de 2018

A visita do embaixador da China, Cui Aimin, ao planalto central, na Terça-feira, para além de ter proporcionado um encontro com o governador João Baptista Kussumua, serviu também para visitar a escola de Amizade Angola e China, bem como para anunciar a construção de um centro de formação, naquela província.

A China vai financiar a construção de um centro de formação profissional, ainda no fim deste ano, para ministrar cursos relacionados com o sector agrícola, nomeadamente para especialistas em sementes, de processamento de produtos agrícolas e de gestão social, cujas aulas serão asseguradas por professores angolanos e chineses.

Cui Aimin, que mostrou-se satisfeito com a gestão da escola Amizade Angola e China, naquela província, também prometeu ajuda no que diz respeito à captação de investimentos privados na China, destinados a outras áreas importantes no processo de desenvolvimento social e económico.

Formações nos sectores de construções de fazendas modernas, bem como a formação técnica de camponeses, para ajudar Angola a alcançar a auto-sustentação alimentar.

Na escola, frequentada por 780 alunos do 1º ciclo do ensino secundário, o embaixador ofereceu material escolar, desportivo, computadores, televisores e outros meios de uso corrente, para contribuir para a melhoria da qualidade de ensino.

13.8 China ajuda construção de centro profissional

Jornal de Angola
27 De Abril de 2018
Texto: Mário Clemente

A China vai financiar, nos próximos tempos, a construção de um centro de formação profissional na província do Huambo, com as especialidades de criação de sementes, processamento de produtos agrícolas e gestão de recursos humanos.

O facto foi anunciado pelo embaixador daquele país em Angola, Cui Aimin, durante uma visita ao Huambo, que serviu para, entre outros objectivos, conhecer melhor a realidade da província, suas potencialidades nos sectores agrícola e industrial e identificar outros sectores para o alargamento da cooperação.

De acordo com o diplomata, no passado já houve muitos resultados fruto da cooperação entre Angola e China, justificando que a sua visita tem por objectivo intensificar esta cooperação. O diplomata assegurou que o seu país vai ajudar na concepção e construção de fazendas modernas e na formação técnica dos camponeses, enquanto no sector da indústria promete ajudar a construir novas fábricas e a recuperar algumas das já existentes.

Cui Aimin destacou que o objectivo principal da China é ajudar Angola a alcançar mais capacidade produtiva, com vista a tornar-se autosuficiente e desenvolvida.

O governador do Huambo, João Baptista Kussumua, disse que o embaixador considera o Huambo um ponto central, a partir do qual pode mover todo tipo de tarefas, pela sua posição geográfica.